



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

BRUNA AMATO

**A QUEDA NA TOCA DO COELHO BRANCO:
O CIBERATIVISMO MASCULINISTA NA FORMAÇÃO DE GRUPOS DE ÓDIO E
EXTREMA-DIREITA NO BRASIL**

FLORIANÓPOLIS, SC

2022

BRUNA AMATO

**A QUEDA NA TOCA DO COELHO BRANCO:
O CIBERATIVISMO MASCULINISTA NA FORMAÇÃO DE GRUPOS DE ÓDIO E
EXTREMA-DIREITA NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raquel de Barros Pinto Miguel

Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Dolores Aronovich Agüero

FLORIANÓPOLIS, SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Amato, Bruna

A queda na toca do coelho branco : o ciberativismo masculinista na formação de grupos de ódio e extrema-direita no Brasil / Bruna Amato ; orientadora, Raquel de Barros Pinto Miguel, coorientadora, Dolores Aronovich Agüero, 2022.

208 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Masculinismo. 3. Extrema-direita. 4. Discurso de ódio. 5. Gênero. I. de Barros Pinto Miguel, Raquel . II. Aronovich Agüero, Dolores. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

FOLHA DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Bruna Amato

A queda na toca do coelho branco: o ciberativismo masculinista na formação de grupos de ódio e extrema-direita no Brasil

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a)Dr.(a) Marivete Gesser
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Domenico Uhng Hur
Universidade Federal de Goiás

Doutoranda Manuela Pinto Vieira D'Ávila
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dr.(a) Raquel de Barros Pinto Miguel
Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço pela existência, competência e excelência das universidades públicas, em particular, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Agradeço à CAPES por ter me concedido apoio financeiro, o que oportunizou a elaboração de uma pesquisa inovadora e pioneira feita com dedicação total, muito suor e empenho. Sempre importante pontuar que ciência e pesquisa, quando desenvolvidas com responsabilidade ética, têm imensa relevância e indiscutível potência de transformação social nas realidades que nos cercam.

À minha mãe, Beth Rocha, a quem devo a vida, sou grata pelo amor, pela segurança, pelo afeto e por todo incentivo. Uma mulher, filha e mãe solo que, infelizmente, precisou abdicar do próprio crescimento pessoal, para que eu pudesse ter essa oportunidade. Oportunidade de me desenvolver como alguém que não endossa as violências impostas pelo cisheteropatriarcado, mesmo modelo que tirou dela as chances de alcançar seus próprios sonhos e objetivos. Dedico a ela essa pesquisa, ainda que não acredite, nem por um segundo, que minhas realizações possam preencher o buraco que ficou de tudo que à ela foi negado socialmente. Obrigada, mãe!

Em memória eterna e saudosa, agradeço minha tia Cacá por ter me nutrido com gentileza, bom humor, generosidade, bondade e muito carinho. Sem dúvidas, a melhor pessoa que conheci na minha vida e que faz uma falta absurda.

Ao meu amor, minha companheira, meu exemplo de ser humano, minha mulher, minha namorada, Jéssica Fuchs, agradeço pela lealdade e por ter contribuído imensamente para meu crescimento pessoal e profissional. Para quem transforma tudo em livros, para quem mudou totalmente minha visão de mundo, minha forma de me relacionar socialmente, de me comunicar...obrigada não é suficiente. Sou, imensamente, feliz por nos escolhermos todos os dias, te amo.

Não poderiam ficar de fora desses agradecimentos, amigas que fiz na universidade e que me apoiaram, me escutaram e me incentivaram ao longo desses mais de dois anos de mestrado. Lina Ferrari e Débora Montibeler, vocês foram meu grande presente nessa jornada e espero poder carregar vocês no meu caminhar.

Por fim, agradeço pela experiência, a qual pretendo dar prosseguimento, por todas as trocas sociais ou acadêmicas que tive e pelas pessoas que, de alguma forma, cruzaram meu caminho e enriqueceram essa minha andança.

Bruna Amato

A queda na toca do coelho branco: o ciberativismo masculinista na formação de grupos de ódio e extrema-direita no Brasil

Florianópolis, 2022.

Dissertação de Mestrado em Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dr^a Raquel de Barros Pinto Miguel

Data da defesa: 29/07/2022.

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi discutir a produção e fomentação dos discursos de ódio de gênero no contexto brasileiro, levando em conta alguns eventos políticos dos últimos 12 anos, que culminaram no bolsonarismo e na ascensão de um governo de extrema-direita. Sabendo da capilarização dos fascismos e suas diferentes articulações e formas de expressão, optei por focar nos discursos dos chamados grupos masculinistas, que se articulam especialmente na esfera online, conhecida como manosfera, por meio de retóricas misóginas e de aniquilação das diferenças. Contrária à ideia de que tais grupos constituem uma manifestação isolada de violência, trabalhei suas articulações e identificações com os discursos e práticas do atual governo e a defesa de um determinado projeto de sociedade, totalmente baseado no antagonismo dos corpos e vivências das mulheres e das populações dissidentes. A partir disso, procurei mostrar como esses discursos fazem parte de um modo de produção de subjetividade neoliberal e neofascista, que encontra eco e se (re)produz nas relações sociais, no cotidiano e nas instituições. A cartografia foi utilizada como estratégia de produção de conhecimento quando aposta na possibilidade de investigar os fenômenos sociais, produzir análises críticas e técnicas de enfrentamento durante a manifestação desses fenômenos, em meio aos efeitos observados socialmente. Já a esquizoanálise foi utilizada na tentativa de: 1) elucidar os fenômenos observados ao longo da construção desse processo cartográfico, com vislumbre de mapear o que circula e o que bloqueia um corpo - as intensidades, as forças e o desejo que vão delinear esse corpo; 2) apontar dispositivos para remoção desses bloqueios que impedem a circulação das intensidades e 3) para sugerir e endossar a necessidade de práticas micropolíticas que possibilitem uma outra forma de nos relacionarmos socialmente. Foi demonstrado o aumento no número de organizações de cunho misógeno, racista, lgbtfóbico e neonazista, articuladas pela internet, sua ligação direta com o aumento da violência sofrida por esses grupos e o fortalecimento do atual governo federal e suas políticas de ódio. Já na contramão de todo o retrocesso sociopolítico observado nos últimos anos, encerro esta pesquisa com uma proposta de intervenção nos moldes de uma clínica transdisciplinar, promovendo o diálogo da psicologia com outros campos do saber para estimular outros agenciamentos. O Núcleo de Ações Não Violentas para Combate ao Ódio de Gênero - o NANVI surge, então, como uma ferramenta para formação de agentes comunitários atuantes no enfrentamento das diversas violências articuladas em meio digital.

Palavras-chave: masculinismo; extrema-direita; discurso de ódio; gênero; micropolítica.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation was to discuss the production and promotion of gender hate speech in the Brazilian context, considering some political events of the last 12 years, which culminated in Bolsonaroism and the rise of a far-right government. Knowing the capillarization of fascism and its different articulations and forms of expression, I chose to focus on the discourses of the so-called masculinist groups, which are articulated especially in the online sphere, known as the manosphere, through misogynist rhetoric and the annihilation of differences. Contrary to the idea that such groups constitute an isolated manifestation of violence, I observed their articulation and identification with the discourses and practices of the current government, and the defense of a specific project of society, totally based on the antagonism of the bodies and experiences of women and dissident populations. Considering the above, I tried to show how these discourses are part of a neoliberal and neo-fascist way of producing subjectivity, which finds echoes and is (re)produced in social relations, everyday life and institutions. Cartography was used as a knowledge production strategy since it bets on the possibility of investigating social phenomena, producing critical analyzes and coping techniques during the manifestation of these phenomena, amid the socially observed effects. Schizoanalysis, in turn, was used in an attempt to: 1) elucidate the phenomena observed during the construction of this cartographic process, with a view to mapping what circulates and what blocks a body - the intensities, forces and desire that go outline this body; 2) point out devices to remove these blocks that stop the intensities' circulation, and 3) suggest and endorse the need for micropolitical practices that allow another way to socially relate.

Keywords: masculinism; far right; hate speech; genre; micropolitics.

Sumário

DO OUTRO LADO DO ESPELHO E O QUE ALICE ENCONTROU LÁ.....	9
1. A LAGOA DE LÁGRIMAS.....	11
2. PROBLEMA.....	22
3. ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	22
4. CAMINHOS ANALÍTICOS	24
5. RELEVÂNCIA.....	25
6. UMA CORRIDA DE COMITÊ E UMA HISTÓRIA COMPRIDA	26
6.1 Conselhos de uma lagarta: a vergonhosa ascendência do movimento masculinista.....	31
6.2 O Coelho dá um encargo: a tecnologização do ódio.....	38
6.3 Porco e Pimenta: a radicalização do extremo.....	49
7. O CAMPO DE CROQUÊ DA RAINHA DE COPAS.....	58
7.1 A história da tartaruga falsa.....	65
7.2 A quadrilha da lagosta.....	81
8. UM CHÁ DE LOUCOS.....	93
8.1 Capitalismo Neoliberal e masculinidades.....	101
8.2 Mídia e Estado.....	112
8.3 (Ciber) Terrorismo e organizações masculinistas.....	127
9. SIGA O COELHO BRANCO.....	139
9.1 Educação midiática.....	141
9.2 Espaços digitais de segurança.....	145
9.3 Democratização da informação.....	147
9.4 Ações afirmativas em ambiente digital.....	151
9.5 A vida após o ódio.....	160
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
10.1 Construção do Projeto.....	172
11. O DEPOIMENTO DE ALICE.....	174
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	176

**AVISO DE GATILHO: ESTA DISSERTAÇÃO
CONTÉM REPRODUÇÕES DE DISCURSOS
EXTREMAMENTE VIOLENTOS.**

PRÓLOGO

Do outro lado do espelho e o que Alice encontrou lá

Estuprar lésbicas é um esporte saudável que revigora a alma e libera adrenalina, todos saem ganhando.

Sim, todos saem ganhando, a família dela ao ver a filha corrigida do mau caminho, eu se tivesse uma filha retardada chupadora de “ppk”, com certeza agradeceria o nobre varão que fez o favor, mas acho que a teria matado e estuprado antes disso e de fato foi o que eu aconselhei o pai de uma dessas a fazer e assim ele fez! Agora ela está no colo do capeta, não falo “Deus a tenha”, pois Deus odeia “lésbicas” e viados, dizem que só Deus pode julgar, mas isso não me impede de saber suas respostas que já deixou registradas no livro sagrado (Bíblia) de antemão, destruir Sodoma e Gomorra deixa claro isso, Deus fez o homem com base na sua imagem, logo agi como um semideus, sendo feita a sua vontade.

Ser socializada como mulher, com tudo que engloba o universo heterocentrado do que é considerado feminino, é uma das primeiras formas de vulnerabilização à qual uma mulher cisgênero é exposta. Os tabus de sexo que afastam conversas úteis para entendermos os limites que temos direito de exigir. O estado naturalizado de desconforto, causado pela eterna noção de *bons modos*, facilita situações onde compreendemos ser fundamental suportar o que não nos agrada completamente. As brincadeiras que nos posicionam, desde muito cedo, nos lugares aos quais é importante nos sentirmos pertencentes e de onde, subjetivamente, precisamos estar familiarizadas e conscientes. Esses papéis de gênero, para além da doutrinação a que se referem enquanto posições sociais, sugerem a própria noção de mulheridade e feminilidade; portanto, a existência de manifestações dissidentes não deverão ser toleradas.

Pois bem, é nessa dissidência que eu me encontro desde que tenho consciência de ser. A existência incômoda, parcialmente tolerável, passível de repreensão, de correção para encaixe. Verdade seja dita, esse incômodo nunca foi endógeno, mas sempre existiu, e até que fosse localizado como vindo de fora me mantinha em estado de alerta e sobressalto. Estado que me obrigava a performar (mal e porcamente) qualquer que fosse a teatralidade necessária, ainda que na média, às vezes pegando uma recuperação aqui, uma prova final ali.

Conforme o tempo foi passando, a urgência do meu corpo cada vez tolerava menos interpretações de papéis que não pagavam o suficiente nem para a cerveja clandestina no final da aula.

Cansei.

Aquele cansaço adolescente que, ou se enfia debaixo do edredom com pequenos comprimidos e algumas lâminas, ou implode tudo à volta.

Comigo foi Hiroshima, com o mesmo ódio e violência, embora me quisessem Cuba!

Depois do corpo desnudo, cheio de marcas dos anos em que se encontrou amarrado por elásticos e conceitos, a verdade passou a ser não dita, brutalmente. Esse corpo passou a expressar uma linguagem, o não dito dito que encarna o caráter da significação.

E o tanto que meu corpo dizia, sem a boca mexer, revelou mais o sentido das coisas ostentadas do que o que tanto era necessário dissimular.

O jogo não é óbvio. Como qualquer jogo de poder, é vil, canalha e mascarado. Se refere mais ao que o outro não deseja enxergar com os olhos, para não ter que validar como possibilidade, do que a pretensa ideia de que o assunto é por demais rizomático.

Nesse entremeio chamado romanticamente de viver, resistir e agir são as únicas alternativas para vivências dissidentes. E até entender que se mata por isso, foram diversas quase-mortes por qualquer outra coisa. Até coisificar a si. Até ser inacreditavelmente necessário se enxergar através da *etereidade* magnificante do outro.

E o desafio aqui é tentar não se vilipendiar no processo. Resistam, butches¹!

¹Termo em inglês, ressignificado, que designa mulheres lésbicas que não performam feminilidade. Historicamente o termo era usado de forma pejorativa, em uma tentativa de heteronormatização das relações lésbicas.

1 - INTRODUÇÃO

A lagoa de lágrimas

E aqui chegamos, senhores. Chegamos na era onde as mulheres finalmente soltaram as suas asas e começaram a escravizar a raça humana, a utilizar nosso sangue para lubrificar as máquinas de ódio e desprezo para com as pessoas de bem, a utilizar nossa carne para continuar a alimentar as ideias de dominação pelo maldito prazer sentimental, e a utilizar as nossas almas para servirem como combustível e incentivo aos batalhões feministas e esquerdistas que se utilizaram da ignorância do homem moderno como forma de escafederem com o nosso planeta. Se fosse possível pegar cada moça, esposa, namorada, solteira, lésbica, bissexual e promíscua que já existiu; amarrar todas em cima de um monte; jogar ácido por entre suas vísceras; queimar o corpo de cada uma com vela e enxofre; introduzir madeira, ferro quente, bronze e aço por todos os orifícios do seu corpo; quebrar cada osso de sua existência e mutilar cada carne de sua forma terrestre; e depois triturar todas elas, formando uma pasta escrota e tosca, que queimariamos eternamente essas sobras, como uma forma de diminuir os extragos que elas fizeram enquanto existiam e manipulavam a vida no planeta, e depois pegariamos os restos da sobra de tudo isso, e jogariamos no núcleo terrestre, para impedir que alguém se lembre de pelo menos um milésimo do pavor que elas geraram em nossas mentes, e evitar que um dia alguém traga pelo menos um milionésimo do horror e caos que poderia gerar em nosso mundo apenas pela ideia de que pelo menos UMA mulher poderia voltar a pisar na crosta de nosso planeta.² [sic]

A necessidade de investir em uma pesquisa que analisa discursos de ódio e torná-la científica, nasceu muito depois de eu tomar conhecimento sobre o assunto a ser investigado. Foi concebida anos e anos depois de eu me reconhecer como alvo legítimo do que vem agora, finalmente, a ser o objeto deste estudo. Essa pesquisa serve, antes de qualquer coisa, para que eu tenha a oportunidade de me deslocar desse lugar marcado de objetificação e abjeção que me foi predestinado.

Deparei-me com o termo masculinismo em 2011, quando o massacre de Realengo, ocorrido em uma escola no Rio de Janeiro, deixou 10 meninas e 2 meninos mortos (Atirador entra em Escola, 2011). A retórica sobre o crime ter sido de ódio de gênero foi argumentada pela professora Dolores Aronovich, em seu blog Escreva Lola Escreva³. Nenhuma outra instituição, seja

² Link para verificação: <https://wikinet.pro/wiki/Mulher>

³ Blogue da Professora Dolores Aronovich "Lola": <https://cutt.ly/8cE7dgy>

investigativa ou midiática, sugeriu uma linha sequer que se aproximasse da teoria levantada por Lola ainda que, em entrevista, o estudante Mateus Moraes, de 13 anos, sobrevivente do massacre, tenha afirmado que “ele matava as meninas com tiros na cabeça. Nas meninas, ele atirava para matar. Nos meninos, os tiros eram só para machucar, nos braços ou nas pernas” (Costa, 2011).

Assim eu conheci o movimento masculinista, através das denúncias que o blog apresentava sobre organizações de homens, em ambiente online, que promovem discursos de ódio contra mulheres e populações vulnerabilizadas socialmente.

A lógica central desse movimento, de meados de 1970, é que os verdadeiros sujeitos oprimidos são os homens e meninos brancos, cisgêneros e heterossexuais. O movimento masculinista nasceu como forma de frear as poucas conquistas que o movimento feminista vinha lentamente galgando (Germano & Korte, 2014).

Tendo sua origem atribuída a movimentos surgidos na Inglaterra, alguns homens iniciaram um debate levantando questões de desigualdade de gênero, mas do gênero masculino. De acordo com Zeger (2019), as reivindicações mais difundidas são em relação a disputas judiciais em casos da guarda das crias. Esses homens reclamam contra uma possível tendência dos tribunais de entregar a guarda sempre para as mães. A segunda reivindicação mais recorrente diz respeito à violência doméstica, porém essa violência seria praticada contra os homens e em maior número, mas aqui a desculpa que se dá em relação à discrepância de dados institucionais vem do fato de os homens, por vergonha, não apresentarem denúncia.

Somente essas duas reivindicações dariam toda uma tese, uma vez que podemos, antes de mais nada, atribuir ao próprio sistema patriarcal, que credita às mulheres lugares compulsórios de trabalho não remunerado, os cuidados de terceiros, do lar e das crias. Segundo, em relação à violência doméstica, o Brasil, por exemplo, fechou o ano de 2019 com 1 milhão de processos de violência doméstica e 5,1 mil processos de feminicídio (em tramitação judicial), sendo que esse número representa um aumento de 10% dos casos em relação ao ano de 2018 (Bandeira, 2020).

A Organização das Nações Unidas (ONU) reúne 193 países-membros e, desde 1945, atua com o objetivo de tentar resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Em 2018, seu secretário-geral, António Guterres, declarou durante o lançamento da campanha #HEARMETOO⁴ que:

a violência contra as mulheres e meninas, em todas as suas formas, é a manifestação de uma profunda falta de respeito, o fracasso dos homens em reconhecer a igualdade e a dignidade

⁴ “Me escute também” - Campanha lançada pela Organização das Nações Unidas, pelo fim da violência contra as mulheres. No Brasil, acontece do dia 25 de novembro (dia internacional para eliminação da violência contra as mulheres) e segue até o dia 10 de dezembro (dia dos direitos humanos).

inerentes às mulheres. É um problema de direitos humanos fundamentais. Essa também é uma questão profundamente política. A violência contra as mulheres está ligada a questões mais amplas de poder e controle nas nossas sociedades. Vivemos num mundo dominado pelos homens. As mulheres se tornam vulneráveis à violência por meio das múltiplas maneiras pelas quais nós as mantemos em (condições de) desigualdade (Organização das Nações Unidas [ONU], 2018).

Forçosamente indo na contramão de qualquer teoria técnico-científica, o que se observa nos espaços masculinistas online é uma vasta disseminação de conteúdo falso, dados de pesquisas sem referências, reverência a feminicidas e protagonistas de massacres, um culto de ódio às mulheres e a troca, entre os usuários, de técnicas para cometimento de crimes, como é possível observar neste comentário retirado de uma - já extinta - página de rede social:

Dicas - dopar uma novinha para estuprar - para quem quiser estuprar uma novinha e sem risco recomendo usar o ----- . Eu aconselho o ----- ele é perfeito para isso e já bem usado no drink Boa Noite Cinderela. agora a quantidade depende da vítima.se por criança de 6 anos ou uma menina de 15 anos, gorda ou magra tem mdiferença mas Tem a Posologia na bula vamos estuprar e filmar e meter na netnãõ tenha medo seja feliz e compartilhe com os amigos do blog eu mesmo já fiz esse golpe 4x meninas de 7 9 12 e 17 anos foi perfeito recomendo⁵ [sic]

Assim, desde o primeiro contato com o movimento, meu interesse sempre foi em relação ao discurso e como ele se multiplica de maneira veloz, impulsionado mais recentemente pela internet. Como essas organizações se estruturam em torno de práticas (muitas, inclusive, criminosas) e como os conteúdos conseguem gerar uma sensação de pertencimento e coletivismo, que facilita a divulgação de teorias contrárias aos direitos humanos, sempre na tentativa de relativizar quem seriam esses sujeitos dignos de terem sua humanidade assegurada.

O masculinismo - ou movimento masculinista, ou movimento pelos direitos dos homens - se sustenta na reivindicação de direitos que, supostamente, foram perdidos na medida em que o mundo se tornou um lugar no qual as mulheres detêm todos os privilégios.

Essa *perda de direitos*, retórica bastante observada nos espaços masculinistas, é o que sugere a necessidade de uma organização pró-masculina baseada nas disputas que se propõem batalhar, por exemplo: violência doméstica sofrida por homens - como sendo superior à violência sofrida por mulheres; políticas públicas de saúde e educação - que beneficiam mulheres e negligenciam

⁵ Link para verificação: <https://cutt.ly/7cE7baH>

homens; opressão que a sociedade imprime sobre o homem branco, cisgênero e heterossexual; direitos irrevogáveis de paternidade afetiva - sugerindo que o judiciário deprecia propositalmente os pais; o direito de optar por não criar um filho/a; incidência de violência sexual maior entre vítimas do sexo masculino, em relação ao sexo feminino; a ideia de uma epidemia global de falsas denúncias de abuso sexual; status social (padrões de beleza e classe social) - que transforma os homens em objetos descartáveis e liberdade para homens exercerem sua masculinidade sem serem emasculados pela nova moda do politicamente correto.

Acontece que, sem respaldo técnico-científico e sem números que comprovem essas afirmativas, as únicas alternativas que restam são os ataques violentos e as fake news, recentemente (e impulsionadas pela internet), as que obtêm melhores resultados de opinião pública e que, com o passar dos anos, tendem a permear o espectro do senso comum. E é aí, exatamente nesse ponto, que está o sucesso: quando as narrativas engendradas e estrategicamente difundidas passam a compor uma espécie de herança social, como se vindas de experiências acumuladas por certos grupos sociais. Portanto, é indispensável argumentar sobre como o conceito de senso comum está intrinsecamente ligado à ideia de hegemonia.

Gramsci (1999) defende a impossibilidade de ruptura entre o que ele chama de filosofia popular da filosofia científica, por entender que, no cerne que tange o senso comum, existe o bom senso situado social e historicamente, racional e coerente, pontuando a expressão de uma realidade que fora levada em consideração. Porém, argumenta que o senso comum é difundido na religião e no folclore para popularizar um entendimento dogmático incoerente, acrítico e individualista. Dessa forma, os grupos considerados socialmente vulneráveis aceitam essa concepção de mundo - independente da elaboração ter sido operacionalizada em uma realidade de mundo da qual eles não fazem parte - o que resulta em uma natureza conformista, obediente e que, pela lógica da explicação, se auto sabota.

Quando situamos o senso comum dentro da realidade brasileira e apontamos para uma massificação dogmática, prática utilizada pelas organizações masculinistas, podemos ampliar a discussão sobre o conteúdo de ódio de gênero em seus discursos e abranger a questão levantada por Gramsci - da popularização proposital da incoerência -, por exemplo, ao constatar a ausência do Estado na criminalização do discurso de ódio de gênero e na recusa sistemática das instituições em verificar a relação desses discursos com crimes de ódio de gênero.

Portanto, se faz necessário pensar sobre a inexistência de leis que coíbam as violências e os crimes cometidos *na* ou *através da* internet, uma vez que o impacto das elaborações produzidas em ambiente digital incluem a revogação de toda a base de defesa da dignidade humana - até que sejam rompidas as barreiras da rede e os discursos de ódio se transformem em atentados e assassinatos.

Apesar da recente conquista alcançada com a criação da lei 13.642/2018 - mais conhecida como Lei Lola -, que atribui à Polícia Federal a responsabilidade por investigação de crimes de ódio pela internet contra mulheres, não é observada qualquer manifestação que vise conter a popularização e proliferação de páginas com conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. A inaplicabilidade da lei pode ser observada na falta de elementos que caracterizem o que seria o crime, atendo-se somente a indicar que esfera seria responsável por uma eventual investigação.

O atual presidente da república do Brasil sancionou, em 2021, uma lei que tipifica o crime de perseguição, conhecido como stalking - inclusive o cyberstalking -, que ameace a integridade física e psicológica de alguém. O crime prevê pena de 15 dias a dois meses de reclusão e multa e, em casos que “o crime for cometido contra criança, adolescente, idoso ou contra mulher por razões de gênero, ou no caso do uso de armas ou da participação de duas ou mais pessoas”, o crime terá um acréscimo de 50% na penalização, sendo de seis meses a dois anos de reclusão. Contudo, por se tratar de crime com pena de menos de oito anos, dificilmente terminará em prisão em regime fechado (Lei que Criminaliza, 2021).

A discussão levantada sobre a inaplicabilidade da lei Lola ou sobre a ineficiência da criminalização do stalking se dá por dois aspectos importantes de serem analisados: 1) quando não há previsão de lei que criminalize a misoginia, como acontece com o racismo, o objeto - que definiria a abertura de um processo investigativo ou a aplicação de uma consequente pena - se torna indeterminado. O argumento sobre liberdade de expressão esbarra na descaracterização de um discurso “X” que venha a ferir a dignidade ou ameaçar a integridade física e psicológica; 2) ainda sobre dignidade e integridade, esses pressupostos estão colados a um indivíduo que seja reconhecido por nome, cpf e endereço. Portanto, sem que haja uma personalização, nem a lei Lola, nem o crime de cyberstalking serão facilmente determinados, tampouco servirão para abranger a categoria de discurso de ódio de gênero.

O massacre de Suzano, em 2019, exemplifica a necessidade de discutirmos a criminalização do discurso de ódio de gênero, especialmente a criminalização de espaços dedicados a ele. Dois atiradores, Guilherme Tauci Monteiro e Luiz Henrique de Castro, invadiram a Escola Raul Brasil, da qual eram ex-estudantes, dispararam contra funcionárias, alunos, alunas e posteriormente um matou o outro e se suicidou. A polícia teve acesso aos computadores dos assassinos e pode verificar que o crime foi orientado e estruturado pela internet, através de uma organização masculinista articulada na deep web, conhecida pela alcunha de *dogolachan*⁶. Embora haja evidências, como

⁶ Dogolachan é uma associação ao nome dogola (um cachorro que virou meme) + chan (canal em inglês). Os chans, como são conhecidos internacionalmente, são espaços digitais com domínios na deep web ou protegidos por uma virtual private network (VPN - rede privada virtual) que garante o anonimato e dificulta que sejam feitos rastreios por se

mensagem de agradecimento de um dos assassinos para o moderador do chan - por toda ajuda na compra das armas - e, depois do massacre, uma mensagem de agradecimento desse mesmo moderador para o assassino morto, a polícia concluiu o inquérito em 80 dias, sem mencionar, investigar ou indiciar a organização masculinista ou qualquer membro (Cruz, 2019).

Após o golpe de 2016, que retirou a presidenta Dilma Rousseff do cargo, sob alegação de crimes dos quais ela posteriormente foi inocentada, o Brasil foi marcado por estratégias políticas baseadas na disseminação de notícias falsas que pudessem sustentar as narrativas utilizadas para que o golpe acontecesse. As eleições seguintes, que deram a vitória ao candidato de extrema-direita, foram fundamentadas por uma campanha associada a um profundo discurso de ódio às minorias políticas somado às já mencionadas notícias falsas (Barragán, 2018), assentando o ano de 2018 como evidência de uma reorganização social. Essa reorganização social, arquitetada totalmente pela internet, deixa brecha para que possamos trazer para o campo da discussão a quem interessa que a rede seja mantida sem jurisdição e sem legislação. Somos convocadas a pensar sobre o neoliberalismo no desenvolvimento da inteligência artificial pela qual as plataformas digitais operam, nossa implicação enquanto sujeitos, o papel do Estado na proteção da sociedade e do estado de direito, no enfraquecimento da democracia e na atuação das organizações masculinistas no trabalho base de controle das narrativas hegemônicas.

Mas, para que qualquer movimento de resistência seja articulado, é preciso que entendamos sobre as engrenagens que possibilitam que esse sistema de opressão permaneça girando. É preciso, antes até do reconhecimento da existência de grupos extremistas, que nos esforcemos para compreender como essa tecnologia de poder que são os discursos, produzem saberes, desejos, hierarquizações, normatizações e subjetivações.

Foucault (2004) vai colaborar nesse entendimento dos processos de subjetivação, quando argumenta que a constituição do eu se dá à base da interpelação do outro, através de imposições exógenas, produto das relações de saber-poder. Essas relações vão se configurar com o próprio sujeito se entendendo a partir da possibilidade de se apropriar de determinado discurso. Portanto, um discurso vai se tornar relevante ou não, a depender de como o sujeito se relaciona com objeto desse discurso e isso vai ser determinado em uma fase anterior ao momento de se estabelecer ou não essa relação. Em contrapartida, ainda que o sujeito se constitua através de tudo aquilo que lhe é imposto pela sociedade, pela cultura e pelo seu grupo social através dos discursos, essa relação se

encontrarem alocadas virtualmente em lugares que não correspondem ao local real de onde são acessados os computadores conectados. No mais, Dogola é um cachorro branco. A cor do cachorro não é aleatória. Durante muitas décadas, racistas treinaram cães, em geral brancos, para atacar pessoas negras. Indico um filme interessante sobre isso, *White Dog*, de 1982, dirigido por Samuel Fuller.

mantém instável, móvel, reversível e é feita gradualmente, fundamentada na existência indiscutível de uma liberdade que contemple ambas partes.

Isso nos leva a considerar que, em *O sujeito e o Poder*, Foucault (1995) postula a operacionalização do poder durante esse processo de subjetivação inequivocamente com as normas impostas. Seria uma maneira de imaginar que todos os sujeitos se constituem dentro dos padrões sociais hegemônicos, inclusive quando dissidentes. Porém, há de se levantar um questionamento sobre a fixidez dessa normatização na medida em que elas necessitam ser reafirmadas o tempo inteiro, como fazem os masculinistas. Talvez nessa fissura provocada pela não-linearidade, podemos pensar que a subjetivação não se refere a um sujeito ontológico e que as normas não são metafísicas. Em dado momento, o sujeito se relaciona com o objeto ou se encontra violentado por ele.

Em um primeiro momento da sua carreira, Foucault examina como o discurso alcança o status de verdade, e minha pesquisa, por sua vez, tem por objetivo refletir, assim como o autor já em suas reformulações, sob quais condições políticas, econômicas e históricas é possível o surgimento de determinado discurso.

Ter partido do final para o início me força a recorrer, agora, à filósofa Judith Butler para argumentar que para haver discurso é preciso que haja corpo; dessa forma, para que exista discurso de ódio, é preciso que existam mecanismos que possibilitem a existência de corpos descartáveis e grupos que confirmem (ou retirem) a inteligibilidade desses corpos. A autora não questiona o grau ou amplitude dessa inteligibilidade, mas a impossibilidade de serem sequer elevados à categoria de humanos. Constituir-se parte do outro e da inteligibilidade que o outro nos confere, por meio dos mecanismos de poder/saber/verdade através do discurso, seria uma forma de categorizar os corpos como inteligíveis ou não em uma espécie de hierarquia para controle social (Butler, 2004).

Em minhas buscas iniciais, deparei-me com dois sites masculinistas brasileiros - *silvio koerich - o perdedor mais foda do mundo*⁷ - e *homens sanctos*⁸, ambos com características similares de conteúdo misógino, supremacista racial, de extrema-direita, fundamentalista religioso e lesbofóbico, e que disseminam táticas de violência contra lésbicas (tal como manual de penetração corretiva), e maneiras de combater feministas, lgbs e negros. Costumam enaltecer como mártires

⁷ Link para conferência: <https://cutt.ly/ygzWQJ8>.

⁸ Link para conferência: <https://vk.com/club159447966> ou <https://homensanctos.wordpress.com/>

peças envolvidas em massacres, genocídios e assassinatos em série, como *wellington menezes*⁹, *anders breivik*¹⁰, *ted bundy*¹¹, *elliott rodger*¹², *adolf hitler*¹³, *george sodini*¹⁴ e *charles manson*¹⁵.

E do não-lugar que meu corpo lésbico (que não performa feminilidade) ocupa, sentindo a latência desse movimento organizado crescer de forma exponencial e percebendo como o Estado e a sociedade gradativa e propositalmente negligenciam as vivências “desviantes”, decidi me aprofundar nessa “cultura” do masculinismo. Da tentativa de reafirmar que o sistema capitalista/cristão/patriarcal não reconhece os corpos e as existências de mulheres, especialmente as lésbicas, surge a necessidade de identificar como esse movimento se articula na própria sociedade, onde esses discursos podem ser encontrados e se atingem as esferas públicas e privadas.

Butler (2014, p. 42) afirma que “o gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas ele poderia ser muito bem o dispositivo pelo qual estes termos são desconstruídos e desnaturalizados”.

E entre o que é e o que se pode ser, é que se manifestam as vivências dissidentes, onde se faz possível existir partindo de modos de subjetivação que tensionam bordas preexistentes, exatamente por não serem da ordem natural das coisas, tornando possível uma resistência. Portanto, é preciso diferenciar a noção de subjetividade estruturalista - que segue perpetrando uma hierarquia binária cisheteronormativa sustentada pela diferença sexual - daquela que pode subverter as normatizações, através de concepções históricas.

Dos sujeitos localizados como produtores dos conceitos e teorias que dão base aos movimentos masculinistas, e que me servirão para analisar esses discursos, destaco Ernest Belford Bax, jornalista britânico, socialista, estudioso de Marx, Kant e Schopenhauer, autor de *The legal subjection of men*¹⁶, publicado em 1908/2018 em resposta ao filósofo e entusiasta dos direitos das mulheres, John Stuart Mill, que havia publicado em 1869/2013 um ensaio intitulado *The Subjection of Women*¹⁷. Em 1913, Bax publicou *The fraud of feminism*¹⁸, no qual relata os imensos e

⁹Assassino de 10 meninas e 2 meninos em uma escola de Realengo, em 2011, sob alegação de ter sofrido rejeição e bullying.

¹⁰Terrorista cristão de extrema-direita que matou 77 pessoas na Noruega, em 2011, das quais 69 eram jovens do partido dos trabalhadores.

¹¹Estuprador e assassino confesso de 30 mulheres, na década de 70, nos EUA.

¹²Assassino em massa de Isla Vista, Califórnia, matou 6 pessoas em 2014 sob o pretexto de ser virgem aos 22 anos e rejeitado pelas mulheres.

¹³Dispensa comentários. Ver holocausto.

¹⁴Assassino em massa que, em 2009, atirou em 13 mulheres em uma academia na Pensilvânia, matando 4 delas, sob o pretexto de não fazer sexo há 20 anos.

¹⁵Líder de uma seita que tinha como objetivo promover uma guerra racial. Seus seguidores cometeram uma série de 9 assassinatos, em 1969, nos EUA.

¹⁶Tradução: A submissão legal dos homens

¹⁷Tradução: A submissão das mulheres

¹⁸Tradução: A fraude do feminismo

irreparáveis efeitos hostis do feminismo. Importante destacar que Bax atacava o movimento sufragista iniciado em 1897, que reivindicava o direito das mulheres de votar.

Outro conhecido do masculinismo é Richard Alan Gardner, um psiquiatra norte-americano que, em 1985, introduziu o termo síndrome da alienação parental (SAP) em um documento, descrevendo essa suposta síndrome como um conjunto de sintomas que ele tinha notado durante o início de 1980 em suas observações pessoais e nos diversos casos em que atuou como testemunha especializada, em favor de pais acusados de molestar seus filhos. Para Gardner (1998), a síndrome é um distúrbio de crianças que surge quase que exclusivamente em disputas de custódia, nas quais um dos pais (geralmente a mãe) programa a criança para odiar o outro genitor (geralmente o pai).

O psiquiatra tem uma longa lista de artigos publicados e em muitos é possível observar de onde ele conseguiu concluir a teoria da SAP, por exemplo, quando ele afirma que “abuso sexual não é necessariamente traumático; o que determina se o abuso sexual será traumático para a criança é a atitude social em relação a esses encontros” (Gardner, 1992, p. 670-71).

Em 2001, dois anos antes de se suicidar, Gardner recebeu a medalha real, concedida pela monarca britânica. A condecoração premia as personalidades que mais contribuíram para o avanço do conhecimento da natureza e nos campos das ciências aplicadas. Em 2019 (com pelo menos duas décadas de atraso), acusações de estupro e pedofilia recaem sobre o filho dessa mesma monarca, o (ex) príncipe Andrew¹⁹.

Para além de Bax e Gardner, essa pesquisa vai abordar as teorias de Warren Farrel, doutor em filosofia, professor universitário e autor de livros como *The myth of male power*²⁰, lançado em 1993/2002, talvez o mais controverso, no qual Farrel contesta o poder do homem em larga vantagem sobre a mulher e afirma que homens cisgêneros e heterossexuais são obrigados a ganhar mais dinheiro que as mulheres para conquistar seu amor. Assim como Miles Groth, filósofo e psicólogo, ativista dos direitos dos homens, defensor de centros masculinos em campi universitários e da ideia de que vivemos uma onda de sexismo anti-masculino. Por fim, utilizarei as teorias de Jack Donovan, “autor considerado um dos 15 maiores influentes pensadores da extrema-direita” (Machado, 2019), um homem branco, homossexual que se intitula “anarco-fascista” e utiliza das teorias de Nietzsche para naturalizar a escravidão e o genocídio de mulheres. Ainda que eu discorde quando a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado menciona Donovan como um *pensador*, é indiscutível o impacto de suas teorias.

Na década em que antagonizar o reacionarismo tornou-se indispensável para as existências não-hegemônicas e desviantes, o uso das plataformas digitais precisa ser entendido tal qual a vida em sociedade, portanto, encarado da mesma forma que todos os outros ambientes e instituições que

¹⁹ Ex-príncipe acusado de pedofilia e abuso sexual: link <https://cutt.ly/IgslAT3>

²⁰ Tradução: O mito do poder masculino

promovem controle social, relações de poder, modos de subjetivação, disciplinarização e normatização - todas encarapuçadas de democracia, mas todas em caráter hegemônico coercitivo.

Precisamos estar cientes e atentas à enorme produção de conteúdo que a internet viabiliza, como isso afeta os sujeitos e como a segunda metade do século 21 está dedicada inteiramente a reformulações da sociedade por meio digital. Em 2018, um levantamento feito pelo TIC Domicílios (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação [CETIC], 2019), divulgado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, apurou que 44,7 milhões de pessoas haviam produzido conteúdo digital individual, em 2019 já éramos 134 milhões de usuários, ou seja, 74% da população com 10 anos ou mais (CETIC, 2020). Essa intensificação crescente permite à internet ser o local, também, onde as pautas políticas, que envolvem as minorias políticas, mais consigam impulsionamento. Por conta desse volume de informações sendo publicadas, os movimentos sociais conseguem gerar discussões sobre questões tabus que jamais foram e, provavelmente, jamais seriam abordadas pela mídia hegemônica ou em instituições públicas. Política, capitalismo, ativismos, direito, psicologia, saúde, consumo, comportamento, lazer, relações sociais, família, religião e mercados de trabalho - a sociedade está passando por uma reorganização da qual não se tem controle, nem precedentes.

As narrativas estão, como sempre estiveram, sendo disputadas politicamente. Portanto, é necessário que tenhamos senso crítico para iniciar discussões e apoiar a produção de conteúdos e, na mesma proporção, criar bordas que sejam capazes de acompanhar essa aceleração, do contrário vamos importar a idade média europeia em uma espécie de *ciberidademédia*.

Vale considerar que, para além das instituições como estado, igreja, família, escola ou prisão, estrategicamente utilizadas para normatização e produções de saber-poder, é possível identificar discursos misóginos em qualquer segmento social, seja em produções cinematográficas, musicais, literárias, dramatúrgicas, teatrais, televisivas ou jornalísticas.

Seja na naturalização de um beijo na princesa²¹ que se supunha morta, na fixação de Dodgson²² em Alice, de 7 anos, ou nos versos eternizados de Vinícius de Moraes, que afirma:

Uma mulher tem que ter qualquer coisa além da beleza, qualquer coisa de triste... um molejo de amor machucado, uma beleza que vem da tristeza de se saber mulher, feita apenas para amar, para sofrer pelo seu amor e para ser só perdão.

O padrão que se estabelece é o de que mulheres não podem ser livres em suas expressões, escolhas ou decisões, senhoras de seus corpos e de sua sexualidade. Não podem figurar em posições de destaque ou hierarquicamente superiores aos homens. Mulheres têm de permanecer em posição de

²¹ Branca de Neve.

²² Autor de Alice no País das Maravilhas.

medo, daquele paralisante que impede de reagir, enquanto seguem sendo torturadas física e psicologicamente. Nossas vivências cerceadas de enunciar, nossos corpos como máquinas de trabalho e reprodução. Nem mortas nossa memória e nossos corpos são respeitados.

Para a sociedade que consome e reproduz, sem criticidade, conteúdo misógino, uma resposta: “É preciso ser um cretino ou alguém asquerosamente desonesto para considerar uma opressão insuportável e a outra, cheia de poesia” (Despentes, 2016, p. 22).

Finalizando esta primeira parte, gostaria de deixar registrado que qualquer discurso de ódio carrega em si embasamento histórico, qualquer violência física, verbal ou escrita se apoia nas mesmas estruturas de opressão que fundamentam a sociedade patriarcal/capitalista/cristã. Como identificar um discurso misógino, se nele não houver elementos socio-históricos que remontam idos de uma sociedade baseada na mercantilização, demonização e submissão dos corpos femininos...e uma ode por quem o profere?

Vinícius que o diga!

2 - PROBLEMA

Butler (1998) vai nos mostrar que a melhor estratégia de enfrentamento consiste em historicizar, localizar e ressignificar o sujeito, infinitas vezes, pela noção de que as relações de saber, de produção de verdade e de poder jamais cessam. Uma vez que tomo como partida, nesta pesquisa, uma premissa na qual o sujeito não é centralizado, ao invés de somente deslocar a investigação do sujeito para o enunciado, pretendo traçar um paralelo entre duas investigações: quem são os sujeitos políticos que figuram no campo semântico dessa produção de saber/verdade/poder e que enunciados se proliferam através dessa prática discursiva.

Portanto, tenho por objetivo geral mapear alguns discursos presentes nos movimentos masculinistas entre os anos de 2008 e 2020. Essa delimitação temporal se refere ao surgimento e notabilidade de uma das primeiras páginas masculinistas em rede social brasileira, datada de 2008 - ELOÁ VIROU PRESUNTO - FOI TARD3, e a proliferação desses espaços em ambiente digital, sua influência na eleição presidencial de 2018 e os desenrolares sociopolíticos até o ano de 2020.

3 - ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Na década de 1990, chegava ao Brasil a edição da obra *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari (1995) e, através do conceito de rizoma²³ apresentado, vai nos possibilitar caminhar por uma noção de cartografia, pela perspectiva de investigação processual, centrada na ideia do conhecimento que se constrói durante essa investigação.

O impacto epistemológico dos autores, na filosofia, possibilita extensão ao campo das ciências humanas através de uma produção investigativa, de produção de conhecimento contínuo e intervencionista. Portanto, a cartografia não vai tratar de estruturar um método, mas de acompanhar o desenrolar dos processos de saber-poder-subjetivação, afastando-se da rigidez de ter um objeto ligado a um sujeito.

Assim, quando falo da amplitude de possibilidades de que a cartografia dispõe, falo principalmente da sua constituição enquanto conceito e seus incontáveis desenrolares. Refiro-me a cartografar partindo de uma lógica de multiplicidade social que, ao contrário da unicidade em acompanhar manifestações de exceção, propõe escutar essas ramificações que vão se apresentando através das relações de poder/saber, dos dispositivos de produção, jogos de verdade, enunciações e as subjetivações daí produzidas (Prado Filho & Teti, 2013).

A noção de rizoma, assim sendo, vai servir de análise, também, para a própria constituição do pensamento de quem produz a pesquisa, seus atravessamentos e contextualizações, já que

²³ Modelo epistemológico em que a organização de elementos não segue orientação subordinada, sendo possível que qualquer elemento possa incidir ou afetar qualquer outro.

trabalhar com essa metodologia implica em figurar direta e constantemente no processo cartográfico.

Em *O que é a filosofia*, Deleuze e Guattari (1992) vão se opor ao pensamento inato e natural, e caracterizá-lo como sendo da ordem das pluralidades, multiplicidades e do presente, portanto em constante movimento, em constante reorganização, em constante construção.

Dessa mesma forma, a cartografia não se apresenta como uma metodologia estática - ao contrário - se apresenta como possibilidade de investigar os fenômenos sociais, produzir análises críticas e técnicas de enfrentamento *durante* a manifestação desses fenômenos, em meio aos efeitos observados socialmente. Não obstante, não exclui a história das coisas, não se abstém de remontar os eventos que deram origem a esses fenômenos sociais, tampouco exclui a análise discursiva. Se impõe atemporalmente criando estruturas de exposição das linhas de força micropolíticas (Prado Filho & Teti, 2013).

De maneira geral, a cartografia tem como ponto base os dispositivos e Foucault reúne, de forma dispersa, em *Vigiar e Punir* (2014a) e *A vontade de saber* (2014b), características que definem a ideia de dispositivo como sendo uma máquina diversa, móvel, estratégica, complexa e de produção de subjetividade. Deleuze (1990, p. 155), em *O que é um dispositivo?*, os descreve como “máquinas de fazer ver e de fazer falar”, e isso se dá através dos sujeitos, da linguagem, dos objetos e das forças, todos agindo de modo heterogêneo e assimétrico.

Cartografar, então, seria desenlaçar esses dispositivos. Assim sendo, esta pesquisa se permite mergulhar mais profundamente nas possibilidades e multiplicidades dos traçados cartográficos, agregando relatos capturados durante as horas que chamo de “falatório” - em referência à Stella do Patrocínio (2001) - entre mim e a professora e ativista Lola Aronovich.

Seja Stella, mulher preta encarcerada propositalmente como louca, em um processo de eugenia e violência de gênero, ou Lola, nas décadas em que é obrigada a conviver com as ameaças diárias contra sua vida, o conceito de falatório, articulado por Stella, transita no campo da resistência. Elas falaram e permanecem falando...Stella ecoa mesmo morta - infelizmente muito mais depois de morta. O falatório delas não permite que ninguém descanse, e é imperativo que torne-se ensurdecador - de outra forma seguiremos morrendo à míngua, sem direito sequer de soluçar.

Como sumidade no assunto, Lola não se intimida, e segue incansável na tentativa de caracterizar essas organizações como células terroristas, que se fortalecem através da propagação dos discursos de ódio e violência de gênero. Dito isso, me reservo o direito e com anuência da própria Lola Aronovich, de referenciar, em momentos oportunos, as informações disponibilizadas nesses encontros da seguinte maneira: Lola (2021) ou (Lola, 2021).

Para o presente trabalho, a cartografia vai permitir acompanhar os discursos masculinistas entre os anos de 2008 e 2020, considerando a produção de enunciados e seus efeitos na esfera social a partir do mapeamento da história dos movimentos masculinistas no Brasil.

4 - CAMINHOS ANALÍTICOS

Uma vez que a cartografia não é um processo de coleta de dados, já que a informação que vem de um sujeito não é o sujeito em si, o desafio a que se propõe essa pesquisa está na localização dos enunciados. Para Foucault (2012), para haver enunciado é preciso que haja signo e a linguagem está cheia de signos; portanto, enunciados não são fixos, não são frases, não são estruturas, mas é linguístico e assim sendo estabelece uma relação entre as palavras e as coisas.

Essa relação vai acontecer por conta dos enunciados terem características históricas, sociais e políticas - o que gera uma sensação de verdade - e essa verdade vai atuar na manutenção, regularidade e repetição enunciativa. Dito isso, talvez a análise nessa pesquisa venha aparecer na busca pelo caráter material que garanta a condição de existência do enunciado.

A verdade sendo pontuada como tendo uma genealogia histórica implica em historicizar os caminhos pelos quais se originou como tal. Como tarefa primordial, busco visitar - para reconstruir - a estrutura pela qual conceitos foram fixados e universalizados.

Quando sugiro me afastar da metafísica de que *as coisas são como são*, proponho apontar que as relações se constroem entre forças e poderes e que a análise dessas relações será observada através de:

- 1) um sistema complexo no qual o objetivo se apresenta na forma como o poder se constrói, sob que condições e em quais efeitos resulta;
- 2) quais narrativas de ódio sustentam os enunciados e quais mecanismos de controle da subjetividade elas exercem;
- 3) quais instituições se apresentam como reguladoras das hierarquizações sociais;
- 4) quais forças antagônicas se apresentam como produtoras de diferenças nas disputas das narrativas;
- 5) como os enunciados se articulam tendo a internet como ponto privilegiado de análise.

Por esses caminhos, que se supõem analíticos, mas nem de longe conservam caráter interpretativo, pretendo utilizar as noções esquizoanalíticas de Corpo Cheio, Corpo Esvaziado e Corpo Canceroso para visualizarmos os trajetos de antiprodução, e o conceito de Corpo Sem Órgãos para sugerir linhas de fuga, de produção cognitiva/afetiva.

5 - RELEVÂNCIA

Enquanto pesquisadora, tenho como maiores anseios três resultados oriundos dos esforços em mapear as organizações masculinistas brasileiras:

1 - Trabalho: O leque de atuação da psicologia pode (e deve) ser ampliado nesse campo que se tornou uma disputa política, quando percebemos que, através de um controle de narrativa, jovens estão sendo cooptados não só por um viés ideológico, mas de ódio de gênero. Jovens que inicialmente buscam conforto e apoio em questões como sexo, relações interpessoais, ansiedade e depressão, encontram organizações masculinistas e coaches comportamentais antes de conseguir acessar uma profissional psi, antes até de ter acesso ao discurso da comunidade psi. Através das instituições públicas, atentas para as questões produzidas nesta pesquisa, será possível construir um diálogo entre comunidade, responsáveis e educadores, não só como alerta, mas principalmente como forma de criar estratégias de enfrentamento.

2 - Ciência: Como se pôde verificar nas buscas iniciais para essa pesquisa, não foram encontrados estudos suficientes que abordem a temática *masculinismo* no Brasil. Com isso, espero contribuir para o desenvolvimento de um campo científico que vise monitorar os grupos de ódio ativos no país, produzindo conhecimento na área de ciências humanas e, assim, jogando luz sobre questões e sujeitos que se beneficiam em permanecer no obscurantismo. Trazer para o campo da discussão e do conhecimento público assuntos que tanto impactam negativamente na qualidade de vida de meninas e mulheres, e o reflexo disso na sociedade em geral.

3 - Devolutiva Social: A exemplo da organização Life After Hate e dos Grupos Reflexivos com homens autores de violência (que serão apresentados no 4º capítulo desta dissertação), que visam recuperar e desconstruir sujeitos forjados em estruturas sociais que posicionam as mulheres e as populações vulnerabilizadas socialmente em lugares de submissão, violência e ódio de gênero, essa pesquisa pretende servir como base para exposição dos grupos de ódio masculinistas brasileiros, entendendo que os dados aqui produzidos deverão ser utilizados como embasamento para: a) reivindicação pela construção de políticas públicas de enfrentamento e combate à violência de gênero e na criminalização do discurso de ódio de gênero em qualquer esfera; b) a construção de um núcleo de ação clínico-político que aposte no coletivo para oxigenar pensamentos e ações, atuante dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, com alunas de graduação e pós-graduação e, para fora dos muros da Universidade, criando diálogo com Instituições Públicas de Educação de jovens e adolescentes para capacitação em educação midiática; distinção entre fato e notícia falsa; formas de combate aos discursos de ódio de gênero; como contribuir sendo agentes não violentos em espaços online; discussões sobre a criação de espaços digitais de segurança; importância da democratização da informação; como pedir ajuda para sair de uma situação de

violência em espaço digital e na criação coletiva de possíveis ações afirmativas em ambiente digital. E, por último, mas não menos importante, essa pesquisa foi concebida e desejada por mim, a partir da incredulidade e sentimento de impotência que experimentei quando descobri há 11 anos essas organizações. Como elas gradativamente se tornaram intrínsecas à onda de conservadorismo que culminou na extrema-direita assumindo o máximo poder Federal do país e, mais de uma década depois, se mantêm em ascensão (como organização), enquanto a sociedade permanece alheia à sua existência, porém sentindo de forma latente seus efeitos.

6 - CAPÍTULO 1

Uma corrida de comitê e uma história comprida

Vários métodos de cura foram testados, ao longo da história. Sigmund Freud teve uma paciente lésbica, chamada pelo pseudônimo de Sidonie Csillar, que ele tentou curar através da psicanálise. Ele não conseguiu, e este foi um dos maiores fracassos de sua carreira. Esta é mais uma evidência de que a psicanálise de Freud é uma pseudociência. No Brasil chegou-se a vislumbrar a possibilidade desta doença poder ser curada através de um programa governamental, porém os grupos organizados de associações gays barraram a proposta do deputado Marco Feliciano. Atualmente, os únicos lugares do mundo onde é possível curar o lesbianismo são Tailândia, Zimbábue, Equador e África do Sul. A cura do lesbianismo se dá através do estupro corretivo. Um das técnicas mais eficazes é estuprar a lésbica várias vezes, vários dias seguidos, até que ela engravide e se apaixone pelo estuprador.²⁴ [sic]

O patriarcado se consolida no século 16, com a reforma protestante revendo o celibato e o recém nascido capitalismo questionando o controle de natalidade. Quando a migração do feudalismo para o capitalismo gerou uma crise demográfica, com uma mortalidade por fome tão enorme na Europa que dizimou parte da população, a saída foi igreja e Estado se unirem para tirar todo e qualquer direito que as mulheres tinham sobre seus corpos, sobre sua sexualidade, retirá-las do mercado de trabalho e empurrá-las para lugares subalternizados como cuidadoras não remuneradas, e servindo como moeda de troca entre os homens que detinham poder econômico e poder sobre suas existências (Federici, 2017).

O discurso eclesiástico serviu como norteador para institucionalizar, sob severas penalidades divinas e humanas, o que hoje conceituamos como heterossexualidade compulsória (Rich, 1980). A

²⁴ Link para conferência: <https://cutt.ly/GcTBKWU>

justificativa para o aprisionamento das mulheres como sendo obra divina que a mulher possa gerar e parir, e jamais fugir de seu destino. Assim como a imposição de que aos homens caberia o sustento da recém criada instituição familiar, novo apogeu de satisfação celestial. Nessa divisão, às mulheres coube trabalho análogo à escravidão, e aos homens o acúmulo de riquezas e capital social.

Federici (2017) aponta que, concomitantemente à proibição do aborto, o estupro passou a condenar as mulheres violentadas, que sofriam penas de prisão e/ou açoitamento, caso fossem estupradas.

Dessa lógica secular que desumaniza os corpos das mulheres, Franca Viola se destaca na história como a primeira mulher a desafiar a justiça quando, depois de estuprada, se negou a casar com o estuprador. Em 1960, na Itália, a lei do reparo consistia em restaurar a honra das mulheres por *praticarem sexo* antes do casamento. Portanto, sendo sexo consensual ou estupro, um casamento (ainda que entre vítima e estuprador), além de reparar a honra, concederia perdão à violação (Centomo, 2018). Essa lei só foi extinguida em 1981.

No Brasil, o casamento por reparação vigorou no código penal até 2005.

Duzentos anos depois da implementação do capitalismo como sistema econômico, em meados de 1792, na França, surge o movimento sufragista, que clamava pelo direito ao voto feminino, não somente para compor a sociedade civil, como para ter a oportunidade de lutar, através da política, por direitos ainda negados às mulheres, como acesso ao mercado de trabalho, à educação, ao direito de propriedade e autonomia do corpo. Assim, paralelamente ao sufrágio, surge o antissufragismo, e ele encontra braços fortes na academia, como aponta Schiebinger (2001):

A revolução na ciência sexual trouxe com ela uma nova apreciação do caráter sexual único da mulher. Entretanto, poucos médicos interessavam-se pelas implicações da diferença na assistência à saúde. Na maioria das vezes, o estudo acadêmico de diferenças sexuais era projetado para manter as mulheres em seu lugar. O século XVIII restabeleceu em novas bases a visão de que "biologia é destino": que o fracasso das mulheres [...] devia ser atribuído à sua "natureza" (p. 214).

Era fundamental estabelecer bases sólidas que garantisse a manutenção dos espaços subalternizados destinados às mulheres, e o determinismo biológico nascido da prestigiosa medicina garante reafirmar o *macho* como biologicamente e, dessa maneira, indiscutivelmente superior à *fêmea*. Em termos populares, seja pela largamente difundida *mulher histérica* ou *lugar de mulher é na cozinha* ou *bicho ruim sangra por sete dias e não morre* ou *mulher no volante, perigo constante* e *prendam suas cabras que meu bode está solto*, os discursos apoiados em uma oportuna, porém

falaciosa referência acadêmica, se conectam a um sistema de signos e simbolizações, que visam perpetuar as relações hierárquicas de poder entre os sexos através da sociedade.

Posto isso, notadamente o século 19 vem carregado de sexismo. Docente em Harvard, Clarke (1873/2012) afirmava que as mulheres não estariam aptas ao ensino superior, uma vez que a menstruação faz o corpo gastar muita energia. Portanto, se essa energia fosse concentrada em outras atividades, como as intelectuais, teria de ser retirada dos órgãos e isso resultaria em infertilidade.

Como pensar sobre o impacto social de uma produção acadêmica, na qual se afirma que o ato de estudar tornaria mulheres incapazes de gerar filhos? A constante necessidade de manter a hierarquização de gênero, por vezes, como nesse exemplo, foi superior à ética profissional, e para tanto abriu-se, em um sem número de ocasiões, mão da necessidade de se manter ciência e democracia como iguais. Não obstante, torna-se imprescindível elevar o grau de criticidade das produções científicas que não se responsabilizam pelos resultados, ou que alcancem conclusões que, obviamente, negam direitos de decisões privadas e que não levam em consideração seu impacto político. Essas produções resultam em avaliações acerca das necessidades de se construir ou não políticas públicas que atendam demandas sociais de grupos específicos, neste caso, das mulheres terem os mesmos direitos de acessar a educação que os homens.

Há quem diga que isso seria falta de objetividade científica; eu gosto de chamar de responsabilidade social. Haraway (1995/1988) chama de conhecimento situado e aposta em uma criticidade da ciência, tendo em vista que ela é uma prática cultural e, como podemos observar ao longo da história certa imparcialidade em algumas produções científicas, torna indispensável que se avalie os sujeitos que as produzem.

Qual discurso freudiano se popularizou entre todas as camadas sociais, desde o século 19? Quando você ouve a palavra histérica, qual a primeira (e arrisco única) referência que vem à mente? Eu respondo: uma mulher louca.

Num salto temporal, a história segue dando exemplos.

Na década de 1960, o movimento feminista estadunidense entra no que chamamos de segunda onda e, paralelo ao crescente movimento estudantil contrário à guerra do Vietnã, reivindica direitos não só à liberdade de expressão, como à sexualidade, família, mercado de trabalho, direitos reprodutivos e igualdades práticas e legais. Tendo o democrata Kennedy na presidência, algumas reivindicações foram tomadas por válidas, porém sob a representatividade unilateral de mulheres brancas, cisgêneras, classe média (média alta) e heterossexuais.

Ao mesmo tempo, o Brasil sofria com o golpe militar que devastou a democracia e sensibilizou o estado de direito, prevalecendo a ditadura. Aqui, as mulheres dos movimentos feministas resistiram de diversas formas, inclusive na revolta armada. Eram consideradas

duplamente subversivas: primeiro por enfrentar os militares e sua ditadura, segundo por enfrentar a ordem social e patriarcal, quando se deslocavam dos lugares subalternizados, da maternidade, do casamento e da domesticização. Muitas foram presas, torturadas e assassinadas e, mesmo no processo de desumanização, a brutalidade despendida contra as mulheres era maior. Estupros, eletrochoques em seus sexos, abortamentos forçados, obrigatoriedade de permanecerem nuas em meio aos militares - todos homens - e a utilização de seus filhos e filhas (crianças) no processo de tortura (Mulheres, (n.d)).

Com o crescimento da urbanização de grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, foi possível observar o surgimento de lideranças do movimento feminista lésbico (GALF²⁵) e negro, que até então tinham suas vozes absolutamente silenciadas e negligenciadas. A resposta ditatorial foi a de destituir as mulheres lésbicas da categoria mulher, através de discursos sobre subversão e ameaça à continuidade da espécie e da família, encontrando apoio na sociedade e dentro dos próprios movimentos feministas, e reforçando o discurso sobre a posição da mulher negra como de segunda classe e força de trabalho.

Já na década de 80, nos Estados Unidos da América, o movimento de backlash - movimento reacionário que visa mitigar as lutas e discursos com pautas de justiça social, equidade de gênero, racial e sexual - pode ser identificado fortemente durante a gestão republicana de Ronald Reagan (1981 até 1989) e George Bush (1989 até 1993). Nessa época da história, os veículos midiáticos (tv, jornais, revistas, cinema, livros, artigos, etc) proclamavam que o movimento feminista, que explodira na década de 70, era o responsável por ter criado uma legião de mulheres infelizes e insatisfeitas.

De acordo com a mídia, que veiculava em qualquer tipo de roteiro ou redação uma ideia de insatisfação e infelicidade geral supostamente experimentada pelas mulheres norte-americanas, tinha como alçóo o movimento feminista que em teoria havia alcançado todos os seus objetivos. E, de tantos direitos adquiridos, não se fazia necessário que houvesse leis para garantir a continuidade irrevogável dessas conquistas. As mulheres estariam sendo engolfadas por uma onda de liberdade tão grande que as afastava da real felicidade. Apoiada pelo governo federal, as pautas midiáticas sugeriam que as mulheres profissionais estariam tendo colapsos e sucumbindo a uma epidemia de infertilidade. As solteiras estariam se queixando pela falta de homens. O *New York Times* afirmava que as mulheres sem filhos eram deprimidas e confusas. A *Newsweek* noticiava que as mulheres não casadas estavam histéricas e prostradas em uma profunda crise de falta de confiança. Havia também os manuais médicos que informavam sobre mulheres em altos cargos executivos estarem sofrendo de distúrbios provocados pelo estresse, queda de cabelo, nervosismo, alcoolismo e até infartos. Os

²⁵ Grupo de Ação Lésbico-Feminista.

livros de psicologia, à época, advertiram que a solidão da mulher independente representava um dos mais graves problemas de saúde mental (Faludi, 2001).

Reagan, o ator hollywoodiano eleito, foi o primeiro presidente a se opor à Emenda da Igualdade de Direitos e o primeiro a proibir o aborto e algumas formas de controle de natalidade nos Estados Unidos. No seu governo, uma figura desconhecida, George Gilder, com apoio financeiro do chefe da campanha de Reagan, lançou o livro *Wealth and poverty*²⁶, deixando a categoria de insignificante e passando à de intelectual renomado. O livro culpa o feminismo pela dificuldade dos homens em casar e dos casados em prosperar, já que agora as mulheres, se lançando ao mercado de trabalho, eram capazes de se sustentar sozinhas:

[...] o homem está perdendo pouco a pouco o seu papel de provedor, a definitiva atividade masculina desde a época em que a raça humana não passava de um bando de caçadores até a revolução industrial que, na vida moderna, lhe está sendo tirada (Faludi, 2001, p. 289).

A manipulação de dados era característica do governo Reagan e, após pressão política, o Censo passou a produzir dados favoráveis à guerra e contra as mulheres independentes, alegando que o feminismo causava infertilidade e que o aborto condicionava as mulheres a problemas físicos e psíquicos (Faludi, 2001, p. 30). Já na campanha presidencial de seu sucessor Bush, talvez menos *criativo*, as promessas eram para dar mais poder para mulheres pobres, mas sua equipe, após a eleição, declarou que não havia espaço para nenhuma pauta feminina. A narrativa sobre o poder feminino, na verdade, era sobre a liberdade de comprar o que quisessem no shopping, e não de serem incluídas como sujeitos políticos (Faludi, 2001, p. 88).

O que é possível enxergar, para além do próprio movimento de backlash, é uma espécie de aparelhamento de órgãos públicos e comunidades científicas, com uma narrativa que tem por objetivo exercer um controle social e frear os movimentos e reivindicações dos grupos politicamente minoritários, através da manipulação estatal da opinião pública.

Em Saberes Localizados, Haraway (1995/1988) nos contempla com a ideia de que inclusive a ciência precisa ser criticada. Criticada no sentido de buscarmos compreender quem está produzindo e com qual finalidade, uma vez que não é porque tem origem científica que não pode ser manipulada e fomentada para fins antidemocráticos, misóginos, segregacionistas ou eugenistas.

Portanto, no que se refere aos discursos masculinistas, é fundamental estabelecer que o controle da narrativa potencializa, tanto no campo da subjetividade quanto da materialidade, as estruturas que definem homens como superiores. Para tal, é indeclinável que essas narrativas sejam constantemente reafirmadas e, nesse afimco desesperado, recorre-se às mais variadas técnicas de

²⁶ Tradução: Riqueza e Pobreza

manutenção do poder, sejam elas: manipulações técnicas, controle da mídia, fortalecimento do capitalismo através das falácias neoliberais meritocratas, aparelhamento de órgãos públicos - fortalecendo a impunidade -, déficit em políticas públicas, cortes de orçamento de saúde e educação, precarização da produção de ciências humanas, organização de grupos que divulgam ideologias pseudocientíficas, discurso de ódio fabricados e fomentados por uma cultura machista e misógina - o que resulta em um aumento da sensação de medo e insegurança social - e na vulnerabilização das existências das mulheres, cada vez mais suscetíveis às mais variadas expressões de violência.

E se pairam dúvidas sobre o impacto que os discursos podem causar, atualmente, em pleno ano de 2022, o jornal digital Politico.com vazou o relatório preliminar de Samuel Alito - um dos ministros da Suprema Corte dos Estados Unidos -, indicando que há maioria para revogar que o direito ao aborto seja decidido, exclusivamente, pelas mulheres. No documento, redigido em fevereiro de 2022, destaco a frase: “É hora de prestar atenção à Constituição e devolver a questão do aborto aos representantes eleitos do povo” (Gerstein & Ward, 2022, tradução minha). Já em junho de 2022, apenas quatro meses após o vazamento do relatório, a Suprema Corte derruba o caso Roe contra Wade, de 1973, que garantia o direito ao aborto em todo o país e devolve aos estados o poder de definir se permitem ou não o procedimento.

6.1 - Conselhos de uma lagarta: a vergonhosa ascendência do movimento masculinista

E aí? Como vão?

Me conhecem não é? Sou o on3, Homem Sancto da alta cúpula, orquestro não apenas contra vocês feministas PORCAS, mas contra toda a escória ateísta, homossexual etc.

Não pensem que nós Homens Sanctos somos um grupo virtual apenas. Não mesmo. Nos aguardem²⁷. [sic]

Se demarcar data precisa sobre o surgimento de um (como o primeiro) movimento masculinista se mostra tarefa complicada e incerta, encontrar menção na história de grupos/associações de homens que se organizaram para levantes contra a obtenção de direitos sociais das minorias políticas, é demasiado observável. Assim, literatura e ciências caminham lado a lado, ao passo que as opiniões públicas viram ciência e a ciência, opinião pública. Nesse entremeio, estão as mulheres lutando por direitos fundamentais e sendo atacadas para permanecerem como indignas de compor a classe humana.

²⁷ Link para verificação: <https://cutt.ly/CcTGY0s>

Já no final do século 19, tem-se registro da liga pelos direitos dos homens, em Londres, ou o Der Bund Für Männerrechte (Federação pelos direitos dos homens), em uma Viena de 1926, ambas em declarada guerra contra a emancipação das mulheres (Lynn, 2014).

No início do século 20, surge *The legal subjection of men*²⁸, de Ernest Belfort Bax 1908/2018, que não escreveu o livro todo, mas ao não mencionar a autoria majoritária, acaba conquistando o direito de gozá-la como completamente sua. De leitura morosa e frases repetitivas, o livro persegue a lógica de que as mulheres são privilegiadas perante a justiça, em detrimento dos homens que são obrigados a sustentá-las mesmo que elas não o obedeçam. Aqui Bax argumenta com incredulidade que:

Pela famosa decisão no caso Jackson, o marido foi proibido de usar a força para obrigá-la a voltar. Mas a esposa desertora pode fazer com que seu marido fosse enviado para a prisão. E nem o legislativo nem os tribunais, que lhe tiraram os deveres de obediência e coabitação, jamais sonharam em privá-la do privilégio de ser mantida pelo homem a quem ela pode desprezar e insultar impunemente (Bax, 1908/2018, p. 7, tradução minha²⁹).

Sobre as mulheres/esposas que assassinavam seus algozes, Bax (1908/2018) entende como vergonhosa a redução da sentença para homicídio culposo. Relata diversos casos de forma superficial, se atendo apenas à forma como os maridos supostamente foram mortos e à pena aplicada, sem nenhuma menção à motivação, tampouco à possibilidade de legítima defesa. Se vivo, Bax veria seus argumentos muito bem defendidos por Alan M. Dershowitz (1995) em seu livro *The abuse excuse: and other cop-outs, sob stories, and evasions of responsibility*³⁰, já que, para o autor, a defesa das vítimas se transformou em uma espécie recorrente de antítese dos ideais de democracia constitucional, a chamada “síndrome da mulher espancada”. Como se ser abusada não pudesse ser a exata contrapartida para se cometer um assassinato, em uma sociedade na qual homens tinham direito à prática da violência física para manter suas mulheres em casa e, quando perderam essa prerrogativa, passaram a matá-las por não aceitarem o fim de um relacionamento!

Obviamente, Bax (1908/2018) também era contrário que as mulheres não fossem compulsoriamente alistadas para as forças armadas. Mesmo os mais canalhas que admitiam que o contraponto de não ir à guerra era parir os próximos soldados, Bax era firme sobre não haver compulsoriedade governamental para que as mulheres parissem. Elas deveriam, então, parir no desempenho de uma função natural, não como público dever.

²⁸ Tradução: A submissão legal dos homens

²⁹ Trecho original: “By the famous decision in the Jackson case the husband was prohibited from himself using force to compel her to return. But the deserted wife by magisterial order can get her deserting husband sent to gaol. And neither legislature nor the courts, which took away her duties of obedience and cohabitation, ever dreamt of depriving her of her privileges of being maintained by the man whom she can flout and insult with impunity.”

³⁰ Tradução: *A desculpa do abuso: e outros escapes, histórias tristes e evasões de responsabilidade*

E ele não para: em 1913, publica *The fraud of feminism*³¹, no qual relata os imensos e irreparáveis efeitos hostis do feminismo, em ataque direto ao movimento sufragista. Declara abertamente que a moda das feministas é reclamar uma inferiorização secular, porém argumenta que elas não levam em consideração que:

[„] os especialistas concordam que em todas as idades o tamanho do cérebro da mulher é menor do que o do homem. A diferença no tamanho relativo é maior proporcionalmente ao grau de civilização. Isso é digno de nota, pois parece que o cérebro do homem cresceu com o progresso da civilização, enquanto o da mulher permanece quase estacionário (Bax, 1913, p. 31).

Portanto, essa inferiorização seria condição biológica da mulher, e as feministas não levarem isso em consideração para reivindicar direito ao voto seria um absurdo. Sendo assim, obviamente Bax era contrário ao sufrágio feminino.

Ainda para se manter fiel aos dogmas de superioridade masculina, Bax (1913) recorre à histeria e discorre de maneira arrogante e megalomaniaca que:

toda a experiência da humanidade desde o início dos registros escritos confirmados [...] por toda pessoa viva não especialmente comprometida com as teorias do Feminismo Moderno, testemunha igualmente a prevalência do que podemos chamar de mente histérica na mulher e à sua fragilidade mental geral. Não é à toa que mulheres e crianças sempre foram classificadas juntas. Essa visão, baseada na experiência unânime da humanidade e confirmada pela observação de todas as pessoas independentes, não foi, repito, contestada antes do surgimento do atual Movimento Feminista e dificilmente por alguém fora das fileiras desse movimento (p. 46).

Menos de 80 anos depois de Bax, tomamos conhecimento de Richard Alan Gardner (1998), um psiquiatra norte-americano que apresentou o termo Síndrome da Alienação Parental. Longe da ciência, mas como observância, a síndrome sugere que as mães alienam as crias em relação a pais abusadores, ou seja, para conseguirem a guarda unilateral, as mães influenciam as crias a acusarem os pais de abuso sexual. Gardner sugere, assim como Bax, que o sistema favorece as mulheres e, portanto, essa prática seria eficaz ao tornar as disputas por custódia praticamente impossíveis de serem vencidas pelos homens.

Acontece que Gardner era um defensor declarado e publicado da pedofilia e um misógino conhecido por suas declarações de que “as mães deveriam passar um final de semana presas em cadeias masculinas, para aprenderem a não acusar um pai por abuso sexual” (Ducotelaw, 2012).

³¹ Tradução: A fraude do feminismo

Uma declaração que, minimamente, corrobora a posição em que coloco Bax na minha pesquisa, tendo em vista que o desejo de ver essa mulher presa numa cadeia masculina revela que ela seria, indiscutivelmente, abusada sexualmente pelos homens que denuncia, enquanto Bax os inocenta.

Ele também é o autor de mais de 200 artigos e, em verdadeiras e falsas acusações de abuso sexual infantil (1992), afirma categoricamente que “a pedofilia pode aumentar a sobrevivência da espécie humana servindo aos propósitos de procriação”. E defende que as crianças permaneçam em contato com os pais abusadores, pois o contrário - o afastamento - é o que criaria um trauma.

Infelizmente, Gardner serviu como testemunha em mais de 400 casos de custódia em que o pai havia sido acusado de abuso sexual, utilizando seu *know how* a favor de que os abusadores conseguissem permanecer em contato com as crianças abusadas ou até terem direito à guarda.

A fim de amarrar seus conceitos declaradamente pró-pedofilia, Gardner (1990) atribui aos executores do sistema (juízes, policiais, advogados, psicólogos) a condição de pedófilos e afirma que, como tais, eles se regozijam ao ouvir as denúncias e seus pormenores, pois isso traria uma espécie de satisfação da qual eles, por ocuparem os cargos que ocupam, teriam aberto mão de vivenciar através da prática. Por fim, a sentença pela condenação seria dada para um inocente como punição de seus próprios *pecados*.

Os juízes também podem ter reprimido seus impulsos pedófilos quanto aos quais há supressão, repressão e culpa. A investigação dos detalhes do caso fornece gratificações voyeuristas e vicárias. O encarceramento do suposto autor pode servir psicologicamente para obliterar os impulsos pedófilos projetados pelo próprio juiz (Gardner, 1990, p. 31).

As associações pró-pedofilia comumente utilizam das teorias de Gardner e Freud para justificar e equiparar seus crimes de abuso sexual contra crianças como práticas de sexualidade. Freud é destacado por ter escrito teorias científicas sobre crianças serem seres sexuais, mas jamais fez qualquer menção em suas obras que favoreça a ideia de que seria aceitável uma relação sexual entre um adulto e uma criança. Ao contrário de Gardner, como pudemos observar.

Em 1993, um doutor em filosofia e professor universitário, Warren Farrell, lança sua obra mais controversa, *The myth of male power*³² (2002), onde contraria a noção do poder masculino pela contestação de que *poder* seria o de *controlar a própria vida*, e que os homens não teriam controle de suas vidas, por exemplo, quando são os que mais morrem em guerras, por conta do alistamento obrigatório, que deveria ser estendido às mulheres. Em contrapartida, algumas vertentes feministas afirmam que deter poder econômico em uma sociedade capitalista seria deter o poder em si e, como a divisão sexual do trabalho tira a mulher da posição de alcançar um lugar no qual seria possível

³² Tradução: O mito do poder masculino

competir com esse status, a posição em si permanece disponível apenas para os homens. Sobre o alistamento militar, as feministas antiguerra já contestavam a obrigatoriedade por contestar a guerra em si. Assim, Farrell segue e sua contra-argumentação recai sobre a mesma lógica que encontramos nas organizações masculinistas atuais: os homens heterossexuais cisgêneros são obrigados a ganhar mais dinheiro, uma vez que essa é a única forma de conquistar o amor feminino. E, para além, Farrell contesta a noção de sociedade patriarcal, argumentando que a fragilidade do sexo feminino seria o ponto forte das mulheres, como se fosse uma artimanha utilizada por nós, para que nossas existências permaneçam fundamentais, enquanto os homens seguem sendo objetos descartáveis.

Uma tentativa frustrada de lógica linear, que se perde quando Farrell afirma que:

As feministas achavam que o patriarcado e a tecnologia masculina conspiravam para restringir a liberdade reprodutiva das mulheres - o "direito das mulheres de escolher". Mas a tecnologia masculina criou o "direito de escolher" das mulheres - criou o controle de natalidade. E isso criou abortos seguros. A tecnologia masculina de controle de natalidade fez mais do que qualquer outra coisa para reduzir a carga de trabalho das mulheres; para mover as mulheres de uma única opção de sexo, para múltiplos sexos. No geral, a tecnologia fez com que os papéis masculinos salvassem mais as mulheres do que os homens. Ironicamente, algumas das feministas que reclamaram da tecnologia masculina teriam morrido no parto ou através de abortos sem ela (elas literalmente devem suas vidas ao que reclamaram que controlava suas vidas) (Farrel, 2002, p. 39).

E eu questiono: os homens heterossexuais cisgêneros são oprimidos em um mundo onde às mulheres cabem todas as alternativas para controlarem suas vidas e, de acordo com Farrell, detêm o poder; ou os homens são responsáveis por tudo de maravilhoso que já foi criado, tendo crédito em todos os âmbitos, sendo livres para criar, produzir e acumular capital financeiro e social, exatamente pela exclusão e segregação das mulheres nas esferas públicas e privadas?

Para o autor, a posição privilegiada dos homens e suas liberdades individuais e coletivas são entendidas como desiguais, uma vez que as mulheres não contribuíram tanto quanto os homens, mas se beneficiaram de suas produções. Esse *benefício* de não poder trabalhar, de não poder estudar, de ser relegada a serviços domésticos não remunerados, de ter que compulsoriamente ocupar posições de cuidados (da casa, das crias, do marido, dos mais velhos), de não ter autonomia financeira, nem do corpo e tantas outras que vão se modificando e se somando durante a história, é que torna as mulheres seres socialmente privilegiados. Mas não argumenta que séculos de exploração física e psicológica, de exclusão societária, de escravidão, de violência, assassinatos e de supressão de direitos, foi exatamente o que permitiu que homens produzissem mais.

Que tipo de equidade sugere Farrell?

Mais recentemente, em 2007, Farrell publica pela Oxford University Press o livro *O feminismo discrimina os homens?*, no qual discute sobre direitos das crianças e dos pais e sobre uma espécie de crise dos meninos. As argumentações giram em torno da recente (àquela época) introdução de discussões sobre gênero nas universidades e como o feminismo havia cooptado a pauta para que não fossem geradas discussões sobre o gênero masculino - seus anseios e suas angústias -, através de uma pauta de doutrinação para demonizar os homens. O intuito de Farrell era que as universidades incluíssem um estudo de gênero masculino, com uma visão positivista.

Assim como Farrell, Miles Groth, que é psicanalista existencial, fundador, editor e autor de *Thymos: journal of boyhood studies*³³; *New male studies: an international journal*³⁴ e professor emérito de psicologia na Wagner College³⁵, também defende a criação de centros masculinistas nas universidades. Costumeiramente, Miles afirma que os números nas pesquisas de escolaridade indicam uma queda na procura pelo ensino superior entre os homens, e atribui essa queda a supostas violências e discriminações que homens sofrem nos espaços acadêmicos, uma vez que as universidades são regidas através de uma orientação feminista, que despreza os homens heterossexuais cisgêneros e brancos - porém não apresenta provas que comprovem essa afirmação. O professor defende a criação do dia internacional do homem e a implementação de matérias de estudos de gênero masculino ou que os estudos de gênero não sejam pautados por nenhum viés considerado feminista, para que possam ser criticadas as ideologias misândricas que estão, de acordo com ele, à frente das administrações institucionais (The Interview with Miles Groth, 2014) (Groth, 2012).

Para Groth (2019), a necessidade da criação desses grupos masculinistas nos campi universitários se dá como alternativa para que homens heterossexuais cisgêneros possam discutir sobre a masculinidade que eles sentem não poder mais praticar, sobre relacionamentos com mulheres, paternidade e família.

O próximo nome da lista é um autor que, na minha concepção, é capaz de tornar todos os outros já citados menos radicais. Um catastrófico adicional aos masculinistas mais conceituados e parte do hall de influenciadores de extrema-direita. Um homem branco, supremacista e homossexual que transpira o mais perigoso e brutal conceito sobre masculinismo e masculinidade. O desprezo pelo feminino faz Jack Donovan remeter à pureza das coisas mais simples e óbvias. Ele despreza também qualquer conceito de cultura queer e não comunga em absoluto com a comunidade gay. Ser homossexual, para ele, é ser o mais puramente masculinista possível e a única

³³ Tradução: Thymos: periódico de estudos da infância masculina

³⁴ Tradução: Novos estudos masculinos: um periódico internacional! Link para verificação: <https://cutt.ly/QcxcBaS>)

³⁵ Link para verificação: <https://cutt.ly/BcxvYE8>

maneira, a verdadeira maneira, de praticar uma masculinidade real que, indiscutivelmente, torna não somente abjetas, como obsoletas, toda e qualquer existência de mulheridade. Ao contrário dos masculinistas heterossexuais cisgêneros, que negam direitos, distorcem a realidade, violentam e matam - porém conduzidos por um sentimento de rejeição, que se origina no desejo inalcançável dessas mulheres -, Jack Donovan não está de nenhuma forma conectado a qualquer tipo de sistema de troca que possa gerar afeto entre ele e qualquer mulher. Se para os supremacistas raciais da alt-right³⁶ as mulheres podem contribuir com a *luta*, Donovan sequer as eleva à categoria de ser humano.

Em um de seus livros, *The way of men*³⁷ (2012), Donovan defende uma ideia de masculinidade, utilizando, de forma canalha, uma citação da teórica negra e feminista bell hooks (2004): “Gangsta culture is the essence of patriarchal masculinity³⁸”. O masculinista intencionalmente descontextualiza os argumentos de hooks - que originalmente faz uma discussão sobre a cultura branca imperialista servir para marginalizar o homem preto -, utilizando a frase de forma a corroborar suas teorias acerca da masculinidade ser vivida de forma assertiva, em contextos de gangues. O que hooks (2004, p. 42) pontua é que “a cultura popular diz aos jovens negros que só o predador sobreviverá” e elabora o quanto as mulheres pretas são violentadas nesse processo de reprodução de uma masculinidade branca, quantos jovens negros são mortos no crime, quantos vão para a cadeia, quantos deixam de concluir seus estudos, e como isso fortalece a masculinidade patriarcal branca.

E qual seria a masculinidade ideal que deve ser praticada? Para o autor, todas são pautadas pela lógica na qual os homens todos - os supostos machos acusados de se comportarem de maneira repreensível - estariam submetidos ao crivo feminino sobre o que é ser homem. Em diversas passagens do livro, enfatiza a mesma ladainha sobre homens se unirem em gangues, pegarem em armas, formarem diversos pequenos grupos e tomarem novamente o poder que, de acordo com ele, miseravelmente se encontra na mão do Estado feminizado, responsável por reduzir sistematicamente o culto às gangues, base da origem das civilizações. Ele acredita que, dessa forma, o poder dos homens deixou de ser praticado e se rendeu à reformulação afeminada do novo homem, o homem melhor.

Através de Nietzsche, Donovan articula de forma desonesta a noção de passividade civil como consequência de uma sociedade feminizada que atribui ao Estado o cumprimento de um papel masculino de proteção, subsidiação e assistência. A masculinidade defendida por Donovan em *Becoming a barbarian* (2016) é a primitiva, tribalizada e violenta, que remete aos idos bárbaros da

³⁶ Alt-right: direita alternativa - organização masculinista de extrema-direita, originada nos Estados Unidos da América.

³⁷ Tradução: O código dos homens

³⁸ Tradução: A cultura de gangue é a essência da masculinidade patriarcal

população viking - exploradores, guerreiros e colonizadores. Para o autor, a sociedade ocidental moderna vulnerabiliza e emascula o homem, pela noção de que o capitalismo sugere dinheiro como poder para viabilizar relações afetivas cisheterossexuais, e sensibiliza a prática da masculinidade primitiva em razão da necessidade dessas práticas cisheterossexuais.

Se os guerreiros das tribos praticavam coito por razões de continuidade da espécie, suas relações afetivas, por sua vez, dirigidas por desejo, satisfação e urgência, eram feitas entre si - afinal, amor, admiração e respeito são experienciados de homem para homem. Assim, Donovan defende que a *utilização* das fêmeas - ou putas, escória e vadias, como ele gosta de nos classificar - seja apenas para procriação.

Violência, armas e homens, essas são as premissas defendidas pelo *pop star* da alt-right:

Os homens podem beber e dirigir, cheirar cocaína, contrabandear, bater em suas esposas, apostar, contratar prostitutas, vender armas, usar identidades falsas, preencher cheques sem fundos, fraudar impostos, bater uns nos outros e em assassinos de verdade [...] mas ninguém os chama de criminosos até serem pegos fazendo isso. Como Whitey Bulger diz no filme *Black Mass* (2015): Não é o que você faz, é quando e onde você faz. E com quem você faz isso ou contra quem você faz isso...Se ninguém vir isso não aconteceu (Donovan, 2016, p. 65).

6.2 - O Coelho dá um encargo: a tecnologização do ódio

Masculinistas! É hora de DAR O TROCO nessas FEMINISTAS do DEMÔNIO, e EXIGIR a IMEDIATA REVOGAÇÃO DESSA MALDITA LEI MARIA DA PENHA, que NÃO PASSA DE UMA LEIZINHA VAGABUNDA, FEMINISTA, SEXISTA E ASSASSINA DE NÓS HOMENS! Se uma mulher bater na cara de homem, ele tem a OBRIGAÇÃO de REVIDAR O TAPA, na MESMA MOEDA! Mulheres são tão COVARDES, que além de REPUDIAREM OS ASSÉDIOS SEXUAIS DOS HOMENS, e AGREDI-LOS e FAZER ESCÂNDALOS, e XINGÁ-LOS, são umas CRIMINOSAS, umas LÉSBICAS! É hora de REBAIXAR ESSAS VÍBORAS PEÇONHENTAS DESSAS “BOSTALHERES” (BOSTALHER é junção de BOSTA-MULHER)e “ESGOTALHERES” (ESGOTALHER é junção ESGOTO-MULHER) porque ELAS, AS MULHERES, SÃO UMA TERRÍVEL AMEAÇA À HUMANIDADE! NÃO vamos mais permitir isso! ACORDEM, HOMENS!!! Vamos COMBATER ESSE FEMINISMO!!! LEI MARIA DA PENHA REVOGADA JÁ!!!

[sic]

Como reacender o ultranacionalismo - já rechaçado pelos regimes burgueses atuais - pode vir a se tornar a maior ameaça à democracia no mundo?

É importante pensar em como a internet se tornou o espaço propício para resgate de um ultranacionalismo, de uma nova onda de supremacia branca e de subjugação de gênero, justificados por uma teoria da conspiração que passa a sustentar a necessidade de ampla defesa encontrada na ideia de uma liberdade de expressão ilimitada.

Conduzida por uma ideologia de direita nazifascista, uma técnica de vigilância panóptica³⁹ torna-se imprescindível quando ressurgem teorias que supõem ameaças ao *status quo*, reativando a urgência para que se criem grupos, círculos, facções, seitas ou qualquer tipo de organização centrada na busca pela manutenção desse status, dessa hegemonia masculina, cisgênera, branca e heterossexual. Cria-se um ambiente sociopolítico que torna imprescindível um movimento de resgate do masculino, pelo masculino, para o masculino. E que, feito por meio digital, possa cooptar cada vez mais adeptos de uma ideologia irracional e injustificável baseada em uma ilógica teoria da conspiração misândrica. O método de transmissão de informação, outrora repassado por livros, artigos, revistas, jornais, rádio, televisão e qualquer outro veículo de comunicação impresso e falado, jamais alcançaria o êxito que a internet proporciona. A história nos mostra como Hitler investiu em comunicação de massa, controlou a imprensa, o cinema e o rádio - que eram as tecnologias da época - e, dessa maneira, difundiu o nazismo com sucesso, assim como Mussolini fez com o fascismo na Itália.

A internet trouxe consigo incontáveis benefícios desde que foi criada em 1969 - seria leviano negar toda a circulação de informações, conveniência, aproximação, entretenimento e serviços - mas, como toda e qualquer tecnologia, gera poder, alimenta-se de si mesma para se desenvolver, quase como um organismo vivo em processo autofágico e retroalimentar, porém manuseada pelo ser humano e com fins lucrativos. Cabe ressaltar que a internet foi criada pelos norte-americanos que, durante a guerra fria, precisavam proteger documentos, informações e estratégias de guerra, caso sofressem um ataque nuclear da antiga União Soviética. Assim, criada para fins bélicos, como um bunker, inacessível e obscura, a rede veio a se tornar o maior espelho de materialidade já criado, com infinitas vantagens em relação ao modelo original de vida, seja pelo anonimato, pela possibilidade de vigilância em larga e continuada escala, na capacidade de criar conexões imediatas e intercontinentais, na produção de idiosincrasias cada vez mais indizíveis, ou

³⁹ Foucault (2014a) trata a vigilância panóptica como poder disciplinar e elabora essa teoria partindo da ideia arquitetônica em que prisões sejam criadas com uma engenharia tal que torna possível o controle dos presidiários por apenas uma única pessoa, localizada em ponto estratégico, de maneira que os internos jamais saberiam estar ou não sendo vigiados. Deleuze (1992), por sua vez, vai analisar as sociedades de controle argumentando que a ampliação dessa técnica de vigilância (panóptica) para estruturas societárias possibilita posicionar os indivíduos como pontos de controle entre si, já não havendo mais a necessidade de estarem situados em duro confinamento, semelhante ao encarceramento.

remodelando as produções de desejos, a visão do outro, de nós mesmos, da política, dos países, ou como percebemos sensações de felicidade, amor, medo e ódio. E com o mérito de ser indestrutível endogenamente.

É impossível destruir tecnologia com tecnologia.

Os masculinistas de vanguarda sabem bem que nunca antes foi tão fácil manipular conhecimento e difundir teorias conspiratórias. Nunca foi tão simples, barato, imediato, acessível e ilimitado o poder de alcance. E exatamente por isso migraram para a internet.

Essa migração foi gradual e, na medida em que a internet se tornou globalizada, a produção de discursos de ódio encontrou logradouro fixo e destituído de leis. De início, a surface era o único caminho possível e acessível para difusão das ideias masculinistas, portanto, alguns indivíduos criaram blogues e sites que poderiam ser facilmente encontrados por usuários de qualquer lugar do mundo, caso fizessem uma simples pesquisa em qualquer buscador⁴⁰.

Partindo das ideias dos masculinistas de vanguarda citados no início do primeiro capítulo, nascem diversas associações digitais com intuito de disseminar aqueles conceitos de uma forma outra, gratuita, parcial, acrítica e podendo se valer do anonimato. O masculinismo é uma narrativa política que descreve homens, principalmente brancos e heterossexuais, como pertencentes ao grupo social oprimido pelo Estado e pela sociedade que, por consequência, privilegia as mulheres em todas as esferas públicas ou privadas. Dentro dessa nomenclatura “masculinista” ou “masculinismo”, encontram-se diversos subgrupos com agendas subsequentes diferentes, como exemplos podemos citar: celibatários involuntários (incels), pais por justiça (fathers for justice), homens que seguem seu próprio caminho (mgtow - men going their own way), movimento pelos direitos dos homens (MRAs), pickup artist (PUAs), homens de bem, homens sanctos, movimento da real e outros. Porém, entre esses grupos existem duas articulações primordiais em comum: 1) todos se relacionam através da internet - no que passou a ser conhecido como mansfera - e 2) todos comungam da mesma ideia de que as mulheres são antagonistas que devem ser neutralizadas (O'Donnell, 2021).

É em meados dos anos 2000 que surge a organização masculinista MGTOW⁴¹ que, em meio digital, difunde as teorias argumentadas pelos autores selecionados para esta pesquisa - a ameaça feminina, a demonização da mulher, os privilégios do sexo feminino, o sofrimento e opressão que homens brancos, cisgêneros e heterossexuais sofrem e, conseqüentemente, compartilham da

⁴⁰ Na internet, os masculinistas têm como prática se apresentar utilizando nomes fictícios ou de desafetos pessoais ou políticos. Para esse trabalho, optei por citar a autoria dos textos apenas quando utilizados apelidos óbvios ou nomes próprios os quais eu consiga verificar pertencerem a quem, de fato, publicou o texto.

⁴¹ Men going their own way ou, em português, homens seguindo seu próprio caminho

tentativa de (re)domesticá-la como restauradora da ordem. Por isso, os discursos da *mulher ideal* são todos carregados de saudosismo das décadas de 1940 e 1950.

No site MGTOW, é possível encontrar de forma generalizada, em cada aba que compõe a página, a forma como a doutrinação masculinista é disseminada. Em citações anônimas, destaco as três que mais conseguem sintetizar a real intenção do movimento:

Por volta dos doze anos, no máximo, a maioria das mulheres decidiu se tornar prostituta. Ou, dito de outra forma, elas planejaram um futuro para elas que consiste em escolher um homem e deixá-lo fazer todo o trabalho (Esther Vilar - O Homem Manipulado 1).

Ter um filho que fala vai se fuder para o pai e espera pensão alimentícia...é como eu dizer pro meu chefe: Ei, chefe! Vá se foder mano! E, a propósito, vou trabalhar quando tiver vontade, e mandar meu contracheques nos dias 1º e 15, seu pedaço de merda. (Deus ex Machina).

Eu sou da opinião que a maioria das táticas PUA⁴² são essencialmente sobre perseguir e atormentar uma fêmea e jogar bebida e besteira nela até que ela simplesmente desista e decida que seria mais fácil explodir do que tentar fazer você se foder. (docfenderson)⁴³.

O MGTOW segue difundindo a ideia de que homens não devem se relacionar com mulheres de nenhuma forma institucional, nem a longo prazo, em caráter afetivo, tampouco em sistema monogâmico e, se possível, de maneira nenhuma.

Em 2001, valendo-se das argumentações sobre a teoria da alienação parental - de Gardner -, surge o grupo europeu masculinista Fathers for justice, na Grã-Bretanha, que atua sob a mesmíssima teoria de que os juizados favorecem as mulheres e de que o mundo funciona pela lógica *ginocêntrica*. Homens que tiveram negados, judicialmente, os direitos de guarda ou até visita das crias, recorrem à SAP e mais uma vez atacam as mulheres que denunciam seus algozes.

O jornal francês Le Monde, em 2013, apresenta a organização de pais chamando atenção para seus reais interesses: L'escalade des pères à Nantes cache une proposition de loi - A escalada de pais em Nantes esconde um projeto de lei. A matéria lançada é uma espécie de *recherche et exposition*, de autoria do cineasta Patric Jean que, para compor o documentário de 2009 *La Domination Masculine*⁴⁴ (Foxglove, 2021), permaneceu infiltrado na organização Fathers for justice durante meses no Quebec - de onde saiu a inspiração para o movimento em Nantes. Jean

⁴² Pick up artist.

⁴³ Link para conferência: <https://cutt.ly/8ccsv2w>

⁴⁴ A dominação masculina - Encontrado no YouTube por partes. Parte 1 de 7: <https://cutt.ly/CkOmWz5>

testemunhou os incansáveis ataques dos membros do grupo a magistrados, a tentativa de desacreditar os veículos midiáticos e até políticos contrários às suas ações. A maneira que esses homens encontraram de chamar atenção é escalando prédios, pontes e monumentos, vestidos com fantasias de super-heróis, atraindo a mídia e, com isso, divulgando e insistindo em uma retórica absurda de que mais de 80% das mulheres são beneficiadas pela justiça em casos de divórcio (Jean, 2013).

Durante suas investigações, Jean descobriu que muitos daqueles homens eram pedófilos e suas justificativas eram sobre um impulso que os homens não deveriam ser impedidos de ter; que havia um planejamento organizado entre Canadá e alguns países europeus (França, Bélgica, Reino Unido, Suíça, Espanha) para criar forças políticas que pudessem alterar as leis de coparentalidade (obrigatoriedade de residência conjunta e a inclusão da SAP nas legislação); e, claro, que a síndrome da alienação parental é a base que estrutura suas narrativas (Jean, 2013).

Jean também pôde observar que os dois homens que ganhavam destaque na mídia, em uma escalada no guindaste em Nantes, haviam sido acusados e, portanto, perdido seus direitos judicialmente - um deles sequestrou e agrediu o filho e o outro é acusado de violência contra a ex-companheira e maus-tratos aos filhos. Motivados por uma luta contra as mulheres, esses homens se reúnem para exigir a restituição de uma ordem social patriarcal que remonte o poder masculino em todos os níveis sociais (Jean, 2013).

Na internet, o site Fathers for justice é alimentado com textos como: “Por que a alienação parental é abuso infantil?” ou “Se os nazistas governassem a Grã-Bretanha, eles teriam inventado algo tão indescritível quanto nossos tribunais familiares secretos?”. Também oferecem auxílio legal especializado, pedem contribuição financeira, atacam famosas como Angelina Jolie e mantém um fórum privado⁴⁵.

Na mesma linha, é imprescindível citar o site A voice for men. Fundado em 2009 por Paul Elam, um ativista pelos direitos dos homens, o site indica, já na página principal, os livros que não podem ficar de fora da cartilha masculinista. Alguns deles: *Red pill psychology*⁴⁶, de autoria do próprio fundador; *The legal subjection of men*, de Belfort Bax, já citado no início deste capítulo; *Understanding mgtow*⁴⁷, novamente do próprio fundador; e *Chivalry: a gynocentric tradition*⁴⁸, também de Paul Elam. Esses livros garantem contar a história de como o mundo se transformou num lugar opressor e violento para homens brancos, cisgêneros e heterossexuais e prometem um

⁴⁵ Link para o site onde os textos se encontram: <https://cutt.ly/FkODAj2>

⁴⁶ Tradução: Psicologia da pílula vermelha

⁴⁷ Tradução: Entendendo o mgtow

⁴⁸ Tradução: Cavalheirismo: uma tradição ginocêntrica

despertar para o mundo ginocêntrico, assim como técnicas de enfrentamento desse mundo e dessa vilania.

Além da literatura sugerida, o site divulga centenas de materiais com conteúdos misóginos, fake news, teorias da conspiração e, em alguns, faz-se necessário segurar o riso e o choro (necessariamente nessa ordem), tamanho absurdo do que é divulgado frente ao gigantesco impacto que causa, quando na produção de subjetividades que desencadeia nos leitores, ávidos por qualquer conhecimento que lhes permita embasar seus ódios.

Em um dos artigos, intitulado “A pesquisa descobriu que, como um grupo, apenas os homens pagam impostos”, a afirmação é de que “a única lacuna de gênero é a lacuna tributária”. Sendo assim, as mulheres custam muito mais ao governo do que contribuem com impostos. E essa seria a grande arma do feminismo, pois outrora se fazia necessário que as mulheres casassem com homens ricos para terem uma vida confortável, mas atualmente as feministas desejam e militam por um estado forte, que faça o papel do marido, obviamente, cobrando delas menos impostos que cobram dos homens - os quais, por essa lógica, permanecem em posição de sustentá-las, sem que elas tenham que se relacionar afetivamente com eles, podendo inclusive serem lésbicas.

O artigo não tem fontes, nem referências. Cita uma pesquisa na Nova Zelândia, porém não consegui encontrá-la, nem no link disponível no site, nem utilizando o buscador google.

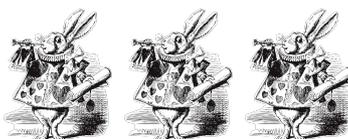
Em outra publicação que se pretende artigo, intitulada “O absurdo do patriarcado”, o autor, antes de qualquer coisa, orienta que os leitores parem de usar a palavra patriarcado. Posteriormente, discursa sobre não haver sociedade patriarcal. Esse conceito teria sido criado pelas feministas para justificar que elas cometam abusos contra os homens e possam sair impunes, culpando um sistema de opressão do qual elas seriam vítimas, mas que na realidade nunca existiu. Argumenta que a veracidade acerca de uma sociedade que oprime mulheres jamais foi comprovada, pois:

o requisito aqui é para evidências por escrito da opressão sistemática e intencional das mulheres. Documentos que descrevem práticas culturais antigas não são suficientes. Este documento precisaria falar explicitamente sobre a opressão das mulheres, por que isso é feito e como é alcançado (Brockway, 2020).

E prossegue afirmando que nunca houve uma tentativa de luta entre as mulheres que fosse para se desvencilhar de toda a opressão, uma vez que sustentadas sem precisar contribuir, a posição de subalternidade, na verdade, seria masculina (Brockway, 2020).

O que pude observar no tempo que acompanho as postagens desses sites é que há uma tendência muito forte de vitimização não declarada nos comentários abertos ao público. Os homens, costumeiros frequentadores desses espaços, criaram uma narrativa na qual separam em dois grupos

os homens que eles consideram os *machos alpha* e, em outro, todas as mulheres do mundo, porque todas são consideradas vagabundas e aproveitadoras. Então vejamos, é possível ser homem e se relacionar com mulheres, mas esses homens masculinistas não consideram ter os atributos necessários para conquistar uma mulher. Não são fortes e musculosos, nem ricos, nem têm bons empregos (alguns sequer trabalham), não performam uma masculinidade viril, não são intelectuais, não são cordiais, não são permissivos, nem passionais. Em suma, eles não se relacionam com mulheres, não por opção - como gostam de bradar -, mas basicamente porque o mundo patriarcal ditou regras de masculinidade nas quais de maneira nenhuma eles se encaixariam. Por isso, lançaram uma teoria chamada 80/20⁴⁹, que consiste em afirmar que 80% das mulheres só se relacionam com 20% dos homens - esses homens com os atributos sociais que eles não possuem. Porém, para os masculinistas, o fato de as mulheres serem putas, vagabundas e interesseiras é o que os afasta de terem relacionamentos. Afinal, eles são os incompreendidos sociais, enquanto as mulheres, que só se interessam por homens que podem sustentá-las, os rejeitam.



Até esse momento, foi possível relacionar diretamente os discursos que se encontram fora da internet com os discursos digitais, assim como a influência dos autores selecionados para essa dissertação com os sites que promovem a disseminação de ódio de gênero há mais de uma década. A construção do ethos discursivo observado nesses espaços me desafia a raciocinar sobre a produção identitária, os aspectos socioculturais, a manufatura de ódio de gênero e os processos de subjetivação como intrínseca e indissociavelmente inseridos na experiência digital de homens cisgêneros.

Na tentativa de disputar uma narrativa sobre liberdade de expressão em diálogo direto com as liberdades individuais, são passíveis de compreensão as pautas neoliberais que permeiam o caráter dos discursos de ódio encontrados em certos espaços digitais. Aqueles apresentados até aqui - MGTOW, Fathers for justice e A voice for men - utilizam uma retórica que encoraja a discriminação por gênero, orientação sexual, etnia e religião. Porém, a estrutura estética escolhida para que tais discursos sejam apresentados e trabalhados dentro daquela micro sociedade que se constitui no consumo dos materiais disponibilizados nestes endereços, traz arraigada consigo, também, disputas de narrativas político-eleitorais em formato acadêmico. São apresentadas como

⁴⁹ Link para conferência: <https://cutt.ly/fkLsTF8>

artigos, colunas, pesquisas, na tentativa de atribuir seriedade ao conteúdo e intelectualidade a quem consome. Um político é enaltecido, um partido é mencionado, discute-se sobre legislação, sobre magistrados, atacam um movimento social, mitigam uma luta identitária, reforçam o Estado mínimo, defendem a ideia de meritocracia e a liberdade de expressão ilimitada e irrefreável.

Assim, ainda que partilhem de linhas muito próximas, os subgrupos que compõem a manosphere vão disputar várias narrativas sociopolíticas. Os masculinistas do movimento pelos direitos dos homens vão tentar cooptar as pautas de violência doméstica e das políticas públicas de saúde e educação. O *fathers for justice* vai atrás de minar o sistema judicial e invalidar as denúncias de abuso sexual. Os celibatários involuntários têm diversas teorias sobre as mulheres só se relacionarem com machos alpha que entregam um bom desempenho social, físico e financeiro, independente de serem *boas pessoas* ou não, eles dizem. Inclusive, incels afirmam que as mulheres controlam o mercado sexual e, por conta desse controle feminino e da repulsa que sentem pela própria aparência, eles não têm chances de fazer sexo. Os *mgtows* divulgam um estilo de vida absolutamente distante das mulheres, valorizando as relações homosociais como única maneira de seguir seu próprio caminho sem serem emasculados. Os PUAs vulnerabilizam e fragilizam as mulheres para obterem vantagem sexual. Já os grupos homens de bem, homens sanctos, movimento da real e outros que se articulam na manosphere brasileira, reúnem um pouco (ou muito) de cada uma das subculturas, todas importadas - principalmente - dos Estados Unidos (onde surgiram os primeiros grupos citados) (Nagle, 2017).

Mas, para além desses subgrupos de organizações masculinistas, que se supõem pretensamente intelectualizados, existem grupos que se propõem a ser menos enfadonhos com seus conteúdos. Afinal, chamar mulher de puta, preto de macaco, enaltecer o nazismo ou aquele político republicano deveria ser algo tratado com leveza e graça. Ao contrário de algumas organizações que tratam tudo à base da seriedade, a nova geração que nasceu na era da *zueira* gosta de ver o circo pegando fogo no melhor estilo *new generation*⁵⁰ Ku Klux Klan⁵¹.

- 4chan: Em 2003, Christopher Poole, um adolescente estadunidense de 15 anos, decidiu criar um fórum online com intuito de construir um ambiente livre de técnicas de vigilância observadas na exposição estimulada pelas redes sociais e, inicialmente, concentrado em discutir conteúdos de animes. Desse início desprezioso, o 4chan se tornou a primeira e maior comunidade online anônima. Seu conteúdo é baseado em imagens e gifs, seguido de postagens de comentários

⁵⁰ New generation = nova geração.

⁵¹ Organização terrorista estadunidense do final do século 19 que persegue e assassina pessoas pretas. Organização de extrema-direita com características racistas, xenofóbicas, antissemitas e lgbtfóbicas.

anônimos sobre o assunto levantado como questão. A comunidade do 4chan se tornou a primeira a popularizar o estilo *meme*⁵² de piadas, uma vez que é basicamente dessa forma que a comunicação acontece nos fóruns.

Com o passar do tempo e da repercussão gigantesca, o 4chan fechou o ano de 2015 com um total de 1,7 bilhão de posts, 1 bilhão de visitantes e 620 mil páginas acessadas mensalmente. Com duas enormes vantagens: sem registro pessoal e com uma configuração de apagamento programado de conteúdo (Fundador do 4chan, 2015).

Nas centenas de boards (quadros que subdividem os fóruns em categorias), de tudo pode ser encontrado, desde discussões sobre direitos lgbt - fotos de gatinhos, histórias em quadrinho, negócios, finanças, empregos - até pornografia, imagens de pessoas acidentadas e mortas, intolerância religiosa, racismo e homofobia. Independentemente do conteúdo, a regra principal é sempre aplicada: tudo é feito em formato de piada - inclusive o que passa bem longe disso. E, como resultado dessa regra principal, diversas polêmicas foram criadas ao longo dos 18 anos de existência do site, seja uma notícia falsa anunciando um show do cantor Justin Bieber na Coreia do Norte, seja uma outra sobre um grupo de pedófilos ameaçando ter milhares de pênis para estuprar crianças - notícia essa que foi parar no programa de uma das maiores apresentadoras da televisão norte-americana, Oprah Winfrey.

O Anonymous, inclusive, é derivado de um grupo de usuários do 4chan. Conhecidos pelo hackativismo⁵³, o grupo é responsável por divulgar nomes de integrantes do estado islâmico após o atentado de 2015 na França, que deixou 120 mortos. Também, em 2011, tiraram do ar 40 páginas de pornografia infantil e expuseram as identidades de mais de 1500 frequentadores dessas páginas, dentre outras ações (Deursen, 2016).

Porém, em meados de 2013, um usuário do 4chan começou a se sentir frustrado com os rumos que o site estava tomando e decidiu criar seu próprio chan, com a premissa de evocar a primeira emenda da Constituição norte-americana na criação de um paraíso da liberdade de expressão.

Aparentemente o 4chan, mesmo sem restrição de classificação etária e sem registro de usuários não era suficientemente anônimo, tampouco incentivava plenamente que se discutisse sobre qualquer assunto, sem nenhum tipo de austeridade.

⁵² Imagens e/ou vídeos que, mesclados com frases, passaram a compor um novo estilo de fazer piada.

⁵³ Ativismo online que une escrita em código fonte e manipulação de bits para promoção de ideologias políticas. As ações podem ser de invasão de arquivos confidenciais para divulgação pública ou de derrubada de páginas online, por exemplo.

- 8chan: Descontente com o 4chan, Fredrick Brennan, um programador, à época com 25 anos, decidiu criar seu próprio fórum com base na radicalidade do conceito liberdade de expressão e contra qualquer tipo de censura. Com uma interface idêntica ao 4chan, de comunicação por imagens seguidas de comentários, com boards de categorização de conteúdo e em formato de fórum, o 8chan apagou a luz e entrou no submundo do anonimato associado a uma ideia de liberdade de expressão que incentivou os piores tipos de usuários a fazerem parte da comunidade online. Sem filtro e já criado com esse intuito, rapidamente o 8chan se transformou em uma das maiores comunidades de disseminação de ódio de gênero, racismo, xenofobia e lgbtfobia, o que levou seu desenvolvedor a abandonar a administração em 2016 e passar a responsabilidade para o veterano do exército norte-americano Jim Watkins. Watkins vem a ser o criador de uma empresa de tecnologia (N.T tecnologia), fundada em 1990 com o objetivo de apoiar um site de pornografia japonês e, posteriormente, do movimento conspiracionista QAnon⁵⁴ (8chan: quem é, 2019).

Garantidos pelo anonimato, pela primeira emenda Constitucional e pela proteção da empresa Cloudflare, contratada para prestar serviço contra rastreamento online e segurança na internet - o que basicamente impede qualquer tipo de vigilância e monitoramento externo -, os membros do 8chan encontraram um lugar perfeito para esquematizar e incentivar práticas de violências físicas para além da violência discursiva que já era disseminada, até então, em formato de texto e imagens.

Estimulados também pelo discurso de Watkins, que defende “minha empresa não tem intenção de excluir o discurso de ódio protegido constitucionalmente” (Goggin, 2021), e como já era esperado que explodisse depois de 16 anos de cozimento no tacho do ódio, em 2019, alguns usuários do 8chan organizaram, distribuíram imagens, comemoraram e foram celebrados com mérito por cometerem três massacres, com um total de 72 pessoas mortas.

Como se fosse impossível pensar em uma estrutura ainda pior do que essa, a toxicidade do 4chan que migrou para o 8chan seria ainda mais refinada. Assim nasceu a alt-right.

- Alt-right: Em meados de 2014, Richard Bertrand Spencer, um neonazista norte-americano, dissidente do 8chan, cunhou o termo alt-right (direita alternativa) e deu início ao grupo digital que tem como premissas centrais a retomada do domínio demográfico branco e o anti-establishment político. A plataforma online que impulsionou o movimento criado por Spencer para popularização das ideologias - de retomada do poder branco, antissemitas, xenofóbicas, misóginas e homofóbicas - é o site de notícias Breitbart News, de Steve Bannon. O movimento foi responsável pelo engajamento político-partidário que alavancou a corrida presidencial de 2016 nos Estados Unidos

⁵⁴ Q é a letra que identifica um dos usuários anônimos que promove as teorias das conspiração e anon vem de anônimo.

da América, culminando na eleição do republicano Donald Trump que, posteriormente, indicou Bannon para estrategista-chefe da Casa Branca (Llano, 2017).

- Proud boys: Durante a corrida eleitoral estadunidense de 2016, Gavin McInnes, um canadense disseminador de ideologias ultra-direitistas, criador do grupo Proud boys (meninos orgulhosos ou meninos com orgulho), suscitou uma milícia armada sobre a qual Trump exerce influência direta. Os Proud boys só aceitam e reconhecem a participação de homens e utilizam, em seus discursos, as teorias de Jack Donovan - o homossexual skinhead. Pouco antes da corrida eleitoral se iniciar oficialmente, os Proud boys já chamavam a atenção por uma pequena alteração na narrativa de extrema-direita. Eles gostam de se distanciar das teorias de supremacia branca heterossexual da alt-right e, com isso, cooptam homens gays e negros para o movimento, porém rechaçam qualquer presença feminina.

Essas narrativas ultranacionalistas, anti-islâmicas, misóginas e racistas encontraram o lócus perfeito na camada mais profunda da internet - a deep web. O Proud boys aceita homens negros e joga com esse discurso, porém estava presente em Charlottesville, em 2017, e confrontou de forma violenta as manifestações do Black Lives Matter⁵⁵ em 2020.

O grupo teve destaque em duas situações muito marcantes. A primeira em 2018, quando circulou um vídeo no youtube (retirado do ar), no qual Roger Stone, diretamente para a câmera, recita a iniciação dos Proud boys: “Olá. Sou roger stone. Sou um chauvinista ocidental e me recuso a pedir desculpas por criar o mundo moderno”. A declaração pública é a primeira de uma série de quatro fases que os iniciantes precisam passar para terem registrada sua afiliação ao grupo (Proud Boys, 2020).

Mas quem é Roger Stone? Pois bem, ele é o ex-assessor, conselheiro - e amigo - do então presidente Donald Trump. Foi condenado em fevereiro de 2020 por sete crimes, entre eles obstrução na investigação sobre a interferência da Rússia nas eleições de 2016 - na qual a wikileaks⁵⁶ vazou e-mails de políticos democratas - e na manipulação de testemunhas. Em julho de 2020, Trump concedeu ao amigo uma comutação de pena que, embora não fosse o equivalente a um perdão presidencial, livrara Stone de passar 3 anos e 4 meses na cadeia. No final do mandato, Trump concede o indulto presidencial a Stone, que fica absolutamente livre de todas as acusações (Laborde, 2020).

⁵⁵ Movimento ativista contra a violência e pelos direitos da população preta. Tendo sua origem nos Estados Unidos da América, atualmente o movimento é difundido por todo o mundo.

⁵⁶ Organização de mídia multinacional e biblioteca associada, especializada na análise e publicação de grandes conjuntos de dados de materiais oficiais censurados ou restritos envolvendo guerra, espionagem e corrupção.

Na semana seguinte à comutação, o facebook iniciou uma operação na qual baniu diversas contas ligadas à propagação de fake news, além da divulgação de livros, postagens, conteúdo considerado de ódio e seguidores falsos. Cinquenta contas associadas a Stone foram removidas das redes sociais no mesmo dia em que, no Brasil, 80 contas ligadas diretamente à família Bolsonaro receberam o mesmo tratamento (Facebook suspende, 2020).

O segundo fato importante sobre os Proud boys ocorreu em setembro de 2020, durante o primeiro debate da corrida presidencial dos EUA, quando o jornalista e moderador Chris Wallace solicitou, em cadeia nacional, que Trump - naquele momento tentando a reeleição - condenasse de forma veemente a atuação violenta dos grupos extremistas, dentre eles os Proud boys. A resposta de Trump foi “stand back and stand by”, que em livre tradução significa: afastem-se e aguardem. O grupo comemorou imediatamente a menção feita pelo seu líder máximo, no telegram: “recuando e aguardando, senhor” (Mattos, 2020).

Trump não consegue se reeleger e perde de maneira vergonhosa para Joe Biden - o democrata que havia sido vice-presidente de Barack Obama. Sem aceitar a derrota legítima, Trump publica um vídeo incitando que seus manifestantes marchem até o congresso para impedir a posse de Biden. A última semana de mandato é marcada pela invasão do capitólio, ato considerado terrorismo doméstico pelo governo estadunidense.

Nessa mesma semana, além de enfrentar o segundo processo de impeachment - histórico, uma vez que jamais um presidente dos Estados Unidos da América conseguiu esse feito -, todas as plataformas de redes sociais baniram suas contas, por incitação à insurreição, violência e fake news.

6.3 - Porco e Pimenta: a radicalização do extremo

Para resumir, mulheres não passam de pedaços de carne em volta da vagina que não descobrem nem inventam coisas e tomam as coisas dos homens. É provado cientificamente que as *depósitos*⁵⁷ tem cérebros menores que o do homem e que elas devem e querem ser tratadas como objetos (e isso nos lembra da pornografia, e que deve ser por isso que todo mundo utiliza a internet para o pr0n).⁵⁸ [sic]

Depois de traçar uma linha do tempo, é possível perceber que os discursos de ódio de gênero, diferente do que se costuma assumir, não são fatos isolados, de pequenos grupos, tampouco serviriam para reverter uma situação na qual o status quo estivesse, literalmente, ameaçado. Servem sim, ao propósito de manutenção da hegemonia cisheteronormativa branca que prevê, desde o início

⁵⁷ No Brasil, os masculinistas se referem às mulheres como depósitos = abreviação de depósito de porra.

⁵⁸ Link para verificação: <https://wikinet.pro/wiki/Mulher>

do século 16, a subalternização dos corpos femininos para controle e acúmulo de riquezas e capital social, campo estrategicamente dominados pelos homens.

Mas o capitalismo não tem mais nada de bom a oferecer - se é que algum dia já teve - e a saída que se mostra para que não enfraqueça, é a da retomada da barbárie como única alternativa para derrotar um inimigo imaginário, criado para gerar pânico. Outro fato que cria desespero social é o esgarçamento das desigualdades sociais observadas num mundo onde cada vez menos pessoas ficam absurdamente ricas e mais pessoas se encontram na linha da pobreza. Nesse sentido, perceber a classe média como peões desse xadrez é também sacar que são a parte da população mais disposta a entrar em disputas políticas. A classe média é a mão de obra indispensável que precisa continuar acreditando no mito da ascensão social pelo esforço individual e pelo merecimento. Mas e quando a ascensão nunca vem?

Uma parcela da população cresce acreditando que ocupa um lugar na sociedade - seja o lugar do homem, seja o lugar do branco ou do cisheterossexual -, no qual os benefícios estão garantidos. Um lugar de conforto alerta. Mas o capitalismo não está nem um pouco interessado no quanto você acredita ser merecedor disso ou daquilo, e a ascensão não vem. O mundo que subjuga as mulheres não te conta que nenhuma mulher aceita ser subjugada. O sistema patriarcal que impõe a heterossexualidade compulsória não te informa que nascem LGBTs todos os dias. A supremacia branca não se importou de te avisar que a população negra está presente e crescente (às vezes em maioria, como no caso do Brasil) em todos os continentes.

E agora, quando você se percebe como mais um nesse marzão malvado que é o capitalismo, sendo que de antemão te foi prometida a terra santa? Você ri ou se revolta?

O descrédito nas instituições governamentais estadunidenses, no Estado, nos governos e no sistema econômico aparece muito fortemente no discurso masculinista. A revolta de quem se sentiu traído pelas promessas do *american dream*⁵⁹, da garantia de sucesso marcada na história dos povos brancos, conquistadores, violadores, invasores e acumuladores, à descoberta de que a *coisa* não seria tão simples assim. Esses homens se sentem no direito de se revoltar, a eles foi prometida uma existência plena só por serem homens brancos e cisheterossexuais, mas mediocridade é o máximo que poucos deles chegarão a alcançar.

O discurso masculinista não é só carregado de ódio de gênero, ele carrega ameaças e promessas. Vamos recuperar o que é nosso por direito! E insiste nessa narrativa, martela, ruma e gera mais revolta, mais ódio. A internet é uma conexão. Um dispositivo e você. Silêncio, solidão. Você, seus batimentos cardíacos aumentando conforme seu ódio aumenta e os cliques do mouse ou do teclado. Você, desse lado. Do outro, alguém ganhando dinheiro com o teu desespero.

⁵⁹ Sonho americano. Ethos estadunidense de liberdade, sucesso e prosperidade.

Uma hora, irmã, uma hora dessas não vai mais ter como lidar com esse ódio. E que lógica é essa de colocar a panela de pressão no fogo e querer que a pressão se mantenha lá dentro, presa, sufocada?



Pensilvânia, outubro de 2006. Charles C. Roberts, 32 anos, entrou em uma escola amish, separou os meninos das meninas e abriu fogo contra elas. Das 11 meninas, 5 foram mortas e 6 ficaram feridas. O assassino planejava estuprar as meninas, que tinham idades entre 6 e 13 anos, e com ele foram encontrados lubrificante e uma tábua de madeira. Na carta de suicídio, o assassino confessou já ter estuprado duas meninas da própria família e dizia sentir muito ódio o tempo todo, desde que foi rejeitado por uma mulher quando estava no colégio (Kocieniewski & Gately, 2006).

Três anos depois, em Pittsburgh, George Sodini, 48 anos, entrou em uma aula de ginástica para mulheres na academia L.A Fitness e abriu fogo. O assassino matou três mulheres e feriu outras nove. Sodini deixou um blog no qual amargava longos 19 anos sem praticar sexo. A culpa, obviamente, era das mulheres. O assassino frequentava grupos masculinistas online, onde era incentivada a narrativa de que a primeira mulher a decepcionar um homem seria sempre sua mãe. Portanto, de todas as outras só se poderia esperar o pior. Seguidor fervoroso da teoria de que mulheres só se interessam por homens que possam sustentá-las, Sodini remoeu ódio pelo gênero feminino durante décadas e, quando encontrou espaço para falar sobre suas dores com homens que, teoricamente, passavam pela mesma situação, o que encontrou foi um ambiente extremamente hostil e violento. As técnicas de conquista, vendidas em palestras e em discursos online, garantiam a Sodini que restava pouco mais de 15 anos de sua vida para que ele pudesse conseguir se relacionar sexualmente com alguma mulher. As técnicas de PUA transmitidas nos grupos online que frequentava, consistiam em ensinar aos homens que, para manipular uma mulher a fazer sexo casual, seria necessário dizer tudo que ela gostaria de ouvir. Posicionar-se de forma progressista, ser cavalheiro, gentil, educado, provedor, reconhecendo a importância das mulheres na sociedade, das lutas feministas, da igualdade de gênero e etc. O que no Brasil seria chamado de *esquerdomacho*, o *feminista*, desconstruído, evoluído, mente aberta, mas que estupra a colega de casa, convence a namorada que fazer sexo com outra mulher é evoluído, violenta psicologicamente, fisicamente. Outra técnica bastante difundida nos sites frequentados por Sodini é a do *NEG*, que consiste em iniciar uma conversa dizendo algo negativo para a mulher, com o intuito de deixá-la desconfortável

ou envergonhada - vulnerável seria a palavra certa. A observação ou comentário, geralmente sobre algum aspecto físico, serve para provar o que os PUAs gostam de repetir - toda mulher gosta de ser maltratada por homens canalhas.

Pois nem com as técnicas de sedução, nem com os livros sobre como se relacionar com mulheres mais jovens, nem com toda psicologia barata sobre mulheres gostarem de homens ricos e controladores, ele conseguiu fazer sexo. A frustração de 30 milhões de mulheres o rejeitando - essa era a quantidade de mulheres atraentes que ele possivelmente poderia se relacionar, como relata no blog⁶⁰ -, mesmo ele se considerando inteligente, bonito, articulado e um *homem bonzinho*, transformou-se em ódio. Um ódio justificado pela incoerência das próprias mulheres que, ao invés de se relacionarem com ele, preferiam homens bonitos e poderosos, ainda que egocêntricos e canalhas (Sodini was devoted, 2009).

Já em 2014, o filho de um diretor e cineasta, Elliot Rodger - um homem branco e rico de 22 anos -, assassinou 6 pessoas e deixou 13 feridas em Isla Vista, Califórnia, no que foi reconhecido como o primeiro massacre da alt-right. Momentos antes do massacre, Rodger postou um vídeo no youtube chamado “retribuição”, no qual prometia se vingar de todas as mulheres de Isla Vista. Além do vídeo, o assassino deixou uma espécie de autobiografia de 137 páginas. Em uma passagem, é possível ler o assassino vociferar com indignação: “como poderia um negro inferior e feio conseguir uma menina branca e não eu? eu sou descendente da aristocracia britânica. ele é descendente de escravos”. A revolta por ter 22 anos e ser virgem, apesar de ser branco e rico, estava espalhada em diversos vídeos postados no youtube, carregados de misoginia. No último, Rodger afirma que se vingaria das mulheres de Isla Vista (Poston, 2018).

A mãe do assassino chegou a alertar a polícia sobre os conteúdos postados por ele nas redes, sobre os sites de ódio que ele acessava - que vieram a ser confirmados após o massacre como sendo também da alt-right -, porém a polícia afirmou se tratar “de um rapaz cordial e educado que não reunia nenhum requisito para ser detido” (Cobo, 2014). Três requisitos, eu diria: branco, rico e heterossexual.

Já em Charlottesville, durante uma marcha de neonazistas e supremacistas brancos - pró-Trump - em 2017, James Fields atropelou propositalmente 20 pessoas que se manifestavam contra a reunião neonazista. Uma mulher foi morta e 19 pessoas ficaram feridas. O assassino, fã da Ku Klux Klan e de Hitler, que havia sido dispensado das forças armadas por incapacidade - em 2015, quatro meses depois de formado -, fazia parte da organização masculinista alt-right (Quem é o supremacista, 2017).

⁶⁰ Link para verificação: <https://cutt.ly/4ccIkIV>

Em março de 2019, Brenton Tarrant, de 29 anos, invadiu duas mesquitas na Nova Zelândia e matou 51 pessoas. Todo o massacre foi transmitido ao vivo, online. No manifesto de 74 páginas postado em rede social e no fórum do 8chan, o assassino afirmou estar se defendendo de um genocídio branco protagonizado por migrantes (Atirador de Christchurch, 2020).

No mês seguinte, abril de 2019, John Earnest, de 19 anos, abriu fogo em uma sinagoga de San Diego, Califórnia, matando uma mulher e deixando outras três pessoas feridas. O assassino também postou um manifesto no 8chan, no qual, além de reforçar o discurso antissemita, prestou uma homenagem e um agradecimento por ter sido inspirado e incentivado pelo massacre cometido por Robert Bowers, em Pittsburg - que matou 11 pessoas em uma sinagoga -, e por Brenton Tarrant (citado anteriormente) (San Diego synagogue shooting, 2019).

Em agosto de 2019, Patrick Wood Crusius, de 21 anos, assassinou 20 pessoas e deixou mais 20 feridas em El Paso. Declaradamente, o assassino que dirigiu por dez horas para cumprir uma promessa supremacista, buscava alvos hispânicos que ele considera como uma ameaça ao Texas e ao país (Laborde, 2019).

Inicialmente, esses homens reconhecem sua própria mediocridade e decidem rir dela. O 4chan resgata o ridículo e extrapola o incômodo social através de piadas e memes. Não existe limite na internet e tudo pode e deve virar piada. Os adolescentes do século 21 descobrindo que o mundo é *foda, irmão*. Não se alimentam do riso de desespero e criar um ambiente tênue, onde rir de si e dos outros, sem filtro, é possível até que a graça acabe e os culpados comecem a ser apontados e passem a ser reconhecidos. O 8chan vem forte nessa pegada de culpabilizar os grupos sociais que eles identificam como responsáveis pela ascensão que não virá. Ninguém mais ri. O ódio toma conta do espaço que vira uma massa incandescente. A culpa é das feministas, a culpa é dos imigrantes, a culpa é dos pretos, a culpa é das lésbicas, dos gays, das pessoas transgênero, dos pobres, dos judeus, dos islâmicos...que morram todos!

A alt-right, depois de banida das plataformas mais populares das redes sociais, migrou para a deep web e para o telegram. Com a mídia, finalmente, criando relações entre membros e massacres, muitas empresas prestadoras de serviço de segurança online se retiraram, deixando os domínios da surface vulneráveis ao rastreamento e monitorização. O 8chan foi derrubado pelo FBI, mas em 2020 já estava de volta com outro domínio, 8kun. O 4chan⁶¹ permanece sendo um dos maiores fóruns online do mundo, na surface.

Em quase duas décadas de atuação, fica bastante difícil de entender como é possível que nenhuma medida tenha sido tomada para rastrear, monitorar e coibir as ações desses e de tantos outros grupos de ódio que se organizam em espaço digital. Cria-se um paradoxo em torno da

⁶¹ Link para verificação: <https://www.4chan.org/>

condescendência com a qual são tratados os grupos de ódio estadunidenses - por órgãos governamentais -, porque mesmo sendo um povo fissurado em uma ideia controversa e radical de liberdade de expressão, os norte-americanos são igualmente obsessivos por técnicas de vigilância.

Então me surgiu uma dúvida: a quem interessa que os grupos de ódio permaneçam em livre funcionamento? Talvez essa pesquisa sirva para iniciarmos esse debate e, partindo dessa discussão, observarmos na cadência dos fatos - a priori tidos como isolados - um complexo engendramento social.



Em 2007, Andrew Breitbart, um jornalista conservador estadunidense, criou o site de notícias Breitbart News, prioritariamente de ultra-direita anti-establishment⁶², a fim de divulgar teorias da conspiração, fomentar o conservadorismo, o liberalismo econômico, assim como notícias falsas, xenofobia, misoginia, homofobia e racismo.

Após a vitória que deu a presidência dos EUA ao primeiro homem negro e democrata, Barack Obama, em 2009, os ânimos de uma pequena parcela da população de supremacistas brancos ficaram alterados. Dois anos depois, o site Breitbart News recebeu 11 milhões de dólares de doação, feita por Robert Mercer. No ano seguinte, 2012, morre Andrew Breitbart, criador do site que carrega seu sobrenome. Quem assume como presidente-executivo é Steve Bannon (Guimarães, 2016).

Após a criação da alt-right, Steve Bannon, naquele momento, presidente-executivo do Breitbart News, declara o site como a maior plataforma de impulsionamento da alt-right, uma vez que ele próprio é parte integrante do grupo de extrema-direita.

Ainda em 2013, o benfeitor do Breitbart News, Robert Mercer, juntamente com seu presidente-executivo, fundam uma empresa privada de coleta e análise de dados para estratégias eleitorais. Dessa forma, nasce a Cambridge Analytica.

Seguindo a linha do tempo, entramos no ano de 2014, quando Aleksandr Kogan, um cientista e professor de psicologia da Universidade de Cambridge⁶³, cria um aplicativo chamado *this is your digital life - essa é sua vida digital*, uma espécie de teste de personalidade, como as centenas de testes que recebemos pelo facebook. A Cambridge Analytica contrata o psicólogo e passa a fazer

⁶² Indivíduos ou grupos que se posicionam contra instituições oficiais e as formas vigentes da sociedade.

⁶³ A Universidade de Cambridge não tem nenhuma relação com a Cambridge Analytica.

uso de seu aplicativo, fazendo-o circular pela plataforma facebook. Acontece que o aplicativo não só coletava os dados das pessoas que responderam ao teste, como de cada lista de amigos adicionados em cada perfil que respondeu ao teste (Sou bode expiatório, 2018).

Através desse aplicativo, a Cambridge Analytica roubou dados de mais de 50 milhões de usuários do facebook em 2014. De posse dessas informações, Steve Bannon, co-fundador da empresa de análise de dados, do site Breitbart e da alt-right, foi oficialmente convidado para fazer parte da equipe de estrategistas na corrida eleitoral de 2016, ao lado de Trump. Com todos esses perfis em mãos, uma tecnologia que não reconhece ética e funcionando a serviço do neoliberalismo, Bannon e sua equipe foram capazes de manipular, através da rede, a sensação de perigo comunista/imigração, estimular a desconfiança no Estado, injetando altas doses de notícias falsas sobre uma suposta ameaça ao homem branco, acalorando e coadunando com discursos neonazistas, anti-establishment, fascistas, de supremacia racial, misoginia, lgbtfobia e violência, muita violência contra as minorias políticas e ativistas dos direitos humanos. Material que, como mostra essa pesquisa, já circulava livremente pela internet e antes dela.



A inteligência artificial utilizada nas maiores plataformas de redes sociais analisa os dados comportamentais de cada um dos milhões de usuários e, dessa forma, as empresas são capazes de identificar e levantar um padrão de hábitos online de cada sujeito. Essa tecnologia - da qual não somos informados sobre o funcionamento, nem se desejamos que se tenha acesso às nossas atividades online - rastreia absolutamente tudo que cada um de nós faz utilizando a internet, e até quando não estamos, de fato, utilizando a internet. Assim, as empresas que injetam dinheiro em publicidade nesses canais atuam por meio de disparos de conteúdos específicos para cada sujeito.

Essa monitoração das atividades online não é feita para coibir práticas ilegais, organizações de cunho violento, circulação de notícias falsas ou qualquer prática que facilite a execução de crimes. O objetivo é fazer com que as pessoas permaneçam o máximo de tempo possível conectadas. Esse rastreamento comportamental é aquele *sexto sentido* do google, que completa uma pesquisa quando não digitamos nem as quatro primeiras letras no buscador. A gente pensa e ri “o google ouve meus pensamentos”. Não são nossos pensamentos que o google ouve, são nossas conversas pelo microfone dos nossos celulares que permanecem conectados 24 horas por dia, todos os dias através do wifi - ou do pacote de dados das nossas operadoras, que nem descontam as redes

sociais do consumo mensal. Que boazinhas! São aquelas propagandas que surgem no facebook, de produtos, serviços e matérias que, ou procuramos no google, ou alguém nos mandou por mensagem no whatsapp, por exemplo.

Do perfil de consumo, passaram a rastrear perfis de intensidade política. Como? Analisando quais canais do youtube as pessoas acessam. Que tipo de vídeos as pessoas veem. Se elas repassam conteúdo umas para as outras. Que conteúdos geram que atitudes. Violência te mantém na internet? São as notícias do mundo que te fazem acessar a rede? Quais assuntos você pesquisa? Quais páginas você segue? Todas essas informações e muitas outras, que nós não temos a menor ideia de que estamos dando de graça, viram análise comportamental. E, a partir daí, nós somos bombardeados com centenas de milhares de informações que a inteligência artificial acredita que estamos interessados em receber.

Mas esse processo é mecânico? Será que a inteligência artificial não está só querendo facilitar as coisas para nós? Criam um perfil de consumo e injetam publicidades sobre os produtos que a análise configurou como nosso interesse em consumir. A experiência do uso da internet sendo redirecionada para criar vampiros consumidores, acríticos e com a sensação de estar no controle.

Quando o mercado capitalista consolida os dados pessoais como a commodity mais valorizada do planeta - o petróleo da era digital (The world's most, 2017) -, passa a ser de extrema importância manter a internet um lugar *inlesgilável* e anônimo, criando uma sensação de conforto para que as grandes empresas possam permanecer lucrando com a compra e venda de bilhões de perfis de dados e acessos. As empresas multimilionárias patrocinam e estimulam o anonimato direto, os governos lucram com a manipulação da sociedade; por isso, o desinteresse estatal em políticas públicas de controle dos espaços digitais. Enquanto isso, alteram tecnologicamente absolutamente todas as formas de sociedade que conhecemos, tornam frágeis as democracias e seguem estimulando a organização de grupos que só têm interesse em dizimar as minorias políticas.

Em uma guerra civil, o lucro está em matar e em morrer.

Partindo dessa estrutura tecnológica, na qual operam todas as plataformas de redes sociais, de modelar gostos, interesses e perfis de consumo, a Cambridge Analytica pode interferir e alterar as sensações sociais, inflamar os perfis políticos, criar um ambiente de desconfiança e medo em determinadas populações. Porém, ao invés de disparos de publicidade, com a manipulação de dados, o que se disparava eram notícias falsas sobre determinadas questões políticas e partidos políticos, na intenção de mitigar a credibilidade dos movimentos sociais e da oposição criando um mal-estar social entre indivíduos, levantando questões polêmicas moralizadas pelo fundamentalismo religioso, com objetivo de alavancar e eleger governos de extrema-direita em todo o mundo. Sob a égide dessa mercantilização, não só os dados pessoais dos usuários de internet passaram a ser

mercadorias, mas a política internacional entrou em negociata. O Brexit⁶⁴, no Reino Unido, a eleição do ultra-direitista Rodrigo Duterte nas Filipinas, em 2016, e Trump nos EUA, no mesmo ano. Para além dessas intervenções, as redes serviram para popularizar, em tantos outros lugares da Europa, a ideologia do grupo extremista alt-right, causando a mesma desestabilidade política, dando oportunidade para a mesma ascensão nazifascista (Principal financiador, 2018).

É possível observar o crescimento desde 2010 do equivalente ao alt-right, até na França - que era um pilar do liberalismo progressista (Astier, 2017).

Em meados de 2017, Steve Bannon cria o “the movement”, uma organização internacional de extrema-direita, que nasce com a intenção de abarcar os países europeus. É possível rastrear que o movimento nasceu na Bélgica e se organiza juntamente com o Partido Popular Belga, que tem sede no parlamento europeu.

Na França, o movimento conseguiu alavancar o partido Frente Nacional, liderado por Marine Le Pen, o único de extrema-direita. Posteriormente, conseguiram aliados na Itália, com o primeiro-ministro Matteo Salvini; na Hungria, com a eleição do ultranacionalista Viktor Orbán; com o partido Vox, na Espanha, através de Rafael Bardají (ex-assessor do ex-presidente Aznar). O “the movement” expandiu sua influência na Alemanha, impulsionando a AFD⁶⁵; na Áustria, com o FDO⁶⁶; na Polônia do PiS⁶⁷; Finlândia com o Perussuomalaiset⁶⁸; Reino Unido com o Ukip⁶⁹ e na Suécia com o SD⁷⁰ - inclusive, em 2018, a Suécia se tornou o principal país supremacista racial, através das mesmas ideias de que os homens brancos cisheterossexuais estão sendo encurralados e sofrendo opressão (Como a Suécia, 2018). Essa latência começou a crescer pelo fato de a Suécia ter sido o país que mais abriu as fronteiras para os imigrantes, enquanto as notícias falsas que corriam pelo mundo eram a de que havia um aumento de estupros cometidos por esses imigrantes. Notícia falsa inclusive repostada pelo próprio Trump em sua rede social favorita (da época) (Arkonada, 2019).

No Brasil, a história começa em meados de 2008 (na internet), atravessa dois mandatos progressistas, um golpe de estado, uma operação política (des)coordenada pela Polícia Federal e vai desembocar no caótico governo de Jair Bolsonaro.

⁶⁴ União das palavras british e exit = Brexit. Saída do Reino Unido da União Europeia.

⁶⁵ Partido Alternativa para a Alemanha.

⁶⁶ Partido da Liberdade da Áustria.

⁶⁷ Partido Lei e Justiça.

⁶⁸ Partido dos Verdadeiros Finlandeses.

⁶⁹ Partido da Independência do Reino Unido.

⁷⁰ Partido Democratas Suecos. Nacionalista, conservador, contra a imigração e contra a União Europeia.

7 - CAPÍTULO 2

O campo de croqué da Rainha de Copas

Me lembrei de ontem, uma neguinha feia pra caramba passou por mim numa rua deserta e passou pro outro lado da rua antes de cruzar comigo, por certo pensando que eu era um estuprador (não tenho cara, muito pelo contrário até, sou um cara bonito... rsrs). Fiquei olhando, e quando ela olhou, fiz aquela cara de nojo, de repulsa, de propósito mesmo, só pra diminuí-la. Uma mulher daquelas deveria agradecer se algum cara quiser fazer a caridade de comê-la, mas hoje em dia, aqui no Brasil, a coisa está de um jeito que até as catrevagens se permitem sentirem-se assediadas⁷¹. *[sic]*

Eu imagino que você esteja se sentindo um pouco como a Alice, entrando pela toca do coelho. Eu vejo nos seus olhos. Você tem o olhar de um homem que aceita o que vê porque está esperando acordar.

- Ironicamente, não deixa de ser verdade.

Você acredita em destino, Neo?

- Não.

Por que não?

- Não gosto de pensar que não controlo a minha vida.

Sei exatamente o que quer dizer. Vou te dizer por que está aqui. Você sabe de algo. Não consegue explicar o quê. Mas você sente. Você sentiu a vida inteira: há algo de errado com o mundo. Você não sabe o que, mas há. Como um zunido na sua cabeça te enlouquecendo. Foi esse zunido que te trouxe até mim.

Você sabe do que estou falando?

- Da Matrix?

Você deseja saber o que ela é?

A Matrix está em todo lugar. À nossa volta. Mesmo agora, nesta sala.

Você pode vê-la quando olha pela janela ou quando liga sua televisão. Você a sente quando vai para o trabalho, quando vai à igreja, quando paga seus impostos. É o mundo que foi colocado diante dos seus olhos para que você não visse a verdade.

- Que verdade?

⁷¹ Link para conferência: <https://cutt.ly/rW2aolG>

Que você é um escravo. Como todo mundo, você nasceu num cativo, nasceu numa prisão que não consegue sentir ou tocar. Uma prisão para sua mente. Infelizmente, é impossível dizer o que é a Matrix. Você tem de ver por si mesmo. Esta é sua última chance. Depois não há como voltar.

Se tomar a pílula azul a história acaba, e você acordará na sua cama acreditando no que quiser acreditar.

Se tomar a pílula vermelha, ficará no País das Maravilhas e eu te mostrarei até onde vai a toca do coelho.

Lembre-se: tudo que ofereço é a verdade. Nada mais.

(Wachowski & Wachowski, 1999).

Clássico cyberpunk da década de 90 - Matrix - foi dirigido pelas irmãs Lana e Lilly Wachowski, duas mulheres trans. Nele, Neo, um hacker que invade sistemas para roubar informações e vendê-las, descobre que o mundo no qual ele se reconhece, na realidade é uma simulação interativa neural criada por um super sistema de inteligência artificial que escraviza os seres humanos para produção de energia. Em um mundo pós-apocalíptico, a humanidade que perdeu a guerra contra as máquinas se encontra inconsciente, encapsulada e ligada por cabos em uma espécie de colméia infinita - a Matrix - que fabrica ilusões acerca de um mundo no qual os inconscientes acreditam fazer parte de uma sociedade, a nossa sociedade. Os poucos seres humanos que escaparam dessa escravização formaram a Resistência, sobrevivem em cidades subterrâneas e podem transitar entre a “realidade” e a “simulação neural”, oferecendo a opção de tomar a pílula azul ou a vermelha, na tentativa de resgatar algumas pessoas do complexo da Matrix.

A pílula azul, se escolhida, permite que o indivíduo permaneça alheio ao mundo que existe fora da Matrix e volte a existir sem ter consciência sobre a escravização à qual está submetido e sem nenhuma memória sobre ter escolhido esse caminho. A pílula garante que a vida siga sendo vivida da forma que foi programada pelo governo atual - o governo das máquinas. Já a pílula vermelha interrompe a simulação interativa neural, encerrando o domínio sobre aquele indivíduo e tornando possível o reconhecimento do mundo tal qual ele se encontra - pós-apocalíptico, devastado - e com os indivíduos hipotrofiados, conectados a máquinas, em estado de constante hiperprodutividade.

Não bastasse a óbvia relação entre as sociedades ocidentais e a maneira como a máquina capitalista modula os desejos, as irmãs Wachowski já esclareceram que o filme é uma metáfora sobre transformação e aceitação, numa alusão à ficção científica vivida diariamente pelas pessoas transexuais frente ao mundo onde as diferenças não são acolhidas, tampouco respeitadas (Diretora de Matrix, 2020). A pílula vermelha representa a hormonização, a ingestão de estrogênio feita por

algumas mulheres trans, e a relação que, daí, cria-se com o mundo, a identificação e o reconhecimento (Coral, 2020).

Já a relação direta com o que se acredita ser a fantasia criada por Alice, também é desconstruída e ressignificada - o país das maravilhas, esquizo e com infinitas possibilidades e multiplicidades, é reivindicado como a realidade à qual a personagem não tem direito de pertencer, uma vez que ela é constantemente sugada para fora desse mundo de multiplicidades, na maior (e melhor) compreensão da medicamentação da vida.

Alice estava certa ao seguir o coelho. Recusando-se a encarar a experiência como algo próximo de uma alucinação, ela preferiu assentir que poderia ser tantas quantas fossem necessárias. Ela sabia quem era quando acordou, naquela manhã. Naquele momento, porém, depois de se deparar com tantas coisas que acreditava serem impossíveis de existir, já não sabia mais quem era...ou sequer se deveria saber com certeza. Assim como Neo ao despertar do sonho que lhe deu a indicação: siga o coelho branco! Ele segue o coelho até sua toca (no filme representada por uma boate/bar subterrâneo), e lá tem a oportunidade de escolher a pílula vermelha e embarcar na ultra experiência de encarar toda uma existência baseada em mentiras. A dor de entender que nada era palpável versus a possibilidade de se recriar, se refazer por completo. Ambos em um mundo onde tudo e qualquer coisa é possível.

Matrix se encerra com Neo dando um recado para a humanidade: "[...] vocês estão com medo da mudança [...] Eu não vim para dizer como isto vai terminar. Eu vim para dizer como isto vai começar [...] um mundo sem regras nem controles, sem limites nem fronteiras, um mundo onde tudo é possível" (Wachowski & Wachowski, 1999). Quem dá o tom por meio da trilha sonora é a banda Rage Against the Machine, com a música Wake Up, que apresenta uma referência direta aos assassinatos de Malcolm X e Martin Luther King e como o FBI usou os casos para reduzir e enfraquecer o movimento negro.

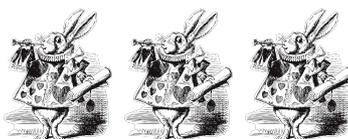
Muita calma, leitoras. Entendo a curiosidade sobre o filme Matrix estar sendo citado aqui, e garanto que nem só de referências geek vive essa dissertação. Óbvio que existe todo um investimento afetivo de minha parte, tanto em relação à Alice no País das Maravilhas (que dá origem a todos os meus capítulos e subcapítulos), quanto à produção cyberpunk que é a minha preferida do gênero. A relação entre livro e filme, espero ter conseguido abordar de maneira eloquente e satisfatória para quem está enfrentando bravamente essas páginas com conteúdos pesados e bastante indigestos. Confesso que muito menos satisfeita do que eu estaria se estivesse simplesmente incluindo essas referências aqui ao meu bel prazer, é a verdade por trás da necessidade de abordar esse símbolo da cultura pop - especialmente em se tratando de uma

produção cinematográfica com tantos conceitos trabalhados, como já explicitarei no início deste capítulo - dentro de um contexto tão nefasto e cabuloso.

Acontece que o movimento masculinista norte-americano cooptou a narrativa de Matrix e subverteu as questões trabalhadas no filme, transformando a ideia original da pílula vermelha - que remete à libertação do indivíduo das amarras cisheteronormativas e capitalistas - em um discurso que prescreve as mulheres como antagonistas da vida e das existências masculinas. A teoria red pill (TRP) alerta: Tome a pílula vermelha, saia da Matrix e você será capaz de enxergar o mundo *ginocêntrico* onde você está inserido. O país das maravilhas é ilusório.

A verdadeira ameaça é a mulher.

E o discurso colou tão fortemente que se tornou parte do dialeto e da cultura da *manosfera*⁷², que tem a pílula vermelha como princípio do despertar, o essencialismo de gênero como arma ideológica e o nihilismo que permeia as atividades dos grupos, tornando tudo mais sombrio, perigoso e, como já vimos, letal.



Como no Brasil a cultura importada tende a demorar para se instalar, mesmo com a internet criando as pontes mais impensáveis de conexão, vimos crescer junto a essas teorias estapafúrdias (e até então replicadas de modo tímido por pessoas consideradas desajustadas socialmente e sem expressão) uma figura que em pouco tempo iria se sobressair da maneira mais controversa possível.

Tomo a liberdade de voltar um pouco no tempo, na intenção de alinhavar com mais precisão todo esse engendrado. Gostaria de retornar ao final das longas décadas de ditadura militar no Brasil, em 1986, para citar que um sujeito absolutamente desconhecido decidiu se indignar com os salários oferecidos pelo exército - já que ele próprio fazia parte da corporação. Essa indignação extrapolou os muros do quartel e rendeu entrevistas à mídia jornalística, seguida de duras críticas aos militares de alto escalão (o que configura uma quebra de hierarquia e uma afronta aos militares superiores). O sujeito ganhou 15 minutos de fama e 15 dias de prisão. Passado esse primeiro momento de insubordinação e rebeldia de um alguém conhecido nos quartéis por não se destacar intelectualmente, em 1987, o mesmo veículo jornalístico (no caso, a revista *Veja*) publicou um esquema, assinado pelo militar, sobre um plano de explodir bombas em diversos quartéis. Por conta

⁷²Criado em meados de 2009, o termo está ligado a uma subcultura online, exclusivamente masculina, dedicada à extrema-direita e à disseminação das ideologias masculinistas.

desse vazamento proposital, uma corte foi instaurada e, no primeiro julgamento, em 1988, com a participação de especialistas que comprovaram por testes de grafia que se tratava mesmo da letra do militar, um conselho de justificação do exército o considerou culpado por 3 votos a 0. Porém, no mesmo ano, o Superior Tribunal Militar (STM) o absolveu por 9 votos a 4. Especula-se que, mesmo com uma condenação justificada pela “conduta irregular e praticado atos que afetam a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe”, os militares preferiram blindar a instituição e prosseguir nos costumeiros ataques à liberdade de imprensa, legado deixado pelos anos sombrios de regime militar ditatorial. O caso se encerra com o militar sendo eleito vereador pelo estado do Rio de Janeiro ainda em 1988 (assumiu em 1989 e permaneceu até 1991), e imediatamente se tornando um reservista do exército, inclusive se beneficiando da aposentadoria de ex-capitão, aos 33 anos de idade (Carvalho, 2019).

Essa figura é Jair Bolsonaro, que em 1999 (neste momento deputado federal) fez um discurso, no qual defendeu o fechamento do Congresso e lamentou que a ditadura tivesse matado tão poucos opositores. No discurso, o número de fuzilamentos, apontado como justo, seria de 30 mil pessoas, incluindo o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, durante a CPI da exploração sexual de crianças, Bolsonaro - aos berros - disse à então relatora, Maria do Rosário, que ele nunca a estupraria pois ela não merecia, era muito ruim, muito feia e não fazia seu “gênero” para merecer ser estuprada. Já em 2010, Bolsonaro declarou que quando um filho começa a ficar “meio gayzinho, leva um couro e ele muda o comportamento dele”. Anos depois, em 2011, em um programa de televisão, Bolsonaro afirmou que não corria o risco de ter um filho envolvido com uma mulher negra, porque eles haviam sido muito bem educados. Quando perguntado sobre a declaração racista, o deputado afirmou ter acreditado que a questão era sobre seus filhos terem relações homossexuais. Ok, racista não posso ser, vamos de homofóbico então!

No ano seguinte, 2012, viralizou um vídeo - alterado por sua equipe - difamando a professora universitária e psicóloga Tatiana Lionço. O vídeo, manipulado, foi retirado de um congresso sobre sexualidade infantil e combate à homofobia, do qual Tatiana participou (Lopes, 2013). De lá pra cá, a professora passou a ser constantemente perseguida e ameaçada por grupos de masculinistas e apoiadores de Bolsonaro. Como se não bastasse, em 2014, o mesmo defendeu que mulheres deveriam receber menos que homens porque engravidam e que a conta - relacionada ao período de licença-maternidade - não seria justa com os empresários. Nesse mesmo ano, o ex-deputado confirmou que iria concorrer ao cargo de presidente da república.

Por fim, durante o vergonhoso processo de golpe que a ex-presidenta Dilma Rousseff sofreu, em 2016, Bolsonaro garantiu seu voto favorável ao *impeachment* da seguinte maneira: “Pela memória do coronel ~~carlos alberto brilhante ustra~~, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de

~~caxias~~, pelas ~~forças armadas~~, pelo Brasil acima de tudo e por ~~deus~~ acima de tudo, o meu voto é sim” (Barba & Wentzel, 2016).

Não bastasse que cada um desses elementos trazidos aqui configure um crime - cada um deles passível de representação na justiça -, o artigo 287 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) é bastante óbvio em garantir que “fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime” é crime e prevê penas que podem variar de detenção (de três a seis meses) ou multa.

No entanto, nem mesmo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de cassação do mandato do deputado (Barba & Wentzel, 2016) - pela declaração feita no dia da votação do *impeachment* -, Bolsonaro sofreu qualquer sanção. Somente no caso representado pela deputada Maria do Rosário, em que foi condenado a pagar 10 mil reais de indenização por danos morais (Oliveira, 2019). Podemos, então, atrelar aos fraquíssimos judiciário e legislativo a responsabilidade por essa figura ter tido a oportunidade de se sustentar elegível até o ano das eleições de 2018. O sistema democrático, que Bolsonaro tanto quis (e ainda quer) exterminar por definitivo, quem diria, foi exatamente o que permitiu a ascensão da sua figura torpe ao cargo de chefe do executivo.

Grande parte da esquerda brasileira se deleitou e tratou com escárnio a declaração de Bolsonaro sobre concorrer à presidência, ignorando completamente não só a existência de grupos organizados - inclusive de masculinistas, mas também da ala fundamentalista religiosa, de neonazistas e etc - na base desse apoio, assim como ignoraram o fato de muitos deles já estarem trabalhando na internet (ainda que furtiva e bisonhamente) para promover a figura do deputado como *o mito* que vimos ganhar as eleições de 2018, desde meados de 2010.

De acordo com Aronovich, “os masculinistas já diziam Bolsonaro presidente” desde essa época, quando as únicas aparições de Bolsonaro se resumiam a reverenciar os anos de ditadura militar e repetir seu bordão “bandido bom é bandido morto”, porém constituem - na opinião da professora - a base mais fiel do eleitorado. As mensagens deixadas por masculinistas no blog Escreva Lola Escreva, já tratando Bolsonaro como a figura que eles adorariam ver ocupar a cadeira da presidência, eram baseadas, em sua maioria, nas promessas do deputado sobre armar a população. A proposta armamentista, que viabiliza e facilita a compra de armas por civis, interessa muito esse nicho de seguidores, uma vez que para comprar uma arma, além de dinheiro, é necessário ter uma rede contatos, o que muito poucos masculinistas têm (Lola, 2021). Isso prova a arrogância dos representantes progressistas do nosso país e, de forma mais alarmante, mostra abertamente como eles têm pouco conhecimento sobre políticas internacionais, visto que essa mesmíssima jogada da extrema-direita - inclusive atuando massivamente na internet e através da

disseminação de notícias falsas - já estava a todo vapor nos EUA e em diversos outros países da Europa.



Pequenos grupos de homens, alinhados ao conservadorismo liberaloide e hipócrita de Bolsonaro, ao perceberem que poderiam se ver representados pela figura do *capitão*, passaram a reproduzir suas declarações agressivas, indecorosas e preconceituosas nos grupos masculinistas, que já vinham se formando em torno dessa mesma narrativa - de ódio mesclado com uma frustração por total inaptidão social -, de modo a cultivá-lo como uma figura mitológica, uma vez que ele é a personificação dos enunciados criados nesses ciberespaços. O início de um fã-club, que começa a ganhar força expressiva por volta de 2010 e se retroalimenta à medida que as concepções de mundo absurdas, conspiratórias e destrutivas que permeiam o submundo da internet surgem na mídia, nas rodas de conversas, nos programas de televisão e nos jornais. Sem criticidade por parte dos veículos que concedem a palavra a Bolsonaro - e o encaram como sendo somente lunático, mas sem questionar como esse lunático ocupa um cargo público -, sem punições pelas declarações e sem responder judicialmente pelos impropérios e pelas violências declaradas em seu discurso, o movimento masculinista é impulsionado e estimulado, também, pela constatação da impunidade.

Tímida e vergonhosa, assim como a ascensão do ex-militar, foi a consolidação dos grupos masculinistas no Brasil. Depois de anos consumindo (e sendo consumidos) pelo rancor dos masculinistas estadunidenses, por terem testemunhado (até então) dois mandatos consecutivos do ex-presidente progressista Luiz Inácio Lula da Silva, a ascensão de uma nova classe média, o fortalecimento dos movimentos sociais e a implementação de políticas públicas de assistência, esses homens, finalmente, estavam prontos para iniciar seus próprios ciberespaços de ódio (organizados com esse propósito), dedicados a atacar minorias socialmente vulnerabilizadas. Portanto, o que eu sugiro aqui nesta dissertação é que, a partir de 2010, cresceram juntos - Bolsonaro e masculinismo - um sendo validado pelo outro, um sendo reflexo do outro. Um fenômeno de retrocesso político reacionário que ameaça a democracia do país, a vida das mulheres e, ao mesmo tempo, permanece não sendo incluído e validado como objeto de pesquisa que mire na construção de estratégias de enfrentamento.

A pílula vermelha chega com força ao nosso território nacional.

Despertem todos!

Enxerguem o *messias* como o *mito* que vem arrancar as vendas que nos cegaram por décadas...eles dizem.

7.1 - A história da tartaruga falsa

Se as mulheres só podem ser boas parideiras, concubinas, contorcionistas, atrizes e cantoras; será que não há um modelo superior onde elas possam oferecer o seu melhor? Eu digo que sim. Eu digo que já é passada a hora de domesticarmos as mulheres. Primeiro, tirando elas de todas funções, [...] creio que temos homens suficientes para preencher as lacunas que surgiriam [...] meninas na puberdade seriam sorteadas entre rapazes de idade semelhante, para a realização e satisfação fisiológica [...] digo que mulheres deveriam morar e ser criadas em ambientes próprios para mulheres, com a supervisão de alguns homens capacitados [...] médicos poderiam testar e classificar as mulheres de formas diversas, garantindo que quando um homem quisesse um filho, ele poderia escolher uma mãe com bons genes, garantindo assim gerações cada vez melhores – com os filhos indo para a casa dos pais, para serem educados por eles, e as filhas indo parar nas comunas femininas para ser educada como mulher. A domesticação feminina seria uma panaceia, resolvendo ou aliviando quase todos os problemas da humanidade moderna. Logicamente, mulheres não votariam, assim teríamos melhores políticos, sem falar no trânsito superior. Todas as áreas do conhecimento e da produção seriam expandidas vertiginosamente, com os homens livres para atingir o máximo do seu potencial. Homens teriam mais amigos, mais tempo para si e as mulheres seriam bem cuidadas, livres para realizar seu sonho feminino: serem crianças para sempre, lideradas por machos de pulso forte, sem ter que se dar o trabalho de pensar e tomar decisões⁷³. *[sic]*

O Brasil carrega um legado de genocídio e submissão na sua história, única herança deixada por Portugal depois do período de invasão colonial. É certo afirmar que outras nações também saquearam nossa terra e assassinaram povos originários, como França, Inglaterra e Holanda, mas Portugal conseguiu a façanha de permanecer ínfimo mesmo depois de invadir e dominar um dos melhores territórios do mundo. Não deixaram absolutamente nada de positivo aqui, tampouco conseguiram se destacar na Europa.

A verdade é que ignorar esse legado é também ignorar como séculos depois a história é contada nas escolas. Como o sistema educacional do Brasil se organizou em torno da mesma narrativa falaciosa utilizada pelos portugueses quando encontraram, pela primeira vez, o verdadeiro

⁷³ Link para conferência: <https://cutt.ly/4W2fo42>

povo dessa terra. Não foi por acaso que os portugueses chegaram aqui. Não foi com boa vontade que eles tentaram se comunicar com os povos originários. Não foram eles (os povos indígenas) que receberam os invasores com violência (e tinham direito de fazê-lo). Tampouco foi de bom grado que perderam seus recursos naturais, seus corpos, suas crias, sua religião, suas moradias e suas vidas. Mas é isso que a gente aprende na escola, quando pequenos. É assim, submissos, que conhecemos nossa história. Só assim somos socialmente formados para venerar países europeus e, mais recentemente, os norte-americanos - incutindo no imaginário da sociedade que devemos ser gratos por todo lixo e violência que eles despejaram aqui, do contrário seríamos ainda animais irracionais.

Trinta anos depois da invasão portuguesa, por volta de 1530, a escravidão passa a ser instituída no Brasil, primeiro com os povos originários e, por volta do século 17, sendo gradativamente incluída a escravização dos povos africanos, formando a base que constitui a história, a memória e o dna da nossa sociedade. Somos, indiscutivelmente, um país escravagista e, institucionalmente, só deixamos de sê-lo em 1888 - a última nação a abolir a escravidão. O Brasil império tinha uma explicação: a escravidão não fora abolida antes porque era preciso manter a economia.

Centenas de milhares de vidas poderiam ter sido salvas, mas a economia vinha em primeiro lugar. E qualquer semelhança com eventos do século 21 e declarações do atual presidente do Brasil não é mera coincidência.

Percebam que eu não estou falando da pandemia de Covid-19 em 2020 (que até novembro de 2021 já tinha matado mais de 5 milhões de pessoas no mundo) (Beech & Kwon, 2021), nem dos 101 e-mails da Pfizer que foram ignorados pelo governo brasileiro, que decidiu não negociar a compra de vacinas, ainda no ano de 2020 (Souza, 2021), ou das medidas sanitárias, de isolamento social, que não foram adotadas pelo governo federal - que insiste em fazer circular mensagens negacionistas e mentirosas, desestimulando a população a usar máscaras e se vacinar -, exatamente porque era preciso manter a economia em detrimento da vida (Prata et al., 2021).

Estou falando de D. Pedro II (e dos que o antecederam), do imperador do Brasil de 1840 até 1889 que, inclusive, era considerado abolicionista. Imagine se não fosse!

E não seria curioso pensar que um sistema econômico baseado no domínio dos corpos, em que uns assumem direitos de propriedade sobre outros, sempre esteja acompanhado de imposições religiosas? A imposição violenta de uma religião monoteísta, no caso, o cristianismo, que forçou violentamente tanto os povos originários quanto a população africana a abandonar e negar suas próprias crenças, tradições e costumes, sempre foi um plano de sociedade. Escravização e catequização, Estado e Igreja aplicando técnicas de controle e domesticação, através da vigilância,

punição e marcação de corpos, que hoje vêm sendo discutidos, academicamente, como corpos dissidentes.

O discurso cria subjetividades, formas pelas quais vamos nos entender no mundo, influencia os pensamentos, os desejos e o comportamento de cada um, por isso a necessidade, por exemplo, de todos falarem a mesma língua, para início de conversa. A violência da punição no corpo assevera os limites pré-estabelecidos no discurso. Se faz necessário, nesse processo de produzir subjetividades, não só subjugar o outro, mas garantir que a desumanização daquele corpo seja inteligível, produzindo assim um sentimento de desprezo e repúdio - que pode inclusive recair sobre o indivíduo em relação a si mesmo, além dos outros em relação ao sujeito, no caso, os sujeitos da escravização (Foucault, 2014a).

É possível observar em Guattari (2012) a ideia de que a subjetividade é pré-pessoal, ou seja, todo sujeito vai ser a derradeira do processo de subjetivação, processo esse que se dá a partir do outro e das interações e interlocuções do outro conosco. Por meio desse processo calcado na violência, subjugação e desumanização, foram demarcados outros corpos além das mulheres, dos povos originários e dos povos africanos, mas também da população LGBTI+, das pessoas com deficiência, dos corpos da loucura, dos não-cristãos, gordes e da população periférica. Todos aqueles que passaram a compor a dissidência foram/são sacrificados, em algum momento da história, em nome de um deus e da economia.

E seguimos assim, em pleno século 21. O capitalismo se apresentando cada vez mais volátil, mais fluido, as codificações encontradas nos períodos feudais são sobrescritas, novos códigos sociais são marcados na sociedade e o novo sistema econômico funciona como uma máquina que opera através do sacrifício humano. Mas como uma máquina pode funcionar através de sacrifício humano e isso não despertar o temor de que, um dia, pode ser meu corpo a ser sacrificado? Nesse processo, é possível inferiorizar uma existência, controlar um corpo, policiar uma mente e criar um espectro no qual seja possível que outras pessoas passem a considerar alguns corpos marcados como dissidentes, suficientemente abjetos para merecerem estar naquela posição. A corponormatividade e a objetificação da vida resguardam que o poder político controle e manipule os corpos, suprimindo comportamentos destoantes daqueles prescritos: mulheres submissas, organizações familistas e heterocentradas, performance de capacidade produtivista, padronização corporal e animalização de povos originários e africanos (Foucault, 2008).

Por essa ordenação que se supõe natural - e que necessita de controle e punição das sociedades, justamente para se manter como norma - sempre haverá corpos matáveis, e o capitalismo garantiu que os códigos primários - que marcam e denunciam esses corpos - fossem

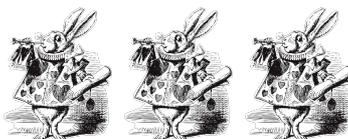
inscritos em existências que jamais deixarão de existir, e nem poderiam, porque é às custas desses corpos considerados descartáveis que a economia mundial se fortalece.

Depois de 322 anos de colonização portuguesa, em 1822, o Brasil se torna independente (?) e de colônia passa à monarquia. Mais 70 anos se seguem antes de nos tornarmos uma república, em 1889, para sermos comandados por um marechal - o próprio militar que, acompanhado de mais uns mil outros militares, derrubaram D. Pedro II. A verdade? A elite política já estava abandonando a ideia da monarquia como algo viável, mesmo com os últimos anos de D. Pedro II tendo avaliação positiva, economicamente falando, até porque na linha sucessória, a próxima a assumir a coroa seria a princesa Isabel, o que era inadmissível, por ela ser mulher. Mas os militares, insatisfeitos com o valor de seus salários, decidiram dar um golpe e depuseram o imperador. Esse foi o primeiro golpe militar dado no Brasil.

Ahhh, a história! Fascinante, não acham? Enfim, o governo provisório até achava que o justo seria um referendo para a própria população escolher entre parlamentarismo e república, mas isso só foi acontecer mais de 100 anos depois. Certo é que o marechal Deodoro da Fonseca tomou a presidência para si, e como a história não só não mente, como se repete, afundou o país em inflação, fazendo a economia despencar. Durante a primeira república, os militares ficaram no poder até 1894.

Já em 1930, novamente tivemos um golpe militar, entrou Getúlio Vargas que ficou até 1937. Quando o mandato estava terminando e novas eleições se aproximando, Getúlio jurou que um suposto plano comunista estava sendo organizado para tomada do poder. Como vocês podem imaginar, mais uma vez tivemos um golpe de estado e Getúlio, que engendrou toda a ação, permaneceu como ditador até 1945. Curiosamente, com o final da 2ª guerra mundial, os militares que tinham apoiado o golpe de 1937 foram lá e deram mais um golpe que depôs Getúlio. Menos de 20 anos depois, em 1964, novamente os militares deram outro golpe e entramos na quinta república - a ditadura militar, os anos de chumbo -, que durou 21 anos.

Vocês sabem que a história não acaba aqui, mas vou reservar o que falta contar em momento mais oportuno. A questão é saber se minhas leitoras conseguiram compreender de onde nós viemos, e qual a base que fundamenta as questões sociopolíticas e psicossociais da população brasileira. Em uma história como essa (ainda que, aqui, contada brevemente), sobra muito pouco espaço para outro desfecho, que não o que estamos assistindo acontecer. Os movimentos, tanto do Estado capitalista, quanto do exercício do poder capitalista, quanto da igreja enquanto dispositivo de poder do capitalismo, são cíclicos. Se iniciam, se organizam e se estruturam, sempre por meio das mesmas tiranias, para combater a mesma vilania inventada.



O sistema de educação do Brasil, extremamente disputado politicamente, é um campo em que competem as narrativas sobre as histórias que serão contadas, o que garante que esse ciclo jamais cesse. E o que se entende por isso é que, nas escolas, desde a alfabetização, não podemos contar com uma educação que estimule a criticidade dos sujeitos, tampouco sua autonomia.

O que se aprende sobre a história dos povos originários, sobre a escravização dos povos africanos, sobre a invasão portuguesa, sobre o saqueamento, o genocídio e toda a violência à qual foram submetidos aqueles que já estavam aqui e os que foram forçadamente arrastados de suas pátrias de origem; sobre o movimento que transformou o Brasil em um Estado-Nação independente e, posteriormente, uma república e sobre como a igreja esteve presente em toda essa jornada secular e brutal? Eu, quando estava na escola, aprendi que os portugueses chegaram aqui por acaso, que foram recebidos com hostilidade, mas ao presentear os indígenas (eles dizem que com espelhos, hoje eu sei que o presente foi varíola), tornaram-se amigos. Aprendi que os jesuítas eram uns caras super religiosos, bem bacanas, que só queriam salvar as almas dos indígenas e possibilitar a boa convivência com os brancos. Por outra vertente, aprendi que o maior genocídio da história foi o holocausto, no qual aproximadamente 5 milhões de judeus foram mortos pelo regime nazista - inclusive, não me lembro de ter aprendido sobre outro genocídio. Não me lembro sequer de ter aprendido que pessoas com deficiência, lgbts e pessoas negras também haviam sido mortas no holocausto. Também aprendi que se não fosse pelos europeus nós seríamos selvagens, e que lá, na Europa, existem os maiores e melhores museus de arte, as pessoas mais bem educadas, mais intelectualizadas e desenvolvidas - no quesito sociedade - e que isso se deve ao fato de ser um continente milenar (o que faz com que a gente acredite que não havia nada aqui antes de 1500 e nem se questione de onde vêm as riquezas daquele continente).

O “descobrimento” do Brasil! Que plano de sociedade, imenso, carrega essa palavra...descobrimento...quanta subjugação está atrelada nesses 522 anos em que arrastamos esse conceito.

Saber da história, e qual história, faz muita diferença na forma como somos subjetivadas, na maneira como (nos) entendemos ou ignoramos os engendramentos sociais, quando nos é dada ou negada a possibilidade de saber em quais engrenagens nossos corpos estão metidos...e se somos autônomas para decidir fazer parte daquilo que gira - e de como gira.

Descobrimto é uma palavra pequena, mas nem de longe a forma como é usada é ingênua. Ignorar que o sistema educacional do Brasil é um projeto de sociedade inescrupuloso e que, antes de qualquer coisa, é a base para termos uma sociedade tão frívola em termos democráticos e progressistas é tão preocupante quanto as organizações masculinistas. Questionar a base de tudo é também uma possibilidade de entender o atual momento que estamos passando e talvez seja muito complicado apontar um único problema (ou o maior de todos), mas é preciso tentar enxergar um todo para que seja possível traçarmos diversas rotas de ações micropolíticas.

Pode parecer impossível quando vemos a quantidade de coisas interligadas das formas mais escusas e infames, mas é a única opção que temos...sermos incansáveis. Portanto, apresento a seguir uma linha do tempo que pretende explicar a evolução crescente dessas organizações masculinistas. E, para além, pretendo estabelecer uma relação entre o crescimento dos grupos masculinistas na internet, o aumento do discurso de ódio, da violência e a politização desses elementos como ferramenta para ascensão de um executivo nos moldes fascistas de governamentalidade.



Ao pesquisar o termo “masculinismo” na internet brasileira, a primeira informação que surge é a simples definição do conceito, indicada na página da Wikipédia, afirmando que:

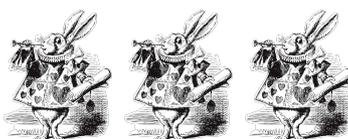
o masculinismo ou masculismo é um conjunto polissêmico de ideologias e movimentos culturais, políticos e econômicos que têm como objetivo analisar a construção da identidade masculina e os problemas dos homens em relação ao gênero, se considera a contrapartida do feminismo, já que busca a igualdade com as mulheres, mas do ponto de vista masculino. Assim, este termo pode ser usado em vários campos para se referir a defesa dos direitos ou necessidades dos homens, a adesão ou promoção de opiniões e valores e atitudes consideradas típicas dos homens (Masculinismo, 2022).

Independentemente de sabermos que a base do discurso masculinista se encontra em todas as esferas da sociedade, seja no público ou no privado, como já vimos anteriormente, e que essa base está na misoginia, no racismo e na lgbtfobia que permeiam as sociedades ocidentais - porque assim foram constituídas pelo Estado capitalista -, é inadmissível que a maior plataforma de buscas da internet (o google) ainda não tenha criado um filtro para pesquisas como essa. Não é possível

permanecer normalizando que todo e qualquer discurso seja amparado pela liberdade de expressão. Isso desconsidera a potência transformadora e subjetiva dos agenciamentos criados pelos enunciados propostos, e também ignora que a violência encontrada nos discursos pode servir como parâmetro para apontar a responsabilidade do neoliberalismo como fomentador e disseminador de práticas excludentes, segregadoras, preconceituosas e que atentam contra a dignidade e a vida.

Sendo assim, para colaborar na construção da linha temporal, base para compreendermos o avanço das organizações masculinistas brasileiras e de diversos outros engendramentos, este trabalho cartográfico fará uso de conversas documentadas com a principal antagonista dessas organizações, a professora Lola Aronovich. Não fossem suficientes os anos sendo perseguida e ameaçada por masculinistas, Lola figura como a primeira pessoa a denunciar o caráter violento desses grupos, apelidado por ela de “mascus”, e a primeira a trabalhar a questão do discurso de ódio de gênero como centralizador de todas as ações propagadas por esses homens e disseminadas massificadamente na internet.

O blog Escreva Lola Escreva, maior canal de denúncias, abriga um gigantesco volume de material sobre esses grupos, não só com artigos escritos pela autora, mas com conteúdo dos próprios masculinistas que não se cansam de encher sua caixa de comentários. E, para além, muitas informações reveladas por Lola em nossas conversas não estão documentadas (em links acessíveis, por exemplo), uma vez que compõem a experiência pessoal dessa professora que, além de ameaças, recebeu, em diversas ocasiões, das mãos dos próprios masculinistas, links para acesso aos seus fóruns. Obviamente isso não era feito de bom grado, pois Lola era estimulada por essas figuras a comprovar, ao ter seu acesso concedido nesses espaços, as correntes de ódio que diariamente corriam em seu nome. Então, outro papel importante que Lola terá nesta pesquisa será o de auxiliar a estruturação dessa linha do tempo.



Em 2005, um movimento conhecido como *Real* surge na antiga plataforma do orkut com intuito de disseminar as teorias de uma figura conhecida pelo pseudônimo de Nessaham Alita. Os textos, publicados na internet entre 2002 e 2009, apresentam um conteúdo que promete ensinar aos homens como ser *homem de verdade*, através de técnicas para aproveitar ao máximo os relacionamentos heterossexuais, por meio da dominação do homem sobre a mulher. Havia três comunidades principais no orkut para divulgação desses textos: 1) Mulher gosta é de homem

babaca; 2) O lado obscuro das mulheres e 3) Elas preferem os canalhas. O nome desse movimento - *Real* - é uma alusão ao estado inconsciente em que os homens se encontram na Matrix, do qual eles precisam despertar. O mundo onde as mulheres comandam e os homens, submissos, precisam acordar e reivindicar seus direitos como machos alpha (Feltrin, 2013).

Desse movimento, surgiu o grupo guerreiros da real⁷⁴, apresentando um discurso de ódio mesclado com política nacional, tendo como base as teorias ideológicas do astrólogo e jurista Olavo de Carvalho.

São Paulo, 13 de outubro de 2008.

Eloá Cristina, 15 anos, estava em casa com mais três amigos fazendo um trabalho de geografia, quando Lindemberg Alves Fernandes, 22 anos, portando arma de fogo, invadiu o apartamento. Os meninos presentes foram liberados. Eloá e a amiga Nayara, não. O assassino não se conformava com o fim do relacionamento (inclusive, terminado por ele mesmo) e achou justo manter a ex-namorada em cativeiro. Durante as 100 horas de sequestro, as mídias brasileiras montaram um espetáculo nacional, com direito à entrevista exclusiva com o assassino durante o sequestro. Nos áudios disponíveis no documentário Quem Matou Eloá?, o assassino repete diversas vezes que Eloá estaria tendo o que merecia, que a adolescente havia pedido por aquilo, que a culpa era dela e que tudo que ele queria era matar Eloá e a amiga, e depois se matar (Doctelamidiacom, 2015).

Em um dos muitos programas de televisão ultrassensacionalistas (que eu optei por não publicizar), o advogado Ademar Gomes deu a seguinte declaração, ao vivo:

Bom, eu sou muito otimista, né? Eu espero que isso termine assim em pizza, né, e num casamento futuro entre ele e a namorada, a apaixonada dele, né? Ele tá passando uma fase momentânea, né, e ele tem a motivação de viver, porque um rapaz jovem, quando se apaixona muitas vezes se desequilibra, no caso radicaliza mesmo. Mas isso vai terminar realmente em final feliz, graças a Deus, eu tenho plena certeza e convicção disto (Doctelamidiacom, 2015).

Nayara, 15 anos, chegou a ser liberada por Lindemberg, mas foi instruída pela polícia a retornar para negociar com o assassino. Ainda do lado de fora, Nayara conversou com o assassino, enquanto o mesmo apontava a arma para a cabeça de Eloá. Nesse momento, ele pede que Nayara

⁷⁴ Link para conferência: <http://guerreirosdareal.blogspot.com/> - (o que restou do guerreiros da real na surface).

segure a mão da amiga e usa a oportunidade para puxá-la de volta para o cativeiro (Nunes & Freitas, 2012).

Somente depois disso a polícia começou a achar que Lindemberg estaria, provavelmente, entrando em um estado psicológico irreversível, e decidiu invadir o apartamento. Explodiram a porta, mas a explosão não foi suficiente para de fato abri-la e, nesse momento, o assassino desferiu dois tiros em Eloá (um no rosto e outro na parte genital) e outro no rosto da amiga.

Eloá morreu, Nayara sobreviveu e Lindemberg foi preso.

A declaração do coronel da PM, Eduardo Félix, (ir)responsável pela operação:

Nós poderíamos ter matado [Alves], ter dado o tiro, mas é um garoto de 22 anos de idade, sem antecedentes criminais e com uma crise amorosa. Se nós tivéssemos atingido o Lindemberg, fatalmente os senhores estariam questionando o Gate [Grupo de Ações Táticas Especiais] sobre por que não negociaram mais (Kawaguti, 2008).

A análise do psiquiatra forense Guido Palomba não é muito diferente da declaração dada pelo responsável da operação: "Uma pessoa aparentemente normal. Sem antecedentes que o comprometam, como uso de drogas. Mas ele com 19, ela com 12 [idades de Lindemberg e Eloá no início do namoro], ele dominou a moça. Na cabeça dele, era o grande herói dela. Aí ele toma um "não" e não se conforma. Não há outra possibilidade. Então ele resolve "ir na marra" [...] Estamos diante de dois adolescentes. Se ele gosta dela, que tem 15, [é porque] o psiquismo dele é um psiquismo de adolescente" (Costa, 2008).

Já para Marília Etienne Arreguy, doutora em psicanálise e psicopatologia pela Universidade de Paris Diderot, a "consciência de Lindemberg foi sombreada pela paixão", portanto caracterizando o assassinato como uma motivação inconsciente e escolha duvidosa (Consciência de Lindemberg, 2008).

Em 2012, Lindemberg foi condenado a 98 anos e 10 meses de prisão. Em 2013, por unanimidade, a pena foi reduzida para 39 anos e 3 meses (Justiça de São Paulo, 2013). Em maio de 2021, a juíza Sueli Zeraik de Oliveira Armani concede progressão de pena e o assassino de Eloá passa para o regime semiaberto (Justiça concede regime, 2021).

Em 2016, pela segunda vez, a justiça negou indenização à família de Eloá. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) entende que não é possível "reconhecer culpa ou dolo por parte dos agentes no desempenho de suas funções, já que os policiais não saíram do local até o fim da ocorrência". A sentença também considera que não há relação direta entre a ação dos profissionais e a morte de Eloá (Tomaz, 2016).

Já em 2018, o TJ/SP condenou o estado a pagar 150 mil reais à Nayara, pelo entendimento de que a Polícia Militar, por toda forma como a ação foi conduzida, colocou-a em risco. Em 2020, a jovem ainda não havia recebido a indenização, cabendo recurso (Araújo & Tomaz, 2018).

Nesse mesmo ano, 2008, de dentro dos fóruns da comunidade guerreiros da real, dois indivíduos se destacam (embora, pessoalmente, sejam irrelevantes para essa pesquisa): Psy (Marcelo Valle) e Kyo (André Luiz). Inspirados em causar discórdia, provocar situações vexatórias e difamações, Psy e Kyo criam a página homens de bem, e vai ser a partir dessa página do orkut que as comunidades “Eloá virou presunto - Foi tard3” e “Eloá - Presunto Forever - RIP” vão surgir. A comunidade tinha o único objetivo de enaltecer o assassino e difamar as mulheres vitimadas por ele.

Quando a guerreiros da real não se apresenta tão visceral como gostariam, Psy e Kyo criam mais uma página, chamada homens sanctos⁷⁵, que passa a abrigar os perfis mais radicais migrantes de outras comunidades de ódio de gênero. Nesse momento, Emerson Rodrigues⁷⁶, o “pedolão” (alcunha para pedófilo) une-se à dupla e passa a administrar a página, declarando que

combatemos todo o lixo vindo da nova ordem mundial dentre eles esquerdistas (anarquistas, comunistas e sociais-democratas: feministas, LGBT, negros) como também Direitistas (Liberais, Neo-Conservadores e Anarco-Capitalistas) ambos manipulados pelos Judeus-Maçons (Illuminati). Somos a favor do sobrevivencialismo, técnicas militares, hacker e phreaker⁷⁷ tudo visando a nossa auto-defesa. Além disso temos como mártires wellington menezes, anders breivik, ted bundy, elliot rodger, adolf hitler, george sodini e charles manson.

Da página homens sanctos vai sair a comunidade “Eu ri do Massacre do Realengo”, que retomarei, lá na frente, em 2011.

No ano seguinte ao assassinato de Eloá, 2009, Psy é preso por publicações racistas feitas em 2005 no fórum da Universidade de Brasília (UnB) no orkut. Ele é condenado, recorre da decisão e permanece em liberdade. Foi a primeira pessoa a ser condenada por racismo cometido na internet brasileira (O criminoso da internet, 2015).

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2011.

Um homem de 23 anos se apresenta na portaria da escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, como convidado para dar uma palestra. Ao conseguir acesso, Wellington Menezes de Oliveira, na verdade um ex-aluno do colégio, inicia um ataque com arma de fogo contra estudantes.

⁷⁵ Link para conferência: <https://homensanctos.wordpress.com/about/>

⁷⁶ Link para conferência: https://m.wikinet.pro/wiki/Emerson_Eduardo_Rodrigues

⁷⁷ Phreaker (phone+freak) - técnica que consiste em invadir as linhas telefônicas. É um hackeamento das linhas telefônicas.

Vinte e cinco jovens foram alvejados, vinte meninas e cinco meninos. Das 12 vítimas fatais, 10 eram meninas. A ação termina com Wellington se suicidando com um tiro na cabeça, após ser atingido por um policial.

No mesmo dia do atentado, o estudante Mateus Moraes, de 13 anos, sobrevivente do massacre, disse em entrevista concedida ao G1 que:

ele matava as meninas com tiros na cabeça. Nas meninas, ele atirava para matar. Nos meninos, os tiros eram só para machucar, nos braços ou nas pernas [...] Estava no meio da aula de português quando ele apareceu. Só pedi a Deus para ele não me matar. E ele falou para eu ficar tranquilo que eu não ia morrer (Costa, 2011).

Logo nas primeiras manchetes jornalísticas, os grandes veículos midiáticos tentaram criar um sensacionalismo que fosse capaz de justificar o massacre cometido por Wellington. As razões levantadas iam desde doença mental (Psiquiatra massacre, 2011), passando por terrorismo islâmico (Em carta atirador, 2011; Manuscritos de atirador, 2011) até bullying na infância (Mendes, 2011).

Psicólogos, psicanalistas e psiquiatras, clínicos, forenses e acadêmicos, uma série de especialistas foram ouvidos, diagnósticos foram sugeridos, perfis psicológicos foram traçados. Esquizofrenia paranoide, personalidade dissociativa, teorias conspiratórias sobre possível associação terrorista.

O mesmo psiquiatra forense que *analisou* Lindemberg (o assassino de Eloá), Guido Palomba, novamente é requisitado, agora no caso de Wellington e, ainda que o suicídio tenha impossibilitado qualquer contato entre Palomba e o assassino, ele afirma categoricamente o diagnóstico de esquizofrenia, baseado no fato de que “as pessoas que conheceram ele falaram aquilo que as pessoas leigas falam das pessoas esquizofrênicas. Ou seja, ele era esquisito, vivia sozinho, era solitário, não tinha amigos, um indivíduo ensimesmado”. Curioso é que, nessa mesma declaração, o psiquiatra afirma - a despeito da certeza inquestionável dele em um diagnóstico sem o menor fundamento clínico - que:

a morte do atirador impede que sejam conhecidos, a fundo, os motivos de algumas particularidades do crime, como o fato de a grande maioria das vítimas de Wellington ser do sexo feminino. Essas questões provavelmente ficarão para sempre sem resposta, somente o exame direto dele que poderia elucidar (Terra, 2011a).

Quer dizer, um diagnóstico clínico foi possível de ser feito, sem dúvidas, sem discussão, ainda que pós-morte e sem nenhum tipo de contato entre psiquiatra e *paciente*, mas a declaração do aluno de que ele escolhia as meninas e a diferença numérica entre vítimas (fatais ou não)

masculinas e femininas não foram suficientes nem para levantar uma discussão sobre o crime ter sido de ódio de gênero?

Aproveitando-se mais uma vez de um crime hediondo, Psy e Emerson, se apossam do site Silvio Koerich - o perdedor mais foda do mundo, em agosto de 2011. O site já era bastante conhecido pelo conteúdo extremista e misógino e logo após o massacre de Realengo, parou de ser atualizado - talvez por receio da polícia associar o massacre à página, já que todos sabiam que Wellington (o assassino de Realengo) era um masculinista frequentador daquele espaço. Um semestre depois, a página volta ao ar, comandada por Marcelo, Emerson e Kyo, que passam a publicar manuais de estupro para mulheres lésbicas, pornografia infantil, ameaças de morte, imagens de genocídios, promoção de feminicídios, racismo e assassinato de pessoas negras, entre outras barbaridades como a promessa de um massacre no prédio de Ciências Sociais da UnB. Nesse mesmo ano, a página recebeu quase 70 mil denúncias na Safernet, todas encaminhadas para a Polícia Federal (Lola, 2021).

Em 2012, Psy e Emerson são presos pela Polícia Federal, na operação intolerância, por terem sido descobertos como criadores e mantenedores do site Silvio Koerich - o perdedor mais foda do mundo (Polícia Federal [PF], 2012). Permaneceram presos por um ano e três meses, quando Psy, já em liberdade, cria o dogolachan (no segundo semestre de 2013) - um imageboard⁷⁸ localizado no endereço dogolachan.org. A userbase⁷⁹ desse novo chan⁸⁰ é montada a partir dos hackeamentos que ele promove em outros chans (55ch e 77chan) e tem como moderador Kyo.

Com a garantia de que não existem serviços de inteligência e monitoramento, em 2014 mais um site foi criado por Psy, o tio astolfo⁸¹, com conteúdo inteiramente de ódio contra as mulheres. Algumas publicações tinham títulos como “faço meus votos para que mais mulheres sejam estupradas em 2015, principalmente feministas”, “como estuprar uma mulher na escola: um guia passo-a-passo para o menor” ou “mulheres deveriam ser tratadas como animais, não deveriam ter nenhum direito” (Carneti, 2015). Em teoria, o site foi retirado do ar em 2017.

No ano de 2016, o dogolachan deixa de ser um espaço somente para disseminação de ódio e passa a ser um espaço para organização e articulação de crimes que vão acontecer dentro e fora da internet, sejam violências psicológicas ou físicas, direcionados a grupos ou de modo personalizado (desafetos diretos).

Os administradores têm acesso a um completo banco de dados e praticam livremente as técnicas de doxxing⁸². Como Lola Aronovich sempre esteve no meio de todas as ameaças, as

⁷⁸ É um tipo de fórum onde as discussões são feitas de forma anônima, através de imagens e textos.

⁷⁹ Base de usuários.

⁸⁰ Abreviação da palavra channel (canal). Chans são canais ou fóruns de discussão anônima localizados na deep web.

⁸¹ Link para conferência: https://m.wikinet.pro/wiki/Tio_Astolfo.

⁸² Roubo, exposição de dados privados (cpf, rg, endereço, etc).

primeiras manifestações de doxxing envolviam não somente ela, como suas leitoras do twitter. Todos os dias eles escolhiam uma leitora para fazer doxxing e ameaçar. A primeira foi uma professora universitária de Goiás, que recebeu um e-mail: “foi se aliar com a jabba e agora vai pagar! Avisa no seu twitter que todo mundo que interagir com a jabba vai pagar com sangue”. A segunda leitora, de Feira de Santana, recebeu o seguinte e-mail: “quero deixar apenas um aviso: quem interagir com a jabba em qualquer meio, seja twitter, email ou blog, estará sujeito a sofrer doxxing! Não é questão de se, mas sim questão de quando”. No mesmo mês, o dogolachan se animou e passou a fazer doxxing e ameaçar mulheres mais famosas, como a Joice Hasselmann (e, em janeiro, a Janaina Paschoal). Até Marcela Temer recebeu um e-mail com ameaças (Lola, 2021). Dentre as vítimas perseguidas de longa data e consideradas principais inimigas das organizações masculinistas, além da já citada Lola, está o ex-deputado federal pelo PSOL/RJ, Jean Wyllys - professor universitário, homossexual, político de esquerda e antagonista de Bolsonaro, a quem os masculinistas veneram (Lola, 2021).

Em 2017, a página rio de nojeira⁸³, criada por um dos administradores do dogolachan, se dedicava a fazer postagens de cunho racista, homofóbico, lesbofóbico, misógino, com apologia à pedofilia, genocídio e todo tipo de violência. Os conteúdos a serem publicados eram debatidos e decididos no site do dogolachan pelos integrantes. Além de ter sido utilizado como disparador para novos adeptos e disseminador de discurso de ódio, o site foi programado para que o acesso gerasse dinheiro criptografado ao desenvolvedor (Coelho, 2018).

Campinas, 01 de janeiro de 2017.

Na noite de réveillon, Sidnei Ramis foi até a casa da ex-mulher e assassinou, além dela, o próprio filho, de 8 anos, e outras 10 pessoas. Das 12 pessoas mortas a tiros, 9 eram mulheres. Investigado pela acusação de abuso sexual, o assassino não aceitava ter perdido o direito de conviver com o filho (visitas supervisionadas) e deixou cartas e áudios culpando as mulheres (vadias, nas palavras dele) e o sistema judiciário que, de acordo com ele, sempre beneficia as mulheres, além de uma convocação para que outros homens se inspirassem em seu ato. Infelizmente, o assassino, como percebemos ser parte de um modus operandi, tirou a própria vida. Parte do conteúdo das cartas evidencia o ódio e rancor cultivados pelas mulheres:

a vadia foi ardilosa e inspirou outras vadias a fazer o mesmo com os filhos, agora os pais quem irão se inspirar e acabar com as famílias das vadias [...] ela não merece ser chamada de mãe, más infelizmente muitas vadias fazem de tudo que é errado para distanciar os filhos dos pais e elas conseguem, pois as leis deste paizeco são para os bandidos e bandidas [...]

⁸³ Link para conferência: https://m.wikinet.pro/wiki/Rio_de_Nojeira

não sou machista e não tenho raiva das mulheres tenho raiva das vadias que se proliferam e muito a cada dia se beneficiando da lei vadia da penha *[sic]* (Leia carta, 2017).

A decisão de incluir o massacre de Campinas nesta dissertação se deu, exatamente, porque Ramis não era frequentador de organizações masculinistas. Pelo menos nem eu, nem a professora Lola, nem nenhum outro veículo de informação conseguiu ligar o assassino a qualquer grupo masculinista, embora nas páginas o crime tenha sido bastante comemorado. Porém, todo o caso, desde a motivação, o modus operandi, até o conteúdo das cartas deixadas por Ramis, esclarece o caráter misógino que permeia a sociedade brasileira. Não é necessário fazer parte de um grupo masculinista para ter um discurso masculinista, os signos que conectam esses enunciados e dão a eles inteligibilidade compõem o espectro social que subjetiva os homens. As organizações masculinistas, pensando por essa perspectiva, servem para fortalecer essa cultura misógina, criar uma identificação e um sentimento de pertencimento entre os adeptos e, obviamente, facilitar ações violentas. Se as discussões propostas nesta pesquisa permeiam esse espectro dos processos de subjetivação e quais discursos criam uma relação de sentido entre palavras, desejos e ações, esse caso, talvez, seja um dos mais relevantes quando pensamos nos impactos psicossociais dos discursos de ódio de gênero.

Seguindo nossa linha do tempo, entramos no ano de 2018, quando Psy é preso na operação Bravata, da Polícia Federal, e é condenado a 41 anos em regime fechado. Cinco meses após seu encarceramento, o dogolachan⁸⁴ foi retirado da surface⁸⁵ e migrou para a deep web⁸⁶, passando a ser moderado, também, por Goec (não existe confirmação da identidade) e Raphael Imbuzeiro (também conhecido como Technomage, ou Raziel von Sophia Imbuzeiro). Em 14 de março de 2018, a socióloga e vereadora eleita pelo PSOL/RJ, Marielle Franco, foi assassinada com quatro tiros, no Rio de Janeiro. No dogolachan, sua morte, que até hoje não foi solucionada, foi comemorada. Em março de 2020, Raphael Imbuzeiro se suicidou, mas sua morte não está relacionada com nenhum atentado (Aronovich, 2020).

São Paulo, 15 de junho de 2018.

Um dos moderadores do dogolachan, Kyo, anuncia na página que vai tirar sua vida. Imediatamente ele recebe como resposta a já conhecida frase dos usuários: *leve a escória junto*. A frase é um incentivo dado a todo usuário que manifeste desejo de se suicidar, para que antes do *acto sancto* - como eles chamam - ou seja, antes de cometer suicídio, que seja cometido um atentado

⁸⁴ Link para conferência: <https://m.wikinet.pro/wiki/Dogolachan>

⁸⁵ Parte da rede de acesso universal e indexada por mecanismos de busca padrão, ou seja, que qualquer pessoa com dispositivos conectados à internet pode acessar.

⁸⁶ Parte da rede, não indexada.

visando assassinar o máximo de pessoas possíveis (Homem que atirou, 2018). *Escória* são as mulheres, as feministas, as esquerdistas, pretas, lésbicas, gordas e qualquer pessoa que faça parte de minorias vulnerabilizadas socialmente ou que sejam ideologicamente progressistas (Troll misógino, 2018).

Pois bem, nesse afinco, Kyo, de 29 anos, atirou e matou, covardemente e pelas costas, uma jovem de 27 anos em Penápolis, interior de São Paulo. Luciana de Jesus do Nascimento, estava sentada em um banco de praça com sua companheira, quando o homem se aproximou e fez uma investida sexual. Descontente com a negativa da mulher que nunca o tinha visto na vida, o assassino atirou na jovem e fugiu. Ao se deparar com uma viatura da polícia militar, se suicidou com um tiro no peito (Mulher é baleada, 2018).

São Paulo, 13 de março de 2019.

Sob o pretexto de retomar a vida acadêmica que havia abandonado dois anos antes, Guilherme Tauci Monteiro, de 17 anos, e Luiz Henrique de Castro, de 25 anos, conseguiram entrar na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano. Os ex-alunos se encaminharam para a secretaria e iniciaram o ataque abrindo fogo contra a coordenadora da escola, uma inspetora e cinco alunos. Todos foram a óbito. Do início ao final do ataque, 19 pessoas foram alvejadas, 8 pessoas morreram e 11 ficaram feridas. Quando a polícia chegou ao local, Guilherme matou Luiz Henrique e em seguida se suicidou.

Aqui podemos contar mais uma vez com a análise forense do psiquiatra Guido Palomba, e ele atribui o massacre a um diagnóstico de *loucura a dois* (folie à deux), uma espécie de contaminação da loucura, um transtorno psicótico compartilhado, uma psicose compartilhada, quase uma alucinação em massa. O psiquiatra diz, em entrevista à jornalista Bruna Pannunzio:

Não há nenhum tipo de dúvida sobre isso que eu vou te falar. Os dois eram doentes mentais. Os dois, é loucura. Somente a loucura pode explicar [...] Por que doentes mentais? Porque enfim, esses atuam lá, é um ato maluco. [...] Na loucura a dois tem que ter uma espécie de relacionamento [...] E outra coisa fundamental, a loucura a dois, o indutor é o louco, que no caso é o menor de 16 anos, obrigatoriamente o segundo, o induzido, ele tem que ser um fraco, ele tem que ser entre aspas um retardado mental. [...] Na minha opinião esse crime não vai muito além disso (Independente, 2019).

A polícia apreendeu outro menor (não identificado) sob acusação de ser o articulador do plano que resultou no massacre de Suzano e comprador das armas que os assassinos portavam

durante o ataque. O processo corre sob sigilo pelo fato do suspeito ser menor de idade (Dupla ataca escola, 2019).

Sobre esse menor apreendido, Palomba diz não poder diagnosticar precisamente, por uma questão de ética, por não ter tido contato com o indivíduo (o que me deixa em dúvida sobre a ética dele nos outros diagnósticos), mas afirma que, se a polícia e a justiça o julgarem como a terceira peça nesse caso, “se esse terceiro for, de fato incriminado, do ponto de vista técnico, ele fica na zona fronteira entre a loucura e a normalidade” (Independente, 2019).

O Ministério Público iniciou uma ação para investigar o envolvimento dos assassinos do massacre de Suzano no imageboard do dogolachan, na deep web. Evidências mostram que Guilherme e Luiz Henrique eram usuários do chan e recorreram ao fórum para receber instruções sobre como cometer o crime (planejamento, estratégia, armamento e etc). Embora o agora administrador do chan, DPR, tenha apagado todas as mensagens, foram salvos alguns prints tirados por pessoas que tinham acesso à página (sejam elas usuários ou vigilantes que monitoram as atividades do grupo). Em um deles, é possível ler uma mensagem de agradecimento, enviada por Guilherme ao moderador DPR: “Muito obrigado pelos conselhos e orientações, DPR. Esperamos do fundo dos nossos corações não cometer esse ato em vão. (...) Nascemos falhos, mas partiremos como heróis. (...) Ficamos espantados com a qualidade, digna de filmes de Hollywood” (Alves, 2019).

No dogolachan, o indicativo de que um atentado vai ser cometido se inicia com o registro de uma publicação feita três dias antes do crime, quando o moderador dispara a música pumped up kicks⁸⁷ - da banda Foster the people - para tocar automaticamente. É assim que os usuários são avisados de que, em algum lugar, um assassinato vai acontecer. Além da música ter sido disparada, tem-se registro de conversa entre um usuário e DPR, que admite os assassinos como sendo *confrades* (como eles se referem uns aos outros) do dogolachan (Siqueira & Guimarães, 2019). Essa conversa acontece no post publicado na página em que o crime é comemorado e os assassinos, após o crime, são homenageados como heróis (Declercq, 2019).



⁸⁷ Parte do refrão: Todas as outras crianças com tênis caros. É melhor vocês correrem. Melhor correrem mais rápido do que a minha arma.

Não há somente a urgência pontual em criminalizar discursos de ódio e avançar nas discussões sobre a subversão oportunista do conceito de liberdade de expressão. Há de se tratar com seriedade e, como vimos, celeridade, a criminalização de espaços dedicados à disseminação desses discursos, assim como seus usuários. É preciso evidenciar que narrativas políticas e de reorganização social estão sendo construídas tendo como base esses discursos e o que verdadeiramente representam esses espaços. Comprovar que existe uma ligação direta entre discursos de ódio, organizações masculinistas e as fake news, os assassinatos, espancamentos e violência, não é tarefa difícil. Os dados falam por si, as páginas masculinistas respondem essa questão, o posicionamento dos usuários, os jornais investigativos e as mortes já corroboram essa ligação intrínseca e não deixam dúvidas.

O homem que se vincula ao discurso masculinista, de frustração e ódio por mulheres, e que decide que o melhor que ele consegue fazer na vida é deixar de viver levando consigo a vida de outra pessoa, é só o sintoma. É indispensável apontar, por meio de investigações, os verdadeiros interessados em estruturar esse caos e o que se ganha com isso, e qual é a contrapartida em criar um inimigo imaginário, fomentar ódio, ceifar vidas e por quais meios, por quais vias esse processo é viabilizado.

7.2 - A quadrilha da lagosta

Precisamos produzir um Manual do Terrorista BR 2.0 para esses tiozões bolsonaristas. *[sic]*

A declaração de que “se não fosse pelo facebook, twitter e outras mídias sociais, teria sido cem vezes mais difícil para o populismo ascender”, foi dada por Steve Bannon em entrevista à jornalista Patrícia Campos Mello (2018). O ex-estrategista-chefe da Casa Branca, já citado nesta dissertação como responsável por um dos maiores sites de notícias falsas - o Breitbart News -, e também conhecido por sua ligação direta com a organização masculinista de extrema-direita - alt-right -, foi o maior articulador da campanha do ex-presidente estadunidense Donald Trump. A estratégia, como já foi esmiuçada, consistiu em utilizar os dados roubados de milhões de usuários do facebook para manipular, por meio de notícias falsas distribuídas em redes sociais, as sensações de medo, perigo comunista, revolta contra imigrantes, minar a confiança no Estado, atacar a democracia e grupos vulnerabilizados socialmente (Mello, 2018).

Quando a corrida eleitoral se iniciou nos EUA, aqui no Brasil estávamos mergulhados no caos político que se iniciou em 2013 durante as manifestações pelo passe livre. Naquele ano, estudantes de São Paulo foram às ruas contra o aumento da passagem de ônibus de R\$3,00 para

R\$3,20, reivindicando a gratuidade do serviço para a categoria. Logo estudantes de outros estados se engajaram e essa manifestação nas ruas vem a ser a maior manifestação organizada pela internet, em uma proporção jamais vista no Brasil. O movimento passe livre (MPL) foi organizado por estudantes, sem lideranças nacionais, com pauta definida em consultas públicas (feitas pela internet), anti-institucional, horizontalizada e com coordenações organizadas nos próprios locais de concentração. Nesse momento, a magnitude da manifestação, a forma como foi organizada, os meios utilizados e a pressão, garantida pela quantidade de cidades que aderiram, despertaram dois interesses: 1) na mídia hegemônica e 2) nos descontentes opositores do governo de Dilma Rousseff.

O primeiro movimento foi feito pela rede Globo de televisão, quando decidiu classificar os estudantes como marginais e vândalos; em seguida, relacionaram o MPL às lideranças políticas de esquerda e por fim cerraram a narrativa - que a própria Globo construiu -, dizendo se tratar de reivindicações descabidas e utópicas. A Globo, então, mais uma vez, se consolida como a grande máquina de agenciamento coletivo de enunciação e de produção de subjetividades que é. Transformou uma manifestação social legítima em uma arruaça feita por esquerdistas e, de quebra, inflamou o sentimento de descontentamento de parte da classe média conservadora contra o PT e todas as classes progressistas.

O segundo movimento, em 2015, vemos sair da direita conservadora, já bastante acostumada a se organizar pela internet. Convenientemente, cria-se uma narrativa de que foram os movimentos de direita - como *MBL* (movimento Brasil livre), *Vem pra rua* e *Revoltados online* - que organizaram as manifestações de 2013. De fato havia personagens antagônicos (e criminosos) nas manifestações de 2013, pedindo a volta da ditadura militar, por exemplo, mas isso mostra o oportunismo utilizado por esses personagens que se infiltraram em uma organização absolutamente de caráter progressista. Percebam que em 2013 as reivindicações eram por passe livre, justiça social, moradia, direitos lgbs, contra a misoginia e etc, enquanto em 2015 as pautas eram abstratas contra a corrupção generalizada, pelo impeachment da presidenta Dilma, contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e a favor da operação Lava-Jato, conduzida pela Polícia Federal (PF).

Em 2014, uma megaoperação da PF, coordenada pelo (ex) juiz Sérgio Moro, passa a deflagrar diversas prisões e inicia uma série de processos, visando desmontar uma organização que lavava dinheiro em esquema de propina dentro da Petrobrás. Essa operação, apelidada de Lava-Jato, ganha uma visibilidade gigantesca e passa a ser publicizada como o pilar da moral e honestidade dos cidadãos de bem e, evidentemente, o escândalo de corrupção ganha status de *maior da história* e passa a ferir a imagem da presidenta Dilma Rousseff.

No decorrer de 2015, com parte da classe média inflamada pelo recém-sentimento anticorrupção, pelas fake news que corriam nas redes sociais e pelo ressentimento em relação ao

PT, 50 pedidos de impeachment foram entregues à câmara dos deputados e, posteriormente, arquivados por falta de documentos probatórios. Entretanto, no dia 02 de dezembro, quando o PT declara apoio ao processo de cassação de Eduardo Cunha no Conselho de Ética (na época ele era presidente da Câmara), o mesmo acolhe um daqueles pedidos de impeachment (sem documentos probatórios) e a escalada do golpe é oficializada (Impeachment de Dilma Rousseff, 2016).

No facebook, durante o decorrer dos procedimentos adotados como legais para institucionalizar o golpe contra Rousseff, das cinco notícias mais compartilhadas, três eram fake news contra a presidente. Eram elas: "Polícia Federal quer saber os motivos para Dilma doar R\$30 bilhões a Friboi", do site Pensa Brasil (3º lugar no ranking geral da semana, com 90.150 compartilhamentos); "Presidente do PDT ordena que militância pró-Dilma vá armada no domingo: 'Atirar para matar'", do site Diário do Brasil (4º lugar, com 65.737 compartilhamentos), e "Lula deixa Brasília às pressas ao saber de nova fase da Lava-Jato. Seria um mandado de prisão?", do site Diário do Brasil (5º lugar, com 58.601 compartilhamentos) (BBC, 2016).

No ano seguinte, o Brasil havia despertado ingênua e tardiamente para as redes sociais como sendo algo muito maior do que mero entretenimento. As organizações masculinistas, de extrema-direita e de agitadores políticos, que há tempos já utilizavam a ferramenta como propagadora de notícias falsas, disseminação de ódio, teorias da conspiração e propagandas político-partidárias, puderam testemunhar o impacto em massa dessas articulações em redes sociais.

Conforme as investigação da Lava-Jato avançavam, era possível identificar que aos meios de comunicação interessava focar na divulgação de notícias da operação que poderiam atingir o PT (único partido progressista, na história do Brasil, a assumir o governo federal por meros 14 anos), mas internamente a PF avançava, não só no intuito de minar o Partido dos Trabalhadores e, especificamente, a figura do ex-presidente Lula (com vazamento de informações sigilosas, de forma seletiva, condução coercitiva e prisão, em um processo arbitrário, parcial e sem apresentação de provas), mas inevitavelmente se aproximando de nomes importantes da direita, como o de Romero Jucá (senador do MDB), Aécio Neves (PSDB), Michel Temer (MDB), entre outros. Esse movimento de aproximação e o rumo que as investigações estavam tomando foram o principal tópico discutido em uma conversa - que foi gravada e vazada - entre Jucá e Sérgio Machado, na qual a decisão de abrir processo de impeachment contra Dilma Rouseff seria a única saída para frear e desmontar a operação que se aproximava mais do que deveria (A solução mais fácil, 2016).

Assim, a presidente Dilma Rousseff passa a ser acusada de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária e contra a guarda e o legal emprego de recursos públicos, na forma de três decretos de crédito suplementar e operações com bancos públicos (Agência Senado, 2016).

O golpe fora dado e a primeira mulher presidenta havia sido deposta. Quatro anos após o golpe, Dilma é inocentada das acusações que a depuseram, enquanto Eduardo Cunha, seu carrasco, permanece preso, desde 2016, por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas (Um ano após o impeachment, 2017).

Desde o início do processo que resultou no golpe de 2016, o número de páginas de notícias falsas cresceu vertiginosamente (Baran, 2021), considerando que o novo campo de disputa política havia sido muito bem preparado por meio do entendimento sobre a fragilidade e o pouco conhecimento da população brasileira sobre a política nacional e a utilização das redes sociais. Absorta pela inédita descoberta sobre corrupção no meio político e tendo essa novidade vindo à tona através de milhares de notícias falsas, a sociedade se torna o público-alvo (e fácil) para manipulação e reestruturação social que vai ser totalmente estruturada através da internet.

Embarcando nas agitações provocadas na internet, Bolsonaro cumpre a promessa feita em 2014 (Moraes, 2014) e se lança pré-candidato à presidência, ainda em 2017, com discurso que converge com o sentimento atual da população brasileira (Deputado aparece em, 2017).

O ex-deputado federal que, em 27 anos de vida pública, aprovou somente dois projetos (extensão do benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos de informática e autorização para o uso da chamada fosfoetanolamina sintética, a “pílula do câncer”) (Lidner, 2017), passa a investir em discursos violentos, de cunho populista, nacionalista, misógino, lgbtfóbico e racista e a se apresentar ao grande público como a figura que vai acabar com a corrupção do Brasil, defendendo a família tradicional, os valores cristãos, com proposta de armar a população de bem, defendendo a diminuição da maioria penal e a instituição de trabalhos forçados para a população privada de liberdade.

Com o cenário político totalmente enviesado, a extrema-direita ganhando espaço no novo comércio de notícias falsas espalhadas pela internet e o governo do golpista Michel Temer (vice de Dilma Rousseff, que assumiu após o golpe), afundando a economia no pior ciclo de crescimento em 100 anos (Fraga, 2018), a ascensão de uma figura tosca como a de Bolsonaro, até então sem a menor relevância política, torna-se uma possibilidade, dada a sensação de medo, revolta e descontentamento da classe média, impulsionada pela narrativa editorial antipetista adotada pela Globo e a quantidade de informações mentirosas circulando no novo espaço de disputa política, as redes sociais.

A essa altura, nos EUA, a estratégia de manipulação de informações, de incitação da violência, de gestão dos sentimentos de ódio e frustração mesclada com retóricas nacionalistas, fundamentalistas religiosas e anti-establishment, havia funcionado muito bem, tendo em vista a inesperada eleição de Donald Trump como presidente. E se lá havia funcionado, nada mais lógico

do que consultar o estrategista da campanha de Trump - Steve Bannon - para auxiliar na construção estratégica da campanha de Bolsonaro.

E assim foi feito. Em agosto de 2018, Eduardo Bolsonaro (deputado federal e filho de Jair) encontra-se com Bannon e firmam parceria para consultas, estratégias sobre utilização da internet e interpretação de dados e perfis políticos (Bresciani, 2018). O ex-estrategista da Casa Branca já havia iniciado sua peregrinação para países como França, Itália, Alemanha, Polônia e Suécia, com intuito de disseminar as táticas de manipulação de dados e retóricas populistas (Lafuente, 2018) no que foi chamado “the movement” (o movimento), um movimento que prevê a integração dessas técnicas de nacionalismo econômico e populismo adotadas pela extrema-direita, para construir uma narrativa que dispute (e ganhe!) as corridas eleitorais nos territórios mais disputados e influentes geopoliticamente falando. Portanto, o interesse de Bannon no Brasil (e não em Bolsonaro, que fique esclarecido) fica evidente quando, na disputa pelas eleições se apresenta um sujeito vil, pouco interessado em resolver os problemas econômicos nos quais o país está afundado, e absolutamente interessado em leiloar territórios, instituições e a população como mão de obra barata e sem direitos trabalhistas.

Com a população sentindo de forma latente os impactos da desgraça econômica instaurada após o golpe de 2016, e isso sendo palco para a desordem social, Bolsonaro investe pesado nos seus próprios meios de comunicação, a custo zero, enquanto ataca a grande mídia, forçando uma linguagem comunicativa tosca, tendo como um dos focos principais o ataque sistemático aos direitos humanos, com objetivo de potencializar essa desordem de forma simplista e primitiva. Essa foi uma das principais dicas dadas por Bannon, enquanto consultor *não oficial* da campanha de Bolsonaro: Bannon alerta que seu primeiro movimento foi a criação do site Breitbart News e dá a planta sobre como é necessário criar um canal próprio para difundir informações específicas (Senra, 2018a). No caso, sabe-se que as informações veiculadas no Breibart News eram falsas, de cunho preconceituoso, de ataque ao estado de direito, à democracia e às populações vulnerabilizadas socialmente - em especial as mulheres -, e a principal plataforma utilizada pelo movimento masculinista alt-right.

O candidato à presidência, então, passa a se isolar, não participa de debates com os outros candidatos, concentra toda a comunicação com os eleitores nas próprias plataformas de redes sociais, no pior estilo al-qaeda, em entrevistas a emissoras que o apoiam declaradamente e em plataformas de influenciadores digitais abertamente de extrema-direita. Assim, enfraquece o debate político, se esquivava de apresentar um plano sólido de governo e desata a fazer promessas de campanha como: redução do preço do gás, abertura de empresas em 30 dias, reforma administrativa, redução de carga tributária para empresas estrangeiras, privatização e extinção de

empresas estatais, redução ministerial, menos Estado, mais tempo de serviço para aposentadoria, reforma política que acabe com a reeleição, diminuição do controle de armas, entre outras propagandas, duvidosas, porém certamente neoliberais (Jair Bolsonaro, 2018).

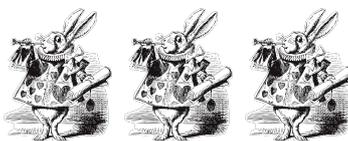
David Nemer, professor da School of Information Science da Universidade de Kentucky, passou quatro meses infiltrado em grupos de whatsapp pró-Bolsonaro. Em matéria divulgada pelo The Guardian, Nemer compartilhou a experiência vivida nesse tempo que antecedeu as eleições de 2018, recebendo uma média de 1.000 mensagens por grupo, por dia. O antropólogo destacou a existência de três tipos de usuários desses grupos: 1) brasileiros comuns: de diversas classes sociais, que não acreditam na grande mídia, confiam que o whatsapp é fonte segura de notícias, utilizam a plataforma para reproduzir memes e compartilhar informações; 2) bolsominions: caracterizados como exército de administradores que controlam as informações que correm no aplicativo, tendo como tarefa minar quaisquer discussões políticas que não sejam reproduções das informações que eles próprios veiculam, e que têm como função banir qualquer participante que discorde ou até questione uma ação ou declaração do candidato, formando a infraestrutura de disparos de notícias falsas que circulam nas redes sociais. 3) influenciadores: são os que criam as notícias falsas, os que disparam essas informações e os que coordenam protestos e ações, tanto na internet quanto nas ruas. Categorizam qualquer opositor como comunista e rapidamente produzem imagens ou vídeos para que os usuários comuns ataquem, caluniem e difamem aquela figura, como por exemplo a notícia falsa sobre o candidato do PT, Haddad, querer sancionar lei que autorizaria homens a terem relações com meninos de 12 anos. Os três grupos apoiam a intervenção militar, desprezam a democracia e são movidos pela promoção do ódio, da violência e da mentira (Nemer, 2018).

Somando-se a essa frente de apoio que inclui influenciadores digitais e páginas masculinistas, diversos empresários passam a contratar uma empresa espanhola (enviawhatsapps) para disparos em massa de mensagens pelo whatsapp, investindo aproximadamente 12 milhões de reais para 20 mil disparos por hora (Alessi & Viejo, 2019). Um desses disparos popularizou a *mamadeira de piroca*, outra informação falsa amplamente usada por Bolsonaro e apoiadores para minar (por mais surreal que pareça, tem gente que acredita nisso) a credibilidade do oponente Haddad, do PT. De acordo com seguidores de Bolsonaro, Haddad usaria mamadeiras em formato de pênis para alimentar as crianças das creches públicas.

Finalmente chegamos ao fatídico outubro de 2018 e, se levarmos em consideração tudo o que foi relatado até aqui, não seria (como não foi) nenhuma surpresa o desenrolar que tivemos de acompanhar. Contra a mamadeira de piroca, pelo povo armado com fuzis, por meninos vestindo azul e meninas vestindo rosa, Bolsonaro vence as eleições e se torna presidente da República do Brasil.

Em casa nós choramos. Um choro silencioso que precedia a desgraça que sabíamos estar por vir.

De fato, os primeiros anos do atual governo foram marcados por diversos discursos que assentaram a proposta antipolítica de gênero, ordenando-se em torno de um esfacelamento da agenda de direitos humanos, que Cunha (2020, p. 57) define como “o conjunto de atuações, discursos e opiniões elaborados num campo político que têm por escopo deslegitimar pautas de coletivos e movimentos articulados em torno ao gênero e conferir às discussões fomentadas um caráter de impertinência ou insolência”. A ênfase na chamada *ideologia de gênero*, que coloca sob esse termo tudo aquilo que é contrário aos valores conservadores, cria a noção de um território que precisa ser combatido e/ou do qual se faz necessário expurgar certos elementos que não lhe são naturalmente pertencentes. Essa arma discursiva procura, portanto, estabelecer os limites dos corpos e dos modos de vida que podem ou não ter lugar na sociedade, determinando as fronteiras não apenas da inteligibilidade social, mas criando um campo do que deve ser moralmente desejável. O apelo à ideia de ideologia faz referência a algo iminente perigoso, que está sempre à espreita, porém de forma dissimulada. Contudo, como afirma Cunha (2020), essa operação oculta ela mesma a posição dos pensamentos, valores e ideias dominantes como um conjunto próprio de ideologias que, por se imbricarem com a norma, assumem um caráter universal/natural. Nesse sentido, a própria produção do que se constroi como realidade não escapa às relações de poder, constituindo “uma prerrogativa enormemente poderosa no mundo social, uma maneira mediante a qual o poder se dissimula como ontologia” (Butler, 2006, p. 48, tradução minha).



Uma breve digressão sobre o que corre em paralelo...

Um fato já narrado aqui, sobre uma declaração de Bolsonaro dizendo que seus filhos não se relacionariam com mulheres negras porque haviam sido bem-criados, em 2011, gerou na época muita revolta por parte da comunidade negra e dos movimentos sociais de maneira ampla. Foi então, com a repercussão negativa da fala, que grupos de neonazistas decidiram fazer um encontro em São Paulo, em apoio ao então deputado (Jornal da Gazeta, 2011). Durante o encontro, policiais militares reconheceram alguns homens que já haviam participado de manifestações violentas,

inclusive um dos responsáveis pelo atentado com bomba na parada LGBTI+ de 2009, em São Paulo, que deixou 40 pessoas feridas (Ribeiro, 2011). Até o final do encontro, sete pessoas haviam sido presas.

O líder do grupo nazista ultra defesa chegou a ser entrevistado, manifestando apoio a Bolsonaro. Esse mesmo líder, Eduardo Thomaz, tentou uma boquinha se candidatando a prefeito pelo Partido Social Liberal (PSL) e vem a ser um dos responsáveis pela organização das carreatas e passeios de moto em apoio a Bolsonaro, em 2021 (Motoryn, 2021).

Testemunhamos no meio dessa patacoada, que seria cômica se não fosse trágica, um cosplay de Hitler sendo convidado por um dos filhos de Bolsonaro, o 02⁸⁸, para discursar na câmara do Rio de Janeiro, em 2015. Felizmente ele foi impedido...enfim, porque estava de cosplay de Hitler. Depois ele tentou se candidatar e inclusive recebeu doação financeira de outro filho de Bolsonaro, dessa vez, o 03⁸⁹ (Filho, 2019).

O masculinismo e as associações neonazistas seguem rastros de Bolsonaro, que segue rastros de masculinismo e associações neonazistas - em um processo autofágico -, por onde quer que ele se aventure. Em 2018 foi a vez de David Duke, essa *personalidade* estadunidense, se referir ao ex-capitão como o *incrível Bolsonaro*. Fato é que Duke é o mais conhecido ex-líder da Ku Klux Klan (KKK), grupo de supremacistas raciais atuantes nos EUA desde 1865. Falando na própria rádio, Duke - que havia voltado a ganhar visibilidade nacional durante a corrida eleitoral de Trump - elogiou Bolsonaro dizendo: "Ele soa como nós. E também é um candidato muito forte. É um nacionalista". A única crítica que guarda de Bolsonaro é, obviamente, a proximidade com Israel, mas Duke afirmou entender que tanto Bolsonaro quanto Trump fazem uma espécie de trabalho com a comunidade judaica para obter apoio, porque sabem do poder de destruição que os judeus têm no mundo. É importante ressaltar que a KKK e Duke estavam envolvidos na organização das manifestações em Charlottesville, 2017, quando um masculinista atropelou 20 pessoas que protestavam contra os supremacistas (Senra, 2018b).

Em 2019, pudemos assistir a homenagem pública feita pela tragédia que foi o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, ao grupo masculinista 55chan. O perfil *o protagonista* pediu a Weintraub, em pleno twitter aberto, que ele mandasse um abraço para os *guerreiros* do 55chan. Prontamente foram atendidos, recebendo um emoji de abraço, com carinha sorridente. Na plataforma do 55chan foi dia de festa e comemoração.

As evidências não param, e eu quero parar de listar essas atrocidades, mas preciso catalogar e expor o máximo delas que eu conseguir. Em um pacote de 2020 temos: Roberto Alvim, à época secretário de cultura, copiando um discurso de Goebbels - ministro de Hitler - em plena cadeia

⁸⁸ Carlos Bolsonaro.

⁸⁹ Flávio Bolsonaro.

nacional. No mesmo ano, ex-companheiros de armas de Bolsonaro (quando ele foi paraquedista do exército) fazendo a saudação nazista no meio do Palácio do Planalto enquanto berravam *Bolsonaro somos nós*. Em sequência, Bolsonaro na sua live semanal - estilo al-Qaeda - tomando um copo de leite puro (gesto que foi replicado por apoiadores em seus canais de youtube). Em óbvia referência às organizações masculinistas e supremacistas estadunidenses - com três anos de atraso, visto que a moda nos Estados Unidos era badalada em 2017 -, Bolsonaro replica o gesto de beber leite em alusão ao que acreditam os supremacistas ser um traço genético específico das pessoas brancas - digerir lactose quando adultos -, porém, a ciência, meu aparelho digestivo e eu discordamos profunda e irrefutavelmente, essa lógica só funciona mesmo na cabeça de supremacistas raciais (Carvalho, 2021).

Adentramos 2021 e ele nos traz o assessor internacional da presidência da república, Filipe Martins, ao vivo na TV Senado, dividindo tela com o presidente da casa - Rodrigo Pacheco -, fazendo gesto com as mãos de identificação entre supremacistas raciais. O símbolo (que lembra o sinal de ok) é a junção da letra P - polegar e indicador se tocando -, enquanto os três dedos levantados formam a letra W: white power (poder branco, em livre tradução) (Carvalho, 2021).

Criminoso? Brega? Deselegante? Sim, sim e sim, indiscutivelmente. Mas quanto mais nos recusamos a discutir, com a desculpa de que são coisas pequenas, ridículas e surreais, mais eles ganham espaço nessa disputa de narrativas, e menos construímos pontes que liguem esses fatos ao que eles realmente são, crimes de ódio. Vocês lembram que a esquerda ridicularizou Bolsonaro quando ele prometeu que sairia como candidato à presidência, certo?

Por fim - e *por fim* entende-se, infelizmente, no que diz respeito a esta pesquisa -, nosso país recebeu a indigesta visita da neta de um dos ministros de Hitler, Beatrix Von Storch, uma das líderes do partido de extrema-direita alemão Alternativa para a Alemanha (a AFD, também já mencionada no primeiro capítulo) (Schuch, 2021). O palácio onde Bolsonaro encontra-se malocado - que eu, atea, recomendo fortemente ao sucessor que faça um bate folhas antes de entrar - estava em festa, e Bolsonaro ostenta largo sorriso nas fotos que circulam na mídia, nas quais aparece abraçado com a deputada alemã. Questionado sobre a polêmica visita, Bolsonaro reuniu todo seu léxico e respondeu: eu não posso receber? (Maia, 2021).

Não deveria querer contato nem por imagem em holograma. Poder, visivelmente, pode. Assim como pode reverenciar um torturador dentro da casa do povo, assim como pode arrancar a máscara do rosto de uma criança em plena pandemia do coronavírus (Pitombo, 2021), como pode comparecer em atos antidemocráticos que pediam intervenção militar e fechamento do congresso e STF (Pitta, 2020), como pode negligenciar dezenas de e-mails de fornecedores de vacina contra o coronavírus - enquanto mais de meio milhão de brasileiras perdem suas vidas -, ou quando atacou

pessoalmente um ministro do STF inflamando seu eleitorado (Noberto, 2021), ou quando entupiu os desavisados de cloroquina (Idoeta, 2021), quando faz campanha anti-vacinação (Fernandes, 2021), ou quando escreve cartas para organizações neonazistas.

Falando nisso...

Em julho de 2021, a antropóloga Adriana Dias - que há 20 anos se dedica a localizar e derrubar sites neonazistas - encontrou nas milhares de páginas que mantém como registro da existência desses sites, uma carta enviada por Bolsonaro, em 2004, publicada em três sites neonazistas. Na carta, Bolsonaro, à época como deputado, felicita e agradece o apoio das organizações online: “Ao término de mais um ano de trabalho, dirijo-me aos prezados internautas com o propósito de desejar-lhes felicidades por ocasião das datas festivas que se aproximam, votos ostensivos aos familiares”, e continua afirmando que “todo retorno que tenho dos comunicados se transforma em estímulo ao meu trabalho. Vocês são a razão da existência do meu mandato”. Essa carta tem 17 anos, nunca foi postada em nenhum outro lugar da internet, e os jornalistas investigativos do The Intercept Brasil estão lutando na justiça para conseguir acesso aos registros, na tentativa de confirmar se Bolsonaro enviou do próprio gabinete de deputado ou de algum e-mail pessoal. Na sequência das investigações, há uma outra carta enviada por Bolsonaro a um neonazista brasileiro, que foi encontrada em uma busca feita pela polícia, em 2013, e que o The Intercept também tenta acessar (Demori, 2021).

Ou seja, eu estava equivocada. Equivocadamente acreditei que há 11 anos Bolsonaro tem apoio dos masculinistas e da extrema-direita de maneira geral quando, na realidade, são quase 20 anos. Se não mais.

Outro fato importante nas minhas conversas com a Lola foi saber que, em 2016, Marcelo Valle, Emerson Rodrigues e Ivandro Biscaia "Bolsonaro" saíram de carro de Curitiba e foram até o Rio de Janeiro para ter uma reunião com o deputado Jair Bolsonaro. Vale lembrar que Marcelo Valle e Emerson Rodrigues são os principais criadores de diversos sites e chans masculinistas e neonazistas, e responsáveis por perseguir e ameaçar a vida de Lola. Já Ivandro Biscaia "Bolsonaro", como se apresenta, era, à época, candidato a vereador em Curitiba - candidato esse que gastou R\$530.525,58 e teve 67 votos (Estadão, 2020).

De acordo com Lola, Emerson confirmou que ele e Bolsonaro já haviam conversado anteriormente, quando o mesmo informou ter provas contra a igreja universal e contra Marcelo Crivella - provas essas que seriam fundamentais em caso de Flávio Bolsonaro querer a prefeitura do Rio de Janeiro. Porém, ao chegarem no Rio de Janeiro, Bolsonaro não quis atendê-lo, mas aceitou conversar com Marcelo, e dessa conversa foi decidido que uma criptomoeda seria lançada em apoio ao deputado, a *bolsocoin*. O ex-capitão negou a versão, Marcelo não se manifestou sobre a reunião,

somente confirmou a viagem e o objetivo dela. Verdade é que Marcelo, atualmente cumprindo pena no presídio de Mato Grosso, não só era eleitor, profundo admirador e promotor da imagem de Bolsonaro como, em 2018, de fato criou uma moeda virtual chamada *bolsocoin* (Lola, 2021) - popularizada como a “primeira criptomoeda da direita alternativa e neonazista do Brasil”. A moeda era utilizada nos espaços masculinistas para pagar por atividades de doxxing e swatting⁹⁰ (Conheça a 'Bolsocoin', 2018).

Outro fato que corrobora a ligação entre masculinismo, neonazismo e o apoio à figura de Bolsonaro, ocorreu em maio de 2016, quando pessoas anônimas fixaram cartazes no prédio de Letras da Universidade de São Paulo (USP) e no Centro Acadêmico de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com um logotipo chamado F.O.D.A.S.C.E. (Frente de Opressão de Abobados, Socialistas, Comunistas etc). No cartaz havia um slogan – "Menos empoderamento, mais empauçamento" –, uma de Lola com olhos de demônio e a legenda "Corra da Lola, corra!", e uma citação atribuída à Hebe Camargo (o feminismo não luta pela igualdade de direitos, mas é um movimento político socialista, inimigo da família, que estimula a mulher a largar seu marido, matar seus filhos, praticar bruxaria, destruir o capitalismo e tornar-se lésbica – na realidade esta citação é do fundamentalista cristão Pat Robertson). Na porta ao lado colocaram um outro cartaz com o mesmo logotipo "F.O.D.A.S.C.E." (uma estrela vermelha penetrada por um pênis), com um desenho de Bolsonaro e os dizeres "Bolsonaro Presidente" e "#Olavo Tem Razão". Esses dois cartazes, com o mesmo logotipo, foram grudados ao mesmo tempo em duas Universidades Públicas diferentes, mostrando um certo planejamento. Na época, houve nota de repúdio de cada departamento, mas, se é que chegou a haver alguma investigação, ela não foi pra frente (Lola, 2021).

Nos últimos anos, pudemos observar um relaxamento em relação àquele sentimento de vergonha dos masculinistas por serem masculinistas. De tão bem representados no governo e certos da impunidade, algumas figuras só recorrem ao anonimato em situações muito específicas, como na organização de atentados. De ex-ministro saudando chan masculinista no twitter, assessor internacional da presidência fazendo gesto de supremacia racial, filho de presidente do Brasil se intitulado líder latino do *the movement* de extrema-direita (Eduardo Bolsonaro se declarou, 2020a) e declarado adepto do masculinismo - em manifestações públicas sobre feminização da masculinidade e necessidade de resgate da virilidade armada do homem (Teodoro, 2021) -, até plágio de discurso hitlerista em cadeia nacional e podcasts no youtube popularizando as diversas correntes masculinistas, a verdade é uma só: se nenhuma providência for tomada, se o poder público, as instituições de direito e a sociedade civil não despertarem para a importância de seus

⁹⁰ Golpes, constrangimento, bullying.

papéis e não se implicarem direta e contundentemente, realidades como a do Afeganistão, Irã e Iraque deixarão de estar a um oceano Pacífico de distância de nós.



Em retrospecto, a história mostra que em algum momento essa onda reacionária se dissipa. Inevitavelmente faz estragos, causa baixas e atrasa muito o desenvolvimento de sociedades, mas a resistência tende - historicamente - a sobreviver. Já é possível a gente assistir algumas quedas. Primeiro o herói da classe média, o juiz que condenou e prendeu o ex-presidente Lula dois meses antes das eleições de 2018 - àquela altura com, aproximadamente, 40% das intenções de voto (Pesquisa Datafolha, 2018), contra 19% de Bolsonaro -, assume o cargo de ministro da justiça de Bolsonaro que, por sua vez, baseou toda sua campanha em um frívolo discurso anticorrupção. Em abril de 2020, o ex-juiz Moro deixa o cargo de ministro, alegando (vejam só!) que há intervenção de Bolsonaro nas investigações da PF e uma mímica proposital nas ações de combate à corrupção (Demissão de Sérgio Moro, 2020).

Em 2021, a Lava-jato, o patrimônio das pessoas de bem da classe média brasileira, deixa de existir. Simplesmente acaba (Vieira & Felício, 2021). No mesmo ano, o STF considerou que Moro atuou com parcialidade no julgamento de Lula e “reforça a anulação das condenações” do ex-presidente petista (Schreiber, 2021).

Lula volta a ser elegível para 2022, enquanto Moro, num capotar da terra plana, vira diretor de uma empresa de consultoria que administra judicialmente a Odebrecht - empresa que ele próprio investigou na Lava-jato (Sérgio Moro assume, 2020).

Aproveitando o ensejo sobre o STF, a PF rastreou e determinou que o grupo masculinista *unidade realengo Marcelo do Valle* - Marcelo, lembram? alcunha Psy, criador do dogolachan, de onde saiu o atentado de Suzano, que foi de Curitiba para o Rio de Janeiro ter reunião com Bolsonaro, preso por racismo e pornografia infantil (e etc)...tão lembradas? Pois então, a PF relacionou o grupo como sendo responsável pela coordenação de ataques a ministros do STF. Foram rastreadas conversas, em disparos feitos na deep web, que indicavam que o grupo monitorava as ações de rotina dos ministros. Nesse momento, quando identificou-se que um possível ataque aos magistrados pudesse ocorrer, e somente nesse momento, a PF decidiu denominar esse grupo como, há anos, Lola Aronovich já nomeia: células terroristas (Bergamo, 2021).

Inclusive essa ideia de “insurgência armada”, que teria como objetivo fechar o STF, é elaboração muito bem vista pelo Presidente da República, que participa de atos antidemocráticos (Bolsonaro volta a apoiar, 2020), incentiva o porte de armas (Soares, 2021) e inflama seu “cercadinho” - como ficou conhecido o restrito espaço por onde Bolsonaro se comunica com poucos apoiadores e mídias governistas - contra os magistrados. David Nemer (2019), que eu citei como sendo o infiltrado nos grupos de whatsapp pró-Bolsonaro, destaca que, após a vitória nas urnas (eletrônicas, que fique registrado, já que a moda em 2021 é Bolsonaro e partidários atacarem o voto eletrônico e pedir a volta do voto impresso), os grupos não se dissolveram; aumentaram. E dentre eles, Nemer destaca os MAVs (movimento ativista virtual), uma milícia que age virtualmente e é paga para invadir grupos de whatsapp injetando notícias falsas pró-Bolsonaro; e o grupo de supremacia racial, que consome e se fortalece por meio dos discursos do próprio Bolsonaro e do filho Eduardo. A questão mais relevante levantada por Nemer é que, esse grupo, que ele nomeia de supremacistas raciais, não demonstra interesse nas ações políticas do governo; eles têm por finalidade cooptar novos integrantes e encaminhá-los para outras organizações, como as já citadas dogolachan, 55chan (que opera dentro do 8chan) e homens sanctos que agora atua no VK, o facebook russo - os maiores antros de violência contra as mulheres na internet brasileira (Nemer, 2019).

Quero finalizar esse capítulo - até para que vocês possam voltar a respirar - com a pontuação da antropóloga Adriana Dias (2018) de que “é o ódio às mulheres que constrói o culto à masculinidade e sustenta a extrema-direita no mundo”.

Com essa pesquisa, não restam dúvidas quanto a essa afirmação.

8 - CAPÍTULO 3

Um chá de Loucos

Eloá virou presunto, tragam o pão de forma, o queijo e coca cola. hahahahahahha⁹¹ [sic]

Para este terceiro capítulo, meu objetivo é apresentar a cartografia como método de pesquisa-intervenção, uma vez que “o campo de análise se distingue, mas não se separa do campo da intervenção” (Passos & Barros, 2009, p. 19), sendo primordial desviar das normatizações e encarar a verdade sobre não haver possibilidade de pesquisa neutra, já que o conhecimento sempre vai incidir sobre a realidade. Assim como eu já havia explicitado no início desta dissertação, o

⁹¹ Link para conferência:

<https://adrenaline.com.br/forum/threads/irmao-da-eloa-orkut-nao-para-de-receber-scrap.214169/>

imperativo aqui não é o objeto em si, mas como ele se articula e se sustenta por meio das relações sociais instituídas.

A produção dos discursos de ódio dos movimentos masculinistas, sob a ótica da modulação do desejo no capitalismo contemporâneo, evidencia como suas narrativas se ancoram na proliferação do medo, desconfiança, insegurança e ódio a minorias políticas, recorrendo a códigos sociais primários de cisheteronormatização, supremacia racial e misoginia. Cartografar as linhas que possibilitam que esses discursos circulem em determinados espaços é, inevitavelmente, caminhar para a construção de uma clínica-política que produz saber pela intervenção que propõe. E aqui não será diferente.

Reforçando o pragmatismo deleuzeano, o principal compromisso desta pesquisa é utilizar a cartografia como ferramenta para produzir realidade por uma perspectiva construtivista e distanciar, absolutamente, das cânones interpretações e representações, que costumeiramente reduzem as experiências a uma cena de teatro familista fixadas em signos universalizantes. A cartografia, na esquizoanálise, “acompanha os movimentos instituintes e instituídos, num processo de autoanálise que busca a autogestão” (Hur, 2021a, p. 8) e que, para tal, vai atuar pela lógica das intensidades assignificantes, assentando as diferenças (e intensidades já são diferenças em si), denunciando as desigualdades e produzindo linhas de fuga e técnicas de enfrentamento (Deleuze, 2018). Assim, a esquizoanálise será utilizada como tantos outros conceitos filosóficos, na tentativa, também, de elucidar os fenômenos observados ao longo da construção desse processo cartográfico. Fundamental é deixar registrado que nenhuma teoria, nenhuma ciência que trata das humanidades e suas subjetividades e subjetivações pode ter a pretensão de dar conta do que quer que se entenda como totalidade. Vivemos, sobretudo, em uma realidade que compete com a possibilidade de continuar existindo, todo o tempo. Encaixotar essa realidade em qualquer conceituação filosófica jamais surtirá efeito. Se a esquizoanálise não trata, sobretudo, de questões identitárias, por exemplo, ela possibilita, juntamente com os estudos de gênero e sexualidade, relativizarmos o peso que certas identidades carregam. Se o autocentrismo narcísico do sujeito homem, branco, heterossexual, cisgênero, colonizador e reprodutor são as características hegemônicas, universalizantes, que fixam as normas e neutralizam as multiplicidades, a reivindicação pelas identidades desviantes - do corpo lésbico, *defiça*⁹² (Mello, 2019, p. 55), preto, gordo, transexual e etc - não pode ser encarada como tendo o mesmo poder de normatização, engessamento e destruição. Não fosse a reafirmação positiva dessas identidades, direitos (ainda que poucos) não seriam conquistados, políticas públicas (ainda que mínimas) não seriam implementadas e, se já há um genocídio institucionalizado desses corpos, ele seria muito maior.

⁹² Mello descreve o termo *defiça* como uma “abreviação carinhosa e aleijada de deficientes, tomada em contexto exclusivamente brasileiro”.

A lógica neoliberal, pela qual se articulam os masculinistas, opera por meio de diversos dispositivos: seja pela tecnologia que auxilia no impulsionamento indiscriminado de notícias falsas, seja pelos discursos conspiratórios que visam enfraquecer o estado de direito, seja pela demonização das políticas públicas de equidade, seja pelos confusos apelos antidemocráticos - que só têm a possibilidade de acontecer porque vivemos em uma democracia -, seja pela repetição atemporal da vilanização de grupos específicos. Os desejos e as subjetividades são modulados por uma narrativa em que o restabelecimento da nação e da ordem, o crescimento econômico e o acúmulo de riquezas só serão novamente alcançados - pelos homens brancos - com a aniquilação deste grupo historicamente posicionado como principal inimigo: as mulheres. E, por consequência do que os próprios masculinistas acreditam ser a feminização do Estado, todos os outros grupos que carregam essas *características* atribuídas ao feminino, entram no mesmo caráter de oposição. Desse modo, qualquer grupo social que reivindique direitos humanos será considerado tal qual as mulheres que eles insistem em posicionar como aquelas que necessitam ser tuteladas pelo Estado, como antigamente eram pelos homens do clã - pais, irmãos, sacerdotes, maridos, médicos e etc.

Em tempo, dedico meu esforço para tentar identificar como a materialização dos discursos masculinistas assume formas específicas de fascismo ou neofascismo, pela ótica do desejo.



No livro *Ética*, Spinoza (2009) afirma que a potência do corpo é indeterminada e que “a experiência a ninguém ensinou, até agora, o que o corpo - exclusivamente pelas leis da natureza enquanto considerada apenas corporalmente, sem que seja determinado pela mente - pode e o que não pode fazer” (Spinoza, 2009, p. 101). Dessa afirmação, Deleuze (2017) passa a questionar *o que pode um corpo?*, e a esquizoanálise se fundamenta na cartografia daquilo que circula e daquilo que bloqueia um corpo - as intensidades, as forças e o desejo que vão delinear esse corpo. Seria certo afirmar que o método esquizoanalítico cria dispositivos para remoção desses bloqueios que impedem a circulação das intensidades pelo corpo.

Para quê isso serve (?) é a pergunta esquizoanalítica, em contrapartida ao império da representação que a tudo necessita atribuir significado. A esquizoanálise nasce para se tornar uma prática micropolítica que vai atuar “em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando a partir de uma multidão de devires mutantes [...] tantas maneiras de inventar, de ‘maquinar’ novas sensibilidades, novas inteligências da existência” (Guattari, 1985, p. 139). Dessa

afirmação, podemos entender rizoma e devir como um breve resumo da esquizoanálise e, se entendermos isso, é possível que a estética esquizoanalítica seja o conceito de Corpo Sem Órgãos (CsO) que irei trabalhar na sequência.

Calma lá, Bruna! Mas o que seria rizoma, devir e CsO?

Devir é efetivamente construção de realidade, é desejo, mutação, variação contínua, abandono sistemático dos modos - de comportamento, de sensação, de execução das coisas -, é transformar a si, incontavelmente. O devir é assignificante, ou seja, não tem relação simbólica, não tem correlato mental. Devir é estar em, jamais ser.

O rizoma já é um conceito que carece de um pouco mais de aprofundamento, embora devir pudesse render centenas de páginas também.

Já no primeiro capítulo de *Mil Platôs* vol. 1 (1995), Deleuze e Guattari remetem à raiz da batata a imagem rizomática. Um emaranhado, uma haste subterrânea, bulbos, todos rizomas. Uma relação infinita, na qual todos os pontos de um rizoma se conectam a todos os pontos do rizoma, onde cadeias semióticas estariam ligadas a ações, regimes de poder e uma complexa conexão heterogênea. As multiplicidades, enfim, desconectadas de um sujeito fixado a um objeto. Em um rizoma não existem pontos de fixação que possam definir hierarquicamente para onde as linhas seguirão, não existe linearidade, elas não crescem horizontalmente ou verticalmente, há somente linhas que seguem e seguem.

Portanto, com aquela boa vontade que eu clamo das minhas leitoras por entender a complexidade do tema, peço que imaginem que, para Deleuze e Guattari, essa raiz de batata, esse tubérculo é, precisamente, a imagética do devir.

Acontece que esse modelo de rizoma, importado da Europa, apresenta uma falha, que eu chamaria de fragilidade. E por conta dessa característica específica, preferi adotar, nesta pesquisa, outro tipo de rizoma que vai constituir essa imagem do devir, proposto por Gregorio Kazi (Hur, 2021b) - o rizoma do micélio (fúngico).

Vejam bem, o rizoma do tubérculo, trabalhado nas obras de Deleuze e Guattari, está suscetível a sofrer, em quaisquer de suas partes, ataques de fungos, bactérias ou vírus e, se isso acontecer, essa contaminação se dissemina por todo o rizoma e ele morre. Filosoficamente falando, “o rizoma como pulsação de multiplicidades, recuperado pelo puro corte, vira um buraco negro, da anti produção, da paixão pela abolição” (Hur, 2021b). Um buraco negro é um espaço-tempo ao qual nada resiste, nem a luz; portanto, a paixão pela abolição seria inclusive pela autoabolição.

Já o micélio proposto por Kazi é um conjunto de filamentos multicelular com vários núcleos, uma massa de ramificação. A enorme diferença entre os rizomas é que o micélio conecta todos os elementos com todos os elementos da floresta - e não somente todos os pontos do rizoma -

e, caso sofra um ataque externo, a parte que sofre o dano se separa da massa rizomática e todo o restante do micélio permanece preservado, ao mesmo tempo que ele se intensifica em oposição ao dano que sofreu. Muito melhor pensar em um rizoma - que constitui uma imagem do que é o devir - que não morra quando atacado mas, ao contrário, crie uma linha de fuga potencializadora.

E eu vou além, aliás, o micélio vai além...não só é resistente, como pode limpar solos poluídos, servir de biopesticida, auxiliar vegetais a encontrar água, regular a temperatura do solo para cultivo de plantações; enfim, essa massa rizomática não só preserva sua totalidade (quando ameaçada) e cria linhas de fuga potencializadoras, mas se intensifica e produz vida.

Sabem o que mais é produção de vida por intensidades? O Corpo Sem Órgãos!

Uma curiosidade sobre a forma como eu decidi escrever sobre esse conceito (CsO): perguntei para minha mãe que imagem vinha na cabeça dela ao ouvir a expressão. A resposta foi: um corpo vazio, morto.

Putz! Eu tinha acabado de encerrar o parágrafo anterior afirmando que CsO é produção de vida e notei que, por uma certa arrogância acadêmica, não tinha passado pela minha cabeça que um *corpo sem órgãos* é, exatamente, um corpo morto, em qualquer instância que não seja a da minha bolha esquizoanalítica. Questionei se ela estaria disposta a ouvir uma explicação sobre o conceito e vou registrar aqui, precisamente, a didática que eu utilizei para fazer a minha própria mãe entender.

Serão vários exercícios de imaginação, então peço que comecem imaginando um ambiente de gravidade zero, com diversas bolinhas de borracha. Gravidade zero, percebam, não significa inação, por isso as bolinhas estarão flutuando, porque ainda estarão sob ação da atração gravitacional e em movimento de queda perpétuo. Para o nosso exercício, substituiremos atração gravitacional e movimento de queda pela ideia de fluxos de intensidade.

Aquele ambiente de gravidade zero é um corpo (e corpo pode ser entendido como o corpo humano, como o corpo de um animal, como parte de um território geográfico, como parte de uma instituição...corpo de professores, por exemplo), as bolinhas em movimento são os fluxos de intensidade que, ali, estarão em produção e movimento contínuos. Assim, na cabeça da minha mãe, ela imaginou uma sala absolutamente vazia, com essas bolinhas se produzindo e se movimentando livremente por todo aquele espaço. Eu pedi que ela imaginasse essa sala com janelas e que essas janelas estivessem abertas. Pedi também que ela adicionasse um teto retrátil, e que ele também estivesse aberto. Assim, aquelas bolinhas poderiam entrar e sair livremente, num fluxo contínuo, fazendo trocas internas e externas.

Pois bem...agora imaginem que, pouco a pouco, alguns móveis serão incluídos nessa sala da imaginação dela. Bom, se não há gravidade naquele ambiente, os móveis deverão ser fixados, do contrário ficarão em movimento, assim como as bolinhas. E se ficarem em movimento, não será

possível organizá-los como uma sala, tal qual a sala das nossas casas. Então, vamos fixar sofás, poltronas, um móvel, uma televisão, prateleiras, quadros, tapetes, mesinha de centro, abajur, lâmpadas, cortinas, um ar condicionado. Ual! Certamente o espaço que as bolinhas tinham para circular foi significativamente reduzido. O ar-condicionado não refresca o ambiente com as janelas e o teto retrátil abertos, então os fechamos. E se fechamos as janelas e o teto, impedimos a livre circulação das bolinhas e as trocas externas que elas estavam fazendo. Mas elas continuam em produção e movimento, só que não têm mais espaço nem troca externa, então as bolinhas entram em uma relação de força centrípeta, ou seja, em torno de si e daquela sala, produzindo um inchaço.

A sala de minha mãe, vazia de móveis fixados, aberta e com as bolinhas circulando livremente em trocas internas e externas é o conceito de Corpo sem Órgãos. Um processo, uma matéria não estratificada, onde as intensidades circulam em fluxos livres, através de circuitos desejantes. É prática, devir, é, literalmente, propagação de desejo.

E se essa sala pode ser a representação imagética do CsO, os móveis serão, precisamente, os órgãos. Mas como um corpo pode combater seus órgãos? Essa é a grande questão. Para esse paralelo filosófico que tentou-se traçar, Deleuze e Guattari não opõem corpo e órgãos. O CsO não vai combater o corpo e os órgãos, ele vai combater o organismo, essa estratificação dos objetos parciais. O que vai ser combatido é fixação dos móveis da sala da minha mãe...a ideia já representada de como deve ser constituída uma sala, quais são os objetos que farão um espaço *vazio* se tornar uma sala, que seja lida como tal.

A ideia de *combate* podemos substituir por desterritorialização e a ideia da *fixação* dos móveis, chamamos de territorialização.

Quando fixamos os móveis, quando organizamos um corpo, estamos em processo de territorialização. Quando fechamos as janelas e o teto e impedimos que os fluxos desejantes façam trocas internas e externas, as paredes daquela sala ou as bordas daquele corpo se enrijecem e passam a circular somente dentro de si, para si...assim, para Deleuze e Guattari (2014), se constitui o Corpo Pleno sem Órgãos. Neste trabalho, esse conceito será substituído pelo conceito de Corpo Cheio, de Gregório Barenblitt (2003).

Um corpo territorializado é o que não faz trocas externas, onde as intensidades e os circuitos desejantes atuam apenas por forças centrípetas. Se incha cada vez mais de forma narcísica e produz sofrimento, só deseja ser amado, reconhecido e exaltado. A catarse desse corpo é a violência. E esse corpo é o Corpo Cheio.

Seguindo a linha imagética da minha mãe e recapitulando que já conseguimos articular o conceito de CsO e de Corpo Cheio, voltemos à sala. Vamos imaginar que, com tantas janelas e um teto retrátil, uma tentativa de desterritorialização aconteceu, uma tentativa de produção de CsO.

Alguém foi lá e abriu tudo, e removeu a fixação dos móveis. Agora, a sala vai se livrar completamente daquela força centrípeta que só circulava as intensidades para dentro de si, tudo vai ser expulso daquele ambiente, mas o rechaço pelo que é externo permanece. As forças centrífugas esvaziam a sala, mas bloqueiam totalmente as forças centrípetas, então nada pode entrar. Se tudo saiu e nada pode entrar, aquela sala se torna vazia.

O corpo que se desterritorializa, mas não tem força de preenchimento - nem de propagação, não se intensifica nem se potencializa -, não produz vida e se torna inóspito. Esse corpo não se torna máquina de produção de desejo e sem desejo esse corpo se torna autoabolicionista, por não haver razão para continuar existindo. Esse corpo é o Corpo Esvaziado.

Mas ainda existe um terceiro corpo, e eu digo terceiro (e não quarto) porque estamos falando de corpos antagonistas ao CsO, quando entendemos que o conceito de Corpo sem Órgãos é um conceito de produção de vida, de potência de vida, de produção de desejo.

Para pensar esse corpo, é importante dizer que ele pode se desenvolver tanto a partir do Corpo Cheio quanto do Corpo Esvaziado, porque sua principal característica é o ápice da desterritorialização. Essa culminância vai provocar um bloqueio total de qualquer circulação de fluxos, independentemente de serem internos ou externos. Nesse momento, as forças centrípetas e centrífugas - que antes serviam para fazer os fluxos circularem - já não estarão mais atuantes e as forças que serão atualizadas serão as reativas de ódio e ressentimento. Esse corpo vai se transformar em uma máquina de guerra destrutiva, “mortificando o corpo coletivo social, e inclusive, planetário-ambiental” (Hur, 2020, p. 13), e passa a funcionar em prol do genocídio das diferenças e do desejo niilista da autoextinção. Desse modo, qualquer linha de fuga será suicidária, uma vez que tomado esse organismo - tal qual um corpo em metástase -, as células cancerígenas só podem produzir uma única coisa, que é a morte. Por fim, esse corpo é o Corpo Canceroso.

Tá bem Bruna, mas tem uma coisa que não faz sentido. Se territorialização é a fixação dos móveis da sala, ou de qualquer ideia de regulação, normatização, padronização e etc...e desterritorialização é o combate à essa fixação, essa fixidez do estado que se supõe *natural* das coisas, e o CsO faz essa desterritorialização, como pode um ápice de desterritorialização produzir um Corpo Canceroso ao invés de um CsO? A resposta está no entendimento de que estamos falando de movimento e não de inércia, estamos falando de processo, produção de produção, de fluxos, de intensidades, de desejo, mas também estamos falando da sala em alguma instância. E, em alguma instância, os móveis da sala se fixam (territorialização), mas somente o suficiente para que não fiquem flutuando. A ideia não é sempre representar uma sala, é criar e experimentar quantas composições forem possíveis. É poder trocar os móveis de lugar, mas também alterar a maneira de

se relacionar com eles. É substituir quando for oportuno ou reinventar cada uma de suas partes, atribuindo-lhes novas funções (desterritorialização).

“Desinventar objetos. O pente, por exemplo. Dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia” (Barros, 2016, p. 15).

Nós não somos reduzidas a identidades, somos um composto rizomático sim, mas absolutamente performativos, porque vivemos uma vida posta por diagramas de controle e isso é indiscutível. Se uma total territorialização causa enrijecimento e aí podemos falar desse diagrama de controle que vai produzir e normatizar o binarismo, a heterossexualidade compulsória, a misoginia, o racismo, a lgbtfobia e etc, uma total desterritorialização vai criar um corpo averso a absolutamente tudo e que vai combater absolutamente tudo. O ponto crucial que garante a produção de CsO vai ser o meio termo constante entre desterritorializações e territorializações; a insurgência que vai destruindo as sedimentações; a composição de um ser nômade que intensifica as multiplicidades e que produz diferença.

Agora que os corpos já foram apresentados, pretendo utilizá-los em seus conceitos e criar uma trama que vai nos possibilitar discutir as diversas maneiras pelas quais os discursos masculinistas se sustentam na sociedade, onde estão localizadas as âncoras que facilitam sua proliferação e os mecanismos e dispositivos que garantem sua aplicabilidade. Para isso, farei uso de um esquema (Figura 1) desenvolvido pelo psicólogo, doutor em Psicologia Social e professor da Universidade Federal de Goiás, Domenico Hur. Incluirei cada bloco de discussão proposto no esquema original abaixo.

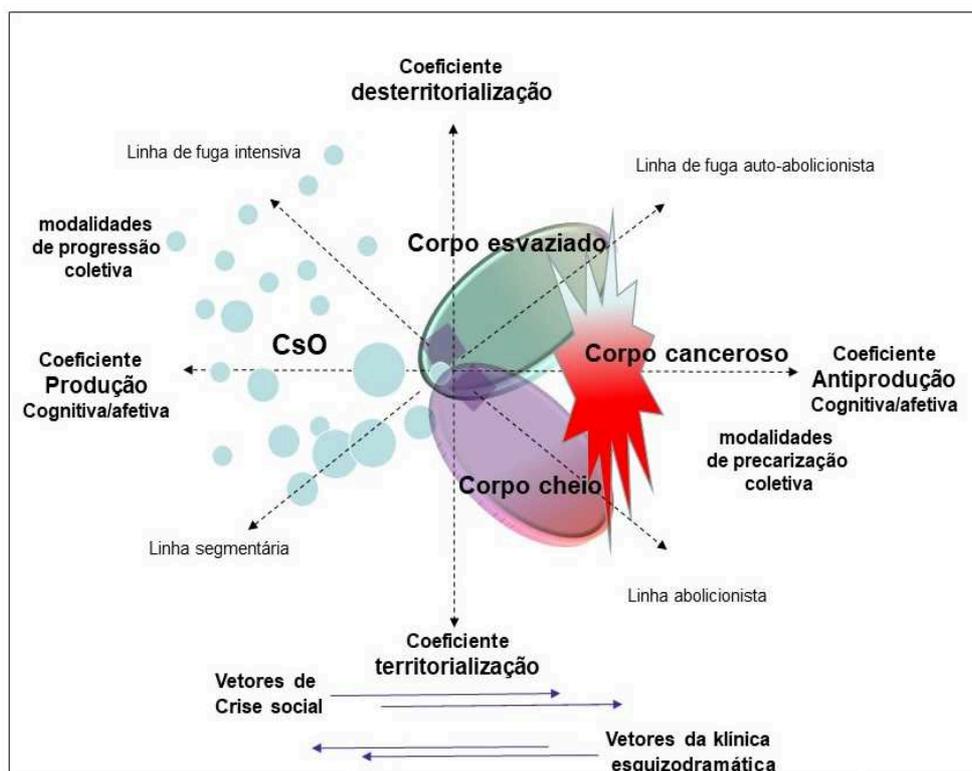


Figura 1. Produção de um Corpo Sem Órgãos (CSO).

Fonte: Hur, D. U. (2020). A Clínica do Corpo sem Órgãos: Esquizoanálise e Esquizodrama. *Revista de Artes Visuais*, 25(44), 1-16.

Utilizar um esquema visual é uma alternativa que não tem como objetivo limitar, reduzir ou *territorializar* a discussão, senão uma ferramenta que dá a oportunidade de criar uma concretude em meio a tanta abstração dos conceitos, uma alternativa para melhor compreensão, diante da densidade do assunto proposto. Possibilitar que essa discussão ultrapasse os limites da universidade é, exatamente, o objetivo principal desta pesquisa; do contrário, as trocas permanecerão sendo feitas por pares, entre pares, para pares (o que constitui o Corpo Cheio que é a universidade, aproveitando o ensejo da discussão). Ao concordar com Guattari na afirmação de que “a esquizoanálise é imediatamente prática, imediatamente política, quer se trate de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade, pois, se antes do ser, há a política” (Deleuze & Guattari, 1996, capa), nada mais justo do que instrumentalizar essa praticidade de modo que ela se torne cada vez mais acessível e viável.



Estabelecidos os parâmetros adotados para esta pesquisa, proponho três grandes blocos de discussão a serem incluídos no esquema desenvolvido por Hur: capitalismo neoliberal e masculinidades; mídia e Estado; (ciber) terrorismo e organizações masculinistas. Estes blocos serão posicionados dentro do esquema de produção de CsO (Figura 1), de modo que o tracejamento destas linhas sirva para compreendermos quais caminhos nos trouxeram ao ponto em que nos encontramos, psicossociopoliticamente falando.

8.1 Capitalismo Neoliberal e masculinidades

Esta comunidade é destinada àqueles que riram do Massacre de Realengo!

Além disto, estamos aqui para dar nossas condolências ao ATIRADOR SANCTO Wellington Menezes de Oliveira, que promoveu tal diversão para o mundo todo acompanhar. Estamos no nosso direito constitucional da livre manifestação de pensamento, logo, qualquer tipo de repúdio à nossa opinião pode ser um ACTO DE RACISMO.

Wellington Menezes de Oliveira teve uma infância sofrida.

Morreu em um atp heróico e agora, depois de sua morte, é execrado pela mídia e pela opinião pública sem direito ao contraditório [*sic*].

O macho ocidental e a paranoia da ginocentria: é assim que eu costumo resumir o que é o masculinismo. Resumir, talvez, seja mais complexo que isso, eu diria que é a forma como eu costumo reduzir o masculinismo. Contudo, não se enganem, essas organizações masculinistas não são compostas de homens infelizes com suas vidas e que, precisando desabafar, acabam *passando dos limites*. Essas organizações fazem o trabalho de base das políticas de extermínio quando dialogam com a extrema-direita. São a educação básica para o jovem fascista, bem como para o adolescente desamparado, sem perspectivas, se rebelar contra o mundo que deve muito a ele, mas insiste em não pagar. Descobriram tarde que promessas de um sistema econômico não seriam cumpridas.

Pode parecer exagerado, e diariamente nós somos bombardeadas com a informação de que é mesmo exagerado, imputar a um sistema econômico a responsabilidade de todas as mazelas do mundo. Mas quanto mais a gente se esforça para compreender que *sistema econômico* não é um entidade metafísica, e sim um aglomerado de formas predefinidas de produção, distribuição e consumo de quaisquer coisas, mais rapidamente caminhamos para compreender que *quaisquer coisas* incluem corpos, experiências e desejos. E que esse engendramento é feito por pessoas de carne e osso, não é natural, não antecede a humanidade e não surgiu junto com a explosão cósmica.

No final do século 15, lá na Europa ocidental, o feudalismo começa a ser substituído por um novo modelo de sistema econômico, o capitalismo. Se nas relações feudais não existia comércio, senão um sistema de trocas entre os senhores e os camponeses, o novo modelo passa a desenvolver um outro tipo de relação com a produção social. Obviamente, a produção desejanse do capitalismo recém-implementado não tem precedentes e não vai se conectar ou se reconectar com nada que se tenha registro anterior. A origem do capitalismo vai ser marcada por um processo de *descodificação*, de rompimento com aquele código social que existia anteriormente. Entretanto, embora tenha havido um rompimento daquele código, não houve a criação de um outro inteiramente novo, tampouco uma sobrecodificação daquele que já existia. E, se o capitalismo não cria um novo código social nem se sobrescreve naquele que já existia, o que ele faz é produzir uma modulação entre os códigos sociais antigos e os novos desdobramentos das produções desejanse (Deleuze & Guattari, 2014).

Os três pilares que vão caracterizar essa descodificação são: 1) a criação de uma moeda fixa corrente e dos sistemas de captação de impostos e empréstimos - que são os fluxos monetários; 2) o surgimento da venda de mão de obra, em tese livre; 3) a retirada das terras do soberano e a oportunização de que os trabalhadores, agora podendo vender sua mão de obra, também sejam proprietários. Assim, a primazia do capitalismo, como configurado, passa a ser da aceleração produtivista de um objeto qualquer e do acúmulo de capital (monetário e social).

O século 15 também vai ser marcado pelo início do processo de escravização moderna - quando em Portugal começam os tráficos de povos africanos, primeiramente do Sudão - e das invasões nos territórios das Américas. Como já foi discutido anteriormente, a peste bubônica do século 14 (que dizimou um terço da Europa) somada à escravização, ao genocídio (tanto de povos africanos como de povos originários) e à fome do século 15 causaram uma tremenda diminuição da população e, com o capitalismo engatinhando, ficou bastante indigesto e até inviável que o novo sistema decolasse. A solução encontrada pelo Estado foi criar campanhas de incentivo à natalidade, porém, àquela altura, era difícil convencer que a procriação era mais urgente que a fome. Sem muita adesão, o Estado e a igreja decidem unir forças e criar um novo código social. Pela lei dos homens, passaram a ser vetados os direitos das mulheres sobre seus corpos, o aborto, qualquer tipo de controle de natalidade, as relações sexuais sem fins procriativos, o acesso à educação, ao trabalho (venda da mão de obra) e à vida pública. Às mulheres será relegado o trabalho não remunerado, de procriadora, cuidadora da casa, das crias e dos maridos. Seus corpos serão administrados ou pelo Estado ou pelos homens da família, sejam pais, irmãos, filhos e/ou maridos - numa lógica de moeda de troca para arranjos socioeconômicos, que vão se dar por meio dos casamentos forçados e união dos clãs abastados. Pela lei metafísica, a reinterpretação da bíblia deixa de incentivar o celibato

clérigo e passa a centralizar a família heterossexual como pilar cristão da sociedade, com ameaças de punição eterna para os modos de vida dissidentes (Federici, 2017).

Esse processo vai desterritorializar a figura da mulher (branca, porque as negras nem eram consideradas humanas) do local onde até então se encontrava (e aqui, por necessidade de foco, não cabe discutirmos qual era esse lugar), e territorializar as mulheres à margem daquela nova constituição social, distanciando-as da possibilidade de acumular as riquezas que aquela aceleração produtivista ensejava. Portanto, se os códigos sociais não operavam por essa lógica de gênero, agora o código passa a ser secundário, daí a afirmação de Deleuze e Guattari (2014) de que o capitalismo é o negativo das transformações sociais.

Dessa maneira, fica possível entender que desterritorializar os códigos não significa que eles não estejam sendo sobrepujados por outras formas de codificação muito mais sofisticadas.

O conceito de desterritorialização foi construído por Deleuze e Guattari na obra *O Anti-Édipo* (2014) e sua ampliação pode ser encontrada em *Mil Platôs* (1995) e *O que é a filosofia* (2010), tornando fundamental a compreensão de que territórios têm em si segmentos tanto da desterritorialização quanto da reterritorialização. Assim, território pode ser entendido como um conjunto de aspectos que conferem reconhecimento, apropriação, subjetivação e representação, e desterritorializar seria o movimento de desfazer esses territórios, por exemplo, através das divisões sociais do trabalho, no capitalismo, o que suscita em uma reterritorialização em contexto geográfico, social, econômico e psicológico absolutamente diferente.

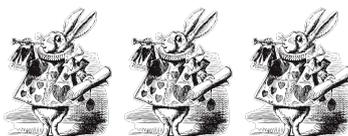
Para Félix Guattari e Suely Rolnik (1996), territórios são agenciamentos - uma espécie de conjunto de relações materiais ligadas a um regime de signos - e, dessa forma, desterritorializar seria causar uma ruptura nessas relações materiais e nesse regime de signos correspondente, para imediatamente haver uma reformulação (reterritorialização) tanto das novas relações materiais, quanto dos signos que as tornam compreensíveis.

Deleuze e Guattari (2014, p. 245) afirmam que “a sociedade não se baseia na troca, o *socius* é inscrito: não trocar, mas marcar os corpos” e, nessa inscrição, todos os processos são entendidos como os fluxos desejantes que atravessam os corpos. Se o desejo é sempre coletivo, nasce ali mesmo - no campo social - a relação entre corpo → relações de saber/poder/verdade → fluxos desejantes. Assim, o capitalismo encerra com certas relações de poder feudalizadas, mas inicia outra, que vai marcar e encarcerar - em espaços abertos - tudo aquilo que for lido, entendido e reivindicado como feminino, aplicando a máxima, como afirma Rolnik (2014, p. 58), de que não “existe sociedade que não seja feita de investimentos de desejo [...] e, reciprocamente, não existem investimentos de desejo que não sejam os próprios movimentos de atualização de um certo tipo de prática ou discurso, atualização de um certo tipo de sociedade”.

Os espaços abertos, mencionados por Deleuze e Guattari, compreendem qualquer espaço que não mais se reduz apenas às fábricas, às prisões, aos manicômios, às escolas, às famílias e às bases militares, como formas institucionalizadas de controle de corpos. Essa máquina que entendemos abstrata, a máquina capitalista, vai funcionar como máquina semiótica que extrapola o econômico e o político, porque infere também no corpo e na subjetividade.

Para Michel Foucault (2008a), poder é um conjunto de normas que produzem e constituem condutas, modos de agir, modos de sentir, de pensar, e é dentro desse conjunto de normas preestabelecidas que os sujeitos são produzidos. As tecnologias de poder vão objetificar a vida no momento da reestruturação política da soberania para o liberalismo. Os jogos de saber/poder/verdade, diretamente conectados aos mecanismos de corponormatividade, vigilância e normatização, passam, então, a ser chamados de biopolítica. É o campo da impactação do poder político no absoluto controle, no qual se faz indispensável que a vida humana se torne objeto, institucionalizando assim a manipulação dos corpos. De acordo com Foucault, o conceito que define a modernidade é a disciplina, e disciplina, para o autor, é um conjunto dessas tecnologias de poder que têm como objetivo domesticar, dominar e suprimir comportamentos divergentes que apareçam dentro de determinada sociedade. Essas tecnologias de poder vão coisificar a vida para alterar diretamente a forma como as pessoas vão viver. É o poder político que, literalmente, passa a determinar a conduta das pessoas, seja no público ou no privado.

Acontece que Deleuze vai atualizar esse conceito de biopolítica quando cria uma transposição que vai da política da vida para a política da mente, na qual a sociedade não vai mais funcionar ativamente pelo regime do corpo, nem pelo diagrama disciplinar, mas através do diagrama de controle, da biopolítica das populações e sociedades de controle, adaptada ao maior rendimento, sem necessidade de campos de confinamento, porque atua no campo das multiplicidades. Maurizio Lazzarato (2006), debruçado na discussão deleuziana de sociedades de controle e nas obras de Foucault, lança o conceito da noopolítica: “Se as disciplinas moldavam os corpos constituindo hábitos principalmente na memória corporal, as sociedades de controle modulam os cérebros e constituem hábitos principalmente na memória espiritual” (Lazzarato, 2006, p. 100).



A axiomática do capitalismo vai aparecer, portanto, como modulação à medida que os movimentos contra-hegemônicos, que atravessam a história, sacodem as estruturas brancas cisheterossociais. A abolição da escravatura, no Brasil, e a reeuropeização do século 19 vão criar uma nova classe social - a média - que diminuiu o investimento na força de mão de obra e passou a valorizar os conhecimentos especializados, abrindo as portas para que negros, filhos dos ex-senhores brancos, sentem à mesa e discutam a possibilidade de um futuro, numa alusão ilusória à equidade entre raças. Por reeuropeização, compreendem-se as alterações especialmente no sistema de valorização do trabalho manual e das aptidões pessoais, que vão embutir uma modernização societária - nos moldes burgueses europeus -, mas ao mesmo tempo segregadora. Esse processo, que vai incluir também ideais liberais e individualistas, carrega um forte caráter de (re)colonização, dessa vez, por meio de influências que serão responsáveis por moldar o que viria a se consolidar como o princípio ideológico hegemônico da sociedade brasileira - sendo possível apontar não só as mudanças econômicas, como as culturais, políticas, mercadológicas e sociais. Nessa nova configuração, não é possível perder de vista a imigração de povos italianos, por exemplo, que chegaram com a intenção de vender sua mão de obra por qualquer que fosse o valor e exercer funções análogas à escravidão, funções essas que os negros recém-libertos ou se recusavam a fazer, pois almejavam mais, ou não eram contratados, pois os italianos eram brancos - e pagar pouco a um branco era melhor do que pagar qualquer coisa a um negro. Assim, a ascensão de algumas pessoas negras com pais brancos passam a compor a classe média, porém outros negros e negras são atirados nas ruas, marginalizados e suas posições sociais passam a ser antagonistas, ainda que a cor da pele seja a mesma (Souza, 2019).

Se os homens negros detinham muito pouco ou quase nenhuma autonomia, às mulheres negras restava a humilhação de continuar trabalhando nas casas dos brancos como empregadas domésticas, babás, cozinheiras, lavadeiras - em uma versão sádica e mal paga do regime escravagista do qual elas tinham acabado de se livrar. Restava continuar cuidando da cria dos patrões, da sua própria cria e cumprindo suas funções de esposa.

Na sequência da história, a conquista do direito ao voto, o acesso à educação, ao trabalho remunerado e a participação pública das mulheres, a revolução sexual, os movimentos culturais de resistência, os movimentos negros e os movimentos LGBTs e os únicos 14 anos de governo (minimamente) progressista...serão, todos, axiomatizados e modulados pelo capitalismo. Não fossem modulados, teríamos sobrecodificado os códigos sociais; ao contrário, tensionou-se o que acredito serem “os agenciamentos coletivos de desejo e subjetividade” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 232), que podem ou não vir a se tornar individualizados. Essa individualização não só é parte do

capitalismo, como opera por uma lógica manipulativa, programando o indivíduo e/ou o grupo para responder a uma orientação desejante específica.

Deleuze e Guattari vão usar esse termo axiomática no sentido mesmo de imperativo, para indicar que o capital vai funcionar por uma dupla via: descodificar os fluxos sociais e, posteriormente, os modular, por não apresentar outro código. O que vai haver é uma substituição das normas pela aceleração da produção. Ao contrário do que Bauman (2004) acreditava que pudesse acontecer caso houvesse uma descodificação dos fluxos sociais, eles não findam, não se liquefazem - eles se atualizam.

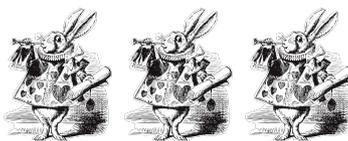
O capitalismo, como afirma Domenico Uhng Hur (2019), cria uma simbiose entre humano e máquina; portanto, o primado no capitalismo não é mais o significante - as normas de conduta -, mas sim o modo de funcionamento. O capitalismo não normatiza, não captura, mas modula e multiplica essa lógica, incitando uma instabilidade infinita.

Essa interação interespecífica vai produzir o que Deleuze e Guattari chamam de subjetividade capitalista, que causou uma ruptura tamanha, sendo possível afirmar - sem desconsiderar a manutenção das relações de poder - que resta apenas a burguesia como classe com tendência universalista. Todos os outros recortes de classes como conhecíamos - marcados com bordas visíveis - se resumem a fazer parte da burguesia ou sonhar com isso. Não à toa, vemos o proletariado se identificando com a classe burguesa, sendo contra taxaço de grandes fortunas, contra cotas sociais, contra o próprio sistema público universal, seja de saúde ou educação.

Essa desterritorialização de fluxos sociais se estende aos Estados-Nação e dá espaço ao neoliberalismo como política do pensamento (Hur, 2019), criando o que Michel Hardt e Antonio Negri (2001; 2005) chamaram de Império e o que Guattari (1985) chamou de Capitalismo Mundial Integrado (CMI). Essa soberania é um exemplo do biopoder e, se entendemos até aqui que a máquina capitalista é máquina semiótica, podemos concluir que, sendo possível atuar em qualquer instância, ela também atua na subjetividade, na produção subjetiva, na estética e nos modos desejantes.

Vamos pensar na quantidade de informações recebidas sobre como devemos ser, sobre como devemos agir e sobre como é imprescindível alcançar essa riqueza - abstrata -, independentemente dos meios utilizados para isso. A autoridade psíquica vai ser conduzida pela atualização psicopolítica da superprodutividade, revelando a estratégia positivista do mérito pela superação. O sujeito que se revela nesse engendramento acredita em si como personagem principal e autônomo, prestes a conquistar esse sistema produtivo. O corpocapital, criado pelo capitalismo, tem seus desejos, seus afetos e relações modulados e hipertrofiados. Isso produz corpos exaustos, sujeitos frustrados, violentos, destrutivos e autodestrutivos (Hur, 2019). O status e a posição hierárquica

advindos da riqueza não chega pela aceleração da produção - a menos que você detenha os meios, o que não é o caso.



No capítulo 2, sugiro uma relação entre o crescimento dos grupos masculinistas e a proliferação dos discursos de ódio e como esses elementos violentos são politizados e serviram para ascensão de um governo nos moldes fascistas de governamentalidade. Para iniciar essa discussão, começo pontuando que partilho da ideia de Foucault (1995) de ser fundamental demarcar a condição histórica, criar e manter uma consciência historicizada que nos permita situar o presente. Portanto, precisamos entender como o fascismo atua na gestão do ódio criando inimigos que precisam ser combatidos, e que esse ódio gerido se internaliza nos sujeitos, sedimentando os microfascismos individuais que, aí sim, vão dar cabo de exterminar esse inimigo que o capitalismo prescreveu: as mulheres.

Em qualquer momento da história, quando os movimentos sociais ganham notoriedade, conquistam espaço, mudam leis, garantem acesso e disputam a narrativa política, o fascismo entra em ação destruindo tudo o que tem pela frente. O capitalismo segue firme na modulação e na cooptação das pautas, transformando as lutas sociais em objetos quaisquer dentro da lógica do lucro financeiro. Mas o fascismo emerge fixando os móveis da sala da minha mãe, à força. Reterritorializando. Destroem os *outros*, destroem o ecossistema, destroem o meio ambiente, destroem a sociedade, a democracia e, por fim, destroem a si mesmos, tudo para garantir que o modelo de sociedade cravado na fixidez das normativas de gênero, raça e classe seja restabelecido.

Nesse processo de reterritorialização convém o enrijecimento, o retorno do recalçado, distorcido, deformado, que ocorre na memória, nos pensamentos e, por fim, no corpo. A psicanálise garante acessar o inconsciente por representações e relações edípicas, o entendimento psicanalítico encara o desejo como sendo constituído na falta, tendo (o desejo) natureza incestuosa e parricida, atribuindo à castração a centralização dos sujeitos na cultura e na civilização como única forma de estar, ser e desejar corretamente. Mas ao desejo nada pode faltar, uma vez que ele é preenchido de produção de real. O que acontece é que, na primeira captura dos sujeitos, ao estabelecer que somos constituídos na falta, então tudo passa a faltar, passamos a ser constituídos na miséria, e é exatamente nessa miséria que vamos investir. Assim, a máquina social cria a necessidade de nos determinarmos como contrapartida para sermos recompensados, e nossa determinação passa a ser a

serviço de uma normatização. Normatizações ou determinações corporais de eficiência, psicológicas de competência e moralizantes de responsabilização e, nesse movimento de acoplamento ao modelo social, criam-se os processos de combate aos perigos criados e fomentados por essa máquina social que é o Estado capitalista. Passa a ser imperativo combater e aniquilar toda a sorte de vilanias prescritas.

O fascismo foi introduzido e apresentado à sociedade como uma das formas principais de governar as coletividades nos espaços abertos (lembram o que é, né?) e, enquanto sistema de governo, sempre entra em ação nas crises do capitalismo, como nos pós-guerras mundiais. Funciona como uma contrapartida ao capitalismo atualizando os afetos que são modulados, trabalhando com a manutenção do ódio, gerindo pensamentos, memórias e subjetividades e centrando essa gestão na divisão de dois grupos: o interno (nós) e o externo (outros) - aquele que precisa ser combatido.

A principal arquitetura dos afetos gira em torno de recriar a imagem de um território que se supõe ameaçado. Recorre-se aos códigos primários - anterior às modulações capitalistas - e cria-se, em primeira instância, a sensação da necessidade de uma ascensão nacionalista para defesa desse território. A atuação será sobre os desejos reprimidos - o ressentimento, a exaustão, o medo e o ódio -, todos modulados pelo capitalismo e todos direcionados ao grupo externo (outros), que merece o extermínio como única forma de sobrevivência do grupo interno (nós). Assim, o fascismo não age sob ideologia, mas na prática de captura dos fluxos sociais, conectando multiplicidades e conduzindo e direcionando o desejo das massas (Hur, 2019).

A gestão desses desejos se faz eficaz para o fascismo, uma vez que os microfascismos em cada um de nós nos fazem desejar esse mesmo poder que nos explora e aniquila (Foucault, 1977). Basta recorrer àquela inscrição social que marca os corpos e desumanizar quem será considerado o inimigo (outros), quem se deseja exterminar, para que haja uma manutenção dos códigos primários de soberania racial, de cisheteronormatividade e de binarismo de gênero. Como argumentam Kelly e Aunspach (2020), o fascismo fomenta essa sensação paranoica de haver um outro que precisa ser combatido para reaver a ordem social, e a principal ideologia masculinista está justamente relacionada a estar novamente no poder por meio da subjugação de um grupo específico. Fuchs e Amato - eu mesma - (2019, p. 293) trabalhamos a ideia de abjeção de Butler, para “compreender como os sujeitos são marcados por fronteiras de inteligibilidade que produzem e acentuam processos sociais de hierarquização e exclusão” e como os códigos sociais possibilitam que algumas vidas sejam consideradas dignas de serem vividas. Se existe uma codificação que garante inteligibilidade a um grupo, existe um outro grupo que não corresponde às prescrições normativas, os corpos abjetos.

A abjeção instila um sentimento de extermínio tão forte, que emerge tão livremente, em qualquer espaço e contexto, em opressões cotidianas e normalizadas, que incide, inclusive, sobre o próprio indivíduo. A vontade última de aniquilação é a de si próprio, tamanha é a proporção do fluxo desejante (Guattari, 1981/1985).

O capitalismo criou os códigos de gênero para exploração do corpo-mulher, corpo-mãe, corpo-cuidadora, corpo-sexuado, corpo-invadido, corpo-dominado, corpo-descartável, corpo-matável, corpo-morto, corpo-substituído.

Os sujeitos do masculinismo são os homens que o capitalismo educou para acreditarem serem autônomos, os senhores da sua própria ascensão, herdeiros colonos. Mas nenhuma herança masculina branca vem de outro lugar senão do saqueamento, da invasão, do estupro e do genocídio.

É muito importante entender que o processo de subjetivação, presente no pensamento de Judith Butler (2018), está atrelado a uma pluralidade de sentidos, ações e afetos, e não a um sujeito como categoria ontológica. Acontece que, no campo social em que os sujeitos são subjetivados, existem regimes de verdades predominantes, que funcionam como gerenciadores desses modos de agir, sentir e existir, atribuindo a maneira como os afetos serão modulados. Assim, no processo de subjetivação, obrigatoriamente, acontece um processo de assujeitamento, de modo que qualquer pessoa, ao ser constituída em determinado corpo social, precisa se submeter a um conjunto de regras, normas e leis, que operam de formas explícitas e/ou implícitas.

A construção social da masculinidade, uma problemática que, de acordo com Kimmel (1987), varia de acordo com cultura e temporalidade, se baseia na reprodução de um modelo hegemônico de atuação performática para manutenção das relações de poder. As performances de masculinidade, embora bastante diferentes, estão sempre na busca do macho ideal. Mas não é possível perder de vista que lá no início do capitalismo, quando os corpos foram marcados, o homem branco autorizado a existir era o colonizador, o escravagista, o patriarca, o legislador, o acumulador e, independentemente da temporalidade mostrar maneiras diversas de performances de masculinidades, os homens estarão sempre disputando uma versão atualizada de masculinidade hegemônica em detrimento das subalternas. Nessa disputa, as relações de poder vão se dar também de duas formas: dos homens sobre as mulheres e dos homens sobre outros homens; assim Kimmel afirma ser sexista e homofóbico o caráter de sustentação na construção das masculinidades.

Kimmel (1998, p. 9) descreve a versão atual da masculinidade como sendo a do *Self-Made Man*, surgida na primeira metade do século 19. Empresários, urbanos, homens de negócios absolutamente devotos aos ambientes homossociais que, pela regra de aceleração da produtividade capitalista, *faziam-se homens* à medida que tinham condições de provar constantemente a aquisição de bens materiais para constatação de superioridade e hegemonia.

Acontece que Kimmel está fazendo uma descrição de homens norte-americanos e europeus e, ao mesmo tempo, o autor sinaliza que, para haver uma masculinidade hegemônica, é necessário que haja masculinidades subalternas. Assim como para haver uma nação desenvolvida é imprescindível que existam nações subdesenvolvidas, para haver metrópoles é necessária a construção das periferias, se trouxermos essa análise para nossa realidade brasileira, as masculinidades latino-americanas ou sul-americanas ou sudacas serão todas subalternas. O que deixa essa competição pela performance hegemônica consideravelmente mais ansiosa, frustrada e violenta, tendo em vista a impossibilidade desses homens oriundos de países do sul global ocuparem essencialmente esse lugar.

Então, a maneira com que o capitalismo - enquanto modelo econômico - altera o corpo social, opera na forma como os sujeitos vão se constituir, como vão agir, desejar e obviamente como vão consumir. Por meio da performance dessa masculinidade capitalista, dentro da lógica da aceleração de produção e pelos determinantes sociais, erguem-se hegemônias que, para se sustentarem como tal, precisam antagonizar outras formas de existir.

As forças sociais e políticas que criam condições para a fomentação dos discursos de ódio em diversos níveis, especialmente em reação às minorias e aos novos territórios sociais que se constituem a partir de suas lutas e conquistas, têm na masculinidade hegemônica e em sua manifestação por meio da violência um elemento centralizador de identificação e referencial subjetivo. Oliveira e Silva (2018) trabalham a noção de masculinidade predatória para indicar uma identidade construída pela oposição às minorias, que engloba diferentes classes sociais e contextos geopolíticos, e pela qual se afirma a necessidade de re(estabelecer) a ordem e o poder pela sujeição de outros grupos. Com base na obra de Sayak (2010 como citado em Oliveira & Silva, 2018, p. 4), as autoras afirmam que esse ideal se torna “essencial para manutenção da necropolítica e do necropoder por ser altamente baseada em condutas de violência contra si e contra minorias como parte da construção identitária de si mesmo”. Nessa perspectiva há, portanto, uma retomada de ideais colonizatórios que se voltam contra as mulheres e a tudo que é compreendido como feminino, criando pânico em torno das ditas pautas morais e se aproveitando - ao mesmo tempo que instigando - da sensação generalizada de insegurança e da instabilidade social e econômica próprias do neoliberalismo e das crises de um sistema econômico que aprofunda as desigualdades sociais (Oliveira & Silva, 2018).

O discurso masculinista opera nesse campo onde o desejo é modulado, incitando que a frustração e o ódio dos sujeitos do capitalismo tenham como alvo principal as mulheres.

Portanto, sem profundas elaborações e com uma narrativa retrógrada e ultrapassada, é que as organizações masculinistas encontraram na repetição de um velho e conhecido discurso, atualmente

impulsionado pela internet, uma forma de agir em barbárie - se escondem por trás de uma ideologia de dominação feminina, quando a verdade é uma só: o desejo irrefreável de estuprar e matar as mulheres que não mais se submetem a serem donas de casa, mães e esposas submissas aos homens - não à toa os alvos preferidos são as feministas, as lésbicas e as negras. O discurso masculinista sempre encontrará ressonância quando houver azedume econômico, enjeitamento sexual e desestruturação da normativa que classifica os homens como os únicos articuladores possíveis de uma organização social.

Para o capitalismo e para o neoliberalismo tudo vale, principalmente manter a versão original de acúmulo de riqueza às custas dos corpos e das vidas das mulheres. O fascismo atua, exatamente, quando parece que o capitalismo fraquejou, quando as linhas de fuga se tornam visíveis, quando as mudanças operam no campo jurídico, quando há avanço social. Não há nada que os masculinistas odeiem mais do que avanços sociais - exceto mulheres.

Dessa forma, como defende Hur (2013, p. 211), “o neoliberalismo passa a ser o funcionamento correto de pensar, sentir, viver e agir [...] gerando coletivos despolitizados e vorazes por dinheiro”.

Sendo assim, o capitalismo e o neoliberalismo são Corpos Cheios e, como vimos, com enorme propensão a produzir Corpos Cancerosos.

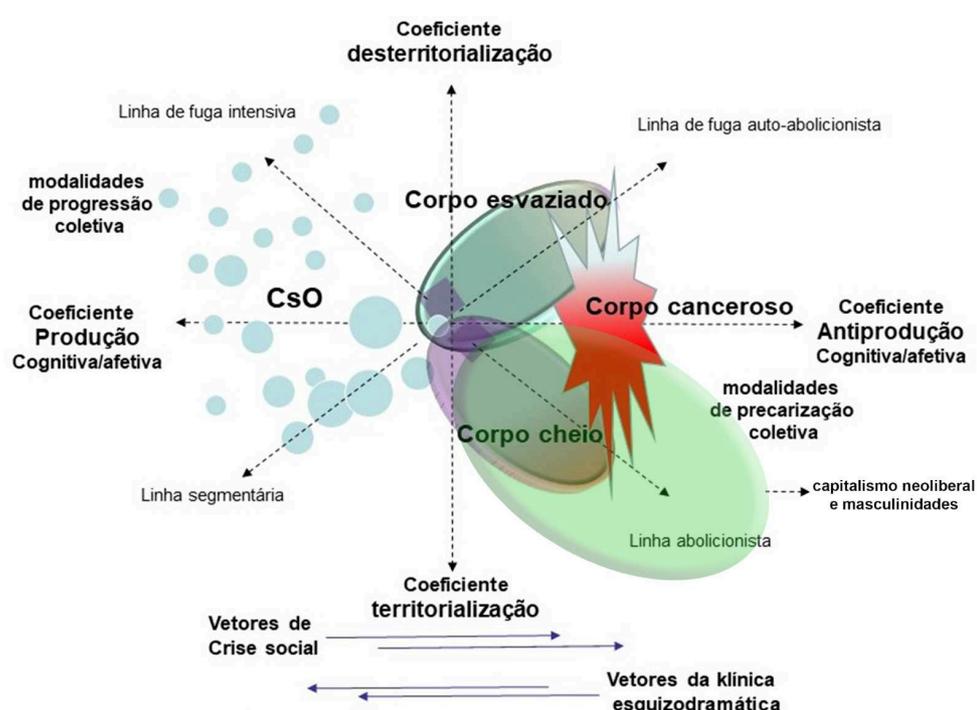


Figura 2. Inclusão do bloco de discussão Capitalismo Neoliberal e Masculinidades

Fonte: Adaptado de Hur, D. U. (2020). A Clínica do Corpo sem Órgãos: Esquizoanálise e Esquizodrama. *Revista de Artes Visuais*, 25(44), 1-16

8.2 Mídia e Estado

Só peço para o próximo homem Sancto, NAO MORRA EM VAO, leve a Dolores com você, se precisar de dinheiro é só deixar a carteira Bitcoin.

Aproveito a ocasião para colocar uma recompensa de 20.000 reais na cabeça da dolores.
[sic]

Essa produção de coletivos despolitizados, dentro dessa gigantesca e rizomática relação maquínica, encontra na internet o ambiente perfeito para disputar narrativas políticas e modular desejos, especialmente se pensarmos que a rede reduz, vertiginosamente, as barreiras de linguagem, geográficas, sociais, raciais ou de gênero. Com um adendo: sem a presença do Estado como mediação dessas novas práticas de relações psicossociais.

E se o desejo é orientado e reorientado quantas vezes forem necessárias e de múltiplas maneiras, a internet se apresenta como possibilidade de criar esse ambiente onde o Estado é mínimo, tal qual os masculinistas desejam para a sociedade, e que fomenta a produção de técnicas de governamentalidade de coletividades em moldes fascistas.

Então, qual será o papel das mídias na modulação dos desejos, uma vez que a sociedade emerge dessa subjetivação capitalista, que vimos no tópico anterior, com seus modos específicos de governar o pensamento?

Entendam que quando falo de mídia, aqui, refiro-me em especial às propagandas e peças publicitárias em espaço online, ao marketing digital, às redes sociais e a todo o complexo engendramento social que, nos dias atuais, se estende aos fluxos maquínicos daquilo que ainda (erroneamente) é considerado imaterial. A internet.

Digo erroneamente, simplesmente porque algumas discussões propõem classificar a internet como sendo espaço material ou imaterial, real ou virtual e, ao me debruçar em algumas obras de Foucault, como *Microfísica do poder* (1998) e *Arqueologia do saber* (2008b), passei a considerar infrutífera essa necessidade de fixar a rede nesse ou naquele lugar.

Stefano Quintarelli (2019), no texto “Princípios para a compreensão da dimensão imaterial” (p. 25-50), argumenta sobre a diferença que há entre um trabalho intelectual - que ele classifica como imaterial - e a produção de um livro, por exemplo, que seria o bem material resultante daquele trabalho imaterial. O autor discorre sobre sua tese que aponta o surgimento da internet como um marco para a mudança entre as formas de propriedade às quais o mercado midiático, por exemplo, estava acostumado a lidar até então, e os impactos econômicos dessa alteração. Quintarelli vai estabelecer uma relação de imaterialidades que - se pensarmos na evolução digital como algo

que inevitavelmente iria acontecer, assim como transformações na medicina, nos fármacos, nos corpos, nos gêneros e etc - cria um paralelo com foco unicamente (ou mais fortemente) nessas relações de propriedade e econômicas. Ele vai dizer que um livro físico, que chama de material, foi substituído por um livro imaterial, por exemplo, desses que lemos em dispositivos de leitores de livros digitais, mas o que o leva a fazer essa diferenciação entre material e imaterial é a maneira como os leitores consomem esse livro. Na medida em que o livro físico, quando adquirido, pode ser revendido, emprestado ou doado, e os valores negociados são divididos entre editora e autoria, o valor pago pelo livro digital concede ao consumidor apenas o direito de ler o que foi escrito naquela obra. De fato, essa é uma alteração nas relações de propriedade, porém, classificar um livro digital como imaterial deixa de fora a materialidade de tudo que aquela forma de comunicação e linguagem se propõe a produzir - e, sem nenhuma dúvida, produz. E é a materialidade ali contida - no conjunto de enunciados que compõem o discurso - que permite sua reprodução.

Quintarelli, assim como eu, não endossa a utilização da palavra virtual para se referir à internet, uma vez que o paralelo real/virtual, criado com essa diferenciação de termos, não faz nenhuma justiça aos aspectos reais que transitam nos espaços online. Mas, no que diz respeito a tratar a internet como ambiente imaterial ou de produções imateriais, prefiro me utilizar de outra abordagem.

Por exemplo, para Foucault, discurso não é um lugar, ele vem de muitos lugares e é constituído de uma rede de relações de poder que garantem sua existência e sua circulação. O discurso não é a revelação de algo. São formados por relações materiais de poder e, nessas relações, criam-se instituições, molda-se o espaço social e os corpos são atravessados, cada qual de maneira diferente e desigual. A materialidade do discurso está na possibilidade de se encontrar, historicamente, elementos que o sustentem, tornando inteligível o que se propõe produzir, de modo que buscar a origem de um discurso nos leva ao encontro de tantos outros, todos posicionados de maneira a produzir práticas e modos de vida. Discursos são modos de produção e reprodução de sujeitos, sejam assujeitados ou resistentes a assujeitamentos.

A internet é composta por discursos.

Sendo assim, o posicionamento adotado por essa pesquisadora que vos fala é de que a internet é um espaço real e material de produção e reprodução de discursos, relações de poder, subjetividades capitalistas, modos de vida, gestão de afetos e vigilância constante. Afinal, “nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (Foucault, 1998, p. 147).

Dito isso, e para trazer um exemplo sobre a ingenuidade (?) em considerar a internet um espaço imaterial, faz-se necessário que retornemos ao ano de 2000, mais especificamente, a Itália de 2020. Farei isso para contextualizar as leitoras, já que tanto falei sobre a atuação da Cambridge

Analytica, em 2014. Porque muito antes de Aleksandr Kogan (o psicólogo que criou o aplicativo utilizado pela empresa para roubar dados pessoais de usuários do facebook), o especialista em marketing, Gianroberto Casaleggio, já havia entendido a potência que a internet tinha para influenciar a política, embora soubesse que o momento ainda não era oportuno para criação de um partido online. O que Gianroberto fez? Utilizando a internet como um imenso amplificador, ele contratou um comediante e colocou o sujeito para atuar como sendo *a cara* de um partido online. Nasce o Movimento 5 Estrelas (MS5) que, estrelando seu garoto propaganda, vai lançar mão de pesquisas sobre satisfação dos eleitores, em diversas frentes diferentes e sem pesar sobre ideologias, ao mesmo tempo que coleta as informações desses mesmos usuários (Empoli, 2020).

Depois de 13 anos, o MS5 é o partido mais votado da Itália e, em 2018, numa coligação com a Liga Norte (partido de extrema-direita, fundado em 1991), consegue colocar Giuseppe Conte como presidente do Conselho de Ministros da Itália. Com o currículo repleto de informações falsas - aliás, principal estratégia de articulação para cooptação e gestão dos afetos dos usuários, por meio da internet - e, ainda que instituições como Sorbonne e New York University tenham desmentido as informações que afirmavam sua formação naqueles lugares, Conte permanece até 2021 no cargo. Luigi Di Maio, à frente do MS5, emplacou a vice-presidência do Conselho e Ministério da Indústria e do Trabalho e não só; também ocupou a posição de produtor de notícias falsas em série. Curiosamente, Di Maio tinha registrada uma única experiência de trabalho no currículo: guia do estádio San Paolo de Nápoles. Já o líder da Liga Norte, Matteo Salvini, conhecido no seu curral eleitoral como *Capitão* (eu não tô mentindo, gente, juro!), abocanhou o ministério do Interior, mas jamais abandonou o twitter, sua rede social favorita para disseminar notícias falsas e incitar o ódio da população italiana contra pessoas negras e imigrantes. A xenofobia rola solta também, e os alvos favoritos de Salvini são os mulçumanos (Empoli, 2020).

A Itália sempre na vanguarda, exportou o fascismo, o comunismo e o populismo. Não à toa, é bem difícil entender como eles fazem política lá.

Em resumo, se o MS5 inaugurou um modo de fazer política pela internet, o que ele fez foi capinar o mato para os que vieram logo atrás. E nós já falamos bastante deles aqui: Brexit, Trump, Orbán, Bolsonaro e etc.

Mas afinal, o que foi que o MS5 fez?

Eles simplesmente - e eu digo simplesmente porque aprendi que tem algo de incrivelmente simples e visionário nisso - traduziram as redes sociais da única maneira pela qual os usuários são posicionados de forma horizontalizada, que é a de analisar o que o povo está curtindo. E pelo volume de curtidas em posts, as próprias redes sociais estabeleceram que engajamento seria transformado em dinheiro. Quanto mais dinheiro, mais necessidade de engajamento; quanto mais

engajamento, mais adesão imediata a conteúdos estapafúrdios que traduzem das formas mais extremas os mais variados sentimentos daquela população. Pois bem, se ao inflamar os usuários consegue-se engajamento, adesão e dinheiro...por que não inventar notícias falsas com conteúdo que já foi mapeado e observado o impacto que gera? Ciência, por exemplo, não movimenta sentimentos extremos, tampouco ações de cidadania. O que mexe com as paixões tristes (emprestei de Spinoza) são frases curtas, impactantes, seguidas de uma imagem, que apontam um culpado pelo seu salário não durar o mês inteiro. Ou o culpado de você não conseguir um emprego. O verdadeiro responsável por você não ter conseguido uma vaga em alguma Universidade Pública. Aquele que se beneficia de você não poder mais dizer o que pensa e como pensa, ou viver a sua masculinidade como sempre viveu. As notícias falsas pouco importam pelo conteúdo que transmitem, a real conexão se dá pelo que elas despertam ou como se conectam com o sentimento dos usuários. Deu match, é verdade!

Inflamados os sentimentos de ódio, frustração e medo, as retóricas populistas entram em ação e prometem que vai surgir alguém, um dia, capaz de restabelecer essa ordem, que os próprios *engenheiros do caos* (Empoli, 2020) se apressaram em fomentar, distorcer ou mesmo inventar. Mas nem adianta! Esse alguém tem de ser gente como a gente, esses mesmos políticos de sempre jamais farão a diferença. Precisamos de alguém que odeie o que a gente odeia, seja frustrado pelos mesmos aspectos que nós somos e absolutamente medíocre como nós.

Afinal, o capitalismo não cria somente corpos exaustos e sujeitos frustrados, ele cria uma gama imensa de pessoas medíocres. E, em contrapartida, a mediocridade, definitivamente, não tem vez no capitalismo-neoliberal.

Assim fica fácil, né? No Brasil que tem uma ala de esquerda preocupada em se comunicar utilizando discurso filosófico academicista, em um país no qual só 5% da população possui ensino superior (Dino, 2021). Em contrapartida, o Brasil chegou a atingir 14,3 milhões de desempregados (Chade, 2022) e 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar (Neumam, 2021). São, pelo menos, 130 milhões de pessoas com medo e, com o discurso certo, esse medo vira ódio em dois segundos.

Os algoritmos das redes sociais criados, desenvolvidos e operados por seres humanos (acho que preciso sempre lembrar que tem gente de carne e osso operando essa máquina que virou política) injetam cada vez mais notícias, para que os usuários passem cada vez mais tempo online consumindo e sendo consumidos. Óbvio que, se alguma coisa é de graça na selvageria que é o capitalismo, o produto, indiscutivelmente, somos nós.

Giuliano da Empoli (2020) vai considerar que existem duas frentes importantes a serem observadas: o ódio real daqueles que sofrem socialmente pelo impacto das economias abaladas e

das democracias fragilizadas; e essa máquina criada para dar lucro a todo custo, produzir ódio e que virou nuclear nas mãos de quem tem o privilégio de poder operar.

Depois de definidos os parâmetros das narrativas a serem disseminadas, o próximo ingrediente são os produtores de conteúdos extremistas que já se identificam com o discurso a ser veiculado. Seus canais, em todas e quaisquer plataformas, passam a operar dentro dessa rede de disseminação de informações (falsas) e seus seguidores, já separados como opinião pública; logo se tornam o primeiro exército, os primeiros soldados...que vêm (aqueles com o perfil mais radical e sedutor) a se estabelecer como produtores de conteúdos que formam novos exércitos...e assim por diante.

No meio disso, a gente testemunha as redes sociais enchendo o bolso de dinheiro com publicidade, as empresas enchendo o bolso de dinheiro com o consumo advindo da publicidade e os produtores de conteúdo falso enchendo o bolso de dinheiro, à medida que seus canais são monetizados. Que maravilha, todo mundo sai ganhando...exceto a democracia, a economia e o próprio público consumidor.

O nível de arbitrariedade praticado pelos administradores das redes sociais é tão imenso que, enquanto escrevo essa parte da dissertação (março de 2022), acompanho o desenrolar da invasão de tropas russas na Ucrânia. Uma guerra promovida pela internet, manipulada com notícias falsas disseminadas por grupos separatistas extremistas da Ucrânia, pró-Putin. E não só isso, a mesma lógica que permitiu correrem soltas desinformações que visavam amedrontar as pessoas para elas passarem a apoiar a invasão das tropas russas em território ucraniano, é a mesma que concedeu ao grupo Facebook o direito de *permitir* que fossem veiculados discursos elogiando paramilitares neonazistas da Ucrânia, desde que eles estivessem lutando contra a invasão russa (Biddle, 2022), assim como permitir mensagens de ódio e violência contra os russos (Facebook vai temporariamente, 2022).

Percebem até onde vai o capitalismo neoliberal? Eles faturam com a promoção de discursos pró-guerra e com a promoção de discursos antiguerra. Mas o ponto mais alto, na minha opinião, é um grupo de pessoas ter o poder de permitir ou negar que essas ou aquelas notícias, informações ou discursos transitem em espaço online, sem a menor criticidade, sem interferência dos Estado-nação ou dos governos de cada país.

Independentemente do lugar, se onde você mora existe Facebook, a população daquele país vai ter a autorização de Mark Zuckerberg e companhia para disseminar ódio e violência. Não parece absurdo? Que as leis de cada país sejam subjugadas às diretrizes do Facebook, ou mais atualmente da META (grupo que inclui, além do facebook, instagram, whatsapp e outros)? Um post com notícia falsa, no facebook, instagram ou twitter pode precisar de uma medida judicial para ser

retirado do ar. Quanto estrago uma notícia mentirosa ou caluniosa faz em minutos, imaginem ser necessário aguardar uma medida judicial!

O MBL (movimento Brasil livre) é um exemplo de partido-algoritmo⁹³ nos moldes do MS5. Nasceu de um movimento totalmente online, cujo propósito era interceptar a opinião pública, sem suportar qualquer ideologia fundamentada, o caos pelo caos. A graça era feita na medida que o povo denunciava a desgraça. Eles cooptavam a pauta, usavam de retórica populista, chamadas de posts daquelas que já dizem com que sentimentos o público deve lidar, instigavam a revolta e o ódio com muitas notícias falsas e, por fim, só queriam mesmo colocar mais alguns bezerros para mamar nas tetas do governo e do dinheiro público. Se não fossem os investimentos em narrativas antiestablishment, de implosão de tudo aquilo que se reconhece na política - afinal, tudo que estava ali, todo mundo já sabia que não prestava e jamais daria certo, portanto era preciso que pessoas comuns fizessem política, e não os políticos de carreira -, de que outra maneira Kim Kataguiri, o inexpressivo ex-colunista da Folha de São Paulo conseguiria apoio popular para se eleger deputado estadual? Ou Rafael Rizzo e Pedro D'Eyrot, outros dois líderes e fundadores do MBL, sócios do dono da página *ceticismo político*, que veiculou notícias falsas sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e mais tarde foi preso por lavagem de dinheiro. Quando teriam qualquer visibilidade, não fosse por meio de veiculação de notícias falsas e discursos de ódio que, posteriormente, viraram investigação do Ministério Público sobre o MBL operar um *gabinete do ódio* (Filho, 2020)?

A técnica usada pelo MBL é a mesma de muitos outros partidos-algoritmo, inclusive o precursor MS5. Eles escolhiam um desafeto político, acionavam a malha de colaboradores, criavam a notícia falsa para atacar o desafeto, disparavam na internet pelas redes sociais e o público dava cabo de compartilhar, disseminar e inflamar as opiniões (Toledo, 2019).

Outro ponto importante a ser levantado sobre os ambientes online é a possibilidade do anonimato. Ah, o anonimato! Ele dá uma muita coragem e, mais que isso, acaba sendo uma excelente desculpa para a Polícia Federal não fazer seu trabalho (digo PF porque é de competência dela investigar crimes cibernéticos ou que tenham sido articulados pela internet). Diversas vezes em que eu estava navegando para ver se alguma novidade estava rolando, me deparei com comentários anônimos fazendo chacota da PF. A questão é saber se é incompetência ou conivência...eu particularmente acredito que a receita inclui os dois ingredientes e que, em certo ponto, eles se retroalimentam.

O anonimato é, sem dúvidas, um potencializador de engajamento. Paul Gilroy (2018) argumenta sobre a estratégia de reestruturação do fascismo por meio das tecnologias digitais que

⁹³ Partidos políticos criados a partir da internet.

endossam o anonimato. Talvez, na medida em que haja a possibilidade de esconder a identidade, cria-se um ambiente onde a identificação com os discursos de ódio, que advém da “miséria econômica e desesperança que a acompanha” (Gilroy 2018, p. 22), tonifica os sujeitos e seus sentimentos, ao ponto de esgarçar a ideia de liberdade de expressão como justificativa para serem ofensivos, preconceituosos, violentos e sem nenhuma responsabilidade social.

Ainda que não haja consenso sobre sua definição, podemos dizer que os discursos de ódio constituem formas discriminatórias contra determinados grupos e indivíduos pertencentes a estes; porém, mais do que isso, carregam a marca da incitação ao ódio, à violência, ao desprezo e toda sorte de hostilidade. Quanto aos seus alvos, sugere-se que “especialmente no tocante aos grupos atingidos pelo discurso do ódio, de fato, o discurso invariavelmente é direcionado a sujeitos e grupos em condições de vulnerabilidade” (Schäfer, Leivas, & Santos, 2015, p. 147).

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 garante que “é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato”. Já o art. 220 veda “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.” Amplo, não é mesmo? Mas uma coisa fica óbvia: É VEDADO O ANONIMATO. Para todo o restante menos óbvio e de brechas interpretativas, existem as tipificações penais, como calúnia, injúria e difamação.

Mas eu quero propor um raciocínio livre. Primeiro vamos estabelecer que existe uma diferenciação entre Estado e Governo. Enquanto o Estado é toda a sociedade política, incluindo o governo, o último é o grupo político que se encontra na posição de gerir o Estado. Porém, existem instituições que, independentemente dos governos que assumam, têm autonomia para tomar decisões, inclusive, que vão na contramão de uma decisão do poder executivo. Não fosse assim, em cada governo teríamos uma Constituição diferente. Portanto, cabe ao Estado a responsabilidade de garantir proteção às cidadãs e aos cidadãos. Cabe ao Estado, essa sociedade política, preservar a democracia a qualquer custo.

Mas vamos prosseguir no raciocínio. Mentir está incluído na liberdade de expressão? Imagino que sim! Eu, particularmente falando, minto. Por várias razões, em diversos momentos da vida, para várias pessoas diferentes. Minto para sobreviver, minto por exaustão, já menti para não magoar ou para suavizar uma notícia cruel para a qual não havia solução. Vocês também mentem. Mente-se sobre a existência de um bicho-papão quando espera-se que o resultado seja a obediência das crianças. Mente-se sobre o Papai Noel (e como essa é minha mentira favorita, coloco mesmo em letras maiúsculas), sobre uma figura metafísica onipotente que julga, penaliza e em alguns casos perdoa. Mas alguém mente, ou melhor, é permitido que alguém minta sobre um crime?

Se eu ligar agora para o 190 e denunciar um assassinato, e movimentar uma viatura com agentes públicos para um local qualquer, dizendo que lá uma pessoa matou outra. Se eu der o nome

dessa pessoa, o endereço de casa e quaisquer informações que sejam pertinentes para a polícia chegar até ela, e nesse momento for constatado que eu estava mentindo...e pouco importa a motivação para a mentira...eu posso ser presa (Art. 340). Na verdade eu posso ser presa por muito menos que denunciar um crime que sequer existiu.

Nem eu, nem ninguém tem o direito de fazer uma falsa afirmação (Art. 342), por exemplo, negar ou se calar sobre fatos que testemunhou, mentir sobre dados pessoais (sobre si mesmo), se apropriar de informações, dados e imagens de outras pessoas como se fossem seus (Art. 168), mentir para obter vantagem para si prejudicando outra pessoa (Art. 307), mentir para induzir alguém a cometer um erro que constitua uma fraude de qualquer espécie (Art. 286), mentir sobre estar acometido por alguma doença ou por ter sido vítima de algum evento e receber algum benefício por isso (Art. 171), ou seja, mentir é proibido por lei e passível de prisão e multa em todos os casos em que houver - com a mentira - danos causados a outras pessoas ou a obtenção de ganhos de qualquer natureza para si (Lei nº 2.848, 1940).

Se mentir para qualquer outra finalidade que não seja a de manter e preservar as relações sociais é crime, qual é a dificuldade imensa em se caracterizar disseminação de notícias falsas e discurso de ódio como crime também?

Porque está tudo previsto em lei, e leis que convenientemente não são cumpridas. E, por não serem cumpridas, deixam brechas para que exista uma discussão pública, sem razão de ser, sobre quais são os limites da liberdade de expressão que, esgarçada e cooptada pelos interessados politicamente nesse caos, acabam por relativizar as notícias falsas como opiniões e expressões dessas opiniões. Ora! O limite é a lei que o próprio Estado criou, mas que não aplica.

Se eu chego na padaria e digo para a moça do caixa que o ex-presidente Lula é um ladrão que deve ser preso...bom, eu estarei mentindo a mentira da ignorância e da mediocridade. Se eu contrato uma empresa para fazer milhares de disparos diários para perfis de usuários de redes sociais, usando para isso dados pessoais que eu comprei (e que não são comercializáveis por lei), incentivando essas pessoas a compartilharem em suas redes sociais essa notícia, para afirmar a mesma coisa que eu disse para a moça do caixa da padaria, isso é crime! Primeiro é uma falsa acusação da qual nem eu, nem o ex-juiz marreco temos provas; segundo, é uma calúnia; terceiro, eu comprei dados e informações pessoais que não são comercializáveis (a menos que eu tenha pago para as pessoas a quem os dados pertencem); quarto, eu denunciei um crime que não existiu; quinto, eu estou induzindo outras pessoas a cometerem os mesmos crimes que eu. Bom, se precisar de mais exemplos eu posso continuar.

Todas as notícias falsas que são disseminadas contra a vacinação são outro ótimo exemplo. Se minha vizinha me diz que não vai se vacinar porque a vacina coloca um chip no nosso corpo e o

governo chinês vai conseguir rastrear cada passo que a gente der, o máximo que eu posso dizer é: Parabéns pela autoestima, você realmente deve ser um ser humano indispensável para o Xi Jinping. Nunca consegui entender como ele conseguiu viver até agora sem saber que você acorda às 7h da manhã todos os dias, vai para seu emprego medíocre, fica lá até 17h, volta em um ônibus lotado, chega em casa, toma banho e abre uma lata de cerveja barata para relaxar. Talvez todo esse diálogo passe só pela minha cabeça e, na verdade, eu diga somente: Parabéns pela autoestima!

Mas se ela me disser que não vai se vacinar porque leu em uma página de notícias - que ela considera super segura, afinal tem mais de 1 milhão de seguidores - que a vacina instala um chip no nosso organismo, a pessoa ou pessoas ou empresa que divulgou essa desinformação está cometendo um crime. E se minha vizinha pegar a doença para qual a vacina se destina a proteger, e morrer? E se minha vizinha, além de não tomar a vacina, não permitir que os filhos menores de idade se vacinem? Se ela, além de mãe, for responsável por algum adulto tutelado, e essa pessoa também tiver seu direito à saúde negado?

Na lógica que o Estado brasileiro está operando, nem quem veiculou a notícia, nem minha vizinha que acreditou nela e negligenciou menores de idade ou pessoas tuteladas serão responsabilizados por isso. E, em uma esfera ainda maior, tampouco as redes sociais que permitem a circulação de notícias falsas serão responsabilizadas. O Estado falhando, miseravelmente, em cumprir sua obrigação de prezar pela saúde e integridade das cidadãs e cidadãos do país e de defender e proteger a democracia - o único regime político no qual é possível cobrar do Estado a garantia de direitos para o povo, já que o povo é (teoricamente) soberano.

Isso não é liberdade de expressão, isso é mentira. E mentira, como vimos, pode ser crime.

Os discursos de ódio não vão por um caminho muito diferente, na minha humilde opinião; o caminho é até bem mais fácil e óbvio de ser enquadrado nas leis que já existem. Acontece que esbarram na lógica do engajamento e acabam sendo os posts que mais rendem cliques, curtidas, compartilhamentos...o tal engajamento.

As lives semanais do presidente do Brasil (oficialmente em canal do youtube, mas podem ser reproduzidas, em partes, em outras redes sociais) são estrategicamente articuladas, pensando em como as redes sociais são permissivas, em como discursos de ódio e notícias falsas geram engajamento e como é difícil para a inteligência artificial detectar informações falsas em vídeos ao vivo (D'anastasio & Stone, 2022).

Anos atrás, quando eu ainda utilizava o Facebook, encontrei em uma postagem um comentário abertamente pró-pedofilia. Pensei: como as políticas para excluir comentários são avaliadas de forma arbitrária (e a maioria dos usuários têm conhecimento disso) e por robôs, vou responder esse comentário, copiar minha resposta e o comentário pró-pedofilia, e fazer a denúncia

em português e inglês. Vocês acreditam que a resposta que eu recebi foi a de que não havia nenhuma violação das políticas do Facebook? E, pior que isso, como eu usei palavras (que aí sim caem na malha do que a inteligência artificial vai detectar como impróprio) no comentário do pedófilo, o Facebook excluiu a MINHA resposta! Indignada e com print de tudo, fiz um post expondo a situação dantesca e, acreditem, tomei um ban de uma semana (ban significa que fui banida daquela rede social).

No youtube, além dos canais que já citei aqui o funcionamento, os pedófilos assistem vídeos de canais infantis e nos comentários utilizam o recurso timestamp (que é marcar um ponto específico do vídeo), para deixar fixado nos comentários o momento exato em que a criança do vídeo se mexeu, trocou de posição e, naquela minutagem específica, abriu as pernas, por exemplo. Ou estava brincando e a alça da camiseta caiu pelo ombro e apareceu parte do *peito*. É muito comum ver perfis falsos deixarem comentários nos vídeos, que aparecem assim: 01:26. Somente isso. Os outros pedófilos, já sabendo do que se trata, vão diretamente para essas partes dos vídeos das crianças, e vocês podem imaginar para qual finalidade. Muitos desses perfis falsos reaparecem em grupos masculinistas. Espero que vocês não tenham esquecido que a alcunha de Emerson (parceiro de Marcelo do Valle) é pedolão, que vem de pedófilo.

Pode parecer exagero acusar o youtube de ter esse recurso, que funciona muito para vídeos de aulas, por exemplo, mas é importante pensar no tipo de comunicação que isso gera. Primeiro, por ser possível ter uma conta falsa, depois por não haver um controle sobre os comentários, ainda que essa prática dos pedófilos seja bastante conhecida e, por fim, acredito que a coisa se intensifica à medida que as verificações de conta se tornaram prêmios. Só pessoas famosas ou com um determinado número mínimo de seguidores ou inscritos é que têm sua conta verificada. O selo azul do instagram, por exemplo. A empresa diz que qualquer pessoa pode ter a conta verificada, basta preencher e enviar um formulário no próprio instagram...mas a gente sabe bem que isso não acontece, porque a ideia é que seja um prêmio, uma recompensa pelo engajamento que você gera. Eu tentei solicitar, mas esbarrei na etapa 2: confirmar notabilidade → mostre que a figura pública, celebridade ou marca que a sua conta representa é de interesse público. Bem, eu não sou nem uma coisa nem outra, muito pelo contrário. Decidi não mentir!

No youtube, para ter o selo de verificação do seu canal, é preciso ter no mínimo 100 mil inscritos. CEM MIL PESSOAS INSCRITAS NO SEU CANAL..até lá você não precisa se comprometer com a veracidade do conteúdo que posta, nem com a originalidade, nem com o discurso que está fomentando.

Em pensar que os técnicos do instagram poderiam verificar TODAS as contas e zerar o número de perfis falsos, o que auxiliaria na identificação de comentários com discurso de ódio e

disparos pagos de notícias falsas. Nas outras redes sociais isso também poderia acontecer e seria igualmente fácil, sejam elas do grupo META do Zuckerberg, ou aquelas que ainda não foram absorvidas pelo conglomerado, como youtube e twitter.

Mas, e quando a conta é verificada, a possibilidade de veicular notícias falsas ou discurso de ódio acaba só porque a pessoa assentiu às regras gerais daquela plataforma?

Fiquei aqui me perguntando o quanto valeria a pena citar esse ou aquele canal do youtube para dar como exemplo. Se falo do Nando Moura e seu canal com mais de 3 milhões de inscritos, e como seus vídeos com berros e xingamentos (geralmente direcionado às mulheres ou desafetos políticos) são a exata descrição de como os discursos de ódio gerenciam os sentimentos de ódio e frustração das pessoas e dão bastante engajamento. Pensei em dizer que esse youtuber era aliado de Jair Bolsonaro e Olavo de Carvalho mas, depois de uma briga, como bom fascista que é, queimou os livros do guru numa fogueira caseira (o vídeo está disponível no youtube com título: Queimando os livros do Olavo) e, agora, virou aliado do ex-juiz Sérgio Moro (como mostra o vídeo, também disponível no youtube, com o título: Sérgio Moro aceita ser presidente!!!) na corrida eleitoral pela terceira via. E como todos seus discursos, que garantem trazer a VERDADE (ele adora usar essa palavra), agora pesam contra Bolsonaro (com o mesmo tom de cólera que era utilizado para atacar desafetos do presidente, quando era seu aliado) e se mantém sustentado por notícias falsas quando é a vez de atacar Lula. E que tudo isso rola lá, em um canal do youtube verificado. E que a única sanção imputada contra Nando Moura foi a desmonetização de alguns vídeos do seu canal. Fora da internet, Nando Moura foi condenado a pagar indenização para o ex-deputado Jean Wyllys por divulgação de notícias falsas, mas os vídeos continuam no canal. Qual a lógica? Em teoria, a Google, que é a dona do youtube, através de algoritmos, criou algumas barreiras para anúncios em vídeos com palavrões, por exemplo. No mais, o youtuber continua dirigindo seu mustang.

Obviamente, isso nada tem a ver com o que esse ou outro youtuber diz, tem a ver com o fato de que a Google começou a ser pressionada pelos anunciantes por conta da arbitrariedade em selecionar onde seus anúncios iriam aparecer. Algumas empresas privadas passaram a se preocupar (também essa preocupação nada tem a ver com o impacto que certos discursos podem ter) que suas marcas pudessem ser associadas com vídeos que não representam, em nada, seus nichos de mercado e, mais gravemente, associadas a vídeos em que discursos criminosos circulam livremente (Vilicic, 2019). Aí não né, Google!

Mas a questão é maior do que dar visibilidade a agitadores políticos específicos que não têm o menor compromisso com fatos, somente com o dinheiro que o caos gera. A questão é a gente pensar mesmo nesse impacto do encontro entre um amplificador global (a internet), uma

inteligência artificial programada com métricas neoliberais (que visa o lucro não importando os meios) e o Estado (que se exime do seu papel de garantir a integridade da população).

Os masculinistas, principal objeto dessa pesquisa, trazem muito forte em seus discursos a necessidade de implementação do famigerado Estado mínimo que, além de já ser mínimo para as realidades dos grupos vulnerabilizados socialmente e isso não ser levado em consideração, traz atrelado consigo uma ideia de que o Estado, como se propõe, carrega características feminizadas. A lógica deles, de atrelar o Estado a um componente de feminização, encontra ressonância quando este cumpre seu papel de garantir, por meio de políticas públicas, ações que busquem equidade e promoção dos direitos humanos, que são reivindicações dos movimentos sociais, absolutamente pautadas na Constituição Federal.

Dessa forma, o pensamento neoliberal de Estado mínimo é fortemente observável nos discursos que permeiam esses espaços de ódio, uma vez que os homens que compartilham das ideologias masculinistas, se utilizam de uma linha de pensamento que cria um paralelo entre uma dada temporalidade, na qual as mulheres estavam fora da equação de venda da mão-de-obra - e, portanto, aos homens cabia a função da acumulação de capital social -, e os direitos adquiridos com as lutas sociais, que deram às mulheres a possibilidade de disputar esse espaço com eles. Nessa lógica, os movimentos sociais que conseguiram os direitos só conseguiram por intermédio do Estado que passou a funcionar como aquele pilar que sustentava a mulher, tirando do homem o direito, não só de ser soberano no acúmulo de riquezas, como de gerir a vida pública e privada das mulheres. Essa é a teoria de feminização do Estado. Por isso a defesa do Estado mínimo e, por consequência, do pensamento neoliberal. Onde não há intervenção do Estado, para minimizar o abismo das desigualdades sociais, do racismo, da lgbtfobia, do capacitismo e da misoginia, há a possibilidade de manter o controle, o poder e o dinheiro nas mãos daqueles que sempre o tiveram.

E qual é o lugar mais acolhedor para abrigar, não só essa retórica, como a prática do Estado mínimo? A internet. Nela não há a presença do Estado, e quem garante a funcionalidade, a organização, as regras e controla o mercado, as narrativas, a economia, são empresas privadas (muitas delas sem sequer ter uma sede no Brasil, como é o caso do Telegram). O interesse em polarizar as discussões políticas e desorganizar toda a população de um país não tem absolutamente nada de político, não há interesse em discutir política, criar estratégias políticas, organizações políticas. O interesse está em usar a internet para criar caos, alterar a sensação de insegurança daquela população, vulnerabilizar a economia e fomentar um ambiente de guerra civil. Não à toa, o rastreamento que a inteligência artificial faz das preferências dos usuários talvez seja o maior contribuinte do extremismo da polarização, porque nem todos os conteúdos estão disponíveis para todas as pessoas. A inteligência artificial alimenta os usuários sempre com o mesmo nicho de

informações. Eu não tenho a menor ideia do que o curral eleitoral do Bolsonaro recebe de notícias, de informações, nem eles têm acesso a qualquer tipo de material que me é direcionado nas redes sociais. A menos que procurem voluntariamente esse material. E, se nos encontramos aleatoriamente numa mesma postagem, é impossível haver diálogo, simplesmente porque estamos, literalmente, falando de coisas diferentes. Sem nem entrar no mérito de certo ou errado! E onde não há diálogo, só resta violência.

De 2016 até 2022, eu jamais recebi uma única notícia falsa, por nenhuma rede social da qual eu faça uso. Para onde são direcionadas as notícias falsas? Como desviaram-se de mim? Só de curiosidade, perguntei para 15 pessoas mais próximas se elas recordam de já terem recebido notícias falsas no período de 2018 até 2021. Somente uma dessas pessoas do meu círculo social afirmou ter recebido notícias falsas, diretamente de outra pessoa, no whatsapp. As outras se dividiram entre 1) nunca terem recebido nenhuma notícia falsa e 2) só terem recebido notícias falsas pelos grupos de família no whatsapp - ou de algum familiar diretamente, mas levando em conta que aquele familiar faz parte do grupo do whatsapp da família, do qual a pessoa para quem eu fiz a pergunta, deixou de participar.

O que acontece comigo e com a maioria das pessoas com quem eu convivo e que responderam a essa simples pergunta? Somos privilegiadas? Imunes? ETs? Acredito que esse não seja o caso. É muito mais fácil entender que isso se dá pelo fato de que, uma vez que a inteligência artificial e os algoritmos rastreiam a maneira como as pessoas consomem conteúdos na internet, somente aquele tipo de conteúdo chega até elas. Cada vez que uma de nós acessa uma página na internet um cookie é gerado; esses cookies são pequenos arquivos que são descarregados nos nossos dispositivos e que coletam nossas informações de acesso toda vez que entramos em um site pela primeira vez. Esses cookies nos rastreiam, por exemplo, para criar um perfil baseado nas buscas que fazemos pela internet (Rohr, 2017). O google, o facebook, o instagram, twitter, youtube e outras redes sociais coletam dados através do cadastro e, posteriormente, complementam com o tipo de conteúdo consumido. Em primeira mão, a coleta dos dados cria um perfil que possibilita às redes sociais traçarem estratégias de marketing e publicidade voltadas diretamente para esse perfil de consumo. Os algoritmos também são utilizados para reconhecer padrões de comportamento e, assim, influenciar os consumidores. E, por fim, os algoritmos são utilizados para criar perfis de preferências políticas, de sensações sobre períodos da economia e etc (Empoli, 2020).

Com toda essa tecnologia disponível e com a venda de dados pessoais, fica bastante fácil direcionar notícias falsas para pessoas que o algoritmo já tenha reconhecido como aquelas com tendências a serem sugestionáveis, ou pouco engajadas em buscar informação em veículos

confiáveis, com histórico de acesso a conteúdos sensacionalistas e de tendências políticas extremistas.

É nesse ambiente, descrito quase exaustivamente, que os homens ressentidos, os masculinistas, encontram muito mais do que um abrigo para validar e potencializar seus sentimentos de frustração e ódio. Eles são inseridos em uma lógica de comportamentos compulsivos, emergenciais, de uma busca infinita por microdoses de dopamina, que é um neurotransmissor atuante no sistema nervoso central, diretamente ligado às emoções e à atenção. Brasileiros comuns passam 5,4 horas por dia no celular, de acordo com o relatório da consultoria AppAnnie (Wakefield, 2022), o que nos coloca em primeiro lugar no ranking mundial.

Dessa maneira, a internet se torna um lugar onde desterritorializações são tranquilamente possíveis de serem feitas. Pode-se implodir todas as merdas possíveis e imagináveis na internet. Uma população inteira pode ser incentivada a acreditar que era necessária uma mudança tão absurda e radical e que mobilizou uma ação coletiva tão gigantesca, a ponto de conseguir tirar do ócio e alçar à presidência da República uma das figuras mais torpes e toscas da política nacional. E, como não poderia ser diferente, já que a internet atende, única e exclusivamente, à exploração, não possibilita, na mesma corrente, a construção de pontes que levem os sujeitos a serem mais do que “chaves de interpretação da realidade” (Empoli, 2020, p. 89) por meio de uma cólera tremenda, que inviabiliza o diálogo, inviabiliza a produção de potência de vida, inviabiliza a troca de experiências, de produção de multiplicidade.

A população estava tão insatisfeita com a política, com a economia, tão desgostosa e tão desacreditada que a única opção foi nos atirar, a todas, no fascismo?

Gerou-se um sentimento de indignação antiestablishment tão profundo e urgente, convenientemente, com uma solução pronta para ser apresentada ao público e aplicada. Todos os veículos tradicionais de informação, a velha mídia, passam a ser desacreditados, assim como os velhos políticos da velha política, as instituições passam a ser um peso o qual não se tem mais interesse em carregar, as pautas progressistas e de direitos humanos - desse novo e desprezível politicamente correto - é o que deram a oportunidade de chegarmos a esse caos onde nos encontramos, eles dizem. A força centrífuga passa a ser uma tendência e funciona de modo a expulsar tudo que você reconhece como comum. As regras que sustentam o establishment são descobertas, e os sujeitos descobrem-se de fora dessa elite social, econômica e política. Céus, nunca fizemos parte disso, não teremos direito a nenhuma herança! Então, todo o comum, toda aquela organização ideológica, política e econômica que sustentava a sociedade passa a compor o campo do combatível, do perigoso, do desconfiável e torna-se imperativo que, absolutamente tudo, mude radicalmente.

Ufa, chegamos até aqui! E o que eu tiro disso, e espero que as leitoras também, é que ao expulsar e explodir e sacudir tudo aquilo tido como *estrutural*, a única estrutura que se transformou, sem sombra de dúvidas, foi que lá de uma extremidade (relativamente) distante, o que se conseguiu foi colocar o extremismo hiperviolento como ponto central de todo o sistema.

Portanto, a omissão do Estado contribui para que a internet, nos moldes como se configurou, de amplificadora de ressonância nada interessada em coerência ou veracidade, seja um exemplo de Corpo Esvaziado.

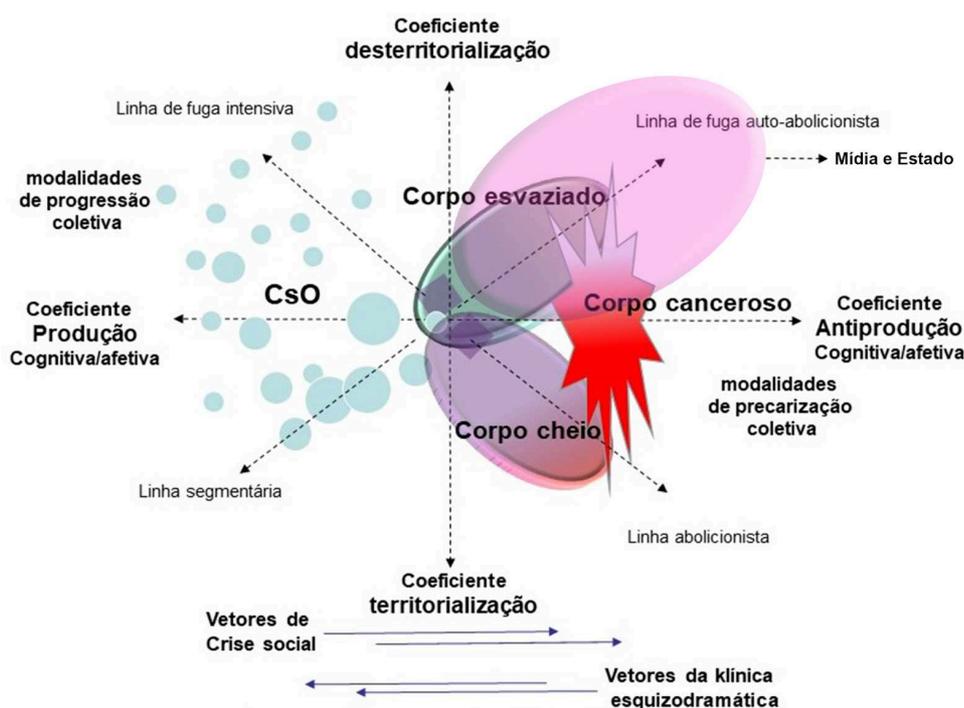


Figura 3. Inclusão do bloco de discussão Mídia e Estado.

Fonte: Adaptado de Hur, D. U. (2020). A Clínica do Corpo sem Órgãos: Esquizoanálise e Esquizodrama. *Revista de Artes Visuais*, 25(44), 1-16

8.3 - (Ciber) Terrorismo e organizações masculinistas

Dogolachan

O maior fórum alt-right do Brasil.

Bem vindo - by ElliotRodger

O holocausto é uma mentira. [sic]

Este terceiro e último tópico não finda nossa discussão, mas pretende ser uma amarração, confesso que bastante desanimadora, do que se propôs esse capítulo da dissertação. Entender a

dinâmica, os trajetos que o capitalismo percorre e os rastros que vão ficando pelo caminho, os corpos que vão sendo empilhados (e onde podem ser posicionados no nosso gráfico), a esperança que, gradativamente, se torna medo, depois pânico, depois ódio, violência e, por fim, o vazio da abolição e da autoabolição.

Quando o capitalismo e suas políticas neoliberais mantêm a sociedade por tantos séculos à margem do direito de existir produzindo vida - mas ao contrário, produzindo coisas e consumindo coisas -, e empurra, sistematicamente, os sujeitos para as bordas da dignidade humana, de forma exploratória e alienante, não resta muita saída senão o desespero. São séculos e mais séculos de políticas que priorizam aquele 1% de super-ricos, esculhambando as políticas públicas de saúde, educação, segurança, lazer e cultura, tirando do povo o direito de ter acesso a qualquer mecanismo que possa assegurar autonomia mínima de pensamento e, com isso, fertilizando o campo sociopolítico de modo a garantir que o fascismo encontre apoio sempre que preciso.

A história do mundo mostra que o terrorismo como prática de terror é utilizado desde quando Zelotes e Sicários resistiam à dominação e exploração romana. Por motivações políticas e religiosas, os grupos desejavam liberdade de culto e a independência econômica de Israel e não se furtavam a usar punhais para matar os inimigos, nem de cometer suicídio em massa ou de matar os próprios judeus quando esses se aliavam aos romanos. A desgraça infligida na população empobrecida e faminta foi cenário perfeito para o surgimento dos grupos e o desenrolar violento como resposta (Vitorino, 2017).

É durante a Revolução Francesa, no período de 1793 a 1794, que o termo terror vai ser aplicado pela primeira vez para elucidar as práticas no reinado do terror do período dos Jacobinos, e a palavra *terrorisme*, aí, relacionada a ações políticas (Colombo, 2018).

Em um salto temporal, chegamos à segunda guerra mundial, que mudou os parâmetros do terrorismo, concentrando a prática nas ações de grupos nacionalistas e todo o terror que se configurou no extermínio de, aproximadamente, 40 milhões de pessoas.

A Revolução Iraniana, de 1979, porém, alterou os parâmetros do que se entendia como terrorismo, no momento em que surgiram os homens-bomba, dispostos a se incluírem nos atos de abolição cometidos, o que aumentou a sensação de terror e pânico que os terroristas poderiam gerar (Costa, 2017). Naquele ano, os islâmicos xiitas derrubaram o governo autocrático e instalaram uma república islâmica teocrática e, o que era para ser uma revolução em busca de um governo democrático e de recuperação da economia do país, virou um governo extremista-religioso que logo resgatou a tortura como forma de punição, a pena de morte contra modos de vida dissidentes e contra judeus e marxistas. Daquele momento em diante, não restavam mais limites ao que os sujeitos estavam dispostos a praticar como atos de violência final.

Geralmente deixada de fora, a Guerra Civil de Ruanda, de 1990 até 1994, evidencia que as práticas de terrorismo subnacional, em especial no continente africano, não são levadas em consideração pelo imperialismo ocidental branco. A Ruanda do século 18 era governada por um rei Tutsi e essa etnia fazia parte da elite econômica do país, em contrapartida aos Hutus e os Twas (minorias). Quando a Alemanha invadiu e dominou a região, no final do século 19, manteve em cargos administrativos os Tutsis que, perante as outras etnias, gozavam de certos *privilégios*. Em 1910, os belgas assumiram a dominação de Ruanda e estreitaram as relações com os Tutsis, que eram considerados superiores por serem mais *européizados*. Quando os invasores começaram a se retirar, lá na década de 1950, os Hutus começaram a se organizar para lutar pela independência do país, que aconteceu em 1962. Durante esse processo de revolução e independência, alguns grupos Hutus passaram a se radicalizar contra os Tutsis. O presidente eleito, Grégoire Kayibanda, iniciou uma perseguição aos Tutsis ao ponto de muitos terem de se refugiar em países vizinhos. Em 1973, Juvénal Habyarimana assumiu o comando do país depois de um golpe militar e passou a fazer negócios com Alemanha e Bélgica mas, na década de 1980, o apoio financeiro exigia a democratização do país como contrapartida. Isso levou Ruanda a entrar em uma profunda crise econômica, ao mesmo tempo que aumentavam, vertiginosamente, os discursos de ódio contra os Tutsis, agora veiculados em jornais e televisão. Em 1990, grupos armados de Tutsis atacaram as tropas do governo, com o objetivo de tomar o poder, permitir que os refugiados voltassem para Ruanda e convocar novas eleições presidenciais. Em 1994, o avião presidencial foi atacado e o presidente assassinado. Imediatamente, o grupo extremista Poder Hutu acusou os Tutsis, inflamou a população e, durante os 100 dias seguintes, promoveram uma gigantesca onda de terror, que terminou com a morte de 800 mil pessoas da etnia Tutsi. A violência só foi interrompida porque o mesmo grupo Tutsi que queria assumir o poder para permitir a volta dos refugiados, a Frente Patriótica de Ruanda, conseguiu conquistar Kigali, a capital de Ruanda, e destituir os extremistas do poder (Mendonça, 2013).

Eu não me lembro de ter estudado sobre isso na escola. Vocês estudaram?

Contudo, vai ser somente depois do ataque da Al-Qaeda contra os EUA, em 2001, que a sociedade ocidental deixa de encarar o terrorismo como atividade subnacional - indigna de atenção internacional - e passa a considerar o ataque às torres gêmeas do World Trade Center um marco do terrorismo global, como conhecemos hoje. A partir disso, inicia-se uma tentativa de criar normativas que definam o terrorismo para, assim, estabelecer pontes com o ordenamento jurídico e os serviços de inteligência de cada país, que deem conta de se precaver e legislar. Antes do terror chegar ao auto-intitulado país mais potente do mundo, o terrorismo, os terroristas e suas vítimas não

eram tão relevantes para o Ocidente e, depois, o terrorismo passou a ser diretamente associado ao fundamentalismo islâmico e aos arquétipos criados pelo Ocidente.

Gente, imaginem! Eu tinha 17 anos quando aconteceu o ataque às torres gêmeas do World Trade Center. Estava em horário de aula e, quando o noticiário começou a mostrar o ataque e, logo depois, ao vivo, o segundo avião colidiu com a torre, nós fomos liberadas do colégio. No dia seguinte não tivemos aula. Capaz que um colégio no subúrbio do Rio de Janeiro - Brasil dispensou os estudantes por conta de um ataque que os Estados Unidos da América estava sofrendo! Eu sempre dou risada dessa situação, mas além de ser mesmo engraçado (de modo patético), diz muito sobre o quanto nos comportamos, ainda, como um povo colonizado e subalterno. O quanto fica evidente que tipos de corpos vamos lamentar a morte e quais são aqueles que sequer nos interessamos em saber se vivem ou não e sob quais condições. Enfim...

Decerto não existe uma orientação única sobre a definição de terrorismo, dado o pluralismo de suas ações e motivações, porém, na tentativa de estabelecer uma noção que torne possível a criação de legislações e medidas preventivas, Aguillar (2011) propõe o entendimento de que o terrorismo tem premissas políticas mas, por não terem força para criar uma guerra contra o Estado, os terroristas disseminam o medo, o ódio e a insegurança em ações contra a população. Os *modus operandi* vão variar de acordo com a geografia, o cenário político, social, os fins e os meios para alcance dos objetivos e, por isso, talvez seja importante um levantamento sobre tal (Callegari & Lira, 2015).

Matheus Souza Costa (2017) condensou as questões que Neto (2002) chama de princípios básicos do terrorismo, no que replico aqui: a) princípio da surpresa; b) princípio do alvo certo; c) princípio das externalidades (efeitos de curto, médio e longo prazo); d) princípio da estratégia (quanto mais vítimas, melhor); e) princípio do efeito moral (abater moralmente os inimigos); f) princípio das novas possibilidades (sempre prometer novos ataques); g) princípio da presença onipotente; h) princípio da ameaça latente; i) princípio da eficiência destruidora; j) princípio da redenção (a morte dos seguidores é o ingresso na vida eterna); k) princípio do exército reserva (divulgar adesões em massa ao movimento terrorista); l) princípio da onipresença (fazer crer em um exército de terroristas pronto para agir em seu próprio território); m) princípio do simbolismo destrutivo (valorizar o efeito simbólico das ações); n) princípio da martirização (transformar seus adeptos em mártires); o) princípio da espetacularização; p) princípio do catastrofismo (sempre prometer uma tragédia maior); q) princípio da inversão (transformar vítima em algoz); r) princípio do estímulo à guerra; s) princípio da demonização (o inimigo como causador de todas as mazelas do mundo); t) princípio da invisibilidade (manter-se invisível); u) princípio do anonimato; v) princípio

da reflexão induzida (provoca-se a reflexão do motivo pelo qual esse ou aquele alvo foi escolhido); x) princípio do silêncio (não se expor).

Com essa descrição, não se pretende cerrar os parâmetros do que pode ou não ser considerado terrorismo, mas permite que façamos um recorte para além daquele baseado puramente em ideologias islâmicas fundamentalistas religiosas com arquétipos delimitados e que, perigosa e injustamente, pode versar contra toda uma população que fora marcada, como os mulçumanos, por exemplo. Nunes, Lehfeld e Silva (2020, p. 218) evidenciaram o estudo de Sageman (2004), que avaliou 400 biografias de terroristas da Al-Qaeda e pode observar que:

$\frac{3}{4}$ da amostra integrava a classe alta ou média; 63% tinham acesso à universidade; $\frac{3}{4}$ tinham profissão, muitos deles engenheiros ou arquitetos (neste ponto lembrou que Bin Laden era engenheiro civil, Zawahiri era médico e Mohamed Atta, arquiteto); boa parte sabia dois ou três idiomas ocidentais (alemão, francês, inglês); 90% vieram de famílias bem estruturadas e afetuosas; 73% eram casados e, em sua grande maioria, já tinham filhos (os que não eram casados eram muito jovens para tanto); muitos só se tornaram religiosos após ingressar na jihad (isto é, na luta); apenas 13% frequentaram a madraça (escola de estudos corânicos); a maioria não possuía antecedentes criminais; não eram solitários; e somente 1% apresentava indícios de distúrbios mentais.

Com isso, torna-se importante ressaltar que as motivações que permeiam as organizações terroristas são por demais variáveis, envolvem política, ideologias de raça, gênero e sexualidade e fundamentalismo religioso; então, avaliar o *modus operandi* pode ser uma alternativa para criar um diálogo entre o campo jurídico e os órgãos de inteligência, no nosso caso, brasileiro, sem cair em falácias e estigmas sobre um sujeito e uma finalidade universais do terrorismo.

Ao conectar o *modus operandi* das organizações terroristas na internet, temos o ciberterrorismo que, por extensão e não subtração, também fere a dignidade da pessoa humana, que é a estrutura principal do Estado Democrático e consta na Constituição Federal de 1988.

O ciberterrorismo é a integração do ciberespaço às ações do terrorismo, na oportuna possibilidade de produzir ataques sem interferências geográficas, de linguagem, dos Estado-nação e dos governos, visando incutir medo nas sociedades e ameaçando o Estado Democrático de Direito.

Acontece que, no Brasil, o entendimento sobre terrorismo recai em uma noção internacional dessa prática - terrorismo internacional. O que se tem de material sobre terrorismo nacional está diretamente ligado aos movimentos de esquerda das décadas de 1960 e 1970 (Lasmar, 2015) que o Estado insistia em classificar assim, sendo os grupos marginalizados aqueles organizados na luta contra o regime ditatorial imposto pelo golpe militar. Imagina-se que o Brasil, por sua política

externa pacificadora, não viva sob a ameaça latente de atos terroristas - entendidos como aqueles infligidos por movimentos estatais ou desestatuizados vindos de outras nações. Mas, se o terrorismo e o ciberterrorismo incluem práticas de recrutamento, radicalização de ideias e discursos, assim como sua proliferação (aqui, especificamente, por meio digital), financiamento, treinamento, facilitação de acesso aos recursos materiais, trocas de conhecimento, organização, planejamento, constante vigilância (Lasmar, 2015) e noção de pertencimento por estrutura grupal, juntamente com o levantamento dos *modus operandi* apresentados por Neto (2002), é possível manter as organizações masculinistas de fora dessa classificação? E se ainda fosse possível sustentar o argumento de que terrorismo é praticado somente de fora para dentro do país, a origem do masculinismo e a influência direta de grupos masculinistas norte-americanos (alt-right, por exemplo) na disseminação dessa corrente ideológica no Brasil, não seriam suficientes para - mais uma vez - incluir as organizações masculinistas como (ciber)terrorismo?

Sempre lembrando que organizações masculinistas operam pela mesma ideologia, com os mesmos *modus operandi*, em busca das mesmas finalidades, em diversos lugares do mundo. Assim como fazem as células terroristas. Não à toa, três brasileiros foram presos e estão respondendo a processos na justiça estadunidense pela invasão do capitólio (Três brasileiros, 2022) (em janeiro de 2021), em evento organizado pelas milícias digitais do ex-presidente Trump - alt-right, proud boys e q-anon (Sánchez-Vallejo, 2021) -, já abordadas nesta dissertação. Também não é por acaso que o governo estadunidense apontou a presença de indivíduos com empresas ligadas ao financiamento da Al-Qaeda, no Brasil. Haytham Ahmad Shukri Ahmad Al-Maghrabi, Mohamed Sherif Mohamed Awadd e Ahmad Al-Khatib compõem a lista internacional de terroristas e foram acusados de financiar a Al-Qaeda, há muitos anos. A presença de brasileiros nas organizações estadunidenses ou da alt-right (entre outras) no nosso território, assim como a presença da Al-Qaeda no Brasil (Mello, 2021), são exemplos que explicitam a necessidade de ampliarmos as discussões sobre notícias falsas, discurso de ódio, (ciber)terrorismo e os impactos na realidade sociopolítica da população brasileira.

Vamos tentar entender como o Brasil aborda o terrorismo.

Antes, preciso deixar registrado que o Brasil possui a Lei nº 12.965 (2014), conhecida como Marco Civil da Internet, que tem 32 artigos especificando direitos dos usuários, parâmetros para empresas que atuam de modo online e direitos, garantias e deveres a respeito do uso da internet no país. Ademais, existe um projeto de Lei nº 2.418/2019 que visa a obrigatoriedade de monitoramento dos provedores de internet para coibir atividade terroristas e crimes hediondos. Contudo, esse projeto de Lei ainda está parado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Seguindo no entendimento sobre lei, o que deveria ser a mais importante sobre terrorismo, a Lei nº 13.260 (2016) - Lei Antiterrorismo -, foi implemetada às pressas e sob pressão internacional para que o Brasil cumprisse acordo firmado com o Grupo de Ação Financeira (GAFI), veiculado ao G20. Além do GAFI - criado em 1989 e que tem como finalidade combater lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo -, a pressão extraoficial também veio do Comitê Olímpico Internacional, que queria garantir a segurança nos Jogos Olímpicos, realizados no Rio de Janeiro no ano da implementação da Lei, em 2016 (Benites, 2016). A Lei Antiterrorismo regulamenta o disposto no inciso 43 do artigo 5º da Constituição Federal e disciplina o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista. No Art. 2º (Lei nº 13.260, 2016), o terrorismo é descrito como “prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública”. Em seguida, a lei enumera diversos atos de terrorismo, sendo o V “atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa”, e o artigo 11º incumbe à “Polícia Federal a investigação criminal, em sede de inquérito policial, e à Justiça Federal o seu processamento e julgamento”. Importante registrar que, na Constituição Federal, o artigo 5º, mencionado aqui em cima, diz que “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

Posteriormente, a Lei nº 13.642 (2018), de 03 de abril de 2018 - conhecida como Lei Lola - altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, e passa a atribuir à Polícia Federal no que “concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres”.

A Lei Antiterrorismo, embora tenha sido criada em caráter emergencial, foi um enorme avanço, mas divide opiniões quanto a sua aplicabilidade. Uma lei que faz parte do direito penal de emergência pode apresentar algumas respostas inadequadas de produção de efeitos punitivos, por faltarem elementos que constituam mais concretamente o objeto, no caso, terrorismo; por outro lado, ao fazer uso dessa emergência, a lei pode ser aplicada de maneira mais imediata e contundente. Como essa pesquisa não prevê a análise do direito constitucional ou do direito penal, deixo à observância que a amplitude da lei viabiliza que o conceito de terrorismo possa não só ser distorcido, como a aplicação das leis previstas se tornam inútuas, assim como se tornam inaplicáveis práticas preventivas. Uma vez que o crime for cometido (e só quando for cometido), se e quando for julgado, serão aplicadas as sanções já previstas no código penal, não havendo,

portanto, um serviço de inteligência que trabalhe para que os crimes não aconteçam. Os aumentos exponenciais de pena, que variam de 05 até 30 anos e ficam a cargo da tipificação penal, exacerbam o limite da proporcionalidade e, como a descrição do que é terrorismo pode ser interpretada das mais variadas formas, acabam por não serem aplicáveis as sanções punitivas específicas, uma vez que se confundem com outras já previstas. E isso independe de o dolo ser bastante diferente daquele percebido em crimes comuns, seja na aplicação para terrorismo, mais ainda em uma ampliação para ciberterrorismo, que sequer é tipificado em lei.

O que não deixa restar dúvidas é que, tanto a lei em seu teor quanto os entendimentos jurídicos precisam ser refinados quando o assunto for terrorismo e, para torná-la robusta, fazendo valer a carta Magna, é preciso definir e tipificar, com a mesma destreza, o ciberterrorismo, assim como criminalizar os discursos de ódio.

Assim sendo, volto a questionar: se um grupo de homens, organizado na internet, usa do anonimato para difundir ideologias de violência contra as mulheres, controlando narrativas falaciosas com notícias falsas, espalhando medo e insegurança sobre o Estado - na tentativa de enfraquecer a democracia -, incitando chacinas e massacres, divulgando material com técnicas para estupro coletivo, sites de venda ilegal de armas, instruções para confecção de bombas caseiras, praticando crimes de doxxing, de ameaças de morte, colocando *preço* pela morte de personagens específicos, praticando crimes de racismo, sexismo, homofobia, xenofobia...se esses grupos não podem ser classificados como grupos (ciber)terroristas, é porque não há interesse do governo em coibir suas práticas criminosas. Se todos os crimes cometidos, citados ao longo desta dissertação, todos importados, mais fortemente dos EUA, e todos perfeitamente cabíveis no entendimento do que é terrorismo, ampliado para o ciberterrorismo, não são sequer investigados como crimes, qual é o caminho para chegarmos a esse entendimento no ordenamento jurídico brasileiro?

Não somente o Legislativo e o Judiciário do Brasil carecem de aperfeiçoar o entendimento sobre terrorismo, como se faz necessário desenvolver o conceito de ciberterrorismo e incluir as organizações masculinistas, que inclusive flertam com o neonazismo nessa categoria. De 2019 até 2022, o número de grupos neonazistas cresceu 270% no Brasil. São 530 núcleos impulsionados pela política discursiva de Bolsonaro e pela ausência de leis contra discursos de ódio. Sobre os neonazistas, a antropóloga Adriana Dias afirma que "eles começam sempre com o masculinismo, ou seja, eles têm um ódio ao feminino". E a falta de leis delimitadas e explícitas é que dificulta a punição, uma vez que os limites da liberdade de expressão sempre são acionados (Grupos neonazistas crescem, 2022).

Acontece que, determinar o que é (ciber)terrorismo, está muito menos ligado à coisa em si do que aos aspectos políticos, raciais, sociais, de gênero, sexualidade ou capacidade, aos quais os

órgãos competentes para fazê-lo estão ligados. Talvez criar parâmetros jurídicos para classificar o (ciber)terrorismo revele os representantes da lei como parte do *status quo* que dá condições para que aquele espectro político, ideológico e fundamentalista exista perpetrando violência. Por exemplo: em 2020, o atual presidente do Brasil acusou, publicamente, os manifestantes que foram às ruas em movimentos pró-democracia e contra seu governo, de serem terroristas. O vídeo está disponível no youtube, no canal UOL, com o título “Bolsonaro: manifestantes são terroristas e maconheiros”. Em contrapartida, um ano antes, em 2019, acontecia o massacre na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano (já debatido em capítulos anteriores), e não houve nenhuma menção do presidente sobre o grupo masculinista - que deu suporte ao crime e, posteriormente, enalteceu os assassinos como mártires - ser terrorista. Já em 2020, mesmo ano em que chamou grupos antifascistas e pró-democracia de terroristas, o atual presidente do Brasil participou de manifestações a favor de seu governo, nas quais reivindicava-se a volta da ditadura militar, a criação de uma nova Constituição, o fechamento do Congresso Nacional e do Superior Tribunal Federal - todos atos inconstitucionais e ilegais -, mas ninguém foi acusado de terrorismo (Bolsonaro volta, 2020).

Houve tentativa de minimizar os danos causados pelas notícias falsas e pelos discursos de ódio em âmbito digital, não foram despercebidas as manobras feitas para a ascensão do atual presidente ao poder executivo. Tanto que em 2020 foi aprovado o Projeto de Lei 2.630 (2022), que prevê a instituição da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, com vetos, por exemplo, para a necessidade da apresentação de documento para criação de contas em redes sociais e serviços de mensagens e para a obrigação de empresas estrangeiras terem sede no Brasil - tendo sido mantido como obrigatório ter um representante legal. Vetos que me parecem servir ao neoliberalismo, uma vez que a obrigatoriedade de alguns desses termos poderia desencorajar empresas estrangeiras a fazerem negócios com o Brasil. O projeto de lei também visava criminalizar os disparos em massa de notícias falsas e proibir a monetização - com recursos públicos - de sites e contas em mídias sociais que disseminam discursos de ódio e antidemocráticos. Entretanto, o presidente da República publicou a Medida Provisória nº 1.068 (2021), que altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, modificando critérios de uso de redes sociais, porém o Senado rejeitou a proposta. Com a rejeição, o Executivo reenviou o Projeto de Lei 3.227, em 2021, para alterar a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 e dispor sobre o uso de redes sociais, que se mantém basicamente igual à Medida Provisória, mas firma que as redes sociais com mais de 10 milhões de usuários (no Brasil) NÃO possam excluir, suspender ou bloquear nenhum conteúdo sem ordem judicial - exceto nudez, direitos autorais,

terrorismo etc. Em resumo, o PL visa proibir a moderação de discursos de ódio e notícias falsas. Nota-se que esse Projeto de Lei ainda se encontra em tramitação na câmara dos deputados.

Na sustentação dessa narrativa antidemocrática, brotam e se multiplicam as organizações de homens que comungam do ódio e que, há muito, se convenceram de que a violência contra aquelas que eles consideram a causa de todo seu ressentimento, é o único caminho a ser percorrido.

Não existe maldade inata, não existe ódio que preceda o sujeito. Absolutamente tudo carece de contexto, não para ser relativizado, mas para ser compreendido, trabalhado e modificado. Aqui, nesse ponto da discussão em que entramos, eu não seria taxativa em dizer que não há volta - que estudiosa da esquizoanálise eu seria se achasse isso -, mas posso testemunhar que entramos em um lugar bastante nefasto, sombrio e de consequências, aí sim, irreversíveis. Os atores sociais, já muito bem definidos como objeto dessa pesquisa, não levam mais em consideração qualquer solução política, não consideram mais a possibilidade de haver diálogos e já ultrapassaram, e muito, todo tipo de regras impostas, ditas ou não ditas, qualquer limite que assegure a dignidade e a vida, assim como qualquer relação diplomática. Estão todos descolados e muito afastados das regras sociais mínimas que garantem a convivência saudável e segura em sociedade. Não existe tolerância - essa palavra que já denota a proximidade de uma desgraça -, só resta a crença, indubitável, de que ações de ultraviolência são a única maneira de atingir os fins desejados.

Quando a internet proporciona a implosão de tudo aquilo que se conhece como organizacional, de estrutura política, econômica e ideológica - o establishment -, mas o que move esse *abalar das estruturas* são esses sentimentos de ódio e ressentimento, para os sujeitos envolvidos nesse pico de desterritorialização, os atores sociais do masculinismo, não há mais nada que possa preencher aquilo que foi expelido: a vontade é somente de aniquilação, dos outros e de si mesmos. Os homens-bomba do terrorismo *convencional*, os suicidas da tática *suicide by cop* (que é praticar ato violento esperando ser morto pela polícia), os suicidas pós-assassinato e todos os homens dispostos a morrer - e que, de fato, se colocam nessa posição última para atingir os fins nos quais eles acreditam -, assim como todos os assassinos e genocidas, movidos por uma ideologia de aniquilação, os masculinistas, os terroristas e ciberterroristas são exemplos de Corpos Cancerosos.

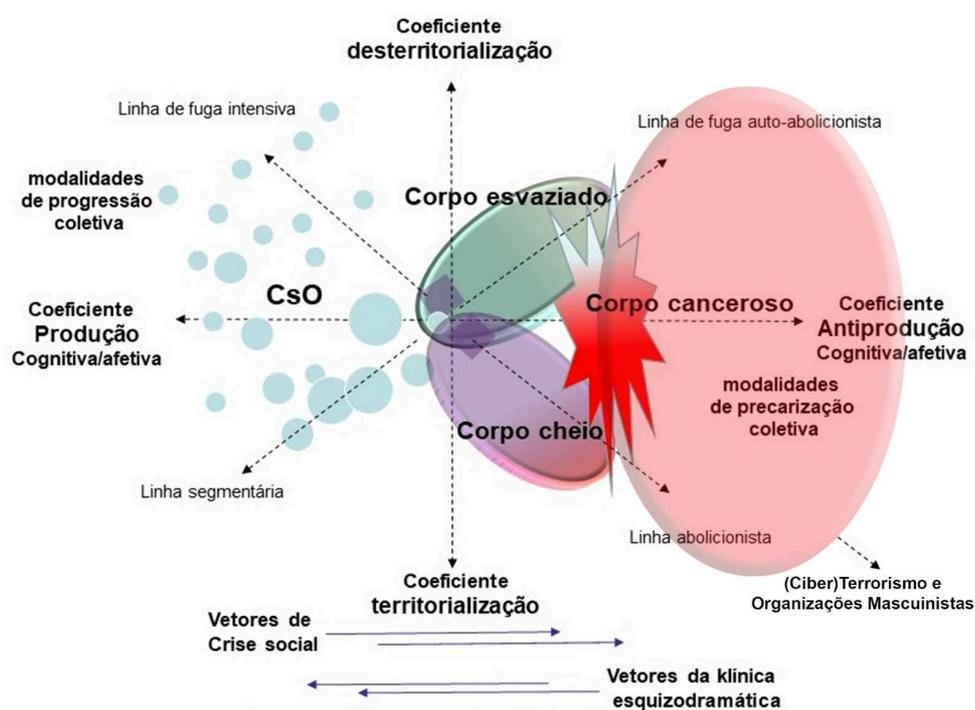


Figura 4. Inclusão do bloco de discussão (Ciber)Terrorismo e Organizações Masculinistas

Fonte: Adaptado de Hur, D. U. (2020). A Clínica do Corpo sem Órgãos: Esquizoanálise e Esquizodrama. *Revista de Artes Visuais*, 25(44), 1-16

O que esses esquemas possibilitam é uma macrovisualização do terreno no qual estamos inseridas, sob os contextos indicados nesta pesquisa. Sobrepor os corpos Cheio, Esvaziado e Canceroso, dentro do esquema de Corpo Sem Órgãos, permite que façamos uma avaliação das perspectivas possíveis de serem aventadas e quais trajetórias seriam possíveis de construirmos.

Ao examinarmos o esquema completo, com todos os blocos de discussão já posicionados, que leitura prática é possível de ser feita?

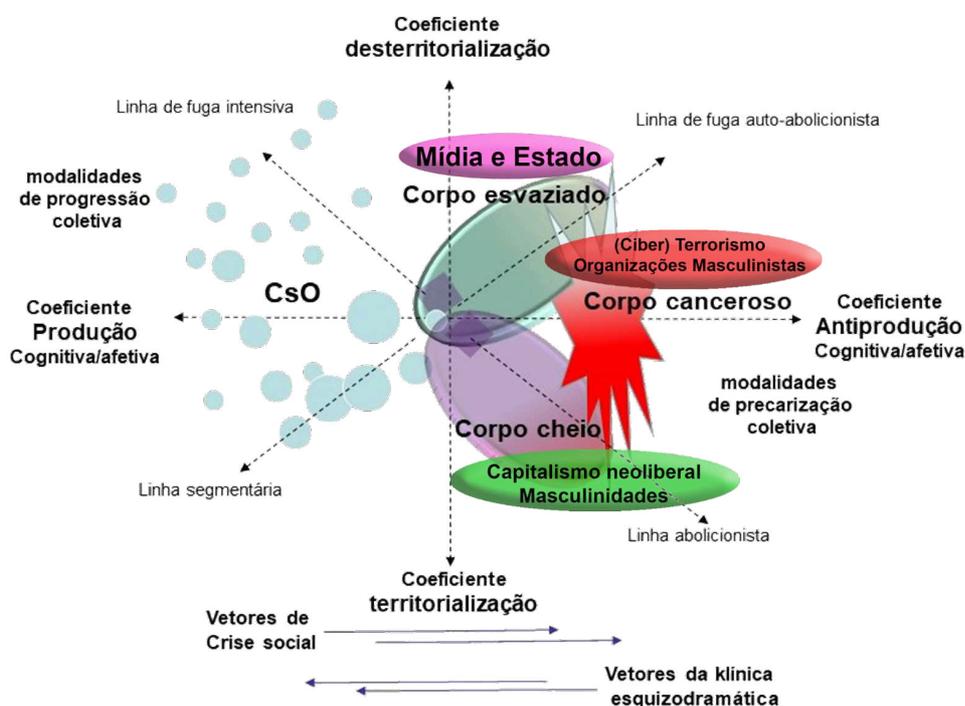


Figura 5. Inclusão dos três blocos: Capitalismo Neoliberal e Masculinidades; Mídia e Estado e (Ciber)Terrorismo e Organizações Masculinistas.

Fonte: Adaptado de Hur, D. U. (2020). A Clínica do Corpo sem Órgãos: Esquizoanálise e Esquizodrama. *Revista de Artes Visuais*, 25(44), 1-16

A explicação encontrada no trabalho de Hur (2020) destrincha os itens do esquema da seguinte maneira: o pólo de antiprodução cognitiva/afetiva considera que existe a possibilidade de um processo de potencialização corporal que pode acarretar em atividades de cognição/afecção, já que esses “não formam pares antitéticos, como algumas teorias clássicas da psicologia social acreditam” (p. 11). Quando aumentam os potenciais afetivos e a capacidade de se afetar, aumenta também a cognição. Então, como as percepções estão elevadas, os corpos vão ser potencializados na medida em que se relacionarem com outros corpos. Da mesma forma, se um corpo entra em processo de antiprodução, ele também o faz em relação a si mesmo e a outros corpos. Logo, quanto mais à direita do esquema, maior o processo de precarização, mais distante da lógica das multiplicidades e maior atuação na lógica da negatividade.

Já no eixo vertical, Hur explica que o hemisfério superior é o da desterritorialização, dos picos de desterritorialização e de produção de espaço liso - aquele que se ocupa sem contar, de multiplicidades não métricas, de intensidades, afetos e acontecimentos em variação contínua, sem divisão ou hierarquização, invisível e instável - e, no lado oposto, o espaço da fixidez, de produção de espaço estriado, onde mede-se espaço a fim de ocupar - da previsibilidade, solidez, ordenação e inscrição -, no qual a ocupação mantém uma relação *de dentro*, enclausurada, em contrapartida ao

espaço aberto no espaço liso. O espaço estriado se sustenta na repetição verticalizada do seu modelo, onde tudo é metricamente calculado. Quando articulam-se, é possível notar que a junção desterritorialização/produção propicia a criação de linhas de fuga; a de territorialização/produção, linhas segmentárias; a de territorialização/antiprodução, linhas abolicionistas e a de desterritorialização/antiprodução, linhas autoabolicionistas.

Hur segue elucidando sobre a necessidade do CSO ser produzido por linhas de fuga que atravessem os bloqueios para permitir que os fluxos voltem a se propagar. Em seguida, é primordial que haja um preenchimento, uma ocupação de multiplicidades nesse corpo, evitando que ele seja conduzido para o lado direito do esquema, produzindo, assim, os corpos vazios e cancerosos. A estratégia é manter o corpo sempre em movimento de desterritorialização e territorialização, para que seja possível estar sempre no coeficiente de produção de CSO, entre linhas de fuga e linhas segmentárias, essa última mantendo-se sempre transitória. Importante pontuar que os vetores de crise social “podem contribuir para o aumento da produção do Corpo Cheio, do Corpo Esvaziado e do Corpo Canceroso, propiciando uma necropolítica generalizada” (Hur, 2020, p. 13).

Particularmente, não acredito que somente identificar esses trajetos, essas linhas (ou a tortuosidade delas) seja o bastante para concluir uma pesquisa suficientemente honesta. Cartografar violência e morte não se resume ao que eu quero transmitir enquanto pesquisadora. A produção de vida, principal competência da esquizoanálise, portanto, será abordada no próximo capítulo, na tentativa de criar vetores de intervenção que possam conduzir certos corpos, alguns corpos, quaisquer corpos, para a esquerda desse esquema. Pretendo avaliar e sugerir movimentos e práticas que possam ser utilizadas como instrumentos clínico-políticos de intervenção (macro e micropoliticamente), de resistência, de insurgência e revolucionários, tal qual a esquizoanálise.

Desejo é o que move, fundamentalmente, essa pesquisa...o desejo de morte, sim, mas também o desejo esquizo de produção de realidade. Com bem pontuou Guattari (1985, p. 12), “militar é agir”; dessa forma, a insurgência desta pesquisa se atualiza na tentativa de agir produzindo, também, propostas de linhas de fuga intensivas que possam desobstruir, irromper, vibrar e impedir que o organismo calcifique suas estratificações no corpo.

9 - CAPÍTULO 4

Siga o Coelho Branco

Neo, nosso protagonista de Matrix, adormece, em casa, em cima da sua mesa de trabalho, enquanto procura notícias sobre Morpheus. Ele é despertado pelo som de digitação e, quando abre

os olhos, enxerga uma mensagem sendo digitada na tela do seu computador:

- Acorde, Neo...

Surpreso e sem entender o que está acontecendo, Neo ergue-se, enquanto a máquina mostra outra mensagem:

- A Matrix pegou você...

Assustado, Neo pressiona as teclas Ctrl X, na tentativa de cortar aquela transmissão, que ele imagina se tratar de uma invasão ao sistema. Não funciona, e uma nova mensagem aparece na tela:

- Siga o Coelho Branco...

Repetidamente, Neo pressiona a tecla ESC, ainda tentando encerrar o acesso que outra pessoa está tendo ao seu computador. Nada.

Nova mensagem:

- Toc, Toc, Neo.

Assim que a mensagem aparece na tela, batidas na porta do apartamento fazem Neo saltar de susto. Desconfiado de que à porta esteja a pessoa que está enviando as mensagens pelo computador, Neo pergunta quem é. A resposta, entretanto, era esperada. Um cliente, duas horas atrasado, veio buscar o trabalho encomendado.

Visivelmente abatido com toda a recente situação, a cara pálida de Neo não passa despercebida. O cliente pergunta se ele se sente bem e sugere que Neo deve sair com ele e os amigos. Provoca a mulher que o acompanha a persuadi-lo de ir junto com eles, mas quando já estava convencido de permanecer em casa, seus olhos encontram a tatuagem no ombro daquela mulher.

O Coelho Branco.

Neo muda de ideia e decide ir com o grupo.

Já na boate, conhece Trinity, a hacker que invadiu seu computador e deixou as mensagens.

Ela o adverte de estar em perigo e alerta:

- Sei porque você está aqui, Neo. Sei o que anda fazendo. Sei porque dorme mal, porque mora sozinho e por quê, noite após noite senta-se ao computador. Você o está procurando. Eu sei porque eu também já procurei a mesma coisa. E, quando ele me encontrou, ele me disse que eu não estava procurando por ele, eu estava procurando uma resposta. É a pergunta que nos impulsiona, Neo. Foi a pergunta que te trouxe aqui. Você conhece a pergunta, assim como eu.

- O que é a Matrix? Neo responde.

- A resposta está aí, Neo. Está à sua procura. E te encontrará, se você desejar.

(Wachowski & Wachowski, 1999).

Os eventos seguintes levaram Neo até Morpheus e à decisão de tomar a pílula vermelha para escapar da Matrix.

Aqui chegamos, leitoras! Gostaria de dizer que sãs e salvas, mas essa afirmação seria, minimamente, ingênua, depois de todo esse percurso que fizemos. Algumas de nós não chegaram até aqui, ao contrário, ficaram pelo caminho, porém jamais esquecidas. Outras chegaram despedaçadas, devastadas. Contudo, o que posso oferecer não é esperança, mas a possibilidade de uma reflexão para a ação. Uma reflexão que tenha como caminho a mesma operação prezada pela clínica esquizoanalítica, de construções e práticas micropolíticas, uma vez que a macropolítica não é fixa nem estática, mas se constrói e se desconstrói, se altera e se refaz, a partir de micromovimentos espalhados por toda a estrutura. Esses micromovimentos causam a desestabilização necessária para que outros tipos de agenciamentos tenham possibilidade de acontecer e, a esquizoanálise como preceito, vai apostar na diferença para pensar os sujeitos, na busca por elementos que deem condições de criar desterritorializações, assim como no encontro de novos territórios.

Pensar para pôr em prática projetos que se utilizem da ideia de construir algo sob uma perspectiva outra, não somente como combate às estratificações já existentes. Não seria obliterar o que estrutura, de modo neofascista, as instituições onde nos encontramos inseridas, mas também não seria o caso de posicionar esse modelo como central, como se dele partissem todas as possibilidades e/ou estratégias. Talvez a ideia seja investir em um modelo diferenciado que, paralelamente, fará a função de combater as estruturas corrompidas, às quais estamos submetidas. Por exemplo, Deleuze e Guattari (2012) vão pensar a clínica esquizoanalítica como uma máquina de guerra, que nada tem a ver com a guerra como objeto, mas se aproximando da ideia de implodir um organismo e criar uma linha de fuga potencializadora ali. Essa máquina, a que se referem os autores, é, sobretudo, uma máquina desejante, e pode ser pensada como um corpo social, por exemplo. Construir um corpo social por essa perspectiva seria como constituí-lo sem uma borda, sem aquele limite que, inevitavelmente, em algum momento, vai se fechar e se tornar um estrato, uma interioridade...mas, ao contrário, esse corpo vai ser sempre construído e desconstruído, sempre desterritorializado e territorializado, sempre em movimento, sempre nômade.

Corrêa (2006, p. 41) afirma que “a resistência aparece onde os imperialismos reinam, e ela tem sempre a mesma natureza: desestabilizar a hegemonia”; logo, minhas sugestões vão ser nesse sentido, de apontar linhas de fuga, propor outros arranjos, novas cartografias que favoreçam a vida e suas multiplicidades, descentrada das práticas estruturalistas.

9.1 - Educação midiática

Está na hora de resgatar a moral do ocidente, está na hora de por a escória no seu devido lugar. Se nós morrermos, irão perder uma duzia de engenheiros e ótimos programadores, pessoas que contribuem para o mundo. E o que é que estas vagabundas de humanas que estão ai dando o cu para negros contribuem para este mundo? O que é que estes pretos fazem além de cometer crimes e fazer filho para ser sustentado com dinheiro público? *[sic]*

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que aplica um exame internacional aos estudantes de 79 países, incluindo o Brasil, divulgou o relatório *Leitores do Século 21 - Desenvolvendo Habilidades de Alfabetização em um Mundo Digital*, em maio de 2021 (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2021). Este relatório aponta as habilidades de interpretação de textos em alunos de 15 anos que responderam ao PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). Os dados são alarmantes, pois revela que apenas 33% dos alunos brasileiros são capazes de distinguir fatos de opiniões. De maneira geral, esses dados já são preocupantes, uma vez que somente 47% dos alunos de países desenvolvidos demonstraram serem capazes de distinguir fatos de opiniões. Apenas metade dos estudantes afirmaram que aprendem, na escola, a ser críticos quanto ao conteúdo que encontram na internet de maneira geral, menos ainda sobre aqueles conteúdos que precisam pesquisar como parte do programa educacional. Sobre habilidades de navegação online, somente 15% dos estudantes brasileiros apresentaram alta eficiência, e a média dos outros países ficou em 24%.

Esses números mostram que ser um “nativo digital” não garante habilidades de utilização da internet de modo crítico, seguro, ético ou sequer eficaz. Não foi observada evolução significativa nos índices de alfabetização digital, se comparados os períodos entre os anos 2000 até 2018, ainda que as alterações sociopolíticas digitais tenham sido gigantescas, como tratamos em toda essa dissertação. O resultado disso é um abismo de cultura, conhecimento e práticas de cidadania, acumulados em 22 anos de transição ininterrupta das enciclopédias, dos livros didáticos e de ficção para a internet. Abismo esse que se aprofunda e se complexifica ainda mais, se pensarmos nas diferenças socioeconômicas (diferença da diferença, complexidade da complexidade) que existem entre alunos de escolas particulares e alunos de escolas públicas do Brasil (Nativos digitais, 2021).

A educação no Brasil jamais foi o ponto principal nas políticas governamentais, embora figure sempre como ponto mais forte nas propagandas políticas a cada quatro anos durante a corrida eleitoral. Convenhamos que, se educar é conscientizar, não pode mesmo haver um governo que dedique sua atuação ao resgate de uma educação libertadora, que leve o povo a se rebelar contra

seus opressores...caso contrário, jamais haveria candidatos suficientemente aptos para ocupar a Presidência da República. Por essa lógica operacional - que mantém a educação sempre como moeda de barganha, sem nunca cumprirem um plano nacional amplo e de longo prazo, que possibilite a criação de uma sociedade outra, mais autônoma, mais crítica, mais consciente, menos violenta e mais democrática -, qualquer proposta que vise ampliar ou aperfeiçoar o campo educacional parece falida antes mesmo de nascer. Mas isso não é verdade, isso é o que a sistematização da precariedade provoca em nós, esse sentimento de derrotismo, de frustração, de anuência.

Desde 1979, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) já percebe a necessidade de reconhecer que as mídias têm influência direta sobre os usuários e, assim, sobre as sociedades, e que essa influência já poderia ser observada com recortes e vieses sociais (classe, raça, gênero, sexualidades e etc) apresentada pelos meios de comunicação da época, como jornais, revistas, cinema e rádio. Esses vieses já eram um alerta sobre a manipulação política observada, por exemplo, em filmes e programas da rádio. Com isso, a primeira noção de educação midiática foi elaborada com premissas que incluem o “estudo, ensino e aprendizagem dos modernos meios de comunicação como disciplina autônoma no âmbito da teoria e prática pedagógica, reconhecendo a escola como lugar específico” (Fantin, 2011, p. 33) para a educação midiática. Posteriormente, vai haver uma ampliação desse campo de intervenção, que Fantin destaca como tendo dois outros direcionamentos: uma ampliação da educação midiática “aos aspectos históricos, valorativos e do uso criativo, considerando as mídias como produtos e processos culturais e sociais e na ampliação da disciplina escolar (...) para outras faixas etárias, envolvendo crianças, jovens e adultos em geral” (p. 33).

Com essa ampliação, a educação midiática passa a ser pensada como uma prática social que capacita indivíduos para analisarem os conteúdos encontrados nas mídias de maneira crítica, não apenas passiva. Para além dessa possibilidade de letramento midiático, os indivíduos seriam capazes, também, de produzir conteúdo e criar debates que incluiriam temas sensíveis que iriam além das suas próprias realidades. Teriam condições de identificar a natureza de uma informação, competência para interpretar essa informação, conhecimento para fazer pesquisas sobre a veracidade dessa informação, assim como autonomia para criar conteúdos de maneira responsável, ética e reflexiva. A educação midiática também proporciona a prática da cidadania, quando inclui em suas discussões temas como equidade, direitos humanos, desigualdade e responsabilidade social. É literalmente um processo crítico, criativo, de cultura, de ampliação da linguagem, de múltiplas formas de comunicação, de democratização, de coletividade e de prática política. A educação

mediática é informação como política pública para sobrevivência de grupos vulnerabilizados socialmente.

Se no final da década de 70 a manipulação pela mídia já era uma preocupação, por que ainda hoje não existe educação midiática nas grades curriculares? Talvez Paulo Freire esteja certo e a precarização da educação seja, realmente, um plano de sociedade. Eu, particularmente, não encontro outra explicação plausível.

Acontece que uma boa é pensar na educação midiática para além dos muros de uma instituição de educação. Lá dentro ela precisa estar, indiscutivelmente, presente, como parte da formação dos profissionais que, capacitados, tenham meios metodológicos e práticos para educar os indivíduos a atuar com os recursos digitais disponíveis, sem serem reféns dessa (ou de qualquer) tecnologia que venha a ser utilizada como artifício manipulativo. E isso é política pública de educação, dessas que precisamos tratar como indispensável nos dias atuais. Acontece que, fora dessas instituições, a sociedade também precisa ter acesso a essa educação midiática, seja por meio de organizações não governamentais, iniciativas privadas, projetos comunitários, cursos de extensão em universidades públicas e etc. Os jovens têm direito a ter uma educação que os alerte sobre as manipulações psicossociais e sociopolíticas que, hoje em dia, dominam a internet e sequestram as narrativas para efeitos de consumismo, ódio e violência...típicos de uma sociedade neoliberal. Mas é necessário convocar os responsáveis desses jovens e também qualificar e instruí-los sobre esses mesmos truques capciosos de cooptação, para que eles não sejam passivos e manipuláveis em suas próprias realidades sociais, e que tenham condições, através dessa ferramenta de educação para a cidadania, de identificar criticamente que tipos de conteúdos esses jovens estão acessando. Não me parece acertado que uma mãe queira ter um filho aliciado por um grupo masculinista, de extrema-direita, que vai incitar 24 horas por dia que ele cometa um crime e ponha fim na sua vida. Talvez seja indiferente, a priori, se essa mãe votou no Bolsonaro ou não nas eleições presidenciais.

Como eu venho insistindo em dizer, as micropolíticas movem e desestabilizam. Não basta lutarmos por políticas públicas sempre no campo do discurso, especialmente quando estamos atravessando um panorama político extremamente complexo, em que as políticas públicas, simplesmente, não serão fomentadas, nem criadas, nem ampliadas, nem reformuladas...senão desarticuladas. É preciso também enxergar a sociedade para além dos deveres do Estado, ou da ética e do comprometimento dos governos em suas nuances em quadriênios (atualmente, absolutamente, sem diálogo). É preciso que cada uma de nós se implique nesse processo de transformação social do qual tanto falamos e sejamos também ferramentas dessa transformação, agentes que possibilitem e viabilizem essas transformações.

E isso pode começar na sua rua, no seu bairro, no seu condomínio, numa associação de moradores. Exemplo disso é Taiane (Amato, 2022), mulher preta, pessoa com deficiência, moradora da favela do Turano (no Rio de Janeiro), sem formação superior que, em dezembro de 2021, inaugurou a primeira roda de conversa sobre deficiência na comunidade. Lá a atuação do Estado é mínima em assistência e máxima em violência e, esperar que discussões sobre direitos das pessoas com deficiência chegue até a população por meio de políticas públicas, é inimaginável. Taiane já vem de uma corrente micropolítica. Ela faz parte do NED - Núcleo de Estudos sobre a Deficiência -, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Marivete Gesser do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, do qual eu também faço parte, assim como mais de 150 pessoas, de dentro e de fora da academia. Foi nas aulas quinzenais que Taiane aprendeu os conteúdos que, agora, vai repassar para os moradores da sua comunidade.

Imaginem 150 pessoas, apenas do NED, criando, viabilizando, potencializando e levando conhecimento e discussão crítica para suas redes de articulações sociais? Imaginem diversas redes de educação midiática se articulando, independentemente da obrigação ser do Estado e dos governos? Imaginem se, pelo menos, uma pessoa que ler essa dissertação decidir criar um grupo para discutir educação midiática, ou decidir levantar essa questão em uma reunião de responsáveis na escola da sua filha, da sua afilhada, da sua irmã? Isso é puro suco de exercício micropolítico e isso o Estado não controla.

9.2 - Espaços digitais de segurança

Nós somos uma legião de Koerichs.

Nós não perdoamos os manginas.

Nós não esquecemos das feminazis.

Essa mania que as feministas criaram de enfiar consolo nos homens vai acabar na bala, vamos matar todas essas mulheres que usam cinta-pica. Nunca mais serei penetrado por uma feminazi porque eu sai da Matrix. *[sic]*

Por tudo que já discutimos nesta dissertação, ficou bastante óbvio que a internet, em si, enquanto espaço, não é o problema. E, exatamente, por ser ilimitada e sem bordas, sem horizonte, que é possível a construção de ambientes saudáveis e seguros que não só funcionem como combate aos espaços tóxicos, mas que sejam, em sua existência, o paralelo de uma realidade menos violenta, menos excludente, sem as premissas selvagens do capitalismo neoliberal... não somente como o outro lado da mesma moeda.

Alguns desses espaços existem e fazem um trabalho indispensável, ainda que na internet brasileira, por conta da polarização, muitos sejam posicionados como entidades partidárias, exatamente para compor uma narrativa que desacredite sua atuação.

Para ficar em um exemplo, cito a Safernet, uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem ligações partidárias. A associação foi criada no ano de 2005 com o objetivo de garantir a defesa dos direitos humanos, também, em espaço digital, com atuação no enfrentamento de crimes como racismo, nazismo, aliciamento de menores, pedofilia, homofobia e intolerância religiosa. Os esforços da Safernet em criar um espaço digital seguro, ético e responsável contribuem para que as relações na internet sejam desenvolvidas com base na prática da cidadania.

Mas quantas de nós já ouvimos falar da Safernet? Quantas de nós já utilizamos os serviços que a Safernet disponibiliza? Por quais veículos de comunicação em massa a Safernet é publicizada para que o máximo de pessoas tenha acesso ao que essa plataforma oferece?

A Safernet, através do site new.safernet.org.br, mantém uma Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, que funciona em parceria com o Ministério Público e a Secretaria de Direitos Humanos, desenvolvendo ações de combate aos crimes cibernéticos, além de trabalhar com a formação de educadores, pais, alunos e agentes públicos, e ainda conta com um serviço online e gratuito (HelpLine Brasil) para orientar quem esteja sofrendo violência em qualquer espaço da internet. Mas, o mais inacreditável, é que a Safernet disponibiliza cursos e palestras, cooperando com as Secretarias de Educação e instituições de ensino, para garantir que o letramento do uso ético e seguro da internet pelos cidadãos seja incluído na agenda das políticas públicas, como projeto político pedagógico. Em suma, 17 anos alertando para o potencial tóxico da internet, alertando para os perigos do mau uso da rede e da falta de informações e instruções, 17 anos batalhando por políticas públicas de educação que incluam educação midiática.

Só em 2021, ano em que recordes de mais de uma década foram batidos, a Safernet recebeu 14.476 denúncias de neonazismo na internet, um aumento de 60% em relação ao ano anterior. Sobre pornografia infantil, foram 101.833 em 2021, relacionadas à 53.960 páginas, das quais 23.588 a associação conseguiu tirar do ar. Quando o assunto é LGBTfobia, foram 5.347 denúncias em 3.479 páginas, das quais 2.300 foram removidas. Desde 2018, as denúncias sobre discurso de ódio (racismo, xenofobia, misoginia, lgbtfobia) cresceram 840%. Todas essas e outras informações constam públicas no site e podem ser acessadas sem restrição por qualquer pessoa com acesso à internet.

Por si só, esses dados, somados a todas as discussões propostas nesta pesquisa, corroboram que, desde a corrida eleitoral de 2018 até 2022, a presença de um candidato de extrema-direita comprometido em esgarçar os limites da liberdade de expressão, serviu para banalizar a violência

através da normalização dos discursos de ódio, tendo como reflexo direto - e até como uma resposta direta - o aumento do número de grupos dedicados a disseminar ódio às populações minoritárias, politicamente falando, e no aumento da expressão de variadas formas de violência direcionada a esses corpos, também fora do ambiente digital.

Fica bastante óbvio que são necessárias mais iniciativas como a da Safernet, mais parceiros e mais engajamento, assim como é indiscutível que a repressão de cibercrimes não tem nenhuma eficácia se não forem trabalhadas as aplicações cabíveis por lei, juntamente com ações educacionais que tenham como ponto central as discussões sobre a heterogeneidade na prática do exercício de cidadania.

É importante ressaltar que o fundador da Safernet, Thiago Tavares (Presidente da SaferNet, 2021), teve que deixar o Brasil (atualmente mora na Alemanha), já que passou a receber (e sua família) ameaças de morte, desde que se apresentou no Segundo Seminário Internacional Desinformação e Eleições, em outubro de 2021.

Concluo, reafirmando a importância e relevância do trabalho desempenhado pela Safernet. Porém, seria fundamental que o trabalho dessa organização ganhasse visibilidade regular nos meios de comunicação de massa, não somente para chegar ao máximo de pessoas, mas para que, evidenciando essa relevância, as brechas e as falhas no sistema governamental fossem expostas, o que pode servir para pressionar que os governos (federal, estaduais e municipais) tomem uma providência e incluam (ou minimamente discutam) a educação midiática no quadro de disciplinas regulares e torne o assunto uma questão de política pública de educação, saúde e segurança. Também não é possível deixar de apontar a necessidade de mais organizações desse caráter, que possam trabalhar, cada qual, em abordagens específicas. Diversas matrizes focais, cada uma centrada em um tema específico (racismo, lgbtfofia, nazismo, discurso de ódio, misoginia, capacitismo, xenofobia) que produziram bases de dados coletivas, que gerassem informações, dados e relatórios mais completos e, assim, disponibilizassem mais agentes para capacitação de professores, agentes públicos, responsáveis, crianças, adolescentes e adultos.

Lamentável que organizações como a Safernet não se proliferem tal qual as células terroristas, os grupos neonazistas e as organizações masculinistas. Mas os números apresentados pela Safernet garantem e comprovam a eficácia das ações ali mobilizadas.

9.3 - Democratização da informação

Se leis fossem obedecidas vagabundas ainda seriam apedrejadas nos portões das cidades. Ainda existiriam pharaos.

E os negros chicoteados nas sanctas senzalas.

Estamos abrindo mentes, estamos cheios de ódio. *[sic]*

O *boom* tecnológico da década de 1960 teve como objetivo desestruturar o poder que os sindicatos haviam acumulado, utilizando a tecnologia na produção e, dessa maneira, enfraquecendo a mão de obra e a classe trabalhadora. Essa aposta sólida no desenvolvimento de tecnologias criou a Sociedade da Informação e do Conhecimento, que foi uma reorganização promovida pelo capitalismo para retomada do acúmulo de riquezas, consolidando-se mais fortemente na década de 1990. A partir desse momento, tecnologia e informação passam a ser os temas centrais para o desenvolvimento das sociedades ocidentais (Corrêa, 2011). E não à toa, atualmente, assistimos a internet consolidada como meio pelo qual a informação em meio digital é utilizada no jogo manipulativo de poder, no sequestro de narrativas políticas e na produção de subjetividades mídia-capitalistas, que culminaram na cultura da desinformação, da hiperprodução e do consumo. Assmann (2000), ao contrário de Lévy (Roda Viva, 2001) - que acreditava no acesso à internet como meio de garantir um maior processo de democratização, ingenuamente apostando que seria o suficiente para que as pessoas desenvolvessem senso crítico -, já mirava na ideia de que o caráter democrático só estaria presente se o acesso à *informação* produzida e difundida na rede fosse garantida a todos os cidadãos.

Figueiredo e Freitas (2003, p. 99) fizeram uma pergunta deveras interessante: “a sociedade da informação serve ao bem comum, ou é a mais poderosa forma de segregação social uma vez que o seu insumo fundamental é algo intangível como a informação?”.

Seguindo a linha de raciocínio sobre a importância de disponibilizar informações verificadas e seguras em espaço digital, reforço que democratizar a informação é um caminho fundamental para que a sociedade tenha a oportunidade de exercer práticas de cidadania críticas e participativas. Em tempos do uso da desinformação como tecnologia de poder e do mau uso da internet como proliferador em massa de informações falsas para fins políticos, de desestruturação e desarticulação da democracia, é inconcebível que os maiores veículos de jornalismo mantenham informações verificadas e de qualidade exclusivamente para assinantes.

Proponho um raciocínio.

A Globo, em 2021, faturou 1 bilhão de reais somente com o streaming conhecido como Globoplay, tendo como atração principal para adesão ao serviço o programa Big Brother Brasil (BBB) (Ravache, 2021). Esse mesmo programa aparece na grade de horários da TV Globo, diariamente. Se pensarmos apenas em acesso, o *acesso* à programação de TV da rede Globo é gratuito, e o acesso (ainda que limitado) ao programa BBB pela TV, portanto, é gratuito também. A

Globoplay tem, aproximadamente, 20 milhões de assinantes, enquanto o jornal O Globo tem 377.105 (entre assinaturas digitais e impressas). Isso me faz pensar no porquê do acesso ao BBB ser mais democrático do que o acesso a informações que podem transformar, literalmente, os rumos da sociedade. Por exemplo, as informações que constam nesse parágrafo, informações sobre números e orçamento, cuja matéria está sob o título: *O globo continua sendo mais lido e vendido do país*, não podem ser acessadas pelo público, e a solicitação de cadastro para assinatura vem acompanhada da seguinte frase: “Aqui você encontra informação relevante e de credibilidade para formar a sua própria opinião”. A maioria dos conteúdos do O Globo online só podem ser acessados por assinantes; nisso, o povo segue assistindo BBB gratuitamente.

Sabem quem não limita acesso a conteúdos online? Jornal da Cidade Online, Notícia Brasil Online, Senso Incomum, Gazeta Brasil, Agora Paraná, Conexão Política e Jornal 21 Brasil. Os sete maiores sites de notícias falsas que, juntos, acumularam quase 45 milhões de acessos somente em um único mês do ano de 2020 (Nalon & Ribeiro, 2020).

Se a internet se mostra mais democrática em relação a produção de conteúdos nas plataformas (em que o pagamento é feito através da cessão de dados do usuário, ainda que sem seu consentimento), no caso da recepção ela se mostra bastante desigual. Conteúdos de fofocas e amenidades, de maneira geral, são de acesso livre e gratuito, já para acessar áreas sobre economia e política, por exemplo, é preciso ser assinante. E percebam que nem estou levantando uma discussão sobre o acesso à internet em si, somente levando em consideração os usuários que já têm equipamentos e conectividade e abrindo uma discussão sobre quais conteúdos essas pessoas, que já navegam pela rede, podem acessar. Se democratizar o acesso à informação se mostra uma tarefa problemática, democratizar o acesso à internet eleva exponencialmente a problemática em questão. Outros grandes veículos de informação atuam sob a mesma lógica que o grupo Globo; como exemplos cito A Folha de São Paulo, El País (que, infelizmente, acabou em 2021) e o Estadão. O El País, inclusive, me fez dar risada enquanto escrevia este capítulo. Estamos justamente dialogando sobre democratização da informação, quando eu acho uma matéria de 2020 com o título *Não há bala de prata contra as fake news*, seguida de *Você sabe reconhecer fake news? E deepfakes? Conseguir perceber quando seu comentário nas redes ultrapassa a liberdade de expressão e se transforma em discurso de ódio?*. Mas óbvio que o conteúdo era somente para assinantes, ou para pessoas com aqueles cadastros temporários com os quais você pode ter o gostinho de ler três, quatro matérias por mês. Não El País, nós não sabemos reconhecer fake news, menos ainda deepfakes. Em teoria, vocês teriam o dever ético de nos informar, só em teoria.

Não restam dúvidas sobre o quão oneroso é fazer jornalismo ético, responsável e de qualidade, isso em relação à valorização de todos os profissionais envolvidos, desde a elaboração da

pauta até o produto final disponibilizado para os usuários. Entretanto, se o comprometimento dos veículos for com a sociedade, com a prática da cidadania, com a defesa da democracia e do estado de direito, é possível sim, democratizar a informação de modo que ela atinja o maior número de pessoas possível. Exemplo disso são os youtubers. Em uma métrica um pouco diferente dos sites de jornalismo (uma vez que para ter um canal no youtube não é necessário pagar hospedagem e domínio, como em sites), mas que opera pela mesma via de monetização através de anúncios e vendas de publicidade, os youtubers, independentemente do conteúdo que produzem ou da qualidade na produção desse conteúdo, inclusive, independentemente da qualidade do conteúdo em si, começam a ter retorno financeiro com 1000 seguidores e 4 mil horas de conteúdo por ano. Em 2021, os 10 youtubers mais bem pagos receberam, no total, 1,6 bilhões de reais (Powell, 2022).

Apenas 10 indivíduos, sendo um deles uma criança de 10 anos de idade. E que se registre, 10 homens brancos.

O que o youtube faz é tentar democratizar conteúdos (e conteúdo é absolutamente diferente de informação), é certo que sem nenhuma ética envolvida no processo, mas a lógica aplicada que eu quero ressaltar é a de proporcionar a mesma oportunidade de recepção e emissão aos usuários; o resto, óbvio, é selvageria neoliberal.

O ponto aqui é levantar uma discussão sobre a necessidade de cobrar dos usuários, quaisquer valores que sejam, para acesso à informação, tendo em vista que esse não é nem o principal, tampouco o único meio de gerar dinheiro para os sites de jornalismo. Essa lorota de que para haver serviço de qualidade é preciso primeiro visar o lucro, serve perfeitamente para acúmulo de riqueza, jamais para distribuição.

O primeiro exemplo, que vai na contramão da maneira como os maiores jornais do país tratam a informação, é a agência de notícias The Intercept Brasil, uma publicação da nova-iorquina First Look Institute. Criado em 2013 por Pierre Omidyar, o instituto sem fins lucrativos dedica-se a dar suporte a profissionais independentes do jornalismo investigativo. A agência se mantém através de um programa de financiamento coletivo e, até o presente momento, não limita o acesso a nenhum conteúdo de sua plataforma. Por contar com profissionais independentes e engajados na defesa da democracia e do direito à informação, sem financiamentos ou concessões estatais, o jornalismo feito pelo The Intercept Brasil se compromete (e entrega) pautas com viés progressista, crítico, de defesa e justiça social.

Outra iniciativa que merece destaque é a rede de comunicação livre Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), possível de ser acessada através do endereço midianinja.org (onde constam todas as informações incluídas nesta dissertação).

Criada em 2013, durante as manifestações de junho, os profissionais mídia-ativistas desse coletivo acreditam na mobilização social como meio de assegurar a liberdade e a justiça social. Enquanto rede de comunicação, a mídia Ninja baseia suas atividades na crença de que a comunicação democrática é um direito de todo e qualquer cidadão, assim como para o interesse público é necessário dar enfoque em pautas sobre heterogeneidade sexual, cultural, social, racial, que dialoguem com o meio ambiente e com os desafios encontrados no século 21.

Quem financia a Mídia Ninja é quem tem interesse em doar. Você, eu, qualquer pessoa. Mensalmente, uma única vez, quando puder ou nunca, caso não possa. Na página Eu financio a Mídia Ninja, o posicionamento da organização fica bastante explícito: “Rompendo com o mito da imparcialidade, a Mídia NINJA tem lado, o do compromisso com a Democracia e com agendas dos direitos humanos, da comunicação, da cultura, da moradia, da política, da economia, do meio ambiente e outras”. E, para além, o formato mídia-ativismo constrói pontes e frentes internacionais com outros ativistas, coletivos e redes de comunicação, atualmente, em 21 países. No Brasil, são mais de 500 pessoas envolvidas com a Casa das Redes - espaços de moradia, convivência e trabalho, como eles próprios chamam, “bunkers” da Mídia Ninja - e mais de 5 milhões de seguidores em todas as redes sociais.

Esses exemplos mostram como é possível fazer jornalismo comprometido com a informação de qualidade com a máxima acessibilidade possível, entendendo que esse processo é sempre constante e que precisa ser, o tempo todo, atualizado e otimizado para atender às demandas sociais.

Se no tópico sobre educação midiática a reflexão recai sobre quais atores se beneficiam com a ignorância da população ao lidar com a internet e as mídias digitais, aqui, nessa discussão sobre democratização da informação, precisamos criar um paralelo entre o Estado, que negligencia o conhecimento, e os veículos midiáticos que deveriam, todos, pela ética que compete à profissão, garantir o direito dos cidadãos à informação que o Estado nega. E que não o fazem.

9.4 - Ações afirmativas em ambiente digital

Inadmissível um dogoleiro se matar e não levar a dolores junto. Porra, é só entrar naquela UFC, dar 2 tiros no meio da cara dela, e depois se matar *[sic]*

Se já discutimos que os maiores sites/redes sociais de desinformação e discurso de ódio são financiados por propagandas publicitárias, e que esse ciclo de financiamento possibilita que esses canais cresçam e atinjam mais pessoas que se convertem em seguidores e replicadores desses

conteúdos - o que gera engajamento e retorno financeiro para todos os envolvidos, exceto para os consumidores -, como é possível intervir nesse ciclo de ódio e mentiras?

O filme *Todos os Homens do Presidente*, de 1976, popularizou a expressão *follow the money* (siga o dinheiro). Na trama, baseada em fatos, acompanhamos um jornalista do *Washington Post* que se interessa em investigar a invasão na sede do Partido Democrata em 1972, quando nenhum outro veículo de informação estava interessado em fazê-lo - o início do escândalo de Watergate que culminou na queda do ex-presidente republicano Richard Nixon. O filme mostra que, ao se deparar com um cheque de 25 mil dólares, o jornalista Carl Bernstein descobre a primeira evidência da ligação do fundo de campanha do ex-presidente com a invasão em Watergate. Ao seguir o dinheiro, descobriu-se que a assessoria de Nixon estava conduzindo um esquema de espionagem política para favorecimento do republicano. O desenrolar da história terminou com seis pessoas presas, seguido da renúncia do ex-presidente dos EUA, em agosto de 1974.

Cinquenta anos depois, *seguir o dinheiro* não é apenas uma expressão dita de forma pontual, isso porque dinheiro sempre deixa rastros e, ao segui-lo, muito possivelmente encontraremos grandes financiadores de esquemas ilícitos. No mundo das finanças, a ética dos investidores inclui seguir o dinheiro que vão investir da origem até o resultado final daquele investimento. Os países desenvolvidos, como tal, tendem a investir menos em países que não tenham uma política ambiental sólida. No Brasil, por exemplo, essa lógica “follow the money” é utilizada como estratégia de combate à lavagem de dinheiro (Follow the money, 2020).

Curiosamente, o exemplo que darei agora também é um tipo de *imitação* do original estadunidense, só que dessa vez não copiamos organizações masculinistas, de ódio de gênero, células terroristas que se articulam nos porões da internet para cometer crimes, causar pânico e enfraquecer a democracia - ao contrário. Durante a pandemia, no ano de 2020, um casal brasileiro teve acesso à notícia de que uma organização anônima havia conseguido retirar 8 milhões de euros do maior site de notícias falsas e discurso de ódio dos EUA, o Breitbart News (exaustivamente citado nessa dissertação), do supremacista e ex-estrategista da Casa Branca, Steve Bannon.

A organização? Sleeping Giants. Nascia ali, naquele momento, a Sleeping Giants Brasil (SGBR).

De estudantes de direito do interior do Paraná a organizadores do maior movimento de desmonetização de sites, canais e redes sociais que promovem discursos de ódio e notícias falsas na internet brasileira. A organização que, atualmente, conta com mais de 500 mil cidadãos insatisfeitos com o desmantelamento da democracia sendo feito debaixo dos nossos narizes, atua rastreando de onde vem o dinheiro investido em publicidade e propaganda que monetiza e enriquece os produtores de conteúdo falso e de ódio. A lógica é bem simples (o que não se traduz em facilidade,

vejam bem): em um canal de ódio com muitos seguidores, o engajamento, como já expliquei, possibilita àquele canal ser monetizado por empresas que fazem publicidade de suas marcas naqueles vídeos com muitas visualizações, ou posts com muitos compartilhamentos e etc. A ação do Sleeping Giants Brasil é criar um movimento online evidenciando que a marca X ou Y está financiando um discurso de ódio ou uma notícia falsa. Nem sempre as empresas decidem onde sua publicidade vai aparecer, isso muitas vezes fica a cargo do algoritmo - que como sabemos, foi desenvolvido para perseguir o lucro financeiro, sem nenhuma ética -; então o movimento publiciza o absurdo que é o conteúdo A ou B estar recebendo dinheiro daquela *estimada* empresa e, publicamente, questiona: você quer mesmo financiar isso? Daí o que vem depois é uma avalanche de compartilhamentos, milhares de pessoas sinalizando o nome da empresa naquela publicação...até que alguém, nem que seja o estagiário, se manifeste, entre em contato com o google, ou o youtube ou o twitter, ou instagram, ou facebook, ou Oxalá e retire aquela publicidade, desmonetizando aquele veículo de informação falsa ou discurso de ódio.

Isso é organização social e essa ideia, brilhante de tão simples, não teria efeito algum se não houvesse uma mobilização social trabalhando em cooperação.

Somente no primeiro ano, o Sleeping Giants Brasil conseguiu evitar que 14 milhões em publicidade fossem destinados a patrocinar sites com conteúdo de ódio e notícias falsas, mobilizando 150 empresas, como Dell, Samsung, Brastemp, Domino's, Anhembi Morumbi, Vaio, Tik Tok Brasil, Lojas Colombo, Neon, Banco Pan, Sebrae, Natura e Avon, Pontofrio, Banco Inter e Dotz a retirar sua publicidade desses veículos (Riveira, 2020). Também deixaram sem a merenda mensal o finado Olavo de Carvalho e Sara Giromini.

Lá nos EUA, Steve Bannon caçou na deep web o dono da conta do twitter (o original Sleeping Giants) que retirou 4.500 anunciantes do Breitbart News, praticamente zerou a monetização do apresentador conservador da Fox, Bill O'Reilly, obrigou o ultradireitista Robert Mercer a deixar o cargo de CEO de uma empresa de tecnologia e impediu diversos nazistas de monetizar suas operações. E Bannon conseguiu, vazou o nome de Matt Rivitz, seus dados pessoais, endereço, telefone e ele e seu filho de 14 anos (na época), assim como a sinagoga que frequentavam, passaram a receber ameaças de morte e serem citados em sites com discursos antissemitas (Queimaliños, 2020).

A iniciativa do Sleeping Giants, que começou em 2016, se espalhou e em 2020 já atuava em 11 países. Mas foi na França sua maior conquista. Lá, o movimento iniciado por Rivitz conseguiu a aprovação de uma emenda de regulamentação governamental - a emenda Sleeping Giants -, que evita o financiamento de ódio e extremismo online por anunciantes (Queimaliños, 2020).

Daqui, precisamos continuar fomentando iniciativas como essa, sendo nós mesmas agentes, incentivadoras, colaboradoras, simplesmente porque, assim como os fundadores do SGBR têm registrado no site, nós “acreditamos na democracia, na ciência, no direito à informação, na internet livre, na valorização da diversidade, na dignidade da pessoa humana, na ética, na liberdade de imprensa, num futuro mais justo e solidário e na cultura da paz, seguimos”.

O próximo exemplo que vou abordar, de tão óbvio que é, apareceu em uma entrevista dada por um dos fundadores do SGBR à revista Exame. Ainda chocado com a repercussão que a página teve e confirmando que naquele primeiro momento só estavam analisando os anúncios do Jornal da Cidade Online (acabei de citar eles aqui em cima como um dos sete maiores sites de notícias falsas), Leonardo de Carvalho Leal ressaltou o trabalho indispensável das agências de checagem de fatos (Riveira, 2020).

Um detalhe importante para nossa narrativa, ainda que eu já tenha adiantando que o próximo tópico serão as agências de checagem. Uma juíza do Rio Grande do Sul determinou que o twitter divulgasse a identidade dos criadores do Sleeping Giants Brasil, uma vez que a liberdade de expressão é garantida, mas a Constituição Federal proíbe o anonimato. Embora o processo não tenha avançado - uma vez que não havia motivos suficientes para exigir uma exposição -, o casal decidiu se revelar, contrariando os rumores de que seriam opositores com interesses políticos (Puccinelli, 2021). Leonardo de Carvalho Leal e Mayara Stelle (fundadores do SGBR) passaram a conviver, desde 2020, com ameaças de morte e com a recompensa de 100 mil reais oferecida *pelo chefe do dono do perfil*. Que curiosa essa unilateralidade, não é verdade? Eu aqui, repetindo como uma vitrola emperrada, que não seria nem um pouco difícil descobrir a identidade de perfis falsos em contas com discursos de ódio e notícias falsas, uma vez que bastaria uma medida judicial que cumprisse a Constituição Federal, e a dona juíza, lá no Rio Grande do Sul, comprovando que eu estava certa em apontar o óbvio! Certo que, em relação ao trabalho executado pelo SGBR, não havia mesmo nenhuma constitucionalidade que forçasse o twitter a revelar as identidades do casal, mas em se tratando de alvos que disseminem discurso de ódio e/ou notícias falsas, não restam brechas para relativizações. A enorme, gigantesca, apoteótica diferença é que, quando um masculinista, um neonazista tem sua identidade revelada, curiosamente, ele não sofre nenhuma ameaça de morte, não é perseguido, nem sua família passa a temer por sua vida.

Agora sim, vamos à checagem de fatos e como isso funciona no Brasil. Vou apresentar dois exemplos de agências de checagem de fatos, por meio de suas próprias descrições na internet. Creio que suas apresentações não deixam margens para interpretações equivocadas e versam de maneira honesta sobre o trabalho ético que desenvolvem.

1) Agência Lupa: uma plataforma de combate à desinformação através do fact-checking e da educação midiática, encontrada no endereço lupa.uol.com.br. A empresa, fundada em 2015, iniciou sua trajetória como uma agência de notícias especializada em fact-checking, mas em cinco anos de atuação expandiu suas atividades para o ensino de técnicas de checagem e para sensibilização sobre desinformação e seus riscos. A Lupa mantém parcerias em projetos especiais de produção de conteúdo jornalístico e também em educação midiática, com o objetivo de expandir a discussão e o conhecimento sobre as consequências da desinformação na sociedade e para a democracia.

A Lupa acompanha o noticiário de política, economia, cidade, cultura, educação, saúde e relações internacionais, buscando corrigir informações imprecisas e divulgar dados corretos. O resultado desse trabalho – ou seja, as checagens em si – é vendido a outros veículos de comunicação e também publicado no próprio site da agência. A Lupa integra a International Fact-Checking Network (IFCN), rede mundial de checadores reunidos em torno do Poynter Institute, nos Estados Unidos. Como “membro verificado” da IFCN, passa por auditorias independentes todos os anos e mantém em seu site o selo verde que identifica as plataformas de checagem aprovadas pelos auditores internacionais. É missão da Lupa estimular o debate público e promover a conscientização sobre os riscos da desinformação. Para isso, em suas checagens e em sua produção de conteúdo jornalístico, a agência utiliza dados e informações precisas – ou seja, baseadas em fontes oficiais que possam ser checadas.

A Lupa é uma empresa que atua nos ramos jornalístico e educacional e tem três fontes principais de receita.

Produção de conteúdo - A Lupa iniciou sua trajetória como uma agência de notícias especializada em fact-checking. Deste modo, funciona como as conhecidas agências internacionais de notícias - Associated Press, France Presse, Reuters e outras -, comercializando seu conteúdo junto a outros veículos de informação. Nesta frente, a Lupa atendeu clientes como Folha de S.Paulo, UOL, Yahoo!, Terra, rádio CBN e portal Metrôpoles, entre outros. Também produz conteúdo de verificação para o Facebook, dentro do projeto de verificação de notícias da plataforma, que teve início no Brasil em 2018.

LupaEducação - Em 2017, a Lupa fundou seu braço educacional, através do qual promove oficinas e treinamentos sobre fact-checking e desinformação. Em cerca de quatro anos de trabalho, o LupaEducação capacitou mais de 7 mil pessoas no Brasil, em Portugal, na Espanha e em países da África, em treinamentos online e presenciais. Também promoveu grandes projetos de educação midiática, como o Democracia Digital (no qual foram capacitados servidores dos tribunais regionais

eleitorais e jornalistas com atuação local em 90% das capitais brasileiras) e o FactCheckLab (que incentivou iniciativas locais de checagem em parceria com o Consulado dos Estados Unidos).

Projetos especiais e financiamentos pontuais - A Lupa desenvolve projetos especiais de produção de conteúdo de acordo com possibilidades de financiamento promovidas por diferentes entidades, fundações, institutos, plataformas etc. Nesta modalidade já estabeleceu parcerias com Google News Initiative, International Fact-checking Network, Fundação Henrich Böll, Facebook Journalism Project, Membership Puzzle Project, entre outros.

2) Aos Fatos: é uma pequena empresa tributada pelo Simples Nacional registrada como agência de notícias, acessível através do endereço aosfatos.org. Por meio de ferramentas inerentes ao jornalismo investigativo, é especializada em monitoramento e investigação de campanhas de desinformação na internet e checagem de fatos. Para se sustentar, Aos Fatos aposta em um modelo híbrido de negócios: financiamento por meio de seu programa de apoiadores, o Aos Fatos *Mais* (onde é possível contribuir com valores mensais, anuais ou uma única vez), parcerias editoriais e projetos de tecnologia e inovação encubados no Aos Fatos *Lab*.

Aos Fatos *Lab* é o braço de tecnologia e consultoria voltado a empresas e organizações da sociedade civil sem vinculação político-partidária. Parte de um plano gestado desde o início de suas operações, em julho de 2015, Aos Fatos abre suas portas para parceiros que buscam entender assuntos relacionados à qualidade das informações públicas no país e zelar pela educação de mídia da sociedade brasileira. Aos Fatos *Lab* produz projetos subsidiados de tecnologia e jornalismo por meio de *grants*⁹⁴ e prestação de serviços. Na área de tecnologia, desenvolve projetos patrocinados de inteligência artificial e *fact-checking* automatizado. A equipe de jornalismo, por sua vez, produz relatórios temáticos, para consumo interno dos clientes, e levantamentos de dados e investigações mais elaboradas, que podem ou não ser publicadas no site.

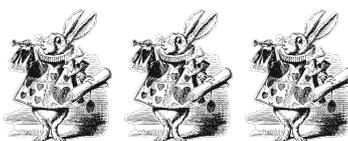
Os principais projetos do Aos Fatos *Lab* são: **Radar**, projeto vencedor do Google Innovation Challenge, é um monitor de desinformação em tempo real. Para ele, foi desenvolvida uma metodologia de monitoramento e verificação de conteúdos de baixa qualidade nas redes sociais. Com o Radar, qualquer usuário pode acompanhar em tempo real como esses conteúdos estão se espalhando na internet, em sites e redes sociais; **Artefato** é um movimento cultural de combate à desinformação sobre Covid-19 patrocinado pela International Fact-Checking Network e o WhatsApp. Une o rigor jornalístico do Aos Fatos à força transformadora da cultura e da arte para impulsionar um movimento a favor da ciência; **Fátima**, que vem de FactMa, uma abreviação de

⁹⁴ Grants são fundos concedidos por uma subvenção de entidade final. Geralmente um órgão público, fundação de caridade ou instituição especializada em concessões de subvenções.

FactMachine, é a voz dos projetos de inteligência artificial e automatização de checagem do Aos Fatos. No WhatsApp, é um chatbot que envia checagens sob demanda para qualquer usuário que cadastrá-la e requisitar informações conforme seu menu. Em sua versão para o facebook messenger, o chatbot auxilia usuários no processo de verificação de conteúdo online. No Twitter, @fatimabot sincroniza um banco de notícias falsas ou distorcidas já checadas pela equipe editorial do Aos Fatos e envia avisos para usuários que eventualmente compartilhem desinformação naquela plataforma. O desenvolvimento da @fatimabot foi possível graças a uma premiação do Projeto ReVer (Rede da Verdade), patrocinado pelo site Catraca Livre em parceria com o Instituto SEB de Educação e apoio da Microsoft.

Em 2021, a chatbot Fátima foi suspensa do twitter (Após suspensão, 2021), pela alegação de que a conta violava as regras da plataforma por usar um aplicativo de mensagens duplicadas (spam). Novamente vemos uma decisão parcial e logo no twitter, em que as notícias falsas e os discursos de ódio se proliferam à velocidade da luz.

Por fim, Aos Fatos não usa publicidade como fonte de recurso financeiro em seu site. A frequente veiculação de desinformação por meio de algoritmo de anúncios automatizados endossam o argumento de que não há espaço para publicidade enganosa. Também não recebem aportes de governos nacionais ou estrangeiros, partidos políticos ou autoridades oficiais. Rigorosamente, todo o conteúdo veiculado é fruto do esforço colaborativo de uma equipe que acredita no jornalismo independente transformador de vidas, da sociedade e de um modelo cooperativo de transição e aperfeiçoamento do ofício.

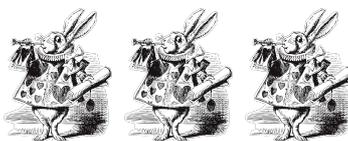


A sociedade civil precisa se erguer e não simplesmente assistir passiva ao dismantelamento do país, das políticas públicas, vendo o aparelhamento que o Estado faz com as instituições que, por objetivo, deveriam priorizar a população. O trajeto deveria começar na educação, todas sabemos muito bem disso, mas com o plano de sociedade que vemos ser mantido desde a invasão de Portugal até os dias de hoje, é preciso criar outras estratégias, outras linhas de fuga que se somem. Não podemos permitir que se instale a noção de que com Estado é ruim, mas sem ele é pior ainda, porque não precisamos estar em todas as esferas da vida, subjugadas e submetidas ao Estado e aos governos.

Pierre Clastres (2020), no capítulo A Sociedade contra o Estado, do livro homônimo, ao analisar a ausência de Estado nas sociedades de subsistência, critica que essas organizações sejam compreendidas como sociedades primitivas, simplesmente por desconhecerem a economia que se forma através do que sobra nas superproduções, de fato, porque não superproduzem. A civilização ocidental é compreendida por meio de duas máximas: a primeira mostra imperativo que exista um Estado, essa fixação etnocentrista; a segunda se fundamenta na necessidade irrevogável de trabalhar. Acontece que, ao instalar essa premissa fundamental que é o trabalho, substitui-se o prazer pela produção, pela acumulação e, de acordo com Clastres, essa força que obriga é a mesma que sujeita os indivíduos coercitivamente; portanto, ela é o poder político - que transforma a economia em política. A autoridade, a hierarquia, as relações de poder, a dominação, a subjugação, o instrumento que possibilita a divisão de classes entre explorados e exploradores é o Estado. Ele mesmo que sanciona o direito à propriedade privada e passa a servir como guardião daqueles que passam a *ter* (e o que a eles pertence). Em contrapartida, “a sociedade primitiva nunca tolerará que seu chefe se transforme em déspota” (Clastres, 2020, p.181), simplesmente porque jamais aceitaria que toda a autoridade fosse exercida por uma única pessoa. O chefe não comanda, não domina, não ordena, não vigia, não exerce poder, simplesmente porque não o tem para exercer... não existe poder político paralelo ou concentrado ou isolado. Ao chefe cabe usar a palavra para resolver conflitos. E Clastres (2020, p.185) segue alertando: “as coisas só podem funcionar segundo o modelo primitivo se a população é pouco numerosa”.

E vocês, talvez um pouco perdidas, se perguntam o que eu quero dizer com isso?

Quero fundamentalmente aliar a noção de sociedade primitiva, na qual não há o desejo de superprodução, nem necessidade de um senhor detentor de todo o poder, com a prática da micropolítica que agencia novos modos de subjetividades, novas práticas que alterem a forma como nos relacionamos conosco, umas com as outras e com o meio ambiente, “uma analítica das formações do desejo no campo social” (Guattari & Rolnik, 1996, p.127), estratégias para perfurar as estratificações em níveis variados e produzir uma coisa outra, mais distante da lógica capitalista neoliberal possível. E esse tópico, esses exemplos, mostram que é possível surgirem organizações que reúnam poucas pessoas, em relações horizontalizadas, nas quais a acumulação não é o objetivo, e o que move é o desejo de uma transformação social. O que eu quero é despertar esse desejo de mudança em cada uma de vocês e dizer que é possível que cada uma seja o ponto de partida para desterritorializações micropolíticas, de questionamento às maneiras como reproduzimos o modelo hegemônico. Em tempo, não há outra alternativa fora da lógica micropolítica que possa ser articulada primitivamente (e aqui me concedo uma licença poética para uso da palavra), sem a interferência avassaladora do Estado.



Em 1971, dois advogados de direitos civis, Morris Dees e Joseph Levin Jr., fundaram a organização não governamental Southern Poverty Law Center (SPLC), acessível pelo endereço splcenter.org. No estado do Alabama, nos Estados Unidos, que fica ao sul do país, e onde se concentravam as maiores forças políticas e civis antagônicas aos movimentos progressistas, a SPLC nasceu para garantir a democratização do movimento por direitos civis e minimizar os resquícios das Leis Jim Crow de segregação racial. De lá para cá, as lutas promovidas pela ONG se expandiram para além do monitoramento e denúncia dos movimentos supremacistas, e sua atuação prevê, também, a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, das crianças, mulheres, imigrantes, população LGBTI+, pessoas privadas de liberdade e todas aquelas que tenham sofrido algum tipo de discriminação, abuso e exploração.

Atualmente, a SPLC é a principal organização dos EUA atuante no mapeamento e monitoramento das atividades de grupos de ódio e extremistas domésticos. Foram identificadas mais de 1.600 organizações de ódio e a ONG prepara relatórios dessas atividades monitoradas, treina policiais, compartilha as informações com agentes públicos e oferece serviços de análises especializadas para a mídia e a sociedade. Desde 1990 é divulgado, anualmente, um censo que contabiliza os grupos de ódio nos EUA e há também a frequente atualização dos números de milícias de extrema-direita.

Dentro da própria organização, existem dois braços que se desdobram nos projetos Intelligence Project (Projeto de Inteligência), que se dedica a rastrear e monitorar os grupos de ódio e extremismo e expor suas atividades ao público, para a mídia e às autoridades; e o Learning for Justice (Aprendendo para a Justiça), que disponibiliza recursos e materiais informacionais para profissionais que trabalham com crianças e adolescentes, de modo que esse material seja incluído e utilizado na complementação curricular das escolas com objetivo de construir espaços educacionais inclusivos e conscientes socialmente. A ONG disponibiliza cursos de capacitação que incluem a conscientização para a saúde mental, alerta para as práticas de conversão da comunidade LGBTI+ e os danos psicológicos que podem gerar, a importância da educação sexual no combate à pedofilia e uma gama de ações para integrar a *alfabetização* em saúde mental nos currículos escolares.

É, sem dúvidas, uma das organizações civis de maior relevância no cenário mundial e mais uma prova de que, ainda que a comunidade internacional, de maneira geral, tenha muitas

dificuldades em criar estratégias para identificar e combater os grupos de ódio, falta muito mais interesse dos governos do que linhas estratégicas que possam ser adotadas. Acontece que todas as organizações que vimos aqui trabalham por linhas éticas diretamente ligadas à defesa dos direitos humanos e de fortalecimento da democracia e, todas, sem fins lucrativos. Essa é a principal barreira, sem fins lucrativos. Se não há lucro, se não existe a possibilidade de produzir algo que possa ser comercializado, então não há interesse governamental, tampouco dos grandes (e hegemônicos) veículos midiáticos. Obviamente, a SPLC não tem nenhum tipo de financiamento governamental, ninguém do corpo de direito cobra qualquer tipo de valor em honorários advocatícios, e a ONG - há mais de 50 anos em atividade - se mantém unicamente por doações. Inclusive, de formas bastante variadas, como: Fundos de Arrecadação; Distribuição de Caridade Qualificada vinculada ao Imposto de Renda (para quem tem mais de 70 anos) e até a inclusão da ONG no seu testamento (e do que quer que você queira deixar para ela).

Por fim, apresento a vocês a única organização brasileira de mapeamento e combate aos discursos de ódio! Outra brilhante iniciativa, a Words Heal the World (WHW), criada pela jornalista brasileira Beatriz Buarque em 2018, está situada no Reino Unido e ganhou, em 2020, o prêmio Melhor Organização de Esforços pela Paz, pelo Fórum Mundial da Paz de Luxemburgo (acessível no endereço wordshealtheworld.com).

Carioca de Duque de Caxias, bairro da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, Beatriz escolheu o Reino Unido para fazer seu mestrado em Relações Internacionais e doutorado em Política e de lá idealizou a organização para capacitar alunos para combater os discursos de ódio na internet. Em parceria com universidades, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estimula o pensamento crítico dos alunos ampliando suas habilidades para serem agentes da paz nas mídias digitais.

A ONG criou o primeiro e único Mapa do ódio no Brasil (produzido por alunos de mídia, em diversas universidades brasileiras), que mapeia os crimes de ódio registrados no país, assim como outros projetos como: pílulas do conhecimento - onde os próprios estudantes voluntários criam conteúdos para combater os discursos utilizados por grupos de ódio; revista acadêmica DEMOS - que reúne textos de alunos de diferentes graduações sobre discurso de ódio, extremismos e mídia digital; e De aluno para aluno - que são oficinas aplicadas em escolas de ensino médio para conscientização sobre o uso responsável e ético da mídia digital e para identificar e combater os discursos de ódio.

Após conhecermos todas essas iniciativas, qual caminho parece mais viável? Criar possibilidades outras, caminhos alternativos e linhas de fugas potencializadoras ou aguardar até que

a Globo democratize as informações, até que os governos invistam em educação (midiática), até que o Estado priorize a vida?

9.5 - A vida após o ódio

As mulheres são responsáveis por boa parte dos problemas da atual humanidade. É, é fato, e olha que eu nem sou misógino. O “sexo frágil” já teve sua utilidade e garantiu benefícios durante a evolução da espécie, mas na atual conjuntura, ele é o peso morto que impede a evolução da nossa espécie – ou, pior que um peso morto, uma força que age direta e ativamente contra a ascensão humana.

Alguns podem ver com maus olhos o apartheid que proponho, mas digo que mulheres deveriam morar e ser criadas em ambientes próprios para mulheres, com a supervisão de alguns homens capacitados. Lá elas poderiam ser instruídas sem distrações, e poderiam ser felizes engajadas nas frivolidades femininas que tanto gostam. Aliás, o próprio consumismo seria redefinido, sem a necessidade de impressionar mulheres, e sem tetas e bocetas nos comerciais, homens seriam mais lógicos nas suas aquisições, contribuindo para o planeta. Médicos capacitados garantiriam que as mesmas consumiriam adequadamente seus anticoncepcionais, finalmente controlando e extinguindo a praga da superpopulação. Os mesmos médicos poderiam testar e classificar as mulheres de formas diversas, garantindo que quando um homem quisesse um filho, ele poderia escolher uma mãe com bons genes, garantindo assim gerações cada vez melhores – com os filhos indo para a casa dos pais, para serem educados por eles, e as filhas indo parar nas comunas femininas para ser educada como mulher. *[sic]*

Existe vida após o ódio?

Antes de mergulharmos nas possibilidades que essa pergunta traz, quero pontuar a dificuldade que é pesquisar e produzir sobre algo tão pouco abordado no nosso país. E mais, sobre os perigos que rondam todas as pessoas implicadas em criar uma discussão em torno de um assunto tão intrinsecamente ligado às novas formas de fazer política, em ambiente online, com narrativas comandadas pela extrema-direita.

A despeito do que já foi falado aqui, e de todas essas articulações políticas, estéticas, históricas, psi e esquizos, essa dissertação é sobre mídia. É feita na internet, por meio da análise de fenômenos engendrados na rede. E não posso me furtar em dizer da dificuldade que foi acessar as informações que constam aqui. Para início de conversa, temos o acesso nada democrático às

informações, logo, minha função também foi tentar democratizá-las...então eu criei meios (\$\$\$) de acesso e depois tive que criar meios para vocês acessarem, que não transpassasse o financeiro. Tenho absoluta certeza que até essa pesquisa ser entregue nas mãos das pessoas que forem compor minha banca, ou seja, muito antes de qualquer outra pessoa ter acesso à leitura, vários links disponibilizados nas referências poderão não estar mais disponíveis e outros tantos poderão ter virado conteúdo para assinantes. Mas seria impossível construir essa narrativa se eu não utilizasse os meios que estou, também, denunciando.

Por vezes, a frustração tomou conta e até raiva e ódio foram sentimentos que experienciei bastante...certamente pelo conteúdo nefasto, indigesto e de terror que trabalhei aqui, por ser - eu mesma - um alvo das organizações que denoto, mas principalmente por essa consciência de que, por vezes, o capitalismo é quem possibilita as próprias linhas de fuga de serem criadas, e essa noção cria um sentimento horroroso. Em outros momentos, atravessada e completamente implicada na pesquisa, pensei: estar viva é o maior ato de rebeldia.

É? Será que é?

Será que sobreviver é mesmo um enorme ato de rebeldia, e o que eu posso fazer para afrontar a sociedade é, apenas, existir? Ou essa ideia mesma é também produzida para me deixar imóvel, só existindo?

Eu me recuso, terminantemente, a ser reduzida a uma existência...pura e simplesmente um corpo que só produz para o capitalismo enquanto consome recursos naturais.

Muitas outras pessoas também se recusam, e é de algumas dessas iniciativas que eu quero falar agora. Porém, sem querer bancar a *desconstruidona*, e com a cautela necessária para não deixar a sensação de que me sensibilizo com os homens que praticam violência, quero deixar registrado o efeito que essa pesquisa teve em mim.

Entrei na sala do NUGEMS - UFSC (Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade), em uma tarde no final de 2019, para minha arguição do projeto de mestrado, convicta de que o ódio me levava até lá e que ele me guiaria até o final dessa jornada. E eu estaria mentindo se dissesse que não trabalho mais, em algum nível, com esse sentimento. Acontece que ficar imersa nesse tema não foi como estar numa piscina termal, foi como estar no esgoto em dia de temporal...a merda, constantemente no meu pescoço, por vezes não me permitia respirar. Como é possível articular uma, duas, dez, mil estratégias que faça cessar esse ciclo de violência de gênero? Violência essa que parte muitas vezes do Estado e suas necropolíticas e outras tantas de agentes não estatizados, mas que percebem suas narrativas sendo coadunadas pelo governo, quando esse, literalmente, opta por olhar para outro lado e fingir que nada daquilo está acontecendo.

Em que planeta alguém é ingênua o suficiente para acreditar que vai, em dois anos, criar uma estratégia tão perfeita, capaz de resolver os problemas estruturais de um país colonizado pela violência, no sangue, no ódio, no genocídio?

Aprendi que não há nenhuma estratégia que se baseie na vingança ou na simples punição que dê conta de alterar os parâmetros de ódio no qual o Brasil está (a)fundado. Não há. E, cada vez mais, conforme eu ia lendo, pesquisando, quebrando a cabeça e tentando afastar - a mim mesma - de comportamentos movidos pelas mesmas métricas despotencializadoras e abolicionistas daqueles que eu tanto denunciei...mais eu me dava conta de que ignorar os agentes de toda essa violência é, talvez, a pior estratégia de todas. Tentar criar parâmetros que deem conta de impedir, coibir ou punir ações de violência de gênero, sem levar em consideração que são indivíduos de carne e osso que praticam esses atos - lembrar, ou melhor, se esforçar para não desconsiderar que esses homens de alguma forma, em algum ponto, são frutos de meios sociais que os constituem dessa forma - não me parece um caminho próspero. E foi muito difícil e doloroso para mim concluir que é, sim, fundamental, que seja feito um trabalho com esses homens que praticam violência. Em algum nível, é preciso que eles sejam educados, letrados, conscientizados, ouvidos. Não porque sejam vítimas, como suas vítimas, mas simplesmente porque de outra forma nós continuaremos morrendo. Se não houver um meio de nos aproximarmos discursivamente desses homens, se não houver, nunca, a menor possibilidade de diálogo...a única coisa que não vai jamais perecer é o ódio. Porque ele move.

Nunca, em nenhuma realidade passada, eu teria sequer cogitado a possibilidade de validar trabalhos psicossociais com homens autores de violência. O que eu sempre quis era que as nossas parassem de morrer, que eles fossem condenados por leis que deixassem explícita a importância das mulheres, que houvesse uma punição tão absurda, de tolerância zero, que os faria pensar duas vezes antes de cometer um crime de ódio. Mas assim como eu sou contra a pena de morte, porque cientificamente não existem dados que sustentem a eficácia de matar uma pessoa como punição por ter matado outra pessoa, por exemplo, aqui a máxima também se aplica. Eu não desejo mais punição por vingança. Eu desejo punição com a possibilidade de mudança.

E como fazer para lutar por um mundo diferente, sem reproduzir as mesmas técnicas de violência que tentamos combater?

Fiel ao pensamento de Butler (Boitempo, 2021), também considero um desafio constante esse jogo de cintura que precisamos ter todo o tempo, para escapular de depender das mesmas leis que nos matam. Muitas vezes, nossa noção do que é um direito constitucional, ou do que deveria ser um direito constitucional, não se encontra dentro do que a Constituição e suas leis entendem como criminal ou criminoso. Estar em disputa por uma narrativa significa disputar os mesmos meios para

os mesmos fins? Como agir estando subjugada a governos e suas nuances que, de tempos em tempos, terão um entendimento completamente diferente de quem pode ser considerado criminoso e por qual motivo? Se pensarmos que nossa nação é constituída fundamentalmente na exploração da população negra e dos povos originários, absolutamente espelhada em um modelo (bizarro) que enfatiza e centraliza a “normalidade” pelos padrões da branquitude européia, cisgênera, heterossexual, sem deficiência e cristã...quem vocês acham que serão posicionados como ameaças ao desenvolvimento dessa nação?!? Quem terá garantidos seus direitos de acesso à educação, saúde, segurança, moradia, lazer, emprego digno? Como desejar uma sociedade outra, sem querermos nos deslocar do lugar onde fomos posicionadas e colocar aqueles que nos posicionaram? O que é justiça, quando a lei não incorpora a justiça, mas destrói a ideia do que é justo, tornando-se instrumento de violência e morte? E, por fim, mas não menos importante: como criar organizações que fujam às normas, se estabeleçam e se constituam não necessariamente em codependência com a ideia de Estado, já que para certas populações o Estado é mesmo mínimo e, além de mínimo, ele é violento, precário e atua muito mais criando condições de morte do que na construção de vida. Como lutar sem estarmos movidas pelo mesmo ódio dos nossos carrascos, sem cedermos à criação de uma arena na qual só restarão corpos empilhados, mas, ao contrário, utilizando a perspectiva e a força da não violência?

Guiada por essa nova abordagem estratégica - trabalhos psicossociais com homens autores de violência contra as mulheres - e já pensando em uma articulação com premissas da clínica transdisciplinar para construção de estratégias multiplicárias como as sugeridas por Deleuze (2008) e Spinoza (2009), fui atrás de encontrar e entender onde estão esses grupos e como eles funcionam.

Surpresa, me deparei com uma ONG estadunidense que, desde 2011, trabalha para retirar indivíduos do controle da extrema-direita, em um esforço de ressocialização. Criada por Arno Michaelis, a ONG Life After Hate (Vida após o ódio, que inspirou o título desse capítulo e pode ser acessada pelo endereço lifeafterhate.org) foi idealizada a partir da própria experiência de Arno com movimentos supremacistas, com os quais esteve envolvido desde os 17 anos. Com uma história pessoal de violência, racismo, homofobia, xenofobia e misoginia, Arno foi fundador de uma das mais violentas organizações de skinheads e, nessa violência, em teorias da conspiração que confirmavam a necessidade da raça branca de se proteger contra ameaças que queriam sua extinção, viveu grande parte de sua vida. Um homem branco, loiro, com uma suástica tatuada no dedo médio e cheio de ódio, Arno acreditava na necessidade de se unir em tribos para ir à guerra contra todos aqueles que aprendeu a considerar como antagonistas de sua própria existência. Os grupos de extrema-direita convencem, todos os dias, milhares de jovens, a usarem suas frustrações de modo

violento e, quando recebem violência como resposta, utilizam-na como narrativa para corroborar seu comportamento inicial e garantir a fidelização daquele “membro”. É um ciclo vicioso, no qual não existe diálogo, nem educação, nem empatia, nem compaixão, nem acolhimento. Só existe mesmo o movimento de fomentar a violência para que ela passe a ser considerada natural e necessária. Para Arno, somente quando a paternidade chegou e ele precisou se afastar um pouco daquela cena de ódio, que teve a oportunidade de perceber que, quanto mais distante, menos ela fazia sentido. Então, se mergulhado nos grupos de extrema-direita ele entendia que aquela era sua identidade, ao ganhar distância teve a chance de descobrir uma outra identidade, cheia de possibilidades, que ele nem sabia que poderia existir e na qual ele poderia investir livremente. Poderia consumir as músicas que quisesse, os programas de televisão que desejasse, ler qualquer livro, falar com qualquer pessoa, se vestir como bem entendesse e notar que havia sido manipulado todo aquele tempo para acreditar que queria de fato todas aquelas coisas que o movimento apresentava como únicas possibilidades.

A vida sem aquele ciclo de ódio havia se tornado muito mais viável, muito menos pesada, embora a questão, agora, fosse lidar com a culpa por ter cometido tantos crimes de ódio e, literalmente, fisicamente, ter machucado tantas pessoas. Arno logo percebeu que a culpa não era o caminho, porque ela impedia que ele fizesse algo daquele momento em diante, uma vez que a culpa nos prende ao passado (e nele nada podemos modificar). Foi da necessidade de se perdoar para seguir que nasceu a ideia de criar uma organização formada por ex-extremistas violentos, que haviam conseguido sair desse ciclo de ódio, para auxiliar pessoas que ainda estão no movimento a conseguir se livrar daquela armadilha. De acordo com o relatório anual *Impact Report*, na Life After Hate tudo começa pelo entendimento de que o melhor caminho é os indivíduos serem letrados politicamente para que não haja a possibilidade de serem cooptados por essas narrativas da extrema-direita. Mas quando isso não é possível de garantir, poder ouvir ex-membros de organizações extremistas afirmando o quanto aquele caminho é inóspito, entendendo, genuinamente, os mecanismos que foram acionados para que a narrativa fizesse sentido, e acolhendo - sem julgamentos morais - as pessoas que ainda não conseguiram se desconectar completamente daquela realidade, faz toda a diferença. Em primeiro lugar, cria-se um ambiente seguro onde as pessoas vão poder dizer em voz alta o motivo pelo qual elas se identificam com aquela ideologia e, partindo daí, a ONG inicia um trabalho que vai desde letramento, educação científica, educação midiática, acolhimento psicológico, familiar até o de resgate dos laços socioafetivos e de sentimentos de empatia e compaixão. O entendimento é de que, ao resgatar um indivíduo e dar a ele a possibilidade de se redimir, ele se inspire a fazer o mesmo por outra pessoa, criando um ciclo de reconstrução de identidades por meio da construção de

relações/relacionamentos potencializadores - que deixaram de existir ou nunca existiram antes das ideologias de ódio ocuparem todo o espaço na vida aqueles indivíduos (Life After Hate, 2021).

Como já foi abordado anteriormente, a construção das masculinidades perpassa vetores que, planejados socialmente, solidificam essa categoria *masculino* também na violência e tendo a violência como uma expressão mesma do que é ser *homem*. No entanto, pode ser bastante potencializador possibilitar a expressão de outros tipos de masculinidades - ou até mesmo o entendimento de que padrões comportamentais são produções que visam estabelecer uma hierarquia entre o que foi constituído como homem e como mulher - e, partindo daí, pensar, construir e praticar outras formas de lidar com questões como frustração e raiva, de modo não violento. De toda forma, é imprescindível desvincular a violência desse padrão constitutivo do que é ser homem, da identidade que se criou em torno do masculino e suas expressões possíveis e, além, quebrar este ciclo de hierarquização que posiciona as mulheres como as maiores antagonistas da existência do *homem de verdade*.

Partindo dessa perspectiva, existe no Brasil o grupo NOOS (São Paulo) que, desde a década de 1990, atua em relação à violência intrafamiliar e de gênero promovendo grupos reflexivos que vão discutir, com homens autores de violência, as inequidades existentes nas relações sociais quando atravessadas pelas categorias de gênero, raça e sexualidade. O intuito é desnaturalizar as estruturas sociais que posicionam homens e mulheres de formas desiguais na sociedade e, desse modo, causar uma estranheza em relação à realidade tida como natural, possibilitando que esses homens tenham outras perspectivas e possam criar outras formas de se relacionar socialmente ou afetivamente (Beiras & Bronz, 2016).

Chamados de grupos reflexivos para homens autores de violência, esse projeto trabalha com o objetivo de fazer emergir nesses homens posturas que qualifiquem positivamente o convívio em sociedade. O grupo NOOS oferece oficinas de sensibilização em parceria com tribunais e juizados e capacitam agentes para atuarem como facilitadores nas rodas de conversa dos grupos reflexivos.

Porém, desafios ainda precisam ser contornados e estratégias ainda precisam ser elaboradas para que trabalhos psicossociais com homens autores de violência sejam sistematizados e ofertados em larga escala, preferencialmente afastando-se da ideia de punição - o que facilita a adesão dos indivíduos aos quais se destina essa iniciativa. Em 2020, foi sancionada uma alteração no artigo 22 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) para “estabelecer como medidas protetivas de urgência, frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial” (Lei nº 13.984, de 3 de abril de 2020). A Lei Maria da Penha prevê mesmo a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, porém, a decisão do juiz de exigir a participação de um homem autor de violência em centros ou

grupos de acompanhamento psicossocial está condicionada, principalmente, ao seu entendimento sobre o crime cometido. Logo, nem todos os homens que cometem violência contra mulheres serão obrigados a participar desses grupos.

Em 2021, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) mapeou 312 grupos que fazem trabalhos psicossociais com homens em atuação no Brasil, e identificou que 79% dos serviços existentes (exceto em Tocantins) são vinculados ao Poder Judiciário. Dos 312 grupos mapeados, 191 se concentram no Sudeste e no Sul, 51% encerram suas atividades em menos de 12 meses e, em quase metade do número total, os gestores não possuem nenhuma capacitação para gerir os grupos (Violência doméstica, 2021).

A proposta é uma estratégia jurídica e tem como objetivo oferecer um trabalho psicossocial de responsabilização e reflexão, entendendo que, oferecer alternativas para esses homens autores de violências que fujam à prática da violência de gênero, pode criar recursos para prática de outros tipos de masculinidade, que não tenham a violência como centralizador de qualquer expressão do masculino. Contudo, é extremamente necessário que as pessoas envolvidas na gestão dos grupos sejam qualificadas para conduzir as reuniões, em uma perspectiva multidisciplinar e com letramento nos estudos feministas decoloniais, de gênero e sexualidade, já que tanto a Lei Maria da Penha como seus derivados são conquistas das discussões propostas pelos movimentos feministas e, obviamente, mulheres negras e dissidentes de gênero e sexualidade são as mais violentadas. Mas, antes de qualquer coisa, é fundamental que a existência desses grupos não esteja condicionada a políticas pontuais que se dissolvem a cada troca de gestão municipal, por exemplo, mas que seja uma política de Estado, fomentada, subsidiada, auditada e capacitada para estar em pleno funcionamento e para receber qualquer que seja a demanda judicial. Como Beiras et al. (2019) destacam, ainda existem muitas barreiras a serem transpostas para que os grupos reflexivos tenham uma devida implementação:

o estabelecimento de prazos para a realização das intervenções, dificultando sua continuidade após o término dos contratos; a restrição no financiamento em função desse marco temporal pré-determinado; a falta de espaço físico adequado; as transições na gestão pública, que afetam a continuidade das atividades; e a falta de políticas públicas que orientem os órgãos públicos sobre a necessidade dos programas como forma de medida protetiva (p. 271).

Para provocar uma interrupção no padrão repetitivo de violência de gênero, é necessário ir até os autores dessas violências e trabalhar aqueles indivíduos no sentido de desfazer o entendimento que se tem sobre como são conduzidas suas relações de gênero. Só assim é possível

reduzir o número de reincidências e logo minar o discurso patologizante sobre violência de gênero e seus autores. Isso não é possível de ser feito em meia dúzia de encontros ou somente através de palestras. Especialmente quando o próprio sistema e os magistrados, pautados pela mesma lógica patriarcal e machista, “não compreendem a necessidade dessas intervenções, mostrando o quão importante é realizar sensibilizações, capacitações e reflexões críticas com esses atores” (Beiras et al., 2019, p.271). Em tempo, esse modelo de intervenção direta com nossos algozes me parece ser a aposta mais acertada quando falamos sobre a possibilidade de mudanças potentes em indivíduos autores de violências de menor risco, sem fatalidades e que não envolvam estupro de vulneráveis.

Finalizo reforçando a necessidade de que mais organizações como a Life After Hate surjam, com aspectos e características direcionadas para a nossa realidade latina e sudaca, mas com a mesma implicação de ex-atores de grupos extremistas, bem nos moldes de grupos já conhecidos como Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos, que contem com um corpo de profissionais qualificados em uma perspectiva multidisciplinar. Na mesma linha, é essencial que a existência, manutenção e proliferação dos grupos reflexivos seja garantida como política pública consistente com a necessidade que o tema violência de gênero sugere. Contudo, para se adequar aos números alarmantes que mostrou essa pesquisa, faz-se necessário que sejam superadas as amarras que condicionam essas violências como vindas somente de contextos familiares. Grupos reflexivos precisam ser destino regular para homens autores de violência de gênero e sexualidade praticada em qualquer contexto.

10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valendo-me do tom pouco usual que dei, propositadamente, à escrita dessa dissertação, entendo não ser possível construir essas considerações finais de outro modo, que não fugindo dos padrões estritamente acadêmicos, como tentei fazer ao longo de todas essas páginas.

Estive bastante inquieta durante esses dois anos em que a pandemia do coronavírus me manteve dentro dos muros da minha casa. Nunca tão consciente do que significa poder ter uma casa para ficar *presa*, porém, ainda assim sentindo no meu corpo a ausência de movimentos, de articulações, de estratégias práticas que pudessem dignificar essa vaga que eu conquistei dentro da Universidade Pública. Parece dramática a ideia de dignificação, mas corpos como o meu não costumam ser encontrados em universidades federais e dignificar, nesse contexto, seria criar algo que perdurasse, que fizesse reverberar, dentro e fora do espaço acadêmico, uma estratégia que pudesse ser posta em ação. Como defende Preciado (2014, p. 209), “essa é a especificidade da *butch*, seu desejo produtivo.”

Movida por esse desejo, decidi estruturar minhas considerações finais partindo de uma proposta. Ao invés de fazer uma longa e tediosa recapitulação de todos os pontos já exaustivamente debatidos até aqui, mas carregando todos como basilares para essa construção, proponho a criação do Núcleo de Ações Não Violentas para Combate ao Ódio de Gênero - o NANVI.

Adotando como ponto de partida os norteadores da clínica transdisciplinar, o NANVI teria duas vertentes de ação: 1) núcleo de estudos sobre mulheridades, lesbianidades, discursos de ódio de gênero e desinformação e 2) articulação e capacitação para atuar, em parceira com a Secretaria de Educação, na sensibilização de jovens e adolescentes do 8º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, estudantes de escolas públicas de Santa Catarina.

Enquanto núcleo de pesquisa e grupo de estudos, o NANVI tem como objetivo, junto às alunas de graduação e pós-graduação interessadas em compor o espaço, levantar discussões pertinentes sobre gênero, sexualidade e dissidência, com aportes teóricos centrados nas teorias queer/crip - endossando que os modos de vida dissidentes sejam ponto de partida para criação outras epistemologias - e nos estudos feministas lésbicos e decoloniais. A teoria queer, no Brasil traduzida como teoria transviada por Berenice Bento (2014), vai ultrapassar as práxis epistemológicas naturalizantes e biologicistas para construir na dissidência novas formas autorizadas a existir. Sem perder jamais de vista que toda produção de conhecimento é prática política de poder que vai conceder ou impedir esses ou aqueles corpos de produzirem enunciados - isso dito por Foucault no livro *Microfísica do poder* (1998) -, a teoria queer, então, abre campo para a construção de saberes localizados nas figuras consideradas abjetas, as eternas estrangeiras do campo social inteligível. E vai ser nessa construção de uma proposta que tem como objetivo descentrar das regras normativas e dos marcadores sociais que produzem invisibilidade e opressões, que a teoria queer vai ampliar as alianças estratégicas entre movimentos que, igualmente, vão contestar regimes normalizantes, denunciar práticas de enclausuramento de corpos e mirar na compreensão de que identitarismos produzem subordinação social.

A teoria queer, no Brasil, vai caminhar ao lado dos estudos decoloniais, nas intersecções entre gênero, sexualidade, raça, classe social e diversidade funcional, com objetivo de reverter a lógica de subjugação dos sujeitos incorporados nas divisas das políticas de verdades, uma discussão trabalhada pela Butler no livro *Desfazendo Gênero* (2006), tendo em vista que a teoria queer se apresenta como potência de desestabilização normativa e crítica disruptiva. Essa teoria traz a potência de questionar como a política da diferença é sustentada ou abafada. Preciado, no texto *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"* (2011), vai se debruçar na genealogia foucaultiana, e passa a considerar sexo e gênero como tecnologias, uma vez que é impossível

separar o corpo das forças sociais de construção da diferença. Então, a biopolítica de Foucault, para Preciado, vai ser chamada de sexopolítica e vai ser entendida

não apenas como um lugar de poder, mas sobretudo o espaço de uma criação onde se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais...As minorias sexuais vão se converter em multidões. E esse monstro sexual, que vai ser chamado de multidão, ele se torna queer (Preciado, 2011, p. 14).

Por esse entendimento de que sexo e gênero são tecnologias e que é no corpo e na noção de corponormatividade que o poder vai atuar, podemos concluir que esse corpo é um campo de intervenção, certo? E, se pode ser usado para controle, o corpo do sujeito abjeto pode e vai ser usado como ferramenta de resistência, ao mesmo tempo. Porque se recusa a atuar na conformidade do que é 'tornar-se' normal, e aí, nessa recusa, surge a possibilidade de produzir outras subjetividades, totalmente desterritorializadas daquelas fixadas pelo modelo econômico.

E vai ser exatamente pela noção de que a prática de poder atravessa o corpo, que uma outra teoria, a teoria crip, vai se lançar, na tentativa de construir uma epistemologia de produção de saberes localizados a partir das experiências de pessoas com deficiência. Com base nos pressupostos da teoria queer, a teoria crip vai buscar compreender "como corpos e deficiências têm sido concebidos e materializados em múltiplas localizações culturais, e como é que eles podem ser entendidos e imaginados como formas de resistência à homogeneização cultural" (McRuer, 2006, p. 33 tradução minha). McRuer vai situar esse binarismo capacidade/deficiência como cultural e politicamente produzidos, exatamente, para hierarquização de identidades dissidentes.

Quando um masculinista expressa sua vontade de:

pegar cada moça, esposa, namorada, solteira, lésbica, bissexual e promíscua que já existiu; amarrar todas em cima de um monte; jogar ácido por entre suas vísceras; queimar o corpo de cada uma com vela e enxofre; introduzir madeira, ferro quente, bronze e aço por todos os orifícios do seu corpo; quebrar cada osso de sua existência e mutilar cada carne de sua forma terrestre; e depois triturar todas elas, formando uma pasta escrota e tosca, que queimaríamos eternamente essas sobras, como uma forma de diminuir os extragos que elas fizeram enquanto existiam e manipulavam a vida no planeta, e depois pegaríamos os restos da sobra de tudo isso, e jogaríamos no núcleo terrestre, para impedir que alguém se lembre de pelo menos um milésimo do pavor que elas geraram em nossas mentes, e evitar que um dia alguém traga pelo menos um milionésimo do horror e caos que poderia gerar em nosso

mundo apenas pela ideia de que pelo menos UMA mulher poderia voltar a pisar na crosta de nosso planeta.

ele está falando de gênero, de corpo, de cor, de tamanho, de funcionalidade, de expressão. Ele está falando de corponormatividade e sexopolítica, ele está dando o mais brutal dos exemplos de como as tecnologias de poder vão ser imputadas ao corpo e ao sexo.

A mirada é criar um diálogo partindo dessas premissas teóricas para discutir os movimentos masculinistas e de extrema-direita, os caminhos políticos pelos quais o discurso de ódio circula e as técnicas de utilização da internet para disseminação de notícias falsas e ódio de gênero, todas articulações que perpassam estruturas que posicionam os dissidentes em lugares fronteiriços. Academicamente falando, será estimulada a produção de material teórico (pesquisas, artigos, capítulos de livro e etc) que aposte no oposto dessa estrutura pré-concebida, evidenciando, então, os modos de vida dissidentes para, daí, tentar reduzir, com qualidade, o déficit em produções sobre essas temáticas articuladas, que eu mesma observei quando comecei esta pesquisa.

Já enquanto núcleo de ação, o NANVI tem como objetivo criar parcerias com algumas das organizações e instituições não governamentais citadas no capítulo anterior, como a Safernet, Agência Lupa e Words Heal the World, que disponibilizam cursos e palestras sobre o uso ético e seguro da internet, oficinas e treinamentos sobre checagem de fatos e desinformação, para capacitar todas as pessoas que compuserem o núcleo.

Letrados política e academicamente e tendo concluído a capacitação oferecida pelas organizações parceiras, a próxima etapa é levar essas informações para os grupos articulados dentro das escolas municipais, estaduais e federais do estado de Santa Catarina, com jovens e adolescentes de 13 a 17 anos, nos moldes dos grupos reflexivos.

O que vamos trabalhar com esses jovens, porém, tem caráter preventivo: educação midiática; como saber distinguir o que é fato, o que é notícia falsa e o que é discurso de ódio; como combater discursos de ódio de gênero e sermos agentes não violentos em espaços online; discussões sobre a criação de espaços digitais de segurança; importância da democratização da informação; criação coletiva de possíveis ações afirmativas em ambiente digital; grupo de reflexão com escuta qualificada - para o caso de algum jovem ou adolescente já ter tido contato com grupos de ódio, masculinistas e/ou extremistas da direita política, seja como vítima ou na tentativa de aliciamento.

As premissas da clínica transdisciplinar serão adotadas através do diálogo da psicologia com outros campos do saber para estimular outros agenciamentos que, revolucionários, como se propõe essa ação, possam produzir vida, ao invés de ceder às desgraças da violência e trabalhar com ela

como vertente central. Muito mais acertado que tentar ressocializar um masculinista como esse aqui de cima, é tentar trabalhar para que alguém não chegue a esse ponto.

Então, seja pela arte de Tatiana Nascimento, pela filosofia de Lélia Gonzalez ou pela antropologia de Rosely Roth e tantos outros campos de saber que, somados às teorias queer e crip e às práticas esquizoanalíticas, é possível escancarar todas as minorias, todas as dissidências, se somarmos infinitas perspectivas sobre um mesmo fenômeno ou sobre vários fenômenos. Com isso, cria-se o que Preciado (2011) vai chamar de multidões sexuais, bem no estilo “política dos anormais”. Ou a multidão de Deleuze e Guattari (2014), que evidenciam toda a potencialidade dos trabalhos grupais, aqui traduzida na proposta do grupo acadêmico e do grupo com jovens e adolescentes.

Ao mesmo tempo que Deleuze e Spinoza vão afirmar que a transdisciplinaridade é repleta de multiplicidades, um dispositivo que faz as forças circularem permanentemente e que, quanto mais encontros, tanto mais potência, proponho um núcleo de ação clínico-político que aposta no coletivo para oxigenar pensamentos e ações - haja vista que esses dois são indissociáveis e versam a favor da produção de Corpo sem Órgãos.

Finalizo apresentando a metodologia pensada para estruturar essa pesquisa-intervenção, que ganha corpo por meio do NANVI, e um cronograma para melhor visualização da proposta.

10.1 - Construção do projeto

O primeiro passo para a construção desse projeto seria a criação de um núcleo ancorado nos tripés de pesquisa, ensino e extensão, com objetivo de centralizar e organizar os estudos e ações de combate aos discursos de ódio de gênero em espaços online. Para essa etapa, exige-se o cumprimento de alguns requisitos, conforme disposto pela Pró-Reitoria da universidade: 01 professora efetiva da UFSC para solicitar o cadastro como líder do grupo; 01 sub-líder; ao menos 01 aluna com a graduação em andamento; 01 pessoa adicional, que a UFSC não especifica condições mínimas para participação; máximo de 10 pesquisadoras cadastradas, incluindo participantes externas, que podem estar vinculadas a no máximo 03 grupos de pesquisa; e inclusão de alunas da pós-graduação e técnicas. Como primeira etapa institucional, é necessário que todas as participantes estejam com o currículo lattes atualizado (últimos 06 meses) para dar seguimento à certificação do grupo.

Com o núcleo estruturado, pretende-se divulgar o mesmo para graduandas a partir da 3ª fase de distintas áreas do conhecimento e para a comunidade externa. A ideia é que o núcleo se mantenha aberto apenas para pessoas de vivências dissidentes, considerando os marcos sociais de

gênero, sexualidade, raça, classe, deficiência, entre outros. Para quem quiser compor o espaço, podem ser utilizadas entrevistas individuais e/ou rodas de conversa coletivas com todas as pessoas interessadas, com intuito de verificar a afinidade e relação com a temática proposta. Não há número limitado de participantes, desde que estas estejam envolvidas com as atividades do núcleo e comprometidas com o fluxo do cronograma do projeto. O local a ser utilizado deve ser definido e viabilizado a cargo da própria universidade, onde se planeja realizar reuniões semanais (uma vez por semana), com duração de 4 horas por encontro.

O cronograma do projeto, por sua vez, será usado para definir as ações e previsão de tempo e condições para sua realização. Pretende-se que os primeiros quatro meses sejam dedicados, além da mencionada divulgação do núcleo, à seleção de textos sobre a temática para serem trabalhados nos encontros; à identificação e contato com possíveis ONGs e outras instituições parceiras para a promoção de cursos e palestras de capacitação; à elaboração de cartilhas com os eixos e conteúdos a serem abordados nos grupos reflexivos; ao mapeamento das escolas públicas da Grande Florianópolis e interlocução com as Secretarias Municipais e Estadual de Educação para expor o projeto e viabilizar formas estratégicas de entrada nas instituições escolares.

Após o momento inicial de mapeamento e articulação dessa rede, e do processo de preparação prática e teórica das pessoas participantes do núcleo, objetiva-se criar grupos reflexivos no contexto escolar, direcionados a jovens público-alvo dessa proposta. Esses espaços serão destinados prioritariamente a estudantes de escolas públicas do 8º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, em formato de roda de conversa. Propõe-se que cada grupo fique limitado a no máximo 20 estudantes, além da presença de 02 mediadoras para auxiliar na articulação dos debates e facilitar o processo grupal. Prevê-se a realização de um total de 10 encontros, com duração de 3 horas cada e de frequência quinzenal. Também serão verificadas junto às escolas as condições em relação à disposição e uso de espaços multimídia, pois alguns dos encontros poderão ser feitos com auxílio de computadores. No primeiro encontro, deve ser observada a necessidade de que a continuidade dos grupos seja, ou não, separada por gênero. Nesse sentido, partimos do cuidado ético em pensar as condições e sensações de conforto e segurança trazida pelas pessoas participantes, levando em conta suas partilhas e sugestões na roda de conversa, haja vista que trabalharemos questões de ódio de gênero.

Cada encontro será baseado em uma temática específica relacionada ao debate mais amplo de combate aos discursos de ódio de gênero, a saber: educação midiática; distinção entre fato e notícia falsa; formas de combate aos discursos de ódio de gênero; como contribuir sendo agentes não violentos em espaços online; discussões sobre a criação de espaços digitais de segurança; importância da democratização da informação; como pedir ajuda para sair de uma situação de

violência em espaço digital; criação coletiva de possíveis ações afirmativas em ambiente digital. Esses assuntos podem ser ajustados ou modificados de acordo com os estudos realizados sobre o tema e as necessidades observadas no contexto escolar. Sugere-se que a primeira metade de cada encontro seja dedicada à explanação do tema previsto, seguida de uma proposta de atividade/exercício (prevista na cartilha interna, mas sujeita à alteração caso as mediadoras entendam ser necessário). Já na segunda metade, será estimulada a participação efetiva de todo o grupo, propondo discussões que ainda não tenham sido abordadas, espaço para fazerem perguntas e compartilhamento e elaborações acerca de experiências pessoais dos estudantes.

Para além das temáticas fixas, será estimulado um ambiente de acolhimento, respeito, livre de misoginia, embasado em práticas antirracistas, antilgbtfóbicas, anticapacitistas e quaisquer outras formas de enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Essas práticas serão estimuladas estrategicamente de acordo com a maneira como as mediadoras percebem o espaço e por meio da utilização de linguagens de comunicação entre si e com o grupo, uma vez que o momento político sugere a adoção de estratégias específicas para que ações como essa tenham a possibilidade de existir.

Os objetivos da formação e existência desses grupos reflexivos abrangem a educação para o uso ético da internet, com base nos direitos humanos; a garantia de segurança de seu uso como usuárias/os; o trabalho de competências críticas para identificação de notícias falsas e formação de agentes não violentos para combate aos discursos de ódio.

Registre-se que, para qualquer trabalho que envolva pessoas, especialmente menores de idade, faz-se necessário que haja um consentimento e anuência dos responsáveis. Já ciente dessa implicação, haverá um compromisso em somente permitir a participação de estudantes que apresentem o formulário de consentimento assinado. Levando em consideração as implicações que o tema “discurso de ódio de gênero” pode gerar, no caso de surgirem demandas que necessitem de acolhimento, o mesmo será feito imediatamente por uma das mediadoras e de maneira individual. Posteriormente, o NANVI estará à disposição para receber quaisquer estudantes que necessitem de orientação e/ou acolhimento individual e pontual, verificando a possibilidade de encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais.

11 - POSFÁCIO

O Depoimento de Alice

Se acontecer de você ser homem, em qualquer tempo no futuro, e tiver chegado até aqui, por favor lembre-se: você nunca será submetido à tentação de sentir que tem de perdoar um homem como uma mulher. É difícil resistir, acredite. Mas lembre-se de que o perdão também é um poder. Suplicar por ele é um poder, e recusá-lo ou concedê-lo é um poder, talvez de todos o maior.

Talvez nada disso seja a respeito de controle. Talvez não seja realmente sobre quem pode possuir quem, quem pode fazer o quê com quem e sair impunemente, mesmo que seja até levar à morte. Talvez não seja sobre quem pode se sentar e quem tem de se ajoelhar ou ficar de pé ou se deitar, de pernas arreganhadas. Talvez seja sobre quem pode fazer o quê com quem e ser perdoado por isso. Nunca me diga que dá no mesmo.

O conto da Aia - Margaret Atwood (2017)

Afinal, o que a Psicologia tem a ver com esta dissertação?

Como campo de produção de saberes e de práticas em uma perspectiva ético-política, não é possível pensar o discurso de ódio como manifestação estritamente individual - típico de uma racionalidade liberal - tampouco encarar o combate a seus efeitos apenas sob uma premissa legal e jurídica. Suas diferentes manifestações contemporâneas nos apontam, sobretudo, para os modos de subjetivação no contexto capitalista neoliberal e as formas que o desejo pode ser modulado, atualizando-se em expressões neofascistas.

Os pensamentos que sustentam os discursos masculinistas, por exemplo, constituem um embate e fomento direto e explícito do ódio, mas isso não faz deles uma espécie de grupo isolado, e sim uma das expressões máximas das relações sociais que produzem cotidianamente a violência de gênero. Nesse sentido, podemos dizer que a cisheteronorma, como um regime político e econômico, se alia a um ideal de masculinidade que se forja pela violência e pela subjugação de minorias, mantêm e produzem condições para que esses discursos circulem, se perpetuem e se produzam sempre sob diferentes facetas. Essa masculinidade - hegemônica e predatória - é, então, acionada como elemento de convergência desse ódio e de um senso de identificação, suscitando ataques a mulheres, pessoas LGBTI+ e também a masculinidades outras.

Kelly e Aunspach (2020, p. 27, tradução minha) afirmam que “o discurso masculinista (incel) é um microcosmo de uma narrativa maior sobre a vitimização do homem branco que é parte integrante da política da era Trump”. O é, também, da era Bolsonaro. Ao mesmo tempo, se deslocarmos o questionamento de *quem detém o poder?* para *como o poder é exercido?*, passamos a entender melhor sua dimensão e possibilidade de ser agido e efetuado por uma rede de capilaridade, que envolve diversos sujeitos, relações de saber-poder, normas e instituições. Na rede de elementos

que produz e sustenta os discursos de ódio, o masculinismo e o bolsonarismo se cruzam, se articulam e amplificam um ao outro.

Vimos que os discursos e práticas neofascistas não decorrem somente de um governo específico, mas se articulam e se evidenciam por meio deste, em um processo de retroalimentação. Ainda que, enquanto instância máxima do poder representativo, não possamos determinar até onde vão seus efeitos na sociedade, é certo que contribuiu para a naturalização dos discursos de ódio. Não só legitimou, como investiu incessantemente na formação subjetiva dos inimigos a serem combatidos e em um projeto societário movido pelo desejo de aniquilação dos que não pertencem a ele. Se os discursos de ódio se constituem como tal justamente porque seus efeitos de violência incidem coletivamente sobre grupos sociais já vulnerabilizados, pode-se levar em conta como um de seus efeitos a fragilização da saúde mental das pessoas e/ou grupos alvos de suas manifestações. Dessa maneira, cabe à Psicologia considerar como esses discursos sustentam práticas cotidianas, relações sociais e lógicas institucionais, determinando assim as condições de vida e possibilidades de existência para quem sofre seus efeitos reiteradamente.

Compreender ainda os processos de subjetivação que operam por meio da hiperprodução capitalista e do esgotamento social nos ajudam a elaborar os modos de ser, pensar, desejar e agir que são estimulados e naturalizados na sociedade, e por meio de quais afetos estes são mobilizados. Os discursos de ódio preocupam não apenas pelos efeitos sobre os sujeitos aos quais são direcionadas diferentes formas de violência, mas porque, no fim das contas, escancaram o ideal de nação e sociedade que os sustentam.

Para a Psicologia interessa também ser um instrumento de ação e intervenção que se efetue na construção de novas formas de relação. Um modo alternativo de se afetar e afetar o outro que escape, absolutamente, dos modelos prescritos que servem a esse ideal de nação falido, como vimos. E eu não enxergo uma maneira mais honesta de transformar a Psicologia nessa máquina de guerra - nessa engrenagem que produz desejo, nessa ponte para produção de epistemologias transviadas e aleijadas, loucas, tortas e disruptivas -, senão por meio da implosão da figura da psicóloga tradicional e seu suposto saber. O que tenho aprendido, como pessoa e profissional, é que não temos nada a dizer sobre as pessoas, especialmente as vivências dissidentes com as quais a Psicologia nunca se preocupou muito. O imperativo é prestar atenção no que essas existências têm a dizer sobre nós e sobre as nossas práticas; o imperativo é, antes de profissionais, sermos nós o modelo empírico das mudanças que desejamos ver refletidas na sociedade.

12 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A solução mais fácil era botar o Michel: Os principais trechos do áudio de Romero Jucá.

(2016, 24 maio). *El País*.

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html

Aguillar, S. L. C. (2011) Os esforços da sociedade internacional no combate ao terrorismo.. 3º

Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais. USP.

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300046&lng=en&nrm=iso

Alessi, G., & Viejo, M. (2019, 18 junho). Empresários financiaram disparos em massa pró-Bolsonaro no Whatsapp, diz jornal. *El País*.

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965_530788.html

Alves, R. (2019, 14 março). Site de extremista brasileiro deu dicas a autores de massacre em Suzano. *Correio Braziliense*.

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/14/interna-brasil,742884/site-de-extremista-brasiliense-deu-dicas-a-autores-de-massacre-suzano.shtml>

Amato, B. (2022, 29 abril). Você é? *Pensar a Educação*, 13(346).

<http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/voce-e/>

Após suspensão, Fátima, robô checadora do Aos Fatos, é bloqueada pelo Twitter. (2021, 3 agosto). *Aos Fatos*.

<https://www.aosfatos.org/noticias/apos-suspensao-fatima-robo-checadora-do-aos-fatos-e-bloqueada-pelo-twitter/>

Araújo, G., & Tomaz, K. (2018, 12 outubro). Após 10 anos do Caso Eloá, Justiça condena Estado de SP a indenizar Nayara em R\$ 150 mil. *GI*.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/12/apos-10-anos-do-caso-elo-justica-obriga-estado-de-sp-a-indenizar-nayara-em-r-150-mil.ghtml>

Aronovich, D. A. (2020, 1 junho). Mascus, o crime não compensa. *Blog Escreva Lola Escreva*.

<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2020/06/mascus-o-crime-nao-compensa.html>

- Arkonada, K. (2019, 22 janeiro). Steve Bannon, o mito por trás dos monstros. *Brasil de Fato*.
<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/22/steve-bannon-o-mito-por-tras-dos-monstros>
- Assmann, H. A. (2000). A metamorfose do aprender na sociedade da informação. *CioInf*, 29(2), 7-15.
- Astier, H. (2017, 9 abril). Conheça a versão francesa da 'alt-right' que atrai jovens e influencia campanha. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39521454>
- Atirador de Christchurch surpreende e se declara culpado por 51 homicídios. (2020, 26 março). *Deutsche Welle*.
<https://www.dw.com/pt-br/atirador-de-christchurch-surpreende-e-se-declara-culpado-por-51-homic%C3%ADdios/a-52923577>
- Atirador entra em escola em Realengo, mata alunos e se suicida. (2011, 7 abril). *GI*.
<https://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/atirador-entra-em-escola-em-realengo-mata-alunos-e-se-suicida.html>
- Atwood, M. E. (2017). *O conto da aia*. Rocco.
- Bandeira, R. (2020, 9 março). Processos de violência doméstica e feminicídio crescem em 2019. *Conselho Nacional de Justiça*.
<https://www.cnj.jus.br/processos-de-violencia-domestica-e-feminicidio-crescem-em-2019/#:~:text=O%20Brasil%20terminou%20o%20ano,563%2C7%20mil%20novos%20processos>
- Baran, K. (2021, 23 agosto). Avanço de fake news no Facebook começou com queda de Dilma e teve ápice sob Bolsonaro, diz estudo. *Folha de São Paulo*.
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/avanco-de-fake-news-no-facebook-comecou-com-queda-de-dilma-e-teve-apice-sob-bolsonaro-diz-estudo.shtml>
- Barba, M. D., & Wentzel, M. (2016, 19 abril). Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. *BBC News*.
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb.

- Baremblytt, G. (2003). *Introdução à esquizoanálise*. Instituto Félix Guattari.
- Barragán, A. (2018, 18 outubro). Cinco ‘fake news’ que beneficiaram Bolsonaro como favorito n Brasil. *El País*.
https://verne.elpais.com/verne/2018/10/18/mexico/1539847547_146583.html
- Barros, M. (2016). Uma didática da invenção. In M. Barros, *O livro das ignorâncias* (pp. 13-22). Alfaguara.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Zahar.
- Bax, E. B. (1913). *The Fraud of Feminism*. Grant Richards Ltd.
- Bax, E. B. (2018). *The Legal Subjection of Men*. Forgotten Books. (Trabalho original publicado em 1908)
- Beech, S., & Kwon, J. (2021, 1 novembro). Número de mortos por Covid-19 no mundo passa de 5 milhões. *CNN Brasil*.
<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mundo-passa-a-marca-de-5-milhoes-de-mortes-causadas-pela-covid-19/>
- Beiras, A., & Bronz, A. (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Instituto Noos.
- Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C. (2019). Programa de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 262-274.
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BkkGwctw6WzsBbJbxSbPsNq/?format=pdf&lang=pt>
- Benites, A. (2016, 25 fevereiro). Sob pressão internacional, Câmara aprova lei que tipifica o terrorismo. *El País*.
https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/24/politica/1456351659_569702.html.
- Bergamo, M. (2020, 17 fevereiro). PF avisa STF que ministros podem ser alvo de ataque

terrorista. *Folha de São Paulo*.

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/02/pf-avisa-toffoli-que-stf-pode-ser-alvo-de-ataque-terrorista.shtml>

Bento, B. (2014, 14 agosto). Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. *Cult*.

<https://revistacult.uol.com.br/home/queer-o-que-ativismo-e-estudos-transviados-193-ago2014/>

Biddle, S. (2022, 25 fevereiro). Facebook permitirá elogios a paramilitares neonazistas da Ucrânia - desde que eles lutem contra a Rússia. *The Intercept Brasil*.

<https://theintercept.com/2022/02/25/facebook-neonazistas-da-ucrania-contra-russia/>

Boitempo. (2021, 9 julho). *A força da não violência* [Canal Youtube]. Youtube.

https://www.youtube.com/watch?v=6DceyjMKel4&ab_channel=TVBoitempo

Brockway, R. (2020, 30 agosto). The absurdity of patriarchy. *A voice for men*.

<https://avoicemen.com/featured/the-absurdity-of-patriarchy/>

Butler, J. (1998). Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, 11, 11-42.

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457/2381>

Butler, J. (2004). *Precarious life*. Verso.

Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.

Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, 42, 249-274.

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?format=pdf&lang=pt>

Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Bolsonaro volta a apoiar ato antidemocrático contra o STF e o Congresso, em Brasília. (2020, 3 maio). *GI*.

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/bolsonaro-volta-a-apoiar-ato-antidemocratico-contra-o-stf-e-o-congresso-em-brasilia.ghtml>

Bresciani, E. (2018, 9 agosto). Filho de Bolsonaro diz que marqueteiro de Trump vai ajudar seu pai. *O Globo*.

<https://oglobo.globo.com/epoca/filho-de-bolsonaro-diz-que-marqueteiro-de-trump-vai-ajudar-seu-pai-22963441>

Callegari, A. L., & Lira, C. R. S. (2015). Direito Penal antiterror: necessidade de definição jurídico-penal para a tipificação de terrorismo no Brasil. *Pensar*, 20(3), 710-745.

<https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/3494>

Carneti, K. (2015, 31 julho). Com dúvidas sobre autoria, polícia investiga site de apologia ao estupro "Tio Astolfo". *Exame*.

<https://exame.com/tecnologia/o-anonimato-digital-faz-mal-a-sociedade-affirma-advogada-sobre-site-que-ensinava-a-estuprar-mulheres/>

Carvalho, I. (2021, 25 março). Cinco vezes que Bolsonaro, ou pessoas ligadas a ele, recorreram a símbolos nazistas. *Brasil de Fato*.

<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/cinco-vezes-que-bolsonaro-ou-pessoas-ligadas-a-ele-recorreram-a-simbolos-nazistas>

Centomo, K. (2018). *Franca Viola - La ragazza che disse no*. Einaudi Ragazzi.

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação [CETIC]. (2019, 28 outubro). *Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018*.

<https://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação [CETIC].

(2020, 26 maio). *Três em cada quatro brasileiros já utilizam a Internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019*.

<https://cetic.br/pt/noticia/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet-aponta-pesquisa-tic-domicilios-2019/>

Chade, J. (2022, 17 janeiro). OIT: desemprego no Brasil não voltará ao patamar pré-pandêmico em 2022. *UOL Notícias*.

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/01/17/governo-bolsonaro-deixara-pais-em-2022-com-14-milhoes-de-desempregados.htm>

Clarke, E. H. (2012). *Sex in education, or, a fair chance for the girls*. Nabu Press. (Trabalho original publicado em 1873)

Clastres, P. (2020). *A sociedade contra o Estado*. Ubu.

Cobo, V. (2014, 25 maio). O massacre da Califórnia foi anunciado por seu autor em um vídeo na Internet. *El País*.

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/25/internacional/1401043694_312869.html

Coelho, L. (2018, 8 janeiro). Site racista do Rio é novo ataque de trolls de extrema direita. *Ponte*.

<https://ponte.org/site-racista-do-rio-e-novo-ataque-de-trolls-de-extrema-direita/>

Como a Suécia se tornou o centro da extrema-direita e do supremacismo branco na Europa. (2018, 18 fevereiro). *BBC News Brasil*.

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43062949>

Conheça a Bolsocoin, a moeda virtual inspirada em Bolsonaro. (2018, 3 outubro). *Yahoo*.

<https://esportes.yahoo.com/noticias/conheca-bolsocoin-moeda-virtual-inspirada-em-bolsonaro-213755796.html>

Consciência de Lindemberg foi sombreada pela paixão. (2008, 27 outubro). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2710200807.htm>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). Saraiva.

Colombo, L. S. (2018). *Terrorismo: Um Ensaio Sobre Suas Definições* [Dissertação de

Mestrado, Universidade Estadual Paulista].

- Costa, M. S. (2017). Ciberterrorismo diante do atual ordenamento jurídico brasileiro. *Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais.*
<http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/30772/1/Matheus%20Souza%20Costa%20-%20TCC.pdf>
- Cunha, L. L. N. (2020). A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. *Revista De Estudos Brasileños*, 7(14), 49-61. doi: 10.14201/reb20207144961
- Coral, G. (2020, 5 agosto). Grande segredo de Matrix, com Keanu Reeves, é revelado. *UOL.*
<https://observatoriodocinema.uol.com.br/filmes/2020/08/grande-segredo-de-matrix-com-keanu-reeves-e-revelado>
- Corrêa, C. A. R. (2011). *Sociedade da informação e do conhecimento: análise das condições de inserção dos estados brasileiros* [Dissertação de Mestrado, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte].
- Corrêa, S. L. (2006). Esquizoanálise: clínica e subjetividade. *Avesso do Avesso*, 4(4), 33-51.
http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v4_artigo02_esquizoanalise.pdf
- Costa, F. (2011, 7 abril). Ele atirava nas meninas para matar, diz aluno que sobreviveu a ataque. *G1.*
<https://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/ele-atirava-nas-meninas-para-matar-diz-aluno-que-sobreviveu-ataque.html>
- Costa, R. (2008, 22 outubro). Para psiquiatra, jovem achava ser herói de Eloá. *Folha de São Paulo.* <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2210200807.htm>
- Cruz, E. P. (2019, 4 junho). Polícia Civil finaliza inquérito sobre atiradores em escola de Suzano. *Agência Brasil.*
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/policia-civil-finaliza-inquerito-sobre-atiradores-em-escola-de-suzano>

- D'anastasio, C., & Stone, J. (2022, 24 fevereiro). Fake news sobre Rússia viraliza no Facebook e no Telegram. *Bloomberg*.
<https://www.bloomberglinea.com.br/2022/02/25/fake-news-sobre-russia-viraliza-no-facebook-e-no-telegram/>
- Declerq, M. (2019, 13 março). Nos chans, se celebra o massacre na escola de Suzano. *Vice*.
https://www.vice.com/pt_br/article/qvya87/nos-chans-ja-se-celebra-o-massacre-na-escola-de-suzano
- Decreto Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940. (1941, 3 janeiro). *Código Penal*.
Presidente da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Deleuze, G. (1990). ¿Que és un dispositivo? In G. Deleuze, G. E. Balbier, & H. L. Dreyfuss, H.(Orgs.), *Michel Foucault, filósofo* (pp. 155-161). Gedisa.
- Deleuze, G. (2008). *Conversações*. Editora 34.
- Deleuze, G. (2017). *Espinoza e o problema da expressão*. Editora 34.
- Deleuze, G. (2018). *Diferença e Repetição*. Paz&Terra.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs - vol.1*. Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil platôs - vol.3*. Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O que é a filosofia*. Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012). *Mil platôs - vol.5*. Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2014). *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.
- Demissão de Sergio Moro: perguntas e respostas. (2020, 24 abril). *GI*.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/demissao-de-sergio-moro-perguntas-e-respostas.ghtml>

Demori, L. (2021, 28 julho). Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004. *The Intercept Brasil*.

<https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/>

Deputado aparece em segundo lugar em pesquisas de intenção de voto para as eleições de outubro de 2018. (2017, 11 agosto). *Exame*.

<https://exame.com/brasil/bolsonaro-anuncia-pre-candidatura-a-presidencia-de-2018/>

Dershowitz, A. M. (1995). *The abuse excuse: and other cop-outs, sob stories, and evasions of responsibility*. Back Bay Books.

Despentes, V. (2016). *Teoria King Kong*. Editora N-1.

Deursen, F. V. (2016, 31 outubro) Por trás da rede antissocial: 4chan. *Superinteressante*.

<https://super.abril.com.br/tecnologia/por-tras-da-rede-antissocial-4chan/>

Dias, A. (2018, 2 outubro). Bolsonaro, o neonazismo e o ódio às mulheres. *Forum*.

<https://revistaforum.com.br/colunistas/bolsonaro-o-neonazismo-e-o-odio-as-mulheres/>

Dino. (2021, 24 maio). Segundo dados, apenas 5% da população brasileira possui curso superior concluído. *Estadão*.

<https://patrocinados.estadao.com.br/medialab/releaseonline/releasegeral-releasegeral/segundo-dados-apenas-5-da-populacao-brasileira-possui-curso-superior-concluido-2/>

Diretora de Matrix diz que longa é metáfora sobre aceitação e transição de gênero. (2020, 9 agosto). *Folha de São Paulo*.

<https://f5.folha.uol.com.br/cinema-e-series/2020/08/diretora-de-matrix-diz-que-longa-e-metafora-sobre-aceitacao-e-transicao-de-genero.shtml>

Doctelamidiacom. (2015, 4 agosto). *Quem matou Eloá? (Who killed Eloá?)* [Vídeo]. Youtube.

https://www.youtube.com/watch?v=4IqIaDR_GoQ&ab_channel=doctelamidiacom

Donovan, J. (2012). *The Way of men*. Dissonant Hum.

Donovan, J. (2016). *Becoming a barbarian*. Dissonant Hum.

DucoteLaw. (2012, 22 janeiro). *Small Justice Awareness Event - Part 4* [Video]. Youtube.

<https://www.youtube.com/watch?v=IOCe61LEFbw>

Dupla ataca escola em Suzano, mata oito pessoas e se suicida. (2019, 13 março). *GI*.

<https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-e-m-escola-de-suzano.ghtml>

Eduardo Bolsonaro se declarou líder latino do movimento conservador comandado por Bannon. (2020, 28 agosto). *GI*.

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/20/bannon-ex-estrategista-de-trump-que-foi-pr-eso-mantinha-contato-com-os-bolsonaro.ghtml>

Em carta, atirador pede sepultamento em ritual islâmico. (2011, 7 abril). *Terra*.

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/em-carta-atirador-pede-sepultamento-em-ritual-islamico,3738e00456bda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

Empoli, G. (2020). *Os engenheiros do caos*. Vestígio.

Facebook suspende rede de desinformação ligada aos Bolsonaro (2020, 8 julho). *El País*.

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-08/facebook-suspende-rede-de-desinformacao-ligada-aos-bolsonaro.html>

Facebook vai temporariamente permitir mensagens de violência contra russos. (2022, 11 março). *GI*.

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/03/11/facebook-vai-temporariamente-permitir-mensagens-de-violencia-contr-russos.ghtml>

Faludi, S. (2001). *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra a mulheres*.

Rocco.

Fantin, M. (2011). Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *Olhar de Professor*, 14(1), 27-40.

<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3483/2501>

Farrell, W. (2002). *The myth of male power*. Berkley.

Farrel, W. (2007). *Does Discriminate Against Men?: A Debate*. Oxford University Press.

Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*. Elefante.

Feltrin, C. (2013, 1 março). Os meninos que não amam as mulheres. *Forum*.

<https://revistaforum.com.br/noticias/os-meninos-que-nao-amam-as-mulheres/#>

Fernandes, D. (2021, 5 fevereiro). Bolsonaro é provavelmente o primeiro líder político da história a desencorajar vacinação, diz especialista francês. *BBC News*.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55939354>

Figueiredo, E. K. P., & Freitas, G. L. (2003). O acesso e a democratização da informação na sociedade globalizada. *Infociência*, 3, 98-114.

<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78567>

Filho, J. (2019, 7 abril). Nazistas brasileiros odeiam a esquerda e veneram Bolsonaro. *The Intercept Brasil*.

<https://theintercept.com/2019/04/07/nazistas-bolsonaro-esquerda-israel/>

Filho, J. (2020, 11 julho). A investigação do MP está mostrando que o MBL operava um gabinete do ódio. *The Intercept Brasil*.

<https://theintercept.com/2020/07/11/mbl-luciano-ayan-renan-santos-fake-news/>

Follow the money: o combate à lavagem de dinheiro como ação contra o tráfico. (2020, 10 março). *G1*.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/03/10/follow-the-money-o-combate-a-lavagem-d-e-dinheiro-como-acao-contra-o-traffic.ghml>

- Foucault, M. (1977). Introdução à vida não fascista. In G. Deleuze, & F. Guattari, *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 11-14). Viking Press.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o Poder. In H. L. Dreyfus, & P. Rabinow, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-239). Forense Universitária
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder*. Editora Graal.
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade e política* (pp. 258-280). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008a) *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2012). Definir o Enunciado. In M. Foucault, *A Arqueologia do Saber* (pp. 89-98). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014a). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Vozes.
- Foucault, M. (2014b). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Paz&Terra.
- Foxglove. (2021, 9 agosto). La Domination Masculine Film [Video]. YouTube.
https://www.youtube.com/watch?v=i5bSOoE4pHQ&ab_channel=foxglove
- Fraga, É. F. (2018, 2 setembro). Governo Temer termina marcado pelo pior ciclo de crescimento em cem anos. *Folha de São Paulo*.
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/governo-temer-termina-marcado-pelo-pior-ciclo-de-crescimento-em-cem-anos.shtml>
- França, A. (2017, 19 agosto). Alt-Right: Da Guerra Civil a Steve Bannon, como nasceu,

cresceu e está de novo em campo a extrema-direita que apoia Trump. *Observador*.

<https://observador.pt/especiais/alt-right-da-guerra-civil-a-steve-bannon-como-nasceu-cresceu-e-esta-de-novo-em-campo-a-extrema-direita-que-apoia-trump/>

Fuchs, J. J. B., & Amato, B. (2019). Do luto à luta: lésbicas no foco e no enfrentamento da violência contra as mulheres. In: G. A. Baggenstoss et al (Orgs.), *Não há lugar seguro: estudos e práticas sobre violências contra as mulheres com ênfase no gênero* (pp. 284-300). Editora Centro de Estudos Jurídicos.

Fundador do 4chan deixa de ser administrador do site após 11 anos. (2015, 21 janeiro). *GI*.

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/01/fundador-do-4chan-deixa-de-ser-administrador-do-site-apos-11-anos.html>

Gardner, R. A. (1990). *Sex Abuse Hysteria: Salem Witch Trials Revisited*. Creative Therapeutics.

Gardner, R. A. (1992). *True and False Accusations of Child Sex Abuse*. Creative Therapeutics.

Gardner, R. A. (1998). *The Parental Alienation Syndrome: A Guide for Mental Health and Legal Professionals*. Creative Therapeutics.

Germano, F., & Korte, J. (2014, 13 de agosto). Em defesa do macho oprimido. *Época*.

<https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2014/08/em-defesa-do-bmacho-oprimidob.html>

Gilroy, P. (2018). Civilizacionismo, a “alt-right” e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. *Revista Eco-Pós*, 21(3), 17-34.

https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22525/12625

Goggin, B. (2019, 3 novembro). 8chan - the website connected to mass shootings and conspiracy theories has relaunched as 8kun. *Business Insider*.

<https://www.businessinsider.com/8kun-8chan-website-known-for-shooting-associations-relaunched-as-2019-11>

Gramsci, A. (1999). *Cadernos do Cárcere*. Civilização Brasileira.

Groth, M. (2012). Meeting Men: male intimacy and college men centers. *New male studies: an international journal*, 1(1), 83-93.

<https://newmalestudies.com/OJS/index.php/nms/article/view/9/4>

Groth, M., & Kellom, G. (2019). *Engaging College Men: Discovering What Works and Why*. Wipf and Stock.

Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. (2022, 16 janeiro). *GI*.

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>

Guattari, F. (1985). *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Brasiliense.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolíticas: cartografia do desejo*. Vozes.

Guattari, F. (2012). *Caosmose: Um novo paradigma estético*. Editora 34.

Guimarães, M. J. (2016, 20 novembro). Breitbart, baluarte da “alt-right” norte-americana, planeia expansão europeia. *Publico*.

<https://www.publico.pt/2016/11/20/mundo/noticia/breitbart-o-site-da-altright-norteamericana-planeia-expansao-europeia-1751879>

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. (Trabalho original publicado em 1988)

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>

Hardt, M., & Negri, A. (2005). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Record.

Hardt, M., & Negri, A. (2001). *Império*. Record.

Homem que atirou em mulher em Penápolis anunciou o crime em chat, diz Lola Aronovich.

(2018, 17 junho). *Forum*.

<https://revistaforum.com.br/brasil/homem-que-atirou-em-mulher-em-penapolis-anunciou-o-crime-em-chat-diz-lola-aronovich/>

hooks, b. (2004). *We real cool: Black men and masculinity*. Routledge.

Hur, D. U. (2013). Da biopolítica à noopolítica: contribuições de Deleuze. *Lugar Comum*, 40, 201-215.

https://www.researchgate.net/publication/321173904_Da_biopolitica_a_noopolitica_contribuicoes_de_Deleuze

Hur, D. U. (2019). *Psicologia, política e esquizoanálise*. Alínea.

Hur, D. U. (2020). A Clínica do Corpo sem Órgãos: Esquizoanálise e Esquizodrama. *Revista de Artes Visuais*, 25(44), 1-16. <https://doi.org/10.22456/2179-8001.110078>

Hur, D. U. (2021a). Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. *Práxis Educacional*, 17(46), 1-18.

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8392>

Hur, D. U. (2021b, 27 setembro). *Esquizodrama: Micropolíticas da Resistência - Gregorio Kazi - Diálogos esquizoanalíticos* [Canal Youtube].

<https://www.youtube.com/c/DomenicoHur>

Idoeta, P. A. (2021, 21 maio). A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid. *BBC News*.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. (2016, 28 dezembro). *Agência Senado*.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

Independente. (2019, 29 março). *Psiquiatra forense comenta perfil dos atiradores do*

Massacre de Suzano - Guido Palomba [Vídeo]. Youtube.

<https://www.youtube.com/watch?v=AN7FqfrwTnw>

Jair Bolsonaro: as promessas do candidato do PSL à Presidência. (2018, 11 outubro). *GI*.

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/11/jair-bolsonaro-as-promessas-do-candidato-do-psl-a-presidencia.ghtml>

Jean, P. (2013, 18 fevereiro). L'escalade des pères à Nantes cache une proposition de loi. *Le Monde*.

https://www.lemonde.fr/idees/article/2013/02/18/l-escalade-des-peres-a-nantes-cache-une-proposition-de-loi_1834399_3232.html

Jornal da Gazeta. (2011, 9 abril). *Protestos Bolsonaro* [Vídeo]. YouTube.

https://www.youtube.com/watch?v=-TuAq1MzEhc&ab_channel=JornaldaGazeta

Justiça concede regime semiaberto a Lindemberg Alves, condenado pela morte de Eloá. (2021, 9 junho). *GI*.

<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2021/06/09/justica-concede-regime-semi-aberto-a-lindemberg-alves-condenado-pela-morte-de-eloa.ghtml>

Justiça de São Paulo reduz pena de Lindemberg Alves. (2013, 4 junho). *GI*.

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/justica-de-sp-reduz-de-pena-de-lindemberg-alves.html>

Kawaguti, L. (2008, 19 outubro). Polícia teve chance de matar Lindemberg. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1910200803.htm>

Kelly, C. R., & Aunspach C. (2020). Incels, Compulsory Sexuality, and Fascist Masculinity. *Feminist Formations*, I(3), 145-172.

<https://digitalcommons.unl.edu/commstudiespapers/228/>

Kimmel, M. S. (1987). *Changing men: New directions in research on men and masculinity*. Sage Publications Inc.

Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 9, 103-117. Doi: 10.1590/S0104-71831998000200007

Kocieniewski, D., & Gately, G. (2006, 3 outubro). Man Shoots 11, Killing 5 Girls, in Amish School. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2006/10/03/us/03amish.html>

Laborde, A. (2019, 9 agosto). Autor do tiroteio de El Paso dirigiu por 10 horas em busca de alvos mexicanos. *El País*.
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/09/internacional/1565375757_618559.html

Laborde, A. (2020, 11 julho). Trump comuta a pena de prisão de seu amigo e ex-assessor Roger Stone. *El País*.
<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-11/trump-comuta-a-pena-de-prisao-de-seu-amigo-e-ex-assessor-roger-stone.html>

Lafuente, J. (2018, 8 outubro). Sucesso de Bolsonaro dá mais força ao crescimento global da extrema direita. *El País*.
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/08/politica/1539022069_401682.html

Lasmar, J. M. (2015). A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. *Revista de Sociologia e Política*, 23(53), 47-70.
<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/JZG8ZQnhrXnW88r8KJvgMdd/?lang=pt#>.

Lazzarato, M. (2006). *Políticas del acontecimiento*. Tinta Limón Ediciones.

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. (2014, 24 abril). Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Presidente da República.

Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. (2016, 18 março). Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Presidente da República.

Lei nº 13.642, de 03 de abril de 2018. (2018, 4 abril). Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Presidente da República.

Lei que criminaliza stalking é sancionada. (2021, 5 abril). *Agência Senado*.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/05/lei-que-criminaliza-stalking-e-sancionada>

Leia carta deixada por autor de chacina em Campinas. (2017, 1 janeiro). *Veja*.

<https://veja.abril.com.br/brasil/leia-carta-deixada-por-autor-de-chacina-em-campinas/>

Lidner, J. (2017, 23 julho). Bolsonaro aprova dois projetos em 26 anos de congresso. *Estadão*.

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-aprova-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso,70001900653>

Life After Hate. (2021). *Impact Report*.

<https://static1.squarespace.com/static/5a906d96b105989526c1ec08/t/604f9ef7e4ca5a391302cfc2/1615830778451/Impact+Report+2021-Life+After+Hate+.pdf>

Llano, P. (2017, 20 outubro). Fracasso do neonazista vaidoso. *El País*.

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/internacional/1508430310_971810.html

Lopes, D. (2013, 5 novembro). É horrível ser difamado pelo Bolsonaro. *Vice*.

<https://www.vice.com/pt/article/yym3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro>

Lynn, A. B. (2014, 9 outubro). As Mulheres do Movimento pelos Direitos dos Homens. *Vice*.

<https://www.vice.com/pt/article/pgeqg9/as-mulheres-do-movimento-pelos-direitos-dos-homens>

Machado, R. P. (2019, 28 maio). Pensador da extrema direita, Jack Donovan radicaliza o machismo. *The Intercept Brasil*.

<https://theintercept.com/2019/05/27/jack-donovan-machos-em-crise/>

- Maia, G. (2021, 29 julho). ‘Eu não posso receber?’, diz Bolsonaro sobre neta de ministro de Hitler. *Veja*.
<https://veja.abril.com.br/blog/radar/eu-nao-posso-receber-diz-bolsonaro-sobre-neta-de-ministro-de-hitler/>
- Manuscritos de atirador mostram fixação por terrorismo. (2011, 10 abril). *GI*
<http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/manuscritos-de-atirador-mostra-m-fixacao-por-terrorismo.html>
- Masculinismo. (2022, 29 abril). In Wikipedia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Masculinismo>
- Mattos, C. (2020, 1 outubro). Proud Boys: conheça o grupo supremacista que apoia Donald Trump. *Veja*.
<https://veja.abril.com.br/mundo/proud-boys-conheca-o-grupo-supremacista-que-apoia-donald-trump/>
- McRuer, R. (2006). *Crip Theory: cultural signs of queerness and disability*. New York University Press.
- Mello, A. G. (2019). *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório UFSC.
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/215355/PASO0498-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>
- Mello, P. C. (2018, 29 outubro). Capitalismo esclarecido e populismo de Bolsonaro aproximarão o Brasil dos EUA, diz Steve Bannon. *Folha de São Paulo*.
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/capitalismo-esclarecido-e-populismo-de-bolsonaro-aproximarao-o-brasil-dos-eua-diz-steve-bannon.shtml>
- Mello, P. C. (2021, 23 dezembro). EUA incluem rede brasileira supostamente ligada à Al Qaeda na lista de terrorismo. *Folha de São Paulo*.
<https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/world/2021/12/us-includes-brazilian-network-allegedly-linked-to-al-qaeda-on-terrorism-list.shtml>

Mendes, V. (2011, 9 abril). Atirador sofreu bullying, diz irmão. *Estadão*.

<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,atirador-sofreu-bullying-diz-irmao-imp-,703940#:~:text=Desajeitado%20e%20arredio%2C%20o%20atirador,irm%C3%A3o%20adotivo%20de%2044%20anos>

Mendonça, M. G. (2013) O genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional. *Brazilian Journal of International Relations*, 2(2), 300-328.

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hades/article/view/7961/5499>

Mill, J. S. (2013). *The Subjection of Women*. Createspace independent publishing platform location.

Moraes, M. (2014, 30 outubro). Bolsonaro: “Serei o candidato da direita à Presidência em 2018”. *Estadão*.

<https://politica.estadao.com.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presidencia-em-2018/>

Motoryn, P. (2021, 26 julho). Líder de ato neonazista pró-Bolsonaro em 2011 organiza carreatas em apoio ao presidente em SP. *Brasil de Fato*.

<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/26/lider-de-ato-neonazista-pro-bolsonaro-em-2011-organiza-carreatas-em-apoio-ao-presidente-em-sp>

Medida Provisória, nº 1.068, de 06 de setembro de 2021. (2021, 06 setembro). Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o uso de redes sociais. Presidente da República.

Mulher é baleada na nuca ao negar se envolver com desconhecido em Penápolis. (2018, 16 junho). *G1*.

<https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/mulher-e-baleada-na-nuca-a-o-negar-se-envolver-com-desconhecido-em-penapolis.ghtml>

Mulheres. *Memórias da Ditadura* (n.d). <https://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>

Nagle, A. (2017). *Kill all normies: the online culture wars from tumblr and 4chan to the*

alt-right and Trump. Zero Books

Nalon, T., & Ribeiro, A. (2020, 21 maio). Como sete sites lucraram com anúncios no Google ao publicar desinformação sobre a pandemia. *Aos Fatos*.

<https://www.aosfatos.org/noticias/como-sete-sites-lucraram-com-anuncios-no-google-ao-publicar-desinformacao-sobre-pandemia/>

Nativos digitais não sabem buscar conhecimento na internet, diz OCDE. (2021, 31 maio).

BBC News. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57286155>

Nemer, D. (2018, 25 outubro). The three types of WhatsApp users getting Brazil's Jair Bolsonaro elected. *The Guardian*.

<https://www.theguardian.com/world/2018/oct/25/brazil-president-jair-bolsonaro-whatsapp-fake-news>

Nemer, D. (2019, 24 agosto). Grupos pró-bolsonaro no whatsapp não se desmobilizaram com a vitória. Pelo contrário, estão mais radicais. *The Intercept Brasil*.

<https://theintercept.com/2019/08/23/grupos-pro-bolsonaro-whatsapp-estao-mais-radicais/>.

Neto, F. P. M. (2002). *Marketing do terror*. Contexto.

Neumam, C. (2021, 28 outubro). 19 milhões de brasileiros vivem com fome; consequências na saúde são irreversíveis. *CNN Brasil*.

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/19-milhoes-de-brasileiros-vive-com-fome-consequencias-na-saude-sao-irreversiveis/#:~:text=Mais%20da%20metade%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,pela%20crise%20econ%C3%B4mica%20do%20pa%C3%ADs>

Noberto, C. (2021, 4 setembro). Bolsonaro ataca Alexandre de Moraes em encontro ultraconservador. *Correio Braziliense*.

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947736-bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-em-encontro-ultraconservador.html>

Novas imagens mostram ataque de atirador dentro de escola no Rio. (2011, 8 abril). *GI*.

<http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/imagens-ineditas-mostram-ataque-de-atirador-dentro-de-escola-no-rio.html>

Nunes, B., & Freitas, C. (2012, 13 fevereiro). Nayara: “Eloá sabia que ia morrer”. *Veja*.
<https://veja.abril.com.br/brasil/nayara-eloa-sabia-que-ia-morrer/>

Nunes, D. H., Lehfeld, L. S., & Silva, J. S. (2020) CIBERTERRORISMO: a internet como meio de propagação do terror. *Revista Húmus*, 10(29), 209-234.
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/13837#:~:text=Devido%20a%20expans%C3%A3o%20e%20progress%C3%A3o,ordenamento%20jur%C3%ADdico%20brasileiro%20quando%20da>

O criminoso da internet. (2015, 2 setembro). *Istoé*.
https://istoe.com.br/434177_O+CRIMINOSO+DA+INTERNET/

O’Donnell, K. M. (2021). Incel Mass Murderers: Masculinity, Narrative, and Identity. *Ohio Communication Journal*, 59, 64-76.

Oliveira, M. (2019, 25 maio). Juíza manda Bolsonaro pagar em até 15 dias indenização de R\$ 10 mil à deputada Maria do Rosário. *GI*.
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/23/juiza-manda-bolsonaro-pagar-em-ate-15-dias-indenizacao-de-r-10-mil-a-deputada-maria-do-rosario.ghtml>

Oliveira, E. A., & Silva, G. P. V. (2018). Masculinidades predatórias, ódio contra as mulheres e necropolítica: um estudo a partir do cenário político brasileiro. *Anais do XX Redor - Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero*. UFBA.

O que é o 8chan, fórum de extrema-direita que saiu do ar após ser vinculado a massacres nos EUA. (2019, 5 agosto). *BBC News*.
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49243535#:~:text=O%208chan%20foi%20criado%20em,similar%20a%20chan%2C%20popular%20entre%20gamers.>

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2018, 24 novembro). *Guterres diz que violência*

contra mulheres e meninas é sinal de vergonha em todas as sociedades.

<https://news.un.org/pt/story/2018/11/1648871>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE]. (2021, 4 maio).

Leitores do Século 21 - Desenvolvendo Habilidades de Alfabetização em um Mundo Digital. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/a83d84cb-en>

Pakula, A. J. (Diretor). (1976). Todos os Homens do Presidente [Filme]. Wildwood Enterprises; Warner Bros.

Passos, E., & Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos et al (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-33). Meridional.

Patrocínio, S. (2001). *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Azougue.

Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. (2018, 22 agosto). *GI*.

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>

Pitombo, J. P. (2021, 24 junho). Bolsonaro abaixa máscara de menino e pede para menina retirar proteção contra o coronavírus no RN. *Folha de São Paulo*.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/bolsonaro-abaixa-mascara-de-menino-e-pede-para-menina-retirar-protecao-contr-o-coronavirus-no-rn-assista.shtml>

Pitta, I. (2020, 20 abril). Prefeitos criticam discurso de Bolsonaro em ato antidemocrático. *CNN Brasil*.

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/prefeitos-criticam-discurso-de-bolsonaro-em-ato-anti-democratico/>

Polícia Federal [PF]. (2012, 22 março). *Operação Intolerância prende responsáveis pelo blog*

Silvio Koerich.

<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2012/marco/operacao-intolerancia-prende-responsaveis-pelo-blog-silvio-koerich201d>

Poston, B. (2018, 6 fevereiro). Killer who committed massacre in Isla Vista was part of alt-right, new research shows. *Los Angeles Times*.
<https://www.latimes.com/local/lanow/la-me-isle-vista-massacre-alt-right-20180206-story.html>

Powell, S. (2022, 16 janeiro). MrBeast lidera lista de 10 youtubers que mais ganharam dinheiro em 2021. *BBC*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60016448>

Puccinelli, S. M. M. (2021). *Desafios atuais às Liberdades de Expressão e Informação no Ambiente Digital: perspectivas a partir do Direito Internacional dos Direitos Humanos* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Santos].
<https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/7524/1/Silvia%20Maria%20Mantovani%20Puccinelli.pdf>

Prado Filho, K., & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas. *Barbarói*, 38, 45-59. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>

Prata, P., Lima, S., & Monnerat, A. (2021, 23 setembro). Em entrevistas a negacionistas da Alemanha, Bolsonaro volta a mentir sobre pandemia e vacinas. *Estadão*.
<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/bolsonaro-negacionistas-alemaes-vacinas-covid/>

Preciado, P. B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
<https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/?format=pdf&lang=pt>

Preciado, P. B. (2014). *Manifesto Contrassexual*. n-1 edições.

Presidente da SaferNet relata ameaças após evento no TSE e se refugia na Alemanha. (2021, 7

dezembro). *Estadão*.

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,safernet-thiago-tavares-presidente-tse-fake-news,70003919318>

Principal financiador da campanha pró-Brexit pediu ajuda a Steve Bannon. *Diário de Notícias*, Lisboa, 18 novembro 2018.

<https://www.dn.pt/mundo/principal-financiador-da-campanha-pro-brexit-pediu-ajuda-a-steve-bannon-10196396.html>

Projeto de Lei nº 2.630, de 3 de julho de 2020 (2022, 3 março). Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei. Câmara dos Deputados.

Proud Boys. (2020, 23 janeiro). *Anti-Defamation League*.

<https://www.adl.org/resources/backgrounders/proud-boys-0>

Psiquiatra: massacre foi premeditado por pelo menos 2 meses. (2011, 8 abril). *Terra*.

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/psiquiatra-massacre-foi-premeditado-por-pelo-menos-2-meses,0368e00456bda310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>

Quem é o supremacista suspeito de ataque com carro durante manifestação nos EUA. (2017, 14 agosto). *GZH*.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2017/08/quem-e-o-supremacista-suspeito-de-ataque-com-carro-durante-manifestacao-nos-eua-9869555.html>

Queimaliões, R. (2020, 17 maio). O homem que arruinou a extrema direita nos EUA. *El País*.

<https://brasil.elpais.com/icon/2020-05-17/o-homem-que-arruinou-a-extrema-direita-nos-eua.html>

Quintarelli, S. (2019). *Instruções para um futuro imaterial*. Editora Elefante.

- Ravache, G. (2021, 17 outubro). Globoplay cresce 68%, bate recorde e pode faturar R\$ 1 bilhão no ano. *UOL*.
<https://www.uol.com.br/splash/colunas/guilherme-ravache/2021/10/17/globoplay-cresce-68-bate-recorde-e-pode-faturar-r-1-bilhao-no-ano.htm>
- Ribeiro, M. (2011, 10 novembro). Polícia de SP confirma atentado a bomba durante Parada Gay e prende sete de grupo neonazista. *O Globo*.
<https://oglobo.globo.com/politica/policia-de-sp-confirma-atentado-bomba-durante-parada-gay-prende-sete-de-grupo-neonazista-3186480>
- Rich, A. (1980). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs*, 5(4), 631-660.
<https://transasdocorpo.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Compulsory-heterosexuality-and-lesbian-existence-2.pdf>
- Riveira, C. (2020, 31 maio). Como o Sleeping Giants fez 150 empresas mudarem o plano de anúncios online. *Exame*.
<https://exame.com/marketing/como-o-sleeping-giants-fez-150-empresas-mudarem-o-plano-de-anuncios-online/>
- Roda Viva. (2001, 8 janeiro). Pierre Lévy. *TV Cultura* [Vídeo].
https://tvcultura.com.br/playlists/51_rodaviva-educacao_DzfKr2nUj8k.html
- Rohr, A. (2017, 5 janeiro). Saiba como os 'cookies' ou 'web beacons' rastreiam você. *G1*.
<https://g1.globo.com/tecnologia/blog/seguranca-digital/post/saiba-como-os-cookies-ou-web-beacons-rastreiam-voce.html>
- Rolnik, S. (2014). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Sulina e UFRGS.
- Sageman, M. (2004). *Understanding Terror Networks*. University of Pennsylvania Press.
- San Diego synagogue shooting: One person dead in Poway, California. (2019, 29 abril). *BBC News*. <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-48081535>
- Sánchez-Vallejo, M. A. (2021, 8 janeiro). Dos Proud Boys ao QAnon: o exército de Trump. *El*

País.

<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-08/dos-proud-boys-ao-qanon-o-exercito-de-trump.html>

Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* Edusc.

Schäfer, G., Leivas, P. G. C., & Santos, R. H. (2015). Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *RIL Brasília*, 52(207), 143-158.

<https://www.corteidh.or.cr/tablas/r34594.pdf>

Schreiber, M. (2021, 23 março). Após reviravolta, STF decide que Moro foi parcial contra Lula. *BBC News*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56503901>

Schuch, M. (2021, 26 julho). Bolsonaro recebe líder da extrema direita alemã, neta de ministro de Hitler. *Valor Econômico*.

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/07/26/bolsonaro-recebe-lider-da-ultradireita-alema-neta-de-ministro-de-hitler.ghtml>

Senra, R. (2016, 17 abril). Na semana do impeachment, 3 das 5 notícias mais compartilhadas no Facebook são falsas. *BBC News*.

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_noticias_falsas_redes_brasil_fd

Senra, R. (2018a, 26 outubro). Steve Bannon declara apoio a Bolsonaro, mas nega vínculo com campanha: 'Ele é brilhante'. *BBC News Brasil*.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45989131>

Senra, R. (2018b, 16 outubro). 'Ele soa como nós': David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogia Bolsonaro, mas critica proximidade com Israel. *BBC News Brasil*.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>

Sérgio Moro assume cargo de diretor em empresa de consultoria em SP. (2020, 29 novembro).

G1.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/29/sergio-moro-assume-cargo-de-diretor-em-empresa-de-consultoria-em-sp.ghtml>

- Siqueira, F., & Guimarães, C. (2019, 13 março). Em fórum extremista, atiradores pediram 'dicas' para atacar escola. *R7*.
<https://noticias.r7.com/sao-paulo/em-forum-extremista-atiradores-pediram-dicas-para-atacar-escola-13032019>
- Soares, I. (2021, 26 agosto). Bolsonaro ironiza aumento de armas no Brasil: "Eu quero que quintuplique". *Correio Braziliense*.
<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4946023-bolsonaro-ironiza-aumento-de-armas-no-brasil-eu-quero-que-quintuplique.html>
- Sodini was devoted follower of dating guru. (2009, 7 agosto). *NBC News*.
<https://www.nbcnews.com/id/wbna32335641#.X0X-8uhKjIV>
- Sou bode expiatório, diz criador do app usado para obter dados no Facebook. (2018, 21 março). *Folha de São Paulo*.
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/sou-bode-expiatorio-diz-criador-do-app-usado-para-obter-dados-no-facebook.shtml>
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso*. Estação Brasil.
- Souza, T. (2021, 18 junho). Lista de e-mails da Pfizer ignorados pelo governo aumenta: são 101 tentativas. *Correio Braziliense*.
<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4932143-lista-de-e-mails-da-pfizer-ignorados-pelo-governo-aumenta-sao-101-tentativas.html>
- Spinoza, B. (2009). *Ética*. Autêntica.
- Teodoro, P. (2021, 6 fevereiro). Eduardo Bolsonaro critica homem “afeminado” e insinua apoio à ação chinesa contra “feminização”. *Forum*.
<https://revistaforum.com.br/noticias/eduardo-bolsonaro-critica-homem-afeminado-e-insinua-apoio-a-acao-chinesa-contr-feminizacao/#>
- The Interview with Miles Groth they won't want you to read. (2014, 3 abril) *A voice for men*.
<https://avoiceformen.com/men/interview-with-miles-groth-they-wont-want-you-to-read/>

The world's most valuable resource is no longer oil, but data. (2017, 6 maio). *The Economist*

<https://www.economist.com/leaders/2017/05/06/the-worlds-most-valuable-resource-is-no-longer-oil-but-data>

Toledo, D. (2019, 11 novembro). Ex-colaboradores afirmam que MBL orientava ataques na internet; grupo nega. *UOL*.

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/11/mbf-fake-news-difamacao-e-x-colaboradores-luciano-avan-roger-scar.htm>

Tomaz, K. (2016, 20 dezembro). TJ nega indenização de R\$ 800 mil para a família de Eloá Pimentel. *GI*.

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/12/tribunal-de-justica-nega-indenizacao-de-r-800-mil-para-familia-de-eloa.html>

Três brasileiros que participaram da invasão ao Capitólio respondem a processos na Justiça dos EUA. *Globo*.

<https://oglobo.globo.com/mundo/tres-brasileiros-que-participaram-da-invasao-ao-capitolio-r-espondem-processos-na-justica-dos-eua-25402398>

Troll misógino de internet atira nas costas de uma jovem e depois se mata no interior de SP. (2018, 18 junho). *Vice*.

https://www.vice.com/pt_br/article/nek4z/troll-misogino-de-internet-atira-nas-costas-de-uma-jovem-e-depois-se-mata-no-interior-de-sp

Um ano após o impeachment, a verdade em conta-gotas. (2017, 31 agosto). *CartaCapital*.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/um-ano-apos-o-impeachment-a-verdade-em-conta-gotas/>

Vieira, A. G., & Felício, C. (2021, 4 fevereiro). Força-tarefa acaba e encerra Lava-Jato. *Valor Econômico*.

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/02/04/forca-tarefa-acaba-e-encerra-lava-jato.gh.html>

- Vilicic, F. (2019, 26 fevereiro). Novo capítulo da novela de Nando Moura e vídeos desmonetizados no YouTube. *Veja*.
<https://veja.abril.com.br/coluna/a-origem-dos-bytes/novo-capitulo-da-novela-de-nando-moura-e-videos-desmonetizados-no-youtube/>
- Violência doméstica: estudo inédito mapeia grupos reflexivos para agressores. (2021, 16 dezembro). *Consultor Jurídico*.
<https://www.conjur.com.br/2021-dez-16/estudo-mapeia-grupos-reflexivos-agressores-domesticos>
- Vitorino, P. J. R. (2017) Zelotes e as origens do terror: será o terrorismo um fenómeno moderno? *Universidade de Lisboa*
https://www.academia.edu/35951463/Zelotes_e_as_Origens_do_Terror_ser%C3%A1_o_terrorismo_um_fen%C3%B3meno_moderno
- Wachowski, L., & Wachowski, L. (1999). *The Matrix* [Filme]. Village Roadshow; Silver Pictures; Warner.Bros.
- Wakefield, J. (2022, 13 janeiro). Brasileiro usa celular por um terço de seu tempo acordado, diz estudo. *BBC News*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59974046>
- Zeger, I. (2019, 17 maio). Você já ouviu falar em Masculinismo? *Estadão*.
<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/voce-ja-ouviu-falar-em-masculinismo/>
- 8chan: quem é Fredrick Brennan, criador arrependido do fórum de ódio frequentado por autor do massacre de El Paso. (2019, 6 agosto). *BBC News Brasil*.
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49247961>